

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Gabriel da Silva Vaccari

**EMPRESARIADO E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O
DISCURSO DA FIESP E DOS BANQUEIROS FRENTE À POLÍTICA
ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2014)**

Santa Maria, RS
2016

Gabriel da Silva Vaccari

**EMPRESARIADO E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O DISCURSO
DA FIESP E DOS BANQUEIROS FRENTE À POLÍTICA ECONÔMICA DO
GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2014)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez

Santa Maria, RS
2016

Gabriel da Silva Vaccari

**EMPRESARIADO E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O DISCURSO
DA FIESP E DOS BANQUEIROS FRENTE À POLÍTICA ECONÔMICA DO
GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2014)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Aprovado em ____ de _____ de 2016:

Reginaldo Teixeira Perez, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Paulo Roberto Neves Costa, Dr. (UFPR)

Eduardo Lopes Cabral Maia, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, sua idealização e sua concretização, é fruto de toda uma vida, dentro e fora dos muros da academia.

Corro aqui, no espaço reduzido destes agradecimentos, o sério risco de cometer injustiça ao não fazer menção a diversas pessoas que, de um forma ou outra, contribuíram para minha formação enquanto ser humano. Por isso, desde já peço desculpas àqueles que têm sua parcela de responsabilidade na formação deste escriba, mas por conta da seletividade de minha memória, não são citados diretamente nestas linhas.

Minha memória e meu coração dizem que devo agradecimentos especiais, abraços e a mais profunda gratidão...

- à minha família: pai, mãe e irmãos, por serem minhas reservas inquebrantáveis de afeto e por terem me ensinado a “fazer o certo, não o errado”;

- ao professor-orientador Reginaldo, pela humildade, humor e honestidade intelectual, pelos valiosos ensinamentos e por me provocar a duvidar de certezas até então arraigadas;

- aos membros da banca avaliadora, pela disposição em ler o trabalho e contribuir com suas valiosas observações;

- aos colegas da turma de Mestrado, que compartilharam comigo angústias, decepções, descobertas e alegrias;

- ao Igor Schirmer, pela camaradagem e competência em me auxiliar na revisão deste trabalho;

- a todos professores e servidores do PPGCS;

- à CAPES/FAPERGS, pelo auxílio econômico, sem o qual a realização deste trabalho teria sido impossível;

- aos meus muitos e queridos amigos e amigas: os ex-punks de Jaguari; os companheiros de adolescência do Cícero Barreto e a galera da “tosqueira”; os comunistas-bixo-grilo dos bons tempos da Casa do Estudante; os compas do Levante Popular da Juventude e do Movimento Estudantil; os

colegas da Filosofia; as dezenas de pessoas com quem tive o prazer de dividir casa ao longo da última década;

- à classe trabalhadora e ao nosso sofrido e lindo povo, que com sua luta e seu suor constrói e mantém a universidade pública brasileira – um espaço que infelizmente continua a ser restrito e de difícil acesso para os mais humildes;

Tudo que aprendi e sou, devo direta ou indiretamente à vocês. Portanto, sintam-se presentes em cada palavra escrita nas páginas que seguem.

O sol mostra-se num dos cantos superiores do rectângulo, o que se encontra à esquerda de quem olha, representando, o astro-rei, uma cabeça de homem donde jorram raios de aguda luz e sinuosas labaredas, tal uma rosa-dos-ventos indecisa sobre a direcção dos lugares para onde quer apontar, e essa cabeça tem um rosto que chora, crispado de uma dor que não remite, lançando pela boca aberta um grito que não poderemos ouvir, pois nenhuma destas coisas é real, o que temos diante de nós é papel e tinta, mais nada.

José Saramago

RESUMO

EMPRESARIADO E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O DISCURSO DA FIESP E DOS BANQUEIROS FRENTE À POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2014)

AUTOR: Gabriel da Silva Vaccari

ORIENTADOR: Reginaldo Teixeira Perez

Esta dissertação tem como tema a relação das elites empresariais do setor financeiro e da indústria com a política econômica de Estado no Brasil contemporâneo. Nosso objeto de pesquisa é, em termos precisos, o discurso da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (PT), no período 2011-2014. Nossas fontes de acesso ao objeto são i) artigos, entrevistas e declarações escritas/concedidas por lideranças empresariais da indústria e das finanças, publicadas em órgãos da grande imprensa; ii) matérias e notícias (também provenientes da imprensa) sobre fatos que constituíram os contextos e as conjunturas políticas aqui analisadas; iii) notas públicas e documentos disponibilizados pela FIESP e pela Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN). O objetivo deste trabalho é identificar, analisar, compreender e comparar os i) perfis ideológicos e ii) os posicionamentos políticos - relativos à política econômica dilmista -, que podem ser depreendidos das produções discursivas da FIESP e dos banqueiros. Nossa principal conclusão é que, mesmo apresentando perfis ideológicos, agendas e modos de comportamento público distintos entre si, depois de Dilma ter implantado no seu primeiro mandato presidencial uma matriz de política econômica que reforçava significativamente o papel de intervenção do Estado sobre a economia brasileira – a ofensiva neodesenvolvimentista -, tanto banqueiros quanto industriais apresentaram avaliações e posições bastante críticas em relação ao modelo econômico do governo. Assim, o período aqui analisado teria sido marcado pelo tensionamento político das relações do empresariado industrial e financeiro com o governo federal.

Palavras-chave: Banqueiros. Empresariado. FIESP. Governo Dilma. Política econômica.

ABSTRACT

BUSINESS COMMUNITY AND POLICY IN CONTEMPORARY BRAZIL: DISCOURSE OF FIESP AND BANKERS ABOUT ECONOMIC POLICY OF THE DILMA ROUSSEFF GOVERNMENT (2011-2014)

AUTHOR: Gabriel da Silva Vaccari

ADVISOR: Reginaldo Teixeira Perez

This dissertation has as its theme the relationship of business elites of the financial sector and industry with the state economic policy in contemporary Brazil. Our object of the research, in precise terms, the discourse of the Industries Federation of São Paulo State (FIESP) and the bankers about the government's economic policy Dilma Rousseff (PT), in 2011-2014. Our sources of access to the object are i) articles, interviews and written statements / granted by industry business leaders and finance, published in the mainstream press organs; ii) materials and news (also from the press) about facts that were the contexts and the political situation analyzed here; iii) public notes and documents offered by FIESP and the Brazilian Federation of Banks (Febraban). The objective of this work is to identify, analyze, understand and compare i) ideological profiles and ii) the political positions - related to economic policy dilmista -, that can be inferred from the discursive productions of FIESP and bankers. Our main finding is that, even with ideological profiles, schedules and distinct modes of public behavior among themselves, after Dilma has implemented in his first presidential term economic policy matrix that significantly strengthened the role of State intervention in the Brazilian economy - the neodevelopmentalist offensive - both bankers as industrial submitted ratings and positions fairly critical of the economic model of government. Thus, the period analyzed here would have been marked by political tension of relations between industrial and financial business community with the federal government.

Keywords: Bankers. Business Community. Economic Policy. FIESP. Dilma Government.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira do Agro Negócio
ABIMAQ	Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos
ABERJ	Associação dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro
ASSOBESP	Associação dos Bancos do Estado de São Paulo
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
COPOM	Comitê de Política Monetária
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
PIB	Produto Interno Bruto
PIL	Programa de Investimento em Logística
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSI	Programa de Sustentação do Investimento
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
UBE	União Brasileira de Empresários
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OS EMPRESÁRIOS E O ESTADO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS	15
2.1 ESTADO, SOCIEDADE E ECONOMIA: PARA ALÉM DAS DICOTOMIAS ...	15
2.2 ELITES EMPRESARIAIS E POLÍTICA ECONÔMICA DE ESTADO.....	20
3 ELITES EMPRESARIAIS, ESTADO E POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL: UM POUCO DE HISTÓRIA	25
3.1 HEGEMONIA AGROEXPORTADORA E GÊNESE DO INDUSTRIALISMO ..	26
3.2 AS BURGUESIAS E O ESTADO: O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO	30
3.3 DEMOCRACIA, NEOLIBERALISMO E HEGEMONIA FINANCEIRA	50
3.4 O LULISMO: NOVO DESENVOLVIMENTISMO OU CONTINUIDADE NEOLIBERAL?	59
4 O DISCURSO DA FIESP E DOS BANQUEIROS FRENTE À POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA (2011-14)	69
4.1 INTRODUÇÃO.....	69
4.2 O PRIMEIRO CICLO: POLÍTICAS MACROPRUDENCIAIS, BANQUEIROS SATISFEITOS E COALIZÃO PRODUTIVISTA	80
4.3 O SEGUNDO CICLO: A AGENDA FIESP E A OFENSIVA NEODESENVOLVIMENTISTA	90
4.4 O TERCEIRO CICLO: O GOVERNO RECUA, A FIESP E OS BANQUEIROS CRÍTICAM A POLÍTICA ECONÔMICA	128
4.5 ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS.....	151
4.6 BEIJANDO A CRUZ.....	158
5 CONCLUSÃO	163
REFERÊNCIAS	175

1 INTRODUÇÃO

“O mercado disse isso”, “o mercado quer (ou não quer) aquilo”. Estamos acostumados a ouvir com frequência expressões como essas. Elas são muito recorrentes no debate público, e povoam análises políticas e econômicas difundidas diariamente na imprensa. Mas, afinal, quem é concretamente essa entidade abstrata, quase metafísica, chamada “mercado”?

Podemos aqui fazer duas afirmações iniciais. Em primeiro lugar, o “mercado” é na verdade um grupo social específico: o empresariado capitalista. Em segundo lugar, o “mercado” - ou melhor, o empresariado - não é um todo homogêneo e coeso. Ele é, isto sim, um conjunto amplo, heterogêneo e fracionado, atravessado no seu interior por diversos interesses de diferentes setores.

Uma diferença fundamental a ser levada em consideração é aquela existente entre o empresariado industrial e o empresariado financeiro, ou ainda, entre os industriais e os banqueiros. Em temas macroeconômicos fundamentais, eles tendem a apresentar interesses distintos. Para citar um exemplo: taxas de juros elevadas, que remuneram o setor financeiro, são entraves à lucratividade dos industriais. O encarecimento do dinheiro beneficia uns, prejudica outros.

A relação destes dois segmentos do empresariado com a política econômica de Estado no Brasil contemporâneo é o *tema* deste trabalho.

Nosso *objeto de pesquisa* é, em termos mais precisos, o *discurso*¹ das elites empresariais da indústria e dos bancos frente à política econômica² do governo Dilma Rousseff, no período 2011-2014.

O discurso da elite empresarial industrial é aqui analisado a partir das manifestações públicas das lideranças da entidade de representação de classe dos empresários do estado mais industrializado do país: a *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)*; mas

¹ A categoria *discurso* aqui não denota simplesmente somas de palavras escritas e/ou faladas no espaço público. Entendemos aqui *Discurso* no sentido proposto por Ernesto Laclau e Chantal Mouff: articulação de signos e significantes que busca produzir a unidade do diverso para assim disputar a fixação de sentidos para o mundo social, criando relações de antagonismo e equivalência. Discurso é, portanto, uma categoria intimamente relacionada com as disputas ideológicas e hegemônicas, com o poder.

² As questões de política econômica - em torno das quais gira o discurso de banqueiros e industriais - que compõem neste trabalho são, fundamentalmente, temas macro: política monetária (taxa de juros, meta e taxa de inflação), política cambial, política fiscal, política de comércio exterior e política industrial.

também comparecem em nossa análise, ainda que de forma secundária, as manifestações públicas de outras entidades importantes dos industriais brasileiros, como a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Já a análise do discurso do empresariado financeiro se apoia nas amostras oferecidas pelas declarações públicas dos *executivos dos principais bancos privados em operação no Brasil*, sejam eles de origem nacional ou estrangeira, e da principal entidade nacional de representação dos banqueiros, a *Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN)*³.

Embora não consista em objeto central da pesquisa, também são integrados, em determinados momentos do trabalho, editoriais de publicações vocalizadoras das opiniões do sistema financeiro internacional (como a *The Economist* e o *Financial Times*) – dado o seu valor para a compreensão de determinadas conjunturas –, assim como leituras e análises produzidas por economistas ortodoxos ligados ao setor financeiro.

A *problemática* central que orienta nossa investigação pode ser sintetizada na seguinte pergunta: quais foram as avaliações, os posicionamentos e as proposições/reinvindicações da FIESP e dos banqueiros diante da política econômica implantada pelo governo Dilma ao longo do período 2011-14?

Na questão geral estão contidas questões específicas: a) quais os interesses econômicos manifestos/maquiados nos discursos de banqueiros e industriais? b) Quais os argumentos e as estratégias retóricas utilizadas por tais segmentos empresariais na defesa de seus interesses e na interpelação da opinião pública? c) Quais são as agendas de propostas de política econômica defendidas por eles? Estas agendas são iguais ou diferentes entre si? d) Como eles se apresentam no espaço público, de forma mais incisiva ou mais contida? Suas formas de comportamento discursivo no espaço público podem ser interpretadas como indícios de estratégias políticas mais amplas e veladas? e) Como as ideias econômicas defendidas por banqueiros e industriais em seus discursos estão correlacionadas com as correntes ideológicas de pensamento econômico – neoliberal e neodesenvolvimentista? f)

³ Nossa intenção inicial quando projetamos esta pesquisa era tomar como objeto somente os discursos da FIESP e da FEBRABAN. Mas, ao longo do trabalho, ficou claro – pela análise das fontes e pela leitura de resultados de outras pesquisas já feitas sobre a FEBRABAN – que se quiséssemos acessar a *doxa* dos banqueiros, analisar somente a FEBRABAN não seria suficiente, pois esta entidade, na maior parte dos casos, diferentemente da FIESP, evita lançar opiniões e juízos políticos muito explícitos ao espaço público (o que é uma questão a ser interpretada), sendo mais profícuo integrar no trabalho também – e sobretudo – o discurso individual dos dirigentes dos principais bancos do país. Também importa ressaltar que os banqueiros brasileiros têm outras entidades associativas, como a Associação Brasileira dos Bancos (ABBC) (que reúne bancos médios) e a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF). Contudo, em nossa pesquisa, não encontramos inserções discursivas significativas destas entidades no debate público do período, por isso elas não comparecem na análise.

Como os banqueiros e a FIESP avaliaram e se posicionaram politicamente diante do modelo econômico do governo Dilma? De modo mais favorável ou mais crítico? Da mesma forma como avaliaram/se posicionaram durante os dois mandatos de Lula, ou ocorreram inflexões importantes no período Dilma?

Nosso *objetivo* é identificar, analisar, compreender e comparar os *i) perfis ideológicos* e *ii) os posicionamentos políticos* – relativos à política econômica “dilmista” – que podem ser apreendidos das produções discursivas da FIESP e dos banqueiros. Pretendemos assim contribuir para a compreensão do comportamento desses importantes segmentos do poder econômico na cena política brasileira contemporânea.

Nossas *fontes* de acesso ao objeto⁴ são: *i) artigos, entrevistas e declarações escritas/concedidas por lideranças empresariais, publicadas em órgãos da grande imprensa, como os jornais Valor Econômico, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, além de revistas, publicações especializadas e plataformas virtuais, tais como Exame, Isto É Dinheiro, Veja, Info Money e Uol Economia; ii) matérias e notícias (também provenientes da imprensa) sobre fatos que constituíram os contextos e as conjunturas aqui analisados; iii) notas públicas e documentos disponibilizados pela FIESP e pela FEBRABAN; iv) documentos oficiais de instituições como o Banco Central e o Ministério da Fazenda.*

Nosso *método* de análise das produções discursivas busca explicitar e analisar os significados das palavras e proposições contidas nas declarações de banqueiros e industriais a partir dos contextos políticos, econômicos, históricos e ideológicos no interior dos quais elas foram produzidas e difundidas. Este trabalho assim não é uma exaustiva análise semiológica de discurso que toma o texto como totalidade auto referenciada, que se esgota em si, e o dissecar de forma pormenorizada, “internamente”. Na verdade, o trabalho por nós realizado está mais concentrado nos aspectos contextuais e conjunturais dos discursos, ou ainda, em seus “aspectos externos”, em suas “condições de emergência”: nos interesses econômicos e nas posições ideológicas e políticas expressas por meio deles. “O que essas palavras significaram no interior da conjuntura política/econômica na qual foram ditas/escritas?” é a pergunta central que dirigimos às nossas fontes.

O trabalho está arquitetado em três capítulos, além desta introdução e da conclusão.

No primeiro capítulo, cujo objetivo é *definir e explicitar os pressupostos teóricos e conceituais de nossa abordagem*, defendemos, em primeiro lugar, um enfoque teórico que supere as dicotomias tão comuns nas análises das relações/interações entre política, sociedade

⁴ Registre-se que todas estas fontes foram acessadas por meio da internet, nos acervos digitais de jornais, revistas, entidades empresariais e instituições públicas.

e economia. No segundo item do capítulo, caracterizamos as particularidades do empresariado como ator político, entre elas, seus privilégios estruturais em relação aos demais grupos de interesse da sociedade para influir nas arenas decisórias estatais e suas formas de interação sistêmica com o poder político. Por fim, como conceito capaz de operacionalizar a nossa análise do papel político de industriais e banqueiros, elegemos e definimos o conceito de *elite empresarial* – um amálgama dos conceitos de *classe* e *elite*.

No segundo capítulo, para captar o processo de constituição dos atores protagonistas desta investigação, operamos uma reconstrução sintética da *trajetória histórica* das nossas elites empresariais industriais e financeiras, atentando para as configurações e metamorfoses das relações destas com os diferentes governos, regimes políticos, ideologias e modelos de desenvolvimento econômico do capitalismo brasileiro, desde a república oligárquica, passando pelo nacional-desenvolvimentismo, a ditadura militar, a redemocratização e as reformas neoliberais, até o Lulismo.

No terceiro capítulo, que é o núcleo desta dissertação, analisamos o discurso da FIESP e dos banqueiros relativo à política econômica do primeiro governo Dilma (2011-14). Nossa principal conclusão é que, mesmo apresentando perfis ideológicos, agendas e modos de comportamento público distintos entre si, depois de Dilma ter implantado uma matriz de política econômica que reforçava significativamente o papel de intervenção do Estado sobre a economia brasileira – a ofensiva neodesenvolvimentista -, tanto banqueiros quanto industriais apresentaram avaliações e posições bastante críticas em relação ao modelo econômico do governo. Assim, o período aqui analisado teria sido marcado pelo tensionamento político das relações entre essas elites empresariais e o governo federal.

Escrever sobre um tema tão complexo e sobre um período tão recente da história do país é um desafio, ainda mais quando se está em meio a uma das mais graves crises políticas e econômicas vivenciadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas – crise esta protagonizada por atores que aparecem em profusão nestas páginas. Difícil ficar imune aos acontecimentos, difícil manter um mínimo de isenção – inalcançável, porém perseguível – para analisar com a frieza necessária os fatos, processos e discursos narrados neste texto. Essa situação tornou ainda maior nosso esforço intelectual, ainda maior a necessidade de exercermos a “vigilância epistemológica”. Esperamos que tenhamos conseguido, ao menos em parte.

2 OS EMPRESÁRIOS E O ESTADO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Os interesses econômicos, os perfis ideológicos e os posicionamentos políticos das elites empresariais são variáveis fundamentais para compreender as forças que operam na lógica de condução governamental das políticas econômicas estatais no sistema capitalista.

Esta sentença, que constitui o pressuposto teórico geral de nossa pesquisa, encerra em si e gera, por sua vez, outras questões teóricas importantes, as quais lançam possíveis enfoques conceituais e teóricos diferenciados para nossa análise: como pensar as articulações e diferenciações entre sociedade, economia e política? Como compreendemos as relações entre os grupos detentores do capital econômico e as políticas econômicas de Estado? Quais as formas assumidas pelo relacionamento político entre empresários e Estado no sistema capitalista? Quais conceitos têm maior capacidade operacional para interpretarmos os banqueiros e industriais como atores políticos?

Oferecer respostas teoricamente definidas a estas questões levantadas constitui o objetivo deste capítulo.

2.1 ESTADO, SOCIEDADE E ECONOMIA: PARA ALÉM DAS DICOTOMIAS

A primeira questão teórica de fundo que se apresenta quando enfocamos a relação de empresários com o Estado, cujas respostas variam nos diversos estudos já construídos sobre tal objeto, é a relação de autonomia e/ou dependência entre os decisores estatais e os interesses dos grupos sociais.

Desde os clássicos da teoria social e política, existem basicamente duas grandes perspectivas interpretativas para o entendimento das relações entre Estado e forças sociais (ou ainda, entre as instituições políticas e as estruturas socioeconômicas), que buscam lançar luz sobre a problemática dos fundamentos do poder político.

Para uma dessas perspectivas, o Estado é concebido como uma instituição política instrumental para a dominação de classe, de modo que o poder é, em última instância, a expressão da capacidade de uma classe impor-se sobre as demais, fazendo de seus interesses a expressão do interesse geral da sociedade e, portanto, fazendo-se representante dos interesses das demais classes, dominadas. Nesse contexto, o cerne da explicação do Estado e dos

fundamentos do poder é dado por elementos externos ao campo da política, a partir das determinações e condicionamentos que emanam das contradições econômicas da sociedade⁵.

Para a outra perspectiva, o Estado é pensado como uma entidade distinta e autônoma, atentando-se para a especificidade da lógica de poder das elites burocráticas e políticas. Para este enfoque, a dinâmica da política é irreduzível às contradições da sociedade civil. Os fundamentos e a natureza do poder devem ser encontrados no interior do próprio Estado e das elites políticas que o controlam e comandam segundo seus próprios interesses. As elites políticas aqui deixam de ser entendidas como representantes instrumentais dos interesses dos detentores do poder econômico e passam a ser compreendidas como representantes de si mesmas. O Estado e o poder político não estão necessariamente vinculados ao jogo de interesses das classes⁶.

⁵ Podemos encontrar as raízes desta perspectiva em diversos escritos de Marx. Ainda jovem, o filósofo alemão começou a distanciar-se de seu grande referencial teórico, Hegel, ao romper com a concepção que este formulou a respeito da sociedade civil e do Estado em sua *Filosofia do Direito*. Em **Introdução à crítica da filosofia do Direito de Hegel**, Marx colocou Hegel “sobre seus próprios pés”: na sua formulação, ao contrário do que pensara Hegel, eram as contradições entre as classes constituintes da sociedade civil que davam origem e sentido à existência do Estado. Outro momento importante da obra de Marx em que comparecem suas concepções a respeito da relação do Estado e suas formas de regime político com a sociedade civil, e mais particularmente, com a burguesia e suas frações, é a análise de conjuntura sobre o processo político francês que culminou no golpe de Estado liderado por Luís Bonaparte, em 1851. Estamos nos referindo ao clássico **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Nesta obra, complexificando o esquema analítico apresentado em seus textos de juventude, Marx toma por referência o comportamento de alguns personagens que protagonizam o jogo das disputas políticas partidárias e parlamentares no interior do Estado francês e os despe de suas aparências, explicitando os vínculos de representação de interesses de classes que, mesmo ocultados no mundo fenomênico das siglas partidárias, lideranças e discursos universalistas, movem os atores na arena política. Da perspectiva marxiana, a compreensão da luta política na sociedade burguesa exigiria o esforço intelectual para detectar os interesses das frações de classe ocultos atrás das correntes de opinião e dos partidos políticos que disputam o poder. Isto porque, na cena política burguesa, os partidos não anunciam abertamente os interesses que representam e organizam. Eles, ao mesmo tempo, com sua retórica universalista, representam e dissimulam interesses de classe. A luta política não opõe, pura e simplesmente, como sugere a aparência do fenômeno, a esquerda à direita, os progressistas aos conservadores, os desenvolvimentistas aos liberais. Para Marx, a questão essencial é: que interesses de classe ou fração tais correntes/partidos representam e por quê? (BOITO, 2007, pp. 139-148).

⁶ Dentro desta perspectiva teórica podemos situar, no âmbito dos clássicos, Max Weber. No âmbito das escolas da teoria política, dentro desse espectro estão as variantes do *elitismo* e as correntes do *institucionalismo* e do *neoinstitucionalismo* - amplamente hegemônicas no quadro atual da ciência política. Para Weber, o Estado, sociologicamente, não pode ser definido pelos seus fins – tal como o faz a tradição marxista. Ao contrário, a definição do Estado passa pela identificação dos meios específicos peculiares a ele. Em outros termos: para Weber os fundamentos do Estado e do poder não podem ser procurados em elementos externos – na sociedade, na economia, nas lutas de classes -, mas sim em elementos internos, intrínsecos à política. No contexto dessa perspectiva que destaca a autonomia do Estado em relação à sociedade, podemos localizar também a teoria elitista, que tem em Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca, Robert Michels e Joseph Schumpeter, seus cânones. Na percepção realista dos elitistas, o exercício da política, para além da retórica e das formalidades, é fadado à formação de pequenos grupos ativos, minorias politicamente ativas e organizadas que governam e controlam o poder, subordinando todo resto da sociedade. A política se define pela dominação da maioria dirigida pela minoria dirigente, pela elite, pela oligarquia. Mosca, por exemplo, definiu esta minoria dirigente através do conceito de *classe política*, a qual, gozando de um nível de organização e articulação de interesses muito superior aos demais grupos da sociedade, utiliza o aparelho do Estado para realizar seus próprios fins, à revelia do que pensam e do que querem os demais grupos sociais, incapazes de se oporem às elites por conta de sua dispersão e baixo nível de organização.

No caso brasileiro, em especial, onde temos uma longa tradição de pensamento social estruturado em dicotomias ⁷, essa polaridade sempre ocupou espaço destacado nas formulações dos pensadores que buscaram pensar as relações entre Estado e sociedade em nosso país. Essa dualidade teve influência decisiva nas interpretações do comportamento das elites econômicas frente ao Estado.

Por uma parte, temos as leituras que enfatizaram a força dos grupos sociais organizados, que atribuíram às classes economicamente dominantes o poder de se situarem hegemonicamente frente ao Estado, privatizando-o e efetivamente transformando-o em seu “comitê executivo” (BOSCHI, 1978, p.156). Como representantes clássicos deste ponto de vista que enfatizou o papel hegemônico da burguesia brasileira nos processos de construção do Estado nacional e do capitalismo no Brasil, podemos citar as obras de autores como Caio Prado Jr, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré e outros.

Por outra parte, temos as interpretações baseadas no ponto de vista do Estado forte e autônomo, as quais geraram como contrapartida a visualização das forças sociais burguesas como fundamentalmente passivas, dependentes da tutela estatal e incapazes de formular, articular e implantar políticas favoráveis aos seus interesses. Tais interpretações em geral partiram do pressuposto de que, no contexto histórico das sociedades de capitalismo tardio e periférico (como a brasileira), a formação da economia de mercado não seria resultado da ruptura e da passagem de um modo de produção para outro. Na verdade, ao contrário, teria se observado aqui a sobrevivência de modos arcaicos de sociabilidade como componente fundamental da dinâmica do processo de expansão capitalista. A principal característica do processo de construção do capitalismo brasileiro seria a formação de um Estado forte e altamente burocratizado que expandiu seus recursos, tornando-se o núcleo dinâmico das mudanças ocorridas, transformando a burguesia em classe politicamente subordinada e dependente do patrocínio estatal.

Esta concepção se tornou muito influente – talvez até dominante - a partir da perspectiva interpretativa da nossa história política que teve em **Os Donos do Poder** (1956), de Raymundo Faoro, um de seus momentos essenciais. Segundo a tese faoriana - inspirada nas categorias weberianas -, no Brasil, diferentemente dos casos clássicos de formação do capitalismo e do Estado moderno da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, tal processo não foi liderado por uma burguesia industrial combatente das elites agrárias tradicionais e das

⁷ Um importante estudo acerca do papel do raciocínio dicotômico na formação e na consolidação da tradição de pensamento social brasileira é o artigo de Wanderley Guilherme dos Santos, **Raízes da imaginação política brasileira**. Dados nº 7, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1970.

monarquias absolutas. Ao contrário, em nossa história, foi o Estado hipertrofiado, dominado por um *estamento burocrático patrimonialista* – herança direta do Estado português -, pairando de forma independente sobre as classes e fundindo o público ao privado, que liderou o processo de formação de uma espécie de “capitalismo politicamente orientado”, sufocando e inviabilizando o desenvolvimento independente da sociedade civil e do mercado no Brasil. Assim, a formação política e econômica de nosso país, ao contrário das interpretações canônicas do marxismo, não seria marcada pela luta de classes e, na formação da sociedade capitalista, não seria marcada pela hegemonia de uma burguesia controladora do Estado. Seria marcada, isto sim, pela dominação patrimonial do estamento burocrático do Estado sobre o conjunto da sociedade.

Buscamos no presente trabalho nos afastar e ao mesmo tempo absorver as formulações dessas perspectivas interpretativas que pensam a relação Estado-Sociedade em termos de bipolaridade. Isto porque o primado da instância societal ou estatal não é uma questão *a priori* de “tipos ideais”. Em verdade, ela depende de uma série de variáveis particulares, como os grupos sociais focalizados, as formações históricas e sociais colocadas em tela e as conjunturas específicas. Além disso, a primazia que de fato o Estado pode ter assumido na formação do capitalismo brasileiro não nega o papel fundamental desempenhado pela força social das nossas elites econômicas privadas, o qual sem dúvida se fortaleceu ao longo do século XX.

Evitaremos aqui os dois polos na medida em que, ao constituírem uma oposição binária, enfraquecem o enfoque: não podemos, de um lado, reduzir a política e a dinâmica própria dos conflitos que se dão dentro e em torno do Estado a meras decorrências espontâneas e reflexos mecânicos das transformações e dos conflitos de interesses econômicos dos grupos sociais. Afastamo-nos, assim, dos essencialismos fetichistas e dos determinismos econômicos próprios a determinados enfoques marxistas que, estrutural e funcionalmente, pensam a política de Estado e a representação política como instrumentos que servem, necessariamente, ao atendimento dos interesses objetivos das frações dominantes da burguesia. Não entenderemos aqui, portanto, a esfera do político apenas como “superestrutura” condensadora de interesses objetivos que se dão, verdadeiramente, na esfera “estrutural” da economia e das classes – da “determinação do econômico em última instância”, para citar o conceito althusseriano.

Do outro lado, evitaremos o enfoque que absolutiza a independência do Estado, das instituições e das elites políticas em relação às pressões e às demandas provenientes dos grupos de interesses da sociedade. O Estado, assim como as demais instituições, não é gerado

nem se reproduz espontaneamente, no vácuo. Ao contrário, é a expressão altamente formalizada e racionalizada dos conflitos, contradições de interesses e correlações de forças existentes nos diversos momentos do processo histórico das sociedades. Buscamos desse modo evitar, em contraposição ao instrumentalismo marxista, um outro extremo, a saber, a visão que reduz a política ao voluntarismo das opções e das decisões auto interessadas de um estamento burocrático, de uma classe política.

Objetivamos na análise deste trabalho partir da base de uma *visão teórica integrada das relações Estado-Sociedade*, o que significa, concretamente, afirmar, de um lado, a autonomia do político, não derivável e redutível ao econômico e ao social, que possui sua dinâmica e suas variáveis próprias. E de outro, afirmar a importância da pressão e da influência que os interesses dos grupos econômicos dominantes exercem sobre os processos decisórios estatais.

Outro pressuposto teórico conformador da presente investigação é nossa refutação da concepção tipicamente liberal da Economia como campo dotado de independência radical e regido por legalidade, racionalidade e dinâmica próprias, à margem das decisões políticas e dos interesses, valores e concepções envolvidas nas decisões e ações efetuadas pelos agentes. Refutamos esta visão cientificista e positivista que reduz a economia ao “reino neutro da técnica”. Em verdade, como dizia Karl Polanyi (1980), a economia está enraizada, incrustada nas relações de poder que atravessam o tecido sócio-político⁸, por mais que a ideologia apologética do livre mercado – ou, nos termos da famosa imagem do pensador austríaco, do “moinho satânico” - insista em afirmar o contrário. Economia é, para nós, para além e aquém das evidentes e importantes questões tipicamente técnicas e matemáticas, fundamentalmente *economia política*, ou ainda, *política econômica*. Economia é política por implicar escolhas, decisões tomadas em contextos de múltiplas alternativas, quando as possibilidades de ação não se resumem à aplicação racionalizada de métodos administrativos⁹.

⁸ “A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais; ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não econômicas” (Polanyi, 1980, p. 61).

⁹ Devemos a Karl Mannheim, em sua obra clássica **Ideologia e Utopia**, a formulação teórica da distinção entre a “esfera racionalizada” (administração e gestão técnica) e “esfera não racionalizada” (política) da vida social. Ver: Mannheim, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, pp. 138-42.

2.2 ELITES EMPRESARIAIS E POLÍTICA ECONÔMICA DE ESTADO

Os empresários, por sua condição estrutural de detentores do capital econômico e de proprietários das condições de produção material (por sua condição de classe), e também por serem quantitativamente muito mais restritos do que os demais grupos sociais, encontram maior facilidade objetiva para articular seus interesses e organizá-los para empreender ações coletivas capazes de influenciar as decisões estatais na direção do atendimento de suas reivindicações¹⁰. O potencial hegemônico dos empresários capitalistas decorre de sua “habilidade superior para defender e reproduzir o poder. Os poderosos são menos numerosos, mais dificilmente se dividem uns contra os outros, têm uma visão mais clara do que querem defender e têm maiores recursos para agir concertadamente” (OFFE e WIESENTHAL, 1984, p. 70). Essas possibilidades privilegiadas que os empresários capitalistas têm para influir no processo decisório estatal são descritas por Clauss Offe e Helmut Wiesenthal (1984), ao resenharem as teses de Lindblom, nos seguintes termos:

[...] o capital, seja ao nível da firma individual ou ao nível de associações empresariais, está em uma posição de poder privilegiada, resultante do fato de que, em uma sociedade capitalista, o Estado depende do florescimento do processo de acumulação. Mesmo antes que comece a pressionar o Governo com reivindicações políticas, o capital goza de uma posição de controle indireto sobre assuntos públicos [...] Essa situação torna aconselhável aos governos prestar especial atenção ao que os homens de negócios têm a dizer, seja individualmente, seja através de suas associações [...] Todo o relacionamento entre capital e Estado está montado não em torno do que o capital pode fazer politicamente, via suas associações, como é afirmado pela teoria crítica do elitismo, mas sobre o que o capital pode recusar-se a fazer, em termos de investimentos controlados pela empresa individual. Essa relação assimétrica do controle faz com que formas comparativamente discretas de comunicação e interação entre associações empresariais e aparelho estatal sejam suficientes para cumprir os objetivos políticos do capital (OFFE e WEISENTHAL, 1984, p. 79-80).

Assim, conforme a formulação de Offe e Wiesenthal, a assimetria de condições e recursos que as elites empresariais possuem para influir nos processos decisórios do Estado, comparadas às possibilidades e recursos de os demais grupos exercerem essa influência, decorre, não de um *a priori* essencialista que define o aparelho burocrático-estatal como necessariamente estando a serviço das classes dominantes - como necessidade histórica -, mas sim de uma posição material estratégica que confere à classe dos proprietários do capital econômico o “gozo de uma posição estrutural de controle indireto sobre assuntos públicos”. Como os políticos e a burocracia pública dependem, em sociedades capitalistas, do bom

¹⁰ Sobre a correlação entre tamanho do grupo e efetividade da ação coletiva, ver OLSON, Mancur. **A lógica da Ação coletiva: Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Editora USP, 1999, pp. 55-59.

desempenho da acumulação de capitais – ou, em outros termos: do bom desempenho da economia - para manterem-se firmes em seus postos de comando da máquina estatal, os empresários capitalistas possuem assim um poder de barganha e pressão muito grande sobre os decisores públicos, ao ponto de que, para pressionarem os poderes em nome de suas demandas, não precisam nem agir diretamente no âmbito propriamente político, bastando-lhes, se for o caso, exercer seus poderes de veto e sanção. Em síntese: nas sociedades capitalistas, os capitalistas possuem condições estruturais privilegiadas para influir nas arenas decisórias do Estado.

No caso dos empresários do setor financeiro, dos banqueiros, em particular, o fator fundamental para compreender seu poder de influência sobre os processos políticos estatais e sobre o conjunto da economia – inclusive sobre o empresariado de outros setores -, segundo Minella (2002, p. 248-49),

[...] é o controle que exercem sobre parte substantiva dos recursos e do fluxo de capitais na economia. Através deste controle, são capazes de impor constrangimentos aos processos decisórios das políticas governamentais e das decisões estratégicas das empresas, caracterizando-se um processo que alguns autores identificam como “hegemonia financeira”.

Com base nesses privilégios estruturais, os empresários constroem as ferramentas para organizar suas ações coletivas em forma de sindicatos, associações, federações e confederações patronais. Para Bianchi (2010, p. 39), existem motivações gerais dentro do sistema econômico e político capitalista que levam os empresários a lograrem formas de organização coletiva para defesa e promoção de seus interesses. Estas motivações são basicamente de três ordens, interconexas: a) necessidade de regular certas práticas, originadas na própria lógica concorrencial do mercado capitalista, as quais podem comprometer a viabilidade do sistema em seu conjunto; b) o enfrentamento com os trabalhadores; e c) a necessidade de influenciar o Estado, sobretudo na esfera decisória relativa à política econômica.

Nesta pesquisa, interessa-nos analisar especialmente essa última motivação. Offe e Wieselthaler também caracterizaram as particularidades das formas assumidas pela ação coletiva das associações empresariais frente ao Estado. Elas são

[...] publicamente menos visíveis (porque há uma necessidade menor de mobilizar o apoio de aliados externos), mais técnicas (por que o reconhecimento do que seria “politicamente desejável”, ou seja, a indispensabilidade factual, pode ser pressuposto como já acordado), mais universais (porque associações empresariais podem falar em nome de todos aqueles interesses que requerem, para sua realização, uma taxa de acumulação sadia e contínua, o que, do ponto de vista do capital e do Estado é verdade para todos) e negativas (porque, dado o fato de que o governo tem de considerar como desejável o que, de fato, é desejável para o capital, o único que

resta a ser feito é advertir os governos contra decisões e medidas imprudentes, “irrealistas” e possivelmente “inoportunas” (OFFE e WIESHENTAL, 1984, p.80).

Além das vantagens estratégicas e posicionais de que gozam sobre os demais grupos da sociedade para influir nas arenas decisórias, por outro lado, historicamente os empresários foram levados, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, em função da complexificação econômica, do papel cada vez mais central do sistema financeiro no processo de acumulação e dos crescentes poderes de intervenção estatal sobre o conjunto da economia, a assumirem paulatinamente, para defender os interesses particulares de suas empresas, o papel de líderes políticos.

Fernando Henrique Cardoso, em seu estudo clássico sobre o empresariado industrial brasileiro dos anos 1960, propondo um avanço em relação à definição clássica do empresário inovador de Schumpeter, argumenta que essa dimensão propriamente política, de produzir influência sobre as decisões públicas de políticas econômicas, deve ser absorvida na caracterização do empresariado. Segundo ele,

[...] sem dúvida, o homem de empresa é hoje, mais do que tudo, um líder no sentido político. Entretanto, esta transformação não se verificou porque o espírito do capitalismo mudou, mas porque o capitalismo mudou, isto é, as condições de realização do lucro no mercado mudaram. [...] A inovação, que formalmente é função de qualquer grupo dirigente, dependerá, para concretizar-se na atividade capitalista contemporânea, não só do talento inventivo quanto da capacidade de persuasão e pressão política do chefe da empresa” (CARDOSO, 1963, p. 32-42).

Por isso, as elites dirigentes da economia no capitalismo contemporâneo - no caso, década de 1960 - tornaram-se ao mesmo tempo, elites políticas:

[...] ultrapassar o ângulo de visão que a empresa isolada permite é um imperativo para garantir o êxito da própria empresa. [...] Assim, no plano das relações dos grupos econômicos com o Estado, obter novos contratos governamentais e impelir o Governo a estratégias específicas que permitam a continuação da prosperidade tornam-se condições para a realização de lucros crescentes, e o controle da opinião pública, nas sociedades de massa, transforma-se no corolário necessário para o êxito capitalista: é preciso que a Nação se veja representada no Estado e sinta as decisões deste como expressão da vontade coletiva, embora, de fato, o Estado continue a ser, nas resoluções fundamentais, instrumento da prosperidade dos capitalistas (CARDOSO, 1963, p. 37).

De acordo com Cardoso, portanto, por passarem a ocupar cada vez mais a posição de elite política para defender seus interesses de elite econômica interessada na reprodução ampliada de lucros, os empresários, para lograr êxito em tal função política, necessitam participar, de forma cada vez mais intensa, da disputa ideológica presente no espaço do debate público, a fim de, no plano da linguagem e do discurso, apresentar seus interesses particulares sob o manto de representantes do interesse geral da nação e do conjunto de grupos sociais que a compõe. Para seus interesses particulares serem legitimados, tratar-se-ia de apresentá-los

como universais, dotados de universalidade. Em prosa mais clara: os empresários precisam interpelar a opinião pública.

Por fim, é importante ressaltar que não pretendemos, é claro – até por constituir tarefa impossível –, analisar e compreender o discurso do conjunto total dos segmentos e camadas empresariais do país. Pretendemos, isto sim, levar a cabo uma análise da produção discursiva das *elites empresariais* do setor industrial e financeiro do capitalismo brasileiro.

Elites empresariais podem ser entendidas como *elites políticas das elites econômicas*, como *elites políticas de classe*. Ainda que sejam originários de tradições teóricas e epistemológicas distintas, os conceitos de *elite política* e de *classe social* podem se complementar – mesmo que com desajustes e defasagens entre si. De um lado, esta junção conceitual nos permite abandonar de vez a ideia de que a classe como um todo possa, enquanto “lugar objetivo nas estruturas sociais”, sem mediações, se constituir em ator político. Na verdade, a classe é uma coletividade socioeconômica representada politicamente por uma *elite de classe*. O conceito de elite, assim, nos permite operacionalizar o conceito de classe para a análise política. Por outro lado, a junção com o conceito de classe retira o potencial voluntarismo presente nas análises elitistas que desconsideram o peso dos “constrangimentos estruturais” dos conflitos de interesses materiais sobre as lutas políticas no interior do Estado. Desse modo, podemos escapar do “vácuo social” implícito nas análises elitistas que supõem a independência radical do campo da política (COSTA, 2012; PERISSINOTTO e CODATO, 2009).

Elites são os grupos minoritários formados por indivíduos que conseguem se apropriar de forma privilegiada dos bens simbólicos valorizados em seus campos de ação social, vocalizando eficazmente os interesses e os valores que regem os grupos sociais de que fazem parte, o que os torna aptos para a representação política. Como nos diz Costa,

Aqueles que compõem a elite ao mesmo tempo estão lá por terem sido os melhores no exercício das atividades relacionadas à inserção do grupo na sociedade e que demonstraram a capacidade de se reportar a este grupo, ou seja, de alcançar na relação com seus pares a condição de elite e de consentimento para sua manutenção nesta condição. Assim, considerando o objeto de nossa reflexão, não se trata de uma consciência coletiva da condição de capitalistas ou de classe dominante etc., bem definida e precisa, ou de um processo totalmente racional de seleção que testa muitos e seleciona os melhores, mas sim de uma articulação entre o conjunto de condições objetivas que, em um determinado contexto, se colocam para o coletivo dos proprietários e controladores dos meios de produção, e um conjunto de particularidades pessoais (origem social, trajetórias, valores etc.) que objetivamente também só se manifestam em uma parte menor do próprio coletivo e lhes permitem ocupar posições de destaque, seja no exercício da atividade gerencial propriamente capitalista, seja no exercício da direção de instituições de representação (COSTA, 2012, p.31).

A referência ao termo *elite* busca denotar o fato de que, dentro do conjunto amplo e heterogêneo de empresários, apenas uma fração bastante resoluta – uma *minoría politicamente ativa*, para resgatar o conceito de Gaetano Mosca - assumirá os custos de representar politicamente os interesses do conjunto de indivíduos que formam esta classe social e que, também, será bastante resoluta o número de indivíduos capacitados para assumir a função de influir politicamente no espaço do debate público. Ainda que as decisões estatais referentes às políticas econômicas afetem diretamente todos os indivíduos que investem economicamente no país, a grande maioria dos empresários está mais preocupada e capacitada apenas para gerir e administrar o escopo de seus negócios particulares. Ou seja, apenas uma minoria exerce aquelas funções de liderança política que os empresários são cada vez mais impelidos a assumir.

3 ELITES EMPRESARIAIS, ESTADO E POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL: UM POUCO DE HISTÓRIA

Concluído o processo de definição do enfoque teórico e dos conceitos que orientam este trabalho, passemos agora à reconstrução histórico-concreta de nosso objeto.

A análise do discurso das elites da burguesia industrial e financeira brasileiras em relação à política econômica de Estado necessita de uma contextualização mais ampla sobre o processo histórico de surgimento e consolidação desses setores da vida nacional, afinal nenhum dos elementos que constituem o fenômeno aqui analisado surgiu apenas no período mais recente da história do país.

A atuação dos diversos segmentos e frações das elites empresariais junto ao poder político e ao aparelho de Estado é um objeto com larga tradição de análise sociológica e política no pensamento social brasileiro¹¹. Buscaremos aqui, com base na ampla bibliografia disponível sobre o tema, elaborar uma reconstrução histórica – bastante sintética, e por isso, limitada, que nos permita cercar nosso objeto a partir de sua constituição ao longo do tempo.

Necessitamos frisar, antes de tudo, que partimos do pressuposto de que as elites empresariais brasileiras, ao longo da história, relacionaram-se, aderiram ou se opuseram às diversas ideologias, governos e forças políticas de acordo com o que fosse mais funcional para o atendimento e a promoção de seus interesses econômicos particulares. As elites empresariais são atores políticos caracterizados por alto grau de pragmatismo. Sua adesão às diversas alternativas políticas e ideológicas existentes nas diferentes conjunturas políticas ao longo da nossa história sempre esteve indelevelmente impregnada por interesses materiais.

Adotaremos aqui uma forma de exposição periodizada, mesmo correndo o risco de acabarmos homogeneizando realidades heterogêneas e unificando momentos distintos dentro

¹¹ Existe uma rica tradição de estudos sobre as classes proprietárias e as elites econômicas e sua atuação política no Brasil, que partem de diversas perspectivas teóricas e analíticas. Um tema bastante tradicional desses estudos são as elites ligadas à grande agricultura de exportação. Podemos citar como autores que produziram análises de referência nesta seara figuras como Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Pierre Monbeing, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Renato Perissinoto, Nícia Vilella Luz, Pedro Fassoni Arruda, entre outros. Os estudos sobre o empresariado industrial também existem em grande profusão. Aqui podemos situar autores destacados como Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Hélio Jaguaribe, Fernando Henrique Cardoso, Warren Dean, Boris Fausto, Luciano Martins, Eli Diniz, Renato Boschi, Luis Carlos Bresser Pereira, René Dreifuss, Paulo Roberto Neves Costa, Adriano Codato, Armando Boito, Antônio Calos Mazzeo, Décio Saes, além de brasilianistas como Peter Evans, Bem Ross Schneider e Leigh Payne. Uma excelente sistematização do conjunto de formulações sobre o empresariado industrial como ator político no Brasil pode ser encontrada no artigo **O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa**, de Wagner Pralon Mancuso (In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 28, p. 131-146, jun. 2007). Mais recentes e muito mais escassos são os estudos dedicados ao empresariado financeiro e aos banqueiros no Brasil. Aqui podemos citar como exemplos destacados os trabalhos de Ary Cesar Minella, Rodolfo Palazzo Dias, Marcus Ianoni.

de um mesmo todo, ainda mais ao tratar de período histórico tão amplo quanto o aqui colocado em tela. Ainda assim, concebemos justificável a periodização por tornar mais inteligível os processos e suas respectivas fases numa perspectiva histórica mais ampla. Dividiremos a exposição do processo histórico da relação entre elites empresariais e política econômica de Estado republicano brasileiro nas seguintes fases: 1) Hegemonia agroexportadora e gênese do industrialismo (1889-1930); 2) As burguesias e o Estado: o nacional desenvolvimentismo (1930-85); 3) Democracia, neoliberalismo e hegemonia financeira (1985-2002); 4) Lulismo: neodesenvolvimentismo ou continuidade neoliberal? (2002-10).

3.1 HEGEMONIA AGROEXPORTADORA E GÊNESE DO INDUSTRIALISMO

As políticas econômicas dos vários governos da Primeira República brasileira foram, em linhas gerais – como é quase consenso entre os nossos historiadores econômicos – liberais, livre-mercadistas e livre-cambistas, em consonância com a economia política do *laissez-faire*¹² e do *Estado-gendarme*¹³, então hegemônicos no capitalismo ocidental. Tais políticas econômicas – conhecidas no caso brasileiro como “política Joaquim Murinho”¹⁴ – eram fundamentadas pelos princípios da *teoria das vantagens comparativas* formulada por David Ricardo¹⁵ e se orientavam pela crença, então dominante, de que o Brasil era um país com “vocação agrícola”, “naturalmente” condicionado a participar do comércio internacional na condi o de exportador de produtos primários, de país agroexportador (SANTOS, 1962, p. 159).

No conjunto, a perspectiva econômica liberal se materializava em a) omissão do Estado em intervir e regular setores e questões econômicas que não afetassem diretamente os interesses da grande lavoura de exporta o cafeeira e do grande comércio de importa o a ela

¹² *Laissez-Faire* (expressão francesa que significa literalmente “deixa fazer”, “deixa ir”)   a expressão que simboliza o livre jogo das forças de mercado, defendido pelo liberalismo econômico, dominante durante o século XIX até o final da década de 1920.

¹³ “Estado-guardião”, ou ainda “Estado-polícia”. A expressão faz referência aos Estados nacionais durante a hegemonia do liberalismo econômico pr -1930, quando o poder público se resumia às fun es mínimas de assegurar contratos de propriedade e reprimir dissuas es, sem o papel regulador e interventor que assumiria ao longo do século XX.

¹⁴ A expressão faz referência a Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda do governo Campos Salles (1898-1902), c ebre defensor da ortodoxia liberal do livre-mercado.

¹⁵ Formulada pelo economista inglês David Ricardo, a teoria das vantagens comparativas   a teoria liberal sobre o comércio entre países que, partindo do pressuposto de que um país sempre vai ter destaque em um setor produtivo apresentando vantagem sobre o outro (e vice versa), defendia que poderíamos e deveríamos estabelecer uma rela o comercial sem restri es, onde a produ o mundial crescesse permitindo que cada país se especialize na produ o de bens onde apresentasse vantagens comparativas. Durante o século XIX e o começo do século XX, tal teoria serviu para legitimar a especializa o dos países centrais em atividades manufatureiras e dos países periféricos em atividades econômicas primárias.

associado; b) inexistência de políticas protecionistas de apoio às iniciativas econômicas voltadas para o mercado interno; e c) indiferença e contrariedade do poder público em relação às demandas apresentadas pela nascente burguesia industrial, materializadas na falta de empenho e mesmo na recusa explícita da política econômica de Estado em levar a cabo um projeto de industrialização mais rigoroso no Brasil (SANTOS, 1962, p. 161).

No fundamental, as políticas econômicas liberais dos governos da Primeira República beneficiavam os interesses da oligarquia agrário-exportadora – notadamente a oligarquia cafeeicultora paulista – e do comércio de importação a ela associado, que eram naquele período histórico os setores mais dinâmicos da economia brasileira.

Por outro lado, desde a segunda metade do século XIX, com mais intensidade a partir da década de 1880, começaram a surgir manifestações públicas contra o estado de dependência econômica em que o Brasil se encontrava com a especialização em atividades agrícolas voltadas para fora¹⁶. Em 1882, por exemplo, a “Associação Industrial” lançou manifesto de forte teor nacionalista, com pesadas críticas ao sistema econômico liberal, exigindo intervenção estatal para a defesa e o desenvolvimento da indústria brasileira. Os pontos mais importantes da argumentação do manifesto, na leitura de Nícia Vilella Luz, apontavam que, com a industrialização,

[...] o Brasil não só obteria independência econômica, mas resolveria também alguns dos seus problemas, pois atrairia para o país braços e capitais estrangeiros para impulsionar a produção; ocuparia a população urbana desocupada que poderia suscitar uma questão social, livraria o país da vulnerabilidade de uma economia monocultura, e, abastecendo o mercado interno, diminuiria a importação, aliviando a balança comercial. Não perdia também a oportunidade para atacar o intermediário, considerado um parasita e cuja produtividade era nula ou quase nula (LUZ, 1978, p. 68).

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, no conjunto de ideias então nascentes,

Defendia-se, no fundamental, a necessidade de industrializar o país como condição para que se tornasse efetiva sua independência política. Independência, via industrialização, era a tese básica daqueles homens, políticos e negociantes, que se opunham à permanência da situação de subalternidade internacional em que vegetava o Estado brasileiro (SANTOS, 1962, p. 156).

Entre os principais pontos defendidos pelos industriais para industrializar o país e assim “tornar efetiva a independência política”, estava o protecionismo, expresso concretamente nas reivindicações pelo estabelecimento de tarifas alfandegárias que beneficiassem o desenvolvimento da indústria nativa.

¹⁶ Como principais expoentes da nascente ideologia industrialista do final do século XIX, Wanderley dos Santos cita, entre outros, Amaro Cavalcanti, Aristides Queiros, Souza Franco, Malvino Reis, Alcindo Guanabara, Mauá, Serzedo Amaral e Licínio Cardoso - estes dois últimos, os mais destacados, por sua visão global e compreensão do conjunto.

Alegavam os industrialistas que “o protecionismo alfandegário corrigiria os desequilíbrios da balança de pagamentos do país, na medida em que tornaria possível reduzir o peso das importações no consumo da população” (ARRUDA, 2012, p. 343). Além disso, a imposição de tarifas “também poderia evitar a ocorrência de graves perturbações sociais, decorrentes do desemprego nos centros urbanos. [...] Os industriais alegavam ainda que a produção industrial poderia substituir as importações como principal fonte de receitas para o Estado, desde que este estabelecesse uma política menos instável em relação às tarifas e ao câmbio, cujos vaivéns dificultavam a elaboração de estratégias de longo prazo” (ARRUDA, 2012, p. 43-44). Segundo o pensamento industrialista, a inexistência de políticas de proteção dava condições para o capital estrangeiro sufocar as fábricas brasileiras com facilidade, dadas as enormes diferenças de produtividade e, portanto, também de competitividade entre o capital industrial local e o estrangeiro. Nestas condições, seria justo o Estado estabelecer tarifas protecionistas que, num quadro de extrema assimetria existente, estabeleceria condições de equilíbrio e isonomia (LUZ, 1978, p. 200).

Esses pontos de vista do nascente do industrialismo, por seu conteúdo, entravam em choque com os interesses econômicos e com a ideologia dos setores oligárquicos que comandavam a economia e hegemonizavam a direção da política de Estado em seu favor. Em resposta às críticas e reivindicações de proteção estatal vindas dos industrialistas, as oligarquias latifundiário-exportadoras defendiam as teses liberais da teoria das vantagens comparativas, reafirmavam a crença no Brasil como um país com “vocação agrícola” e acusavam as demandas protecionistas dos industrialistas de estarem calcadas no desejo de obter privilégios injustificados junto ao Estado, prejudicando os demais segmentos da popula o que teriam que financiar as políticas exigidas pelos industriais. Argumentavam que um projeto de industrializa o, caso fosse abraçado pelo poder público, seria financiado com a renda proveniente de impostos jogados sobre o setor agroexportador, e que o conjunto da popula o também seria prejudicada com a eleva o dos custos de vida, pois mercadorias produzidas pela indústria local seriam, em fun o da sua menor produtividade, mais caras que os produtos então importados do exterior.

Além disso, segundo a ideologia liberal então dominante, o Brasil não deveria construir indústrias “artificiais” – em contraposi o   “naturalidade” da agricultura –, que redundariam em baixa produtividade e pouca competitividade. As oligarquias rurais tradicionais também acusavam os industriais de utilizarem um discurso que identificava seus interesses corporativos com os interesses nacionais: segunda este ponto de vista crítico, quando os industriais afirmavam que o desenvolvimento da indústria seria o desenvolvimento

do Brasil, na verdade seguiam uma perspectiva auto interessada, buscando apenas reafirmar seus interesses econômicos particulares sob o manto de interesse geral (ARRUDA, 2012, pp. 328-35).

A partir das décadas de 1910 e 1920, passaram a ocupar as posições de destaque como os mais importantes representantes da ideologia industrializante, os empresários Francisco Matarazzo (maior empresário industrial do país naquele período), John Street, e aquele que se destacaria, com mais intensidade a partir da década de 1930, como o principal e mais influente ideólogo do industrialismo-desenvolvimentismo brasileiro: Roberto Simonsen. Estes três destacados empresários foram os fundadores e primeiras lideranças da mais importante associação civil de representação autônoma dos interesses da classe empresarial criada até então, o *Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP)*¹⁷, fundado em 1928.

Ainda que os interesses, a ideologia, a organização e o surgimento de lideranças dos industriais tenham avançado no decorrer da Primeira República, a hegemonia cafeicultora seguiu firme na direção da política econômica do Estado brasileiro. A correlação de forças econômica e política, a participação nas arenas decisórias e a influência política do empresariado industrial ganharam novos contornos após a Revolução de 1930 e o projeto levado a cabo pelo governo de Getúlio Vargas, como veremos a seguir.

¹⁷ No seu site, a entidade relata sua criação nos seguintes termos: “O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), fundado no dia 28 de março de 1928, representou uma mudança de qualidade fundamental para a industrialização do País. Mais do que formalizar propostas, o CIESP nasceu para mudar métodos e modelos de pensamentos bastante arraigados. A 1ª Grande Guerra (1914-1918) gerou imensas dificuldades de importação e, com elas, surgiram as condições para um crescimento expressivo. Como resposta, o número de indústrias em São Paulo saltou de 314, em 1907, para 4.458 no ano de 1920. (...) A criação do CIESP ocorreu em uma reunião no Clube Comercial, na época localizado na rua São Bento, nº 47. Os fundadores instalaram uma diretoria provisória, presidida por Jorge Street, enquanto se providenciava a redação dos estatutos e a escolha da primeira diretoria permanente. A escolha do cargo principal ficou com o então maior industrial do País: o Conde Francisco Matarazzo. O segundo cargo em importância ficou para um jovem de 39 anos, Roberto Simonsen. Os demais cargos da primeira diretoria foram ocupados por representantes das principais empresas e ideias do momento, entre eles: Horácio Lafer, Jorge Street, José Ermírio de Moraes e Antônio Devisate. E, como convinha, a solenidade de posse, no primeiro dia do mês de junho foi presidida por Júlio Prestes, então governador de São Paulo. (...) A partir da fundação do Ciesp, a indústria paulista passa a defender seus interesses de forma autônoma. Os primeiros desafios da recém-criada entidade foram: (a) criar um serviço de informações sobre preços de mercado no mundo; (b) criar um centro de estatísticas; (c) montar uma biblioteca especializada, com síntese de cada livro enviado aos sócios; (d) inaugurar um centro de exposições; (e) instalar um laboratório de análise de materiais e (f) desenvolver um sistema de normas para a produção. Uma combinação altamente prática, mas não comum na época. Neste modo de funcionar estava a verdadeira novidade da Instituição. O Ciesp tinha como objetivo transformar a classe industrial em formadora de opinião”. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/sobre-o-ciesp/historia/>. Acesso em: 22 de Maio de 2015.

3.2 AS BURGUESIAS E O ESTADO: O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

A Revolução de 1930 representou um marco de ruptura na história política e econômica brasileira. Com ela, rompeu-se o pacto oligárquico comandado pelas elites cafeeiras de São Paulo e teve início a construção do Estado nacional-desenvolvimentista, que marcaria as próximas décadas da história do país.

O movimento revolucionário da Aliança Liberal, liderado por Getúlio Vargas, alcançou êxito em decorrência da articulação de diversos fatores conjunturais, internos e externos.

Internamente, na Primeira República, com mais intensidade a partir da década de 1920, tivemos a crescente revolta das classes médias urbanas - expressa em fenômenos como o movimento militar tenentista - combinada com as dissidências de oligarquias regionais aliadas do centro do processo decisória da República.

Externamente, o crack da bolsa de valores de Nova York, em 1929, e a crise econômica então desencadeada, ao afetar a procura internacional pelo café de forma negativa, diminuindo o preço internacional do produto, colocou em crise o complexo da economia cafeeira. Do ponto de vista ideológico, a crise financeira de 1929 também colocou em xeque o *laissez-faire* e a “mão invisível do mercado” parecia ser mais um fábula mitológica do que um princípio a ser realmente levado a sério por governantes e intelectuais. Na dimensão política, as democracias liberais aparentavam caminhar para o precipício depois da ascensão de movimentos e regimes nacionalistas e autoritários como o socialismo soviético, à esquerda, e o fascismo italiano, o nazismo alemão, e o salazarismo português, à direita.

No Brasil, em particular, a experiência da Primeira República, caracterizada pela dominação de oligarquias agroexportadoras que controlavam o Estado através de eleições fraudadas e da economia “voltada para fora”, reforçava a forte suspeita, transformada em convicção, de que as ideias liberais estavam defasadas em relação à história e inadequadas para as particularidades da sociedade brasileira. Ou seja, a democracia como modelo de organização política e o livre-mercado como forma de organização das economias sofriam grave crise de legitimidade. O liberalismo político e econômico parecia estar com os dias contados.

Quando articulados, tais fatores solaparam as bases de sustentação do pacto político então vigente e abriram espaço para que uma frente política composta por elites representantes de setores sociais bastante heterogêneos, unidos pela crítica ao sistema político então vigente – o objetivo de transformação da estrutura econômica do país não fazia parte

dos principais objetivos da Aliança Liberal em 1930 e a nascente burguesia industrial paulista não só não participou como também se opôs ao movimento revolucionário, como bem notou Boris Fausto¹⁸ -, tomasse, pela força das armas, o poder central da República, recompondo e realocando as forças dos grupos sociais dentro do Estado. Segundo Eli Diniz, o Estado que emergiu naquele contexto turbulento do governo provisório e que se afirmou depois do esmagamento da Revolução Constitucionalista de 1932, era:

[...] um esforço de ajustamento entre os setores tradicionais, grupos oligárquicos dissidentes e os setores emergentes, como os grupos empresariais e a classe média urbana, [com esse esforço de ajustamento] teríamos a formação de um Estado de Compromisso, alternativa encontrada para a reformulação da estrutura de poder, dada a incapacidade de qualquer um dos grupos em confronto assumir a hegemonia do processo político (DINIZ, 1978, p. 47-48).

Entre as principais transformações postas em prática a partir da sedimentação desse “Estado de compromisso”, que tiveram efeitos decisivos na alteração do relacionamento entre o poder político e as elites econômicas, destacavam-se: 1) a instituição do modelo de representação corporativa e a centralização político-administrativa; 2) a modernização do aparelho de Estado, materializada numa série de reformas administrativas e inovações institucionais formadoras de uma maquinaria burocrática profissionalizada e tecnicamente qualificada; 3) a assunção pelo Estado de um papel interventor na economia, liderando o processo de constituição e fortalecimento da indústria nacional, e; 4) o fortalecimento e a ampliação da influência política do empresariado industrial junto ao poder público.

O governo Vargas, composto por forças militares e oligárquicas fortemente influenciadas pelas ideias de pensadores políticos autoritários como Oliveira Vianna¹⁹,

¹⁸ FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. História e Historiografia. São Paulo: Braziliense, 1970.

¹⁹ Oliveira Vianna argumentava que, no Brasil, em função da formação colonial que nos legou uma sociedade fundada no latifúndio, pouco estruturada, pouco integrada e com um mercado amorfo, o liberalismo, cristalizado na Constituição de 1891, não passava de idealismo que, na prática, divorciado das condições reais do país, servia apenas como miragem política que beneficiava as tendências de oligarquização das estruturas políticas. O sistema republicano não apenas não havia alterado o padrão básico das relações sociais e econômicas oligárquicas como também o reforçava. A sociedade brasileira ainda era oligárquica e autoritária, o liberalismo e a democracia não passavam de um véu legitimador dos interesses dominantes. Segundo Wanderley dos Santos, para Oliveira Viana, em tais circunstâncias, “[...] a intervenção do Estado não representava, portanto, uma ameaça para os ‘cidadãos’, mas sim sua única esperança, se é que havia alguma, de proteção contra os oligarcas, e a autoridade seria exercida mais para proteger os interesses privados dos oligarcas, do que para promover o bem público. [...] O liberalismo político seria impossível na ausência de uma sociedade liberal e a edificação de uma sociedade liberal requer um estado suficientemente forte para romper os elos da sociedade familística. O autoritarismo seria assim instrumental para criar as condições sociais que tornariam o liberalismo político viável (SANTOS, 1978, p. 104-106). “Autoritarismo instrumental” foi o conceito adotado por Wanderley dos Santos para explicar o conjunto de críticas políticas ao liberalismo no Brasil e a defesa do papel interventor do Estado como condição necessária para nossa sociedade superar seus anacronismos históricos, formulado por Oliveira Vianna. Para formação de uma sociedade liberal onde o mercado teria condições de florescer, segundo o pensamento de Vianna, seria necessária a intervenção política. Esclarecendo este ponto, Wanderley dos Santos escreve ainda que “a crítica dos autoritários de trinta às divergências entre as instituições e o meio social brasileiro ganha sentido pleno quando entendida segundo o paradigma da constituição de uma ordem burguesa

Francisco Campos e Azevedo Amaral, passou gradativamente – apesar do nome “Aliança Liberal” - a adotar políticas antiliberais, além de romper com o federalismo da constituição de 1891, tratando de recentralizar o poder da República. Era o início da chamada *modernização conservadora*.

No âmbito político, a ruptura com a democracia liberal levada a cabo pelas forças do novo governo se expressou na recusa da mediação política parlamentar no processo de representação de interesses. Em oposição, como alternativa para mediar a relação de representação entre o poder executivo e os grupos sociais instituiu-se, já a partir da eleição para a Assembleia Constituinte de 1934²⁰, o modelo corporativista de representação. Neste modelo, inspirado no fascismo italiano de Mussolini, os canais de diálogo entre Estado e Sociedade passavam do Legislativo para o Executivo, a representação perdia seu caráter político e, não mais associada a partidos e ao voto, passava a ser exercida pelas elites representantes das corporações profissionais e pelos sindicatos e associações de empresários e trabalhadores, ligados ao Estado²¹. Com o corporativismo, o Estado canalizava para seu interior as posições divergentes dos grupos dirigentes que representavam as classes sociais ligadas ao capital e ao trabalho²². O corporativismo operava a estatização da luta de classes. Com o novo modelo, os representantes das elites industriais passaram a participar dos órgãos do Estado e o sindicalismo proletário saiu da órbita de influência dos movimentos de esquerda e passou à tutela estatal, inaugurando o chamado sindicalismo pelego²³.

em uma sociedade não mais escravocrata, mas oligárquica e latifundiária. Trata-se de continuar expandindo a capacidade regulatória e simbólica do poder público e de garantir sua capacidade extrativa com o objetivo de financiar a expansão do Brasil burguês moderno. É uma sociedade de mercado, reino do privatismo burguês e do individualismo, que está ao fim do autoritarismo de trinta” (SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Paradigma e História, a ordem burguesa na imaginação social brasileira**. Mimeo, Rio de Janeiro, 1975, p. 47).

²⁰ A Assembleia Constituinte de 1934 foi composta por 40 representantes classistas eleitos por delegados de sindicatos e associações de classe, sendo 18 representantes dos trabalhadores, 17 patrões, 3 profissionais liberais e dois funcionários públicos.

²¹ Com o estabelecimento do modelo corporativista em 1931, os sindicatos patronais e de trabalhadores passaram a ser regulamentados e controlados pelo Estado. Segundo o modelo instituído, os sindicatos e entidades representativas nacionais tornaram-se Confederações. Estas eram formadas por Federações estaduais que, por sua vez, eram formadas por associações de classe setoriais. Depois deste processo de estatização sindical, por exemplo, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) passou a se chamar Federação das indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A entidade corporativa representante dos industriais no âmbito nacional passou a ser a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

²² A superioridade do corporativismo em relação ao modelo de representação parlamentar, segundo Vargas, desprendia-se da capacidade daquele em regular, congregar e apaziguar as relações entre as classes dentro do Estado. Nas suas palavras: “Num país sem espírito associativo, onde os projetos de legislação social não tinham andamento nas câmaras e onde apenas logravam execução algumas leis de assistência, a organização do trabalho impunha, como providência elementar por parte do Estado, orientar e promover a coordenação das classes patronais e operárias em órgãos permanentes, legalmente constituídos, visando à defesa dos seus próprios interesses e à solução suasória dos dissídios de classe” (Vargas, 1935, p. 101 *apud* IANNI, 1971, p. 35).

²³ Para explicar o atrelamento da classe operária ao Estado a partir do governo Vargas é preciso lembrar, além do corporativismo, as leis trabalhistas – salário mínimo, férias, jornada máxima de trabalho, aposentadoria – instituídas pelo governo, as quais atendiam às demandas históricas dos sindicatos da classe trabalhadora

Além da estrutura corporativa, para modernizar o Estado e a sociedade, a partir de 1930 o governo federal passou a criar uma série de inovações institucionais, equipando-se e qualificando-se tecnicamente através da criação de um conjunto de comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e formulação de planos. “Tratava-se de estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reorientar e incentivar as atividades produtivas em geral. Ou seja, tratava-se de formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das forças produtivas no mercado brasileiro” (IANNI, 1971, p. 22). A partir destas ações, o governo promoveu o *insulamento burocrático* e começou a tornar o Estado apto a levar adiante um projeto de consolidação do capitalismo Brasileiro²⁴. Destacaram-se, naquele contexto, a criação de espaços como o Conselho Federal de Comércio Exterior, primeiro importante órgão de planejamento econômico; o Departamento Administrativo de Serviço Público de Serviço (DASP), responsável por efetivar uma reforma administrativa criadora de uma burocracia profissionalizada no interior do Estado; além da criação das primeiras empresas públicas, com o Estado deixando de ser apenas regulador do mercado, e se tornando agente produtor direto. Por estas três vias - conselhos reunindo empresários e burocratas para pensar o planejamento da intervenção estatal na economia, racionalização do Estado através da formação de um corpo burocrático profissionalizado e criação de empresas de capital público em setores estratégicos – o Estado adquiriu condições de levar a cabo a transição da economia agrário-exportadora para a economia urbano-industrial.

No âmbito da nova política econômica, o governo Vargas rompeu com o liberalismo econômico antes hegemônico e o Estado brasileiro passou a planejar e liderar o processo de industrialização.

A indústria brasileira já havia experimentado um impulso com a deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mas ainda era muito incipiente e muito restrita a

brasileira e, por isso, deram grande popularidade a Getúlio. Em 1943, o conjunto das leis trabalhistas deu conteúdo à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

²⁴ Octávio Ianni cita como exemplos do conjunto de planos, conselhos, debates e instâncias governamentais criadas entre 1930 e 1944, com vistas à modernização e qualificação técnica do Estado brasileiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930), Ministério da Educação e da Saúde Pública (1933), Departamento Nacional do Café (1932), Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), Instituto Nacional de Estatística (1934), Código de Minas e Código de Águas (1934), Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937), Conselho Nacional do Petróleo (1938), Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (1938), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1938), Comissão de Defesa da Economia Nacional (1939), Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Missão Cooke, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (1942), Coordenação de Mobilização econômica (1942), Companhia Nacional de Alcalis (1943), Fundação Brasil Central (1943), Usina Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (1943), Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (1943), Serviço Social da Indústria (1943), I Congresso Nacional de Economia (1943), Conselho Nacional de Política Industrial (1944), Conferência de Teresópolis (1945), Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) (1945). (1971, p. 23-24).

determinados setores. Foi com a crise econômica de 1929 e seus efeitos devastadores sobre o complexo econômico cafeeiro, combinada com as mudanças políticas internas representadas pela Revolução de 1930, que a indústria passou para o centro da estratégia de desenvolvimento nacional. Segundo Comin,

[...] embora o embrião da industrialização brasileira possa ser buscado ainda no século XIX, pode-se dizer que apenas depois de 1930 é que a indústria passa a ser a força dinâmica no desenvolvimento econômico. Como resultado da grande crise mundial desta década, o modelo anterior de crescimento agrário-exportador entra em crise e praticamente impõe a internalização de algumas atividades industriais, não mais como simples complemento da produção rural. É por isso mesmo que se pode falar de política industrial no Brasil apenas a partir deste momento: somente aí é que se observa uma preocupação sistemática da política econômica com o desenvolvimento industrial (COMIN, 1996, p. 2).

Na análise clássica de Celso Furtado (1977), o impulso para o processo de industrialização teve sua gênese na política de defesa dos preços do café levada a cabo pelo governo Vargas²⁵, a qual, ao comprar e queimar os estoques excedentes do produto, teve a capacidade de manter os níveis de renda interna. “A recuperação da economia brasileira que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era subproduto da defesa dos interesses cafeeiros” (FURTADO, 1977, p. 193). Em conexão, a política de desvalorização cambial também adotada por Vargas naquele momento, ao enfrentar a crise do setor agrário exportador e o estrangulamento externo – balança de pagamentos – acabou por favorecer a indústria, protegida da concorrência internacional.

A manutenção dos níveis de renda interna e a desvalorização do câmbio, conectadas, possibilitaram que a procura por produtos industriais, até então comprados do exterior, fizesse crescer a demanda interna, servindo de estímulo para que as indústrias locais, protegidas da concorrência externa, aumentassem sua produtividade e ocupassem sua capacidade ociosa. Ao adotar tais medidas, o governo mudou o eixo dinâmico da economia do mercado externo para o mercado interno. As indústrias locais passaram a produzir uma série de manufaturados antes importados para atender a demanda do mercado interno, dando início ao processo que ficaria conhecido como *industrialização por via de substituição de importações*.

Ao longo da década de 1930, uma série de medidas políticas orientadas pelo nacionalismo econômico - que incluíram desde a imposição de tarifas alfandegárias inibidoras da importação de manufaturados e estimuladoras da importação de matérias-primas e maquinaria para a indústria nacional, até a nacionalização setores estratégicos (como as

²⁵ Para ter acesso à análise de Celso Furtado sobre a correlação entre a política de defesa dos interesses cafeeiros e o impulso para o processo de industrialização via substituições de importações, ver FURTADO, Celso. **A Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

riquezas naturais e as quedas d'água), passando pela criação de empresas públicas - caminharam no sentido da capacitação e do fortalecimento do papel interventor do Estado na economia, visando a industrialização integral do país. Formava-se, em oposição ao liberalismo econômico, o modelo *nacional-desenvolvimentista*²⁶ de capitalismo no Brasil.

A direção da política econômica posta em prática entre 1930 e 1945 atendia aos interesses e beneficiava objetivamente o empresariado industrial que, desde fins do século XIX, como vimos anteriormente, demandava a proteção e o empenho estatal num projeto de industrialização do país. Mas como a burguesia industrial se comportou e reagiu àquelas mudanças?

Conforme argumentou Diniz, embora o papel da burocracia pública, civil e militar, tenha sido preponderante na direção do Estado no governo Vargas, o papel da burguesia industrial, mesmo que esta não tenha sido hegemônica no interior do bloco de poder, não pode ser subestimado, visto que ela consistiu em importante base de sustentação do regime, sendo um importante ator estratégico no interior do esquema heteróclito de alianças formado em torno do presidente gaúcho (DINIZ, 1978, p. 95).

A consciência por parte da elite industrial a respeito de suas potencialidades e do papel que lhe cabia como ator na promoção de um processo de construção de um novo modelo de crescimento econômico foi se desenvolvendo de forma gradual e não linear.

Diniz cita, por exemplo, que durante a década de 1920, Roberto Simonsen, que anos depois se afirmaria como principal líder do empresariado industrial, ainda possuía uma visão muito restrita das possibilidades de industrialização brasileira, sendo possível encontrar em seus discursos posições marcadamente ortodoxas em matéria de política econômica, como a identificação da estabilidade monetária como problema central do país (DINIZ, 1979, p. 96). A partir da década de 1930 este líder industrial gradualmente foi assumindo uma postura mais independente e coerente com os interesses de seu setor. Em 1937, Simonsen, ao citar a política de equilíbrio orçamentário do Ministério da Fazenda, já era explícito ao criticar as

²⁶ Partimos no presente trabalho da definição de *desenvolvimentismo* proposta por Bielschowsky: desenvolvimentismo é a “ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional através da espontaneidade das forças de mercado, e por isso, é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente” (2004, p. 7). Vale citar também a proposição de Fonseca (2004): para a formação histórica do desenvolvimentismo no Brasil, contribuíram, em sua gênese, quatro correntes que vinham se desenvolvendo separadamente, mas que se amalgamaram para a formação desta corrente de pensamento econômico: o positivismo, o nacionalismo, o intervencionismo econômico e a defesa da industrialização (p. 42).

concepções que “reduziam os problemas econômicos do país aos problemas financeiros”. Em 1942, revelou-se contrário ao tratamento ortodoxo da inflação, ressaltando a necessidade de combater a desvalorização da moeda através de “providências que não dificultassem o aparelho produtivo” (DINIZ, 1979, p. 97). Porém, o pensamento de Simonsen não pode ser atribuído a todo setor industrial, e nem mesmo a toda cúpula deste. Horácio Lafer, representante classista dos industriais na Assembleia Constituinte de 1934, por exemplo, nesse período, em seus discursos, ainda considerava a estabilidade monetária e o controle de gastos públicos as prioridades absolutas da política econômica governamental. São esses exemplos de gradualismos e contradições que levam Diniz a considerar que, mesmo observando-se uma caminhada dos industriais em direção a posições mais autônomas em relação à ortodoxia liberal, durante longo período a defesa irrestrita da necessidade da industrialização não foi necessariamente acompanhada por uma defesa de concepções macroeconômicas coerentes com tais objetivos (1979, p. 98).

O principal sustentáculo de defesa da industrialização por parte da elite industrial durante a década de 1930, segundo Diniz, não estava localizado em uma concepção macroeconômica alternativa, mas sim na construção de uma identidade entre os interesses da indústria e os interesses da nação: na ideologia nacionalista.

O nacionalismo dos industriais se cristalizava, em primeiro lugar, na defesa do protecionismo - que era uma reivindicação de longa data, mas que nesse período, porém, adquiriu elementos mais coerentes e concretos. Surgiu naquele contexto, por exemplo, a proposta de reformulação global da política tarifária, incluindo nesta o critério da seletividade. Tal proposta caracterizava-se pela reivindicação de uma taxa dos produtos estrangeiros que tivessem similar nacional e a liberação da importação de matérias primas e equipamentos necessários à expansão das indústrias locais (DINIZ, 1979, p. 100). O protecionismo também se expressava na defesa, por parte dos industriais, de uma nova posição do Brasil no sistema de divisão internacional do trabalho, apontando a necessidade de o país superar sua condição de exportador de produtos primários e importador de manufaturados. Desta defesa decorria uma visão crítica a respeito da política de comércio exterior baseada no livre-comércio e no livro-cambismo (DINIZ, 1979, p. 101). A postura nacionalista, por fim, era cristalizada pela defesa, por parte do empresariado, das riquezas do subsolo e dos potenciais hidráulicos nativos contra as empresas estrangeiras. Essa postura esteve presente no posicionamento favorável dos industriais em relação à nacionalização das minas e quedas d'água, presente no texto constitucional de 1934 (DINIZ, 1979 p. 102).

A elite industrial expôs seus pontos de vista, defendeu suas reivindicações e influenciou nos processos decisórios nos espaços dos conselhos técnicos, parte integrante da estrutura burocrática criada pelo governo Vargas. Se por um lado, estes conselhos serviam como meio de cooptação das elites organizadas dos diversos grupos sociais pelo Executivo, por outro lado eram também canais de acesso e produção de influência dos interesses econômicos privados sobre a burocracia pública. Foi através da participação de suas lideranças e de suas entidades representativas nesses conselhos consultivos – principalmente no Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) - que os empresários industriais construíram, processaram e sistematizaram suas agendas políticas ao longo do período²⁷.

O esquema de poder, sustentado pela coalizão de forças que tomou o poder em 1930 e que governou o país por mais de uma década, começou a ruir e entrar em crise na metade dos anos 1940. Com a aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial e com a reafirmação da hegemonia norte-americana sobre o mundo capitalista, o regime ditatorial existente no Brasil desde 1937 começou a ser fortemente questionado. Junto das críticas dos setores democráticos que questionavam o estado de exceção brasileiro, recrudesceram também as críticas liberais ao intervencionismo estatal que marcara a política econômica dos governos Vargas. Segundo a crítica liberal do período, o autoritarismo ditatorial seria o reflexo político do intervencionismo estatal na economia. A democracia exigiria economia de mercado²⁸.

Em 1945, Getúlio Vargas foi deposto da presidência pelos militares. Eleições nacionais foram marcadas e, em 1946, promulgou-se nova Constituição. O Brasil inaugurava seu primeiro ciclo democrático.

A passagem do Estado Novo para a democracia, porém, foi atenuada pelo fato de que, em grande medida, as mesmas elites políticas e econômicas que haviam comandado o regime deposto permaneceram no poder após a destituição de Vargas (DREIFUSS, 1981, p. 28). A transição de 1945 não implicou uma mudança substancial na coalizão política dominante no Brasil desde 1930. Em meio às mudanças, “a posição privilegiada que os industriais haviam conseguido no Executivo através de uma estrutura corporativista de associação foi preservada, embora controlada pelo Congresso” (DREIFUSS, 1981, p. 27). Assim, em paralelo à abertura de espaços de atuação política no parlamento e do reaparecimento da figura do “político

²⁷ Também vale citar aqui como importantes espaços nos quais as elites empresariais se encontraram e debateram junto com o setor público os rumos da economia brasileira os encontros e congressos realizados na primeira metade da década de 1940. Nesse contexto, destacaram-se, por exemplo: o I Congresso Brasileiro de Economia, em 1943; o I Congresso Brasileiro da Indústria, em 1944; e a I Conferência Nacional das Classes Produtoras, realizada em Teresópolis, em 1945 - presidida por Roberto Simonsen.

²⁸ Foi nesse contexto que ocorreu o clássico embate de ideias entre o industrialista-desenvolvimentista Roberto Simonsen e o economista liberal Eugênio Gudin.

profissional”, o empresariado industrial manteve o espaço privilegiado de interlocução com o poder executivo. A democracia, portanto, representava uma ampliação dos espaços de atuação empresarial junto ao Estado: além da estrutura corporativa, a elite empresarial, através de suas associações e lideranças, passou a também atuar, por meio de partidos, na arena parlamentar.

O período então aberto foi marcado, no âmbito político, pelo *populismo*²⁹, e no âmbito econômico, pelo apogeu do modelo desenvolvimentista.

As primeiras eleições presidenciais realizadas após quinze anos, em 1945, foram disputadas por Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e pelo candidato vencedor do PSD, Marechal Eurico Gaspar Dutra – ministro da guerra durante o governo Getúlio.

Embora o Marechal Dutra tivesse sido eleito com o apoio do PTB e de Getúlio, ele mostrou nos dois primeiros anos de seu governo diferenças substanciais em sua política econômica. Afastando-se dos ideais nacionalistas e intervencionistas que haviam marcado os anos anteriores, Dutra caminhou em direção ao liberalismo econômico propugnado pelo economista Eugênio Gudin e pela UDN. Passou de uma política de desenvolvimento econômico e intervenção estatal na economia para uma política de redução das funções econômicas do poder público. A guinada liberal na economia efetuada entre 1946 e 1947 foi expressa na passagem da “estabilidade monetária” e do “controle da inflação” para o centro das preocupações governamentais, na adoção de políticas cambiais favoráveis à entrada e saída de capitais estrangeiros – fortalecendo a participação dos grupos multinacionais na

²⁹ O populismo foi o “produto da longa etapa de transformações por que passa a sociedade brasileira a partir de 1930” (WEFFORT, 1979, p. 49). A grande novidade do período aberto em 1945 foi a entrada – por via eleitoral – das massas urbanas e das classes populares no processo político do qual haviam sido excluídas nos quinze anos anteriores – principalmente a partir de 1937. A pressão popular sobre as estruturas do Estado se tornava “um dos elementos centrais do processo político, pelo menos no sentido de que as formas de aquisição ou de preservação do poder estarão cada vez mais impregnadas da presença popular”. Sua participação, porém, “ocorrerá sempre sob tutela de representantes de alguns dentre os grupos dominantes” (WEFFORT, 1979, p. 59). Ainda segundo Weffort, a necessidade de apelo às massas para a continuidade do pacto de dominação aberto em 1930 decorria do equilíbrio instável existente entre os grupos dominantes e da incapacidade de qualquer um destes grupos em assumir sozinho a hegemonia política no interior da coalização de forças no poder. O modelo político, fruto da tal instabilidade e da crise de hegemonia, teria como seus componentes fundamentais, “[...] a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mítica) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas. [...] A nova estrutura política é, desse modo, substancialmente diferente da anterior pelo menos num aspecto: já não constitui a expressão imediata da hierarquia social e econômica, já não é expressão imediata dos interesses de uma única classe social como o fora o regime oligárquico. Nessa nova estrutura o chefe do Estado assume a posição de árbitro e está aí uma das raízes de sua força pessoal. Por outro lado, nessa condição de árbitro sua pessoa tenderá a confundir-se com o próprio Estado como instituição, pois ambos tendem a distanciar-se da determinação dos interesses imediatos que, em última instância, representam” (WEFFORT, 1979, p. 62). A personalização do poder e o sistema de arbitragem, típicos da forma populista de dominação, que tinham em seu vértice o chefe do Estado, estabeleciam uma relação direta entre o poder executivo – personalizado na figura presidencial – e as massas populares, enfraquecendo o papel da mediação política das instituições. O líder carismático e o “povo” – enquanto categoria política positivada – apareciam como expressões visíveis de um fenômeno caracterizado, em essência, por um pacto político em que as elites, para a manutenção de sua posição, manipulavam as massas e recorriam a elas como fonte de legitimação da dominação.

economia brasileira –, na defesa da livre-empresa e na aproximação ainda maior com os Estados Unidos. Porém, ainda em 1947, a crise cambial obrigou o governo controlar as importações, retornando assim à direção intervencionista do ciclo anterior. Em 1948, o governo criou o primeiro plano de investimentos no Brasil, o Plano Salte, e a Comissão Mista Brasileiro Americana (Missão Abbink) (IANNI, 1971, p. 83).

Em 1950, depois de uma disputa eleitoral acirrada, Getúlio Vargas (PTB) derrotou Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e retornou, dessa vez por via democrática, ao posto de Presidente da República.

No novo governo, formado por ministros ligados às oligarquias agrárias e ao empresariado industrial³⁰, Getúlio retomou e aprofundou o projeto nacional-desenvolvimentista a que dera início na década de 1930³¹.

René Dreifuss (1981) divide a segunda administração de Vargas em três períodos. A primeira fase, mais moderada, foi caracterizada pela forte presença empresarial, por uma política anti-inflacionária e pela procura de associação econômica com os Estados Unidos³².

Em 1953, diante do fracasso em controlar a inflação e conseguir ajuda externa, sob pressão de setores sindicalistas e grupos nacionalistas, Getúlio mudou de rota e passou a recorrer intensamente à mobilização das classes trabalhadoras como grupo de pressão que lhe possibilitava maior autonomia de ação. Símbolos desse período foram a nomeação do jovem militante petebista João Goulart para o Ministério do Trabalho e a campanha nacionalista em torno da monopólio estatal sobre o petróleo brasileiro (“O Petróleo é nosso!”), que redundaria na criação da empresa estatal PETROBRAS, em 1953. Nesta fase, a polarização política e ideológica em torno das questões nacionalistas e trabalhistas – veja-se, por exemplo, o forte descontentamento das classes médias urbanas e dos liberais frente ao “estatismo” e à “república sindicalista” -, somada à crescente oposição de setores do exército em relação a

³⁰ Getúlio nomeou, por exemplo, para o Ministério da Agricultura, o líder conservador udenista pernambucano João Cleofas. Para liderar o Ministério da Fazenda, Getúlio escolheu o empresário industrial paulista Horácio Lafer.

³¹ Importante aqui destacar, porém, que o desenvolvimentismo existente na década de 1950 possuiu bases teóricas muito mais fundamentadas do que aquelas existentes no período 1930-45: enquanto neste período o suporte desenvolvimentista era dado pela ideologia, pouco sistemática, propugnada pelos líderes industrialistas, na década de 1950, a teoria estruturalista formulada pelos economistas da Comissão da ONU para Assuntos Econômicos para a América Latina (CEPAL), entre eles Raul Prebisch e Celso Furtado, e as formulações nacionalistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que reunia intelectuais como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, deram suporte teórico muito mais refinado e profundo para os empreendimentos desenvolvimentista levados a cabo pelos governos do período.

³² Foi nessa fase, em 1952, que foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atendendo a antiga reivindicação do empresariado industrial que, desde o início da década de 1940, através de suas entidades e lideranças participantes dos conselhos econômicos federais, demandavam junto ao poder público a criação de um banco público de fomento que institucionalizasse o crédito para a produção industrial.

Vargas e João Goulart, culminou no famoso memorando dos coronéis de fevereiro de 1954, assinado por um grupo de oficiais influentes, que levou à demissão de João Goulart e do Ministro da Guerra, o nacionalista e getulista Estillac Leal.

A terceira fase foi inaugurada sob forte pressão militar. Esta pressão foi apoiada por boa parte do empresariado, local e estrangeiro, preocupado com a crescente mobilização das massas em torno do trabalhismo getulista e com o crescente intervencionismo estatal sobre a economia³³. Esta fase, depois de meses de manobras defensivas do governo e da oposição feroz de setores ligados à UDN e à grande imprensa, culminou na tentativa de golpe de Estado e no suicídio de Vargas, em 24 de Agosto de 1954³⁴ (DREIFUSS, 1981, pp. 30-32).

Com o suicídio de Vargas, assumiu a Presidência o então vice-presidente Café Filho. Em seu curto interstício presidencial, sustentado por um bloco de poder liderado pela UDN, Café Filho nomeou para o Ministério da Fazenda o economista Eugênio Gudim e adotou políticas econômicas liberalizantes que beneficiaram a penetração dos capitais multinacionais na economia brasileira. Nesse contexto, tivemos em 1955, por exemplo, a famosa Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), que permitia que corporações multinacionais importassem equipamentos por um preço 45% abaixo das taxas, isentando-as da “cobertura cambial” necessária à importação de maquinário, benefício este não desfrutado por empresas brasileiras (IANNI, 1979, 141-43).

Nas eleições de novembro de 1955, porém, a UDN foi novamente derrotada, desta vez pelo candidato mineiro Juscelino Kubitschek (PSD/PTB). Após a tentativa frustrada de quartelada para impedir sua posse, em março de 1956, JK – e o vice, João Goulart - assumiu a Presidência.

³³ Sobre o papel do grande empresariado na oposição ao trabalhismo de Getúlio, ver BOITO, Armando. **O Golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984; e LEOPOLDI, Maria. A. P. **O difícil caminho do meio: Estado, Burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54)**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

³⁴ Em trechos da sua famosa Carta Testamento, Getúlio atribuiu às causas da crise pela qual passava o seu governo a campanha conspiracionista orquestrada por grupos econômicos dominantes, locais e estrangeiros, contrariados com sua política econômica nacionalista e com sua preocupação com os trabalhadores e os mais pobres: “A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras, mal começa esta a funcionar a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder”.

Durante os anos de 1956 e 1960, o Brasil viveu o auge e o começo da primeira grande crise do projeto desenvolvimentista; o padrão de acumulação foi modificado com a abertura a uma maior participação do capital estrangeiro na indústria brasileira, e o grande empresariado gozou de grande capacidade de influência sobre o processo decisório estatal (DREIFUSS, p. 34, 1981).

O governo JK teve como seu principal objetivo declarado o aprofundamento do projeto desenvolvimentista: tratava-se de crescer “50 anos em 5”, como sintetizava a máxima governamental. Tal aprofundamento mantinha relações de continuidade e mudança em relação ao período desenvolvimentista que, em meio a sobressaltos e de forma não linear, vinha se processando desde a década de 1930.

A continuidade estava presente na reafirmação do papel ativo do Estado na organização, regulação e planejamento do desenvolvimento econômico. A mudança principal foi a atração politicamente deliberada do capital industrial estrangeiro para participar e financiar a nova etapa desse processo de desenvolvimento econômico, no qual a política direcionava-se para a implantação de segmentos importantes de infraestrutura econômica e de setores industriais, especialmente a indústria de bens de consumo duráveis, cuja maior representante era a indústria automobilística (SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 153). Em contraste com Vargas, que buscou internalizar a dinâmica de acumulação com base em capitais nacionais e estatais, JK buscou atrair investimentos estrangeiros. Era posta em prática, assim, a fórmula “Estado mais Capital Nacional mais Capital Estrangeiro”, propugnada pelo economista e então presidente do BNDE, Roberto Campos³⁵, materializada no Plano de Metas³⁶. Segundo Ianni (1971, p. 184), o que ocorreu na transição do governo Vargas para o governo Kubitschek, foi “uma mudança essencial na ideologia do desenvolvimento. [...] Passou-se das formulações e decisões que se orientavam no sentido de criar um sistema econômico de tipo nacional para as formulações e decisões que se orientavam no sentido de desenvolver um sistema capitalista de tipo associado”.

A atração dos capitais estrangeiros gerou uma progressiva internacionalização da economia brasileira, o que, do ponto de vista social, significou também uma progressiva internacionalização das elites empresariais no Brasil. Com isso, o grande empresariado nativo

³⁵ A respeito do importante papel de Roberto Campos na formulação do modelo de política econômica do governo JK, ver PEREZ, Reginaldo Teixeira. **O Pensamento Político de Roberto Campos: da Razão de Estado à Razão de Mercado (1950-95)**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.

³⁶ O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, elaborado a partir dos estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e da Comissão Mista BNDE-CEPAL, baseava-se em “30 metas”, divididas em cinco setores: Energia (1 a 5), Transporte (6 a 12), Alimentação (13 a 18), Indústria de base (19 a 29), Educação (30).

foi, cada vez mais, por conta do modelo associado, se integrando e se fundindo aos grupos multinacionais (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 149). No plano político-institucional, a internacionalização empresarial demandou a abertura, no interior do Estado, de canais institucionais através dos quais os grupos empresariais emergentes – multinacionais e associados – pudessem canalizar suas reivindicações e exercer algum tipo de controle sobre as diretrizes de política econômica formuladas nos processos decisórios. Juscelino criou a estrutura apropriada para esta canalização por meio da fundação de uma ampla gama de organismos de planejamento e consultoria e comissões de trabalho: os chamados grupos executivos³⁷. Na interpretação de Dreifuss (1981, p. 35), os grupos executivos formaram “uma ‘administração paralela’ coexistindo com o Executivo tradicional e duplicando ou substituindo burocracias velhas e inúteis”. Essa administração paralela “[...] permitia que os interesses multinacionais e associados ignorassem os canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas e os centros de tomada de decisão, contornando assim as estruturas de representação do regime populista”. Com tal “administração paralela” possibilitada pelos grupos executivos³⁸, completa Dreifuss, tornou-se possível incorporar ao sistema político e ao regime populista canais exclusivos de formulação de políticas econômicas e, com isso, os novos interesses evitaram os mecanismos de controle político populistas do Congresso e da opinião pública (DREIFUSS, 1981, p. 36).

No início da década de 1960, porém, o clima de euforia e esperança que havia tomado conta do país durante a segunda metade da década de 1950 começou a derreter.

No âmbito econômico, a estratégia de desenvolvimento associado e a política de acumulação mediante a poupança forçada esgotaram-se. Os empréstimos contraídos pelo governo para financiar o Plano de Metas e o “crescimento acelerado” resultaram no avanço da dívida externa e no desequilíbrio da balança de pagamentos. Os gastos públicos excessivos causaram a disparada da inflação. Reduziram-se a taxa de investimentos e a taxa de crescimento da renda, e a desaceleração econômica começou a resultar no aumento do desemprego (SPOSITO & SANTOS, 2012, p. 160). Somada à crise econômica interna, do ponto de vista político externo, a Revolução Cubana, em 1959, contribuiu ainda mais para o

³⁷ Os grupos executivos foram órgãos criados no âmbito do Conselho de Desenvolvimento com a função de elaborar e coordenar os programas setoriais definidos pela política econômica do governo e eram integrados por técnicos, administradores públicos e empresários industriais do setor privado. Foram criados os grupos executivos da Indústria Automobilística (GEIA), o mais importante deles; da Indústria de Construção Naval (Geicon), da Indústria Mecânica Pesada (Geimape) e de Assistência à Média e Pequena Empresa (GEAMPE).

³⁸ Os grupos executivos são um exemplo dos “anéis burocráticos” – espaços da máquina estatal onde se articulavam interesses empresariais e setores da tecnocracia estatal, concentrando grande parte das decisões realmente importantes, e esvaziando o espaço da política tradicional -, conceito formulado por Fernando Henrique Cardoso para explicar esta faceta do Estado regulador desenvolvimentista brasileiro.

acirramento da guerra fria na América Latina, colocando as elites e as forças conservadoras latinas e brasileiras em polvorosa diante da ameaça de “cubanização do continente”.

Foi nessa conjuntura, marcada pela articulação entre graves problemas econômicos e pelo acirramento da polarização entre as posições ideológicas e políticas conflitantes que, em 1960, o líder conservador Jânio Quadros (PTN), apoiado pela UDN, foi eleito presidente, derrotando nas urnas o Marechal Henrique Teixeira Lott (PSD). Apesar do apoio inicial que recebeu de setores empresariais e das lideranças conservadoras das forças armadas para levar a cabo um projeto de governança austera, racionalizante e disciplinadora dos movimentos populares, Jânio naufragou em sua excentricidade individual e, apenas sete meses depois de assumir, renunciou inesperadamente.

Conforme previa a Constituição de 1946, em caso de renúncia do presidente, quem deveria assumir o cargo era o vice-presidente, cargo este ocupado naqueles dias pelo petebista João Goulart, ex-ministro do Trabalho do segundo governo Vargas e figura de marcada identificação com bandeiras reformistas defendidas pelo sindicalismo trabalhista. A posse de Jango sofreu enormes resistências de setores das elites empresariais, das forças militares e de grupos conservadores, mas, após a chamada “Campanha da Legalidade” – liderada pelo governador gaúcho Leonel Brizola (PTB) – e a manobra de mudança do regime político brasileiro do presidencialismo para o parlamentarismo – justamente para limitar o poder do novo presidente -, João Goulart assumiu a Presidência.

Após mais de um ano de poderes limitados no interior do regime parlamentarista, em janeiro de 1963, depois de plebiscito popular que instituiu novamente o presidencialismo, João Goulart conseguiu finalmente livrar-se da camisa de força imposta por aquele regime. Diante da situação de crise de hegemonia e da impossibilidade material e ideológica de manutenção do pacto pluriclassista que havia caracterizado os governos anteriores do período populista; no interior de uma correlação de forças em que, de um lado, as esquerdas o pressionavam pela radicalização do projeto reformista e, de outro, os setores oligárquicos e empresariais nacionais e estrangeiros exigiam medidas de estabilização econômica, combate à inflação e medidas de controle sobre as organizações trabalhadoras, Jango escolheu alinhar-se aos primeiros: o poder executivo, em desalinho com o Congresso – então controlado por forças conservadoras – assumiu a forma *nacional-reformista*³⁹ (DREIFUSS, 1981, p. 130).

³⁹ Várias medidas políticas reformistas e distributivistas adotadas pelo Presidente no período caminharam na direção de atender a sua base social de apoio popular, contrariando os interesses e as reivindicações manifestas pelo grande empresariado nacional e estrangeiro. Dentre essas medidas, podemos destacar, por exemplo: a lei de remessa de lucros, que restringia o montante de lucros, dividendos, juros, amortizações e *royalties* que as empresas multinacionais instaladas no Brasil podiam enviar para suas matrizes no exterior; a tentativa de

O conjunto de reformas estruturais propostas pelo governo Goulart foram nomeadas como Reformas de Base, cujo ato de lançamento foi realizado no histórico comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964. Se por um lado tais medidas atendiam às exigências dos setores populares organizados e das forças de esquerda, por outro encontraram enorme resistência entre as elites econômicas nacionais e estrangeiras, as classes médias remediadas, os setores militares e os setores da grande mídia, causando grande apreensão no governo dos Estados Unidos.

Com seu reformismo de forte apelo popular, o governo Goulart desestabilizou o pacto populista no qual os diferentes grupos dominantes mantinham a participação dos setores populares sob sua tutela e atraiu para si a oposição dos diversos setores do grande empresariado, unificados e dispostos a recorrer às saídas não democráticas para reestabelecer a ordem social, econômica e política condizente com seus interesses. Estes interesses empresariais, industriais e financeiros, nacionais e estrangeiros, articulados, liderados e representados por organizações que reuniam suas elites orgânicas, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), além de tradicionais órgãos de classe do empresariado industrial como a FIESP/CIESP e a CNI, desferiram, já a partir de 1961, uma profunda campanha de propaganda política e ideológica de contestação ao governo Goulart, contribuindo para sua desestabilização (DREIFUSS, 1981, p.482). Foram estas forças das elites orgânicas empresariais, somadas à doutrina de Segurança Nacional formulada e difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG), à oposição midiática e aos movimentos de contestação da classe média, que contribuíram decisivamente para que, em 31 de março de 1964, as forças armadas desferissem o golpe civil-militar que destituiu Goulart, interrompeu o cambaleante ciclo da limitada democracia brasileira e mergulhou o país em um longo período autoritário, no qual a força pesou mais que o consentimento.

estabelecer o monopólio estatal da importação de petróleo, desapropriar refinarias privadas no Brasil e rever as concessões de mineração dadas às corporações multinacionais; a tentativa de controlar e limitar o redesconto bancário, para combater a especulação financeira; a tentativa de renegociar a dívida externa com os credores internacionais. No âmbito da política externa, Jango buscou fixar uma linha política independente dentro da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), afastando-se da posição de subordinação ao bloco liderado pelos Estados Unidos; no campo trabalhista, Jango tentou reajustar os salários mínimos para recuperar o poder aquisitivo dos trabalhadores e empregados, os quais estavam sendo corroídos pela alta inflação; estabelecer uma política de controle de preços e supervisionamento da distribuição de bens de consumo; reestruturar o sistema tributário brasileiro, baseando-o na taxaço da renda; reformar o sistema eleitoral, dando aos analfabetos e soldados o direito a voto e concedendo novamente a sargentos a elegibilidade ao legislativo, assim como a reforma do sistema educacional, estendendo seus benefícios às classes populares; por fim, e da maior importância, sinalizando para o forte e independente movimento das Ligas Camponesas, a proposta de Reforma Agrária, para desconcentrar a propriedade da terra e melhorar as condições de vida do campesinato brasileiro (DREIFUSS, 1981, p. 134).

O primeiro governo do período ditatorial (1964-67), presidido pelo Mal. Castello Branco, teve à frente da área econômica um conjunto de tecnocratas, entre os quais se destacavam os economistas Roberto Campos, no Ministério do Planejamento, e Octávio Gouvêa de Bulhões, no Ministério da Fazenda. Este governo, em resposta à crise econômica na qual o país se encontrava no período do golpe de Estado, lançou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), para combater a inflação e solidificar as bases para um novo ciclo de crescimento econômico. Tal plano foi marcado por um conjunto de medidas de reforma conjunturais e estruturais⁴⁰.

As medidas austeras, estabilizadoras, adotadas no interstício presidencial de Castello Branco tiveram efeitos significativos sobre o conjunto das elites do empresariado brasileiro.

Importantes segmentos do empresariado industrial, entre os quais suas principais associações de classe (FIESP, CNI), mesmo que tivessem apoiado e ainda apoiassem politicamente o golpe e o regime discricionário, discordaram incisivamente dos rumos tomados e das formas assumidas pela política econômica durante aquele período. Reclamavam das políticas restritivas do crédito, do aperto monetário e suas taxas de juros positivas, do aumento da carga tributária, da desnacionalização da economia e, também, da obstrução dos canais de acesso aos centros decisórios, imposta pela hipertrofia do Executivo comandado pela elite burocrática civil e militar (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 188). De outro lado, importantes autoridades públicas, como o ministro Roberto Campos, defendiam as medidas e as reformas adotadas criticando a postura e a cultura do empresariado industrial nativo, ineficiente e incapaz de liderar sozinho, sem amparo estatal, o processo de desenvolvimento que o país necessitava. As medidas do governo Castello Branco, segundo Campos, tratavam de racionalizar e disciplinar o empresariado industrial através da imposição

⁴⁰ Entre as medidas conjunturais que visavam frear o excesso de demanda, destacavam-se a redução do déficit público (corte de subsídios, correção de tarifas), o controle monetário (restrição do crédito e aperto monetário), o controle salarial (impedimento de greves e reajustes salariais abaixo da inflação) e a correção monetária, operação destinada a atualizar o poder aquisitivo da moeda, segundo índices determinados pelo governo. Esse conjunto de políticas austeras, centradas no objetivo central da estabilidade monetária, tiveram, por óbvio, efeitos recessivos sobre o conjunto da economia. Contudo, por outro lado, também foram bem sucedidas em realizar seus objetivos, pois de fato a inflação, que em 1964 chegara a atingir a taxa de 90%, fechou a década de 1960 em torno de 19% (SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 162). As reformas estruturais foram realizadas no âmbito fiscal e financeiro. A reforma fiscal criou novos impostos sobre consumo e circulação financeira (IOF) e novos programas, como o Programa de Integração de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Programa de Integração Social (PIS). Estas medidas adotadas permitiram o aumento da arrecadação e centralização de impostos nas mãos do governo federal. A reforma financeira foi elaborada para ampliar o volume de poupança e facilitar os mecanismos de financiamento das atividades econômicas do país, por meio da centralização do controle monetária pelo Banco Central (instituição criada em 1965) e da criação de bancos de investimentos (IANNI, 1971, p. 230-34).

da concorrência externa que obrigaria este setor a inovar seus métodos para obter mais eficiência e produtividade (PEREZ, 1999, p.146).

As reformas realizadas no sistema financeiro na década de 1960 também contribuíram decisivamente para provocar a organização política do empresariado financeiro brasileiro em entidades representativas de classe de nível nacional⁴¹.

O surgimento do associativismo dos bancos no Brasil data da década de 1920, quando se formaram, em reação às transformações do sistema regulatório da época⁴², as primeiras associações regionais de bancos: a Associação dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro (ABERJ), em 1922, e a Associação dos Bancos do Estado de São Paulo (ASSOBESP), em 1924.

O mesmo aconteceu nos anos 1960. Antes do golpe, nos primeiros anos da década de 1960, diante do clima de polarização e incerteza que tomara conta do país, os banqueiros começaram a se reunir em Congressos Nacionais dos Bancos. Nestes congressos, os temas debatidos pelos banqueiros giravam em torno de três eixos fundamentais: a relação com os trabalhadores bancários e suas reivindicações; a relação com o Estado; e a construção de um espaço de socialização em que os banqueiros do país pudessem construir suas articulações (DIAS, 2014, p.184-85). Além disso, importantes segmentos do empresariado financeiro participaram ativamente da promoção da campanha de desestabilização do governo Goulart e apoiaram o golpe civil-militar de 1964, financiando, formulando e compondo diretamente grupos políticos empresariais como o IBAD e o IPES (MINELLA, 1981, p.20).

As associações nacionais dos banqueiros surgiram⁴³ anos depois, com base no acúmulo político construído nos congressos. Em 1966 foi criada a associação sindical dos banqueiros, a FENABAN – Federação Nacional dos Bancos -, e em 1967 foi criada a associação civil dos empresários financeiros, a FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos. Ambas entidades surgiram no interior de um contexto sócio-político amplo, em resposta às transformações ocorridas no sistema financeiro naquela década. Dentre essas

⁴¹ O fato de as primeiras entidades representativas de classe dos empresários financeiros terem surgido apenas na década de 1960 não deve nos levar a subestimar a sua importância política no período anterior. A título de exemplo, podemos citar, como lembrou Minella (1988, p. 12), que entre 1955 e 1968, de um total de nove ministros da fazenda, seis eram banqueiros.

⁴² Dias (2014, p. 181) cita como regulamentações que mexeram com o sistema bancário na década de 1920 e deram ensejo ao início do associativismo bancário, a Seção de Compensação de Cheques, de 1919; a inspetoria Geral de Bancos, órgão fiscalizador, de 1921; e a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, também de 1921.

⁴³ Em seu estudo clássico sobre a organização política dos banqueiros brasileiros, **Banqueiros: Organização e poder político no Brasil** (São Paulo: ANPOCS, 1988), Ary Cesar Minella constata que, no início da vida das entidades representativas nacionais deste segmento empresarial, essas ainda eram dominadas pelas associações estaduais dos dois estados economicamente mais importantes do país: a associação civil (FEBRABAN) era controlada pelos banqueiros paulistas (ASSOBESP) e a associação sindical (FENABAN) era controlada pelos banqueiros cariocas (ABERJ).

transformações, Minella (1988, p. 14) localizou: 1) as reformas logradas pelo governo militar, em especial a Lei 4.595 de 1964, também chamada de “Lei da Reforma Bancária”, na qual se destacava, por exemplo, a criação do Banco Central do Brasil (1965), instituição encarregada de assumir a autoridade monetária; 2) o processo de concentração-centralização bancária e a internacionalização do sistema financeiro verificados naquela década.

Retornemos aos rumos das políticas econômicas adotadas pelos governos militares. Após os primeiros anos de austeridade e recessão, com a inflação controlada e com as contas públicas equilibradas, a partir de 1967, até 1973, passando pelos governos Costa e Silva (1967-69) e Médici (1969-74), junto com o recrudescimento da repressão política – expressa de forma mais acabada no Ato Institucional nº 5, em fins de 1968 -, houve uma inflexão na política econômica governamental: nas gestões de Fernando Ribeiro do Val (1967-69) e Antônio Delfim Neto ⁴⁴ (1969-1974) no Ministério da Fazenda, os governos militares romperam com a austeridade do período de Castelo Branco-Roberto Campos e retomaram o projeto desenvolvimentista, agora com caráter autoritário. A economia experimentou um processo intenso de crescimento. Iniciava ali o período que ficaria conhecido como “milagre econômico”. Retomando a fórmula da política econômica juscelinista – empresa privada nacional mais empresa privada estrangeira mais empresa pública -, o sucesso foi possível com base nas seguintes medidas adotadas: persistência na política de incentivo aos investimentos estrangeiros na economia local; flexibilização fiscal, monetária e creditícia por parte do governo; investimentos pesados na ampliação da estrutura das empresas brasileiras ligadas aos setores de infraestrutura, financiados com empréstimos volumosos tomados no exterior; congelamento salarial e concentração de renda, possibilitadas politicamente pela repressão política à atividade grevista sindical (IANNI, 1971, p. 273). Com a economia aquecida, com seu espaço de participação nas arenas decisórias garantido e com os movimentos de trabalhadores sob controle, a ditadura civil-militar conseguiu garantir apoio e legitimidade entre as elites empresariais ⁴⁵ e às classes médias tradicionais brasileiras (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 224).

⁴⁴ Economista de notória proximidade e afinidade com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

⁴⁵ Vale reservar aqui especial atenção ao crescimento experimentado por um seleto grupo de empreiteiras que construíram boa parte das obras de infraestrutura realizadas durante o período militar. Ver CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. **A ditadura das empreiteiras: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Mas a partir de 1973, atravessando os governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), uma série de fatores fez começar a derreter o até então bom desempenho econômico do governo militar.

No plano interno, “a insuficiência dos sistemas de transportes, a falta de alguns insumos acabados e matérias-primas (embalagens, fertilizantes, papel, aço, etc.), a produção local de bens de capital pequena, a aceleração da inflação, a ampliação da participação da empresa multinacional e a redução das empresas nacionais nas vendas e estoques de capitais”, e no plano externo, “os choques do petróleo, a crise econômica nos países desenvolvidos e os aumentos de juros sobre os empréstimos da dívida, emergiram como obstáculos ao crescimento econômico” (SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 164). No final da década de 1970, o acúmulo de problemas explodiu: a dívida externa chegou a patamares insustentáveis, a inflação disparou e as taxas de desemprego voltaram a crescer.

O modelo desenvolvimentista-autoritário entrou em crise. A ditadura civil-militar perdeu seu principal argumento de legitimação – o bom desempenho econômico.

Em paralelo, no plano ideológico, político e econômico global, a segunda metade da década de 1970 foi palco de acontecimentos que marcaram uma virada nos rumos tomados pelo capitalismo desde a crise de 1929 e, principalmente, desde o período pós-guerra.

As políticas econômicas keynesianas, o modelo de Breton Woods e o Estado de Bem Estar Social entraram em colapso, e as doutrinas neoliberais e monetaristas que vinham sendo gestadas por pensadores como Friedrich Von Hayek e Milton Friedman ganharam renovada força a partir das experiências de governos que implantaram em seus países um conjunto de reformas desestatizantes, orientadas para o mercado - Margareth Thatcher na Inglaterra (1979), Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981) e general Pinochet no Chile (1973).

Tais transformações político-ideológicas estavam conectadas com as mudanças pelas quais passava a dinâmica material de acumulação capitalista. Em função das crescentes dificuldades de reprodução ampliada do capital na esfera produtiva, a acumulação financeira passou a ser, a partir daquela segunda metade da década de 1970, o centro dinâmico da acumulação global de capitais (CHESNAIS, 1998, p. 16).

A acumulação financeira é a acumulação de uma forma específica do capital, o capital monetário portador de juros, na qual o capital valoriza a si mesmo sem necessitar ser investido e reinvestido no processo real de produção. Assim, segundo Chesnais (1997, p.18),

O caráter fictício das relações capitalistas multiplicou-se com o ressurgimento, numa escala sem precedentes históricos, das operações do capital que conserva a forma monetária e se valoriza por punções sobre os rendimentos da produção de valor e de mais-valia, sem sair da esfera financeira.

Em consonância com as mudanças ocorridas na dinâmica econômica, organismos internacionais das finanças (FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio) passaram a recomendar aos países a adoção de conjuntos de políticas macroeconômicas que visavam ajustar as economias nacionais aos padrões da mundialização financeira: desregulação financeira; abertura comercial; privatizações de empresas e bancos públicos; concessões de serviços públicos aos capitais privados; políticas monetárias e creditícias restritivas – com taxas de juros positivas para conter a inflação e atrair capitais estrangeiros; políticas fiscais austeras com contenção dos gastos públicos que possibilitassem a formação de superávits primários para os governos rolarem o pagamento dos juros de suas dívidas públicas; taxas de câmbio livres flutuando de acordo com as movimentações das forças de mercado, e; desregulamentação das relações de trabalho (HARVEY, 2013, p 28). Segundo Belluzzo (2009, p 3), tal modelo macroeconômico estava baseado numa estratégia de desenvolvimento baseada em cinco supostos:

[...] 1) a estabilidade de preços criaria condições para o cálculo econômico de longo prazo, estimulando o investimento privado; 2) a abertura comercial (e a valorização cambial) impor disciplina competitiva aos produtores domésticos, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade; 3) as privatizações e o investimento estrangeiro removeriam gargalos de oferta na indústria e na infraestrutura, reduzindo custos e melhorando a eficiência; 4) a liberalização cambial, associada à previsibilidade quanto à evolução da taxa real de câmbio, atrairia “poupança externa” em escala suficiente para complementar o esforço de investimento doméstico e para financiar o déficit em conta corrente; 5) o desbordamento da renda e da riqueza, promovida pelo novo dinamismo incitado pelos mercados e pela ação focalizada das políticas sociais, é a forma mais eficiente de reduzir a desigualdade e eliminar a pobreza.

Esse conjunto de transformações ocorridas na segunda metade da década de 1970 ficou conhecido como *neoliberalismo*⁴⁶.

Essas transformações econômicas e político-ideológicas no contexto do capitalismo global, conectadas à crise interna do modelo nacional-desenvolvimentista e da ditadura civil-militar, tiveram importantes ressonâncias junto às nossas elites empresariais.

No final daquela década, importantes segmentos das elites empresariais brasileiras romperam o pacto tácito de que haviam participado junto da burocracia militar. Esse rompimento foi expresso, a partir de 1976, na campanha empresarial contra a estatização da economia, questionando o Estado-empresário e o poder discricionário demasiadamente

⁴⁶ Ricardo Bielschowsky, em sua obra sobre a história do pensamento econômico brasileiro, sugere que neoliberalismo seria o liberalismo pós-crise de 1929. Na sua formulação, a principal diferença em relação ao período anterior seria que o novo liberalismo, pós 1929, passou a aceitar e admitir algum grau de intervenção estatal na economia, rompendo com a doutrina do *laissez-faire* que orientou o pensamento econômico liberal pré-década de 1930. Aqui, entretanto, assumimos o termo neoliberalismo na sua acepção mais usada entre os autores, a saber: o modelo econômico baseado na desregulamentação dos mercados e na redução do papel do Estado, que passou a hegemonizar e orientar o capitalismo a partir da segunda metade da década de 1970.

centralizador da cúpula burocrática estatal. Entre as principais demandas desta campanha estavam a retirada dos tentáculos do Estado da Economia e a redução do centralismo-autoritário, este percebido pelos empresários como responsável pelo crescente fechamento do processo decisório, que excluía a classe empresarial do acesso aos principais centros de poder formuladores das diretrizes de política econômica (DINIZ, 2010, p. 105). Acontecimento que marcou esse processo de distanciamento e crítica do alto empresariado à política econômica do regime militar foi a retirada oficial de apoio da Associação Brasileira de Indústrias de Base (ABDIB) ao governo Geisel, em 1978, formalizada no documento de 26 de junho de 1978, intitulado “Manifesto dos Oito”⁴⁷. Com o lançamento deste importante documento, uma fração das elites empresariais brasileiras se colocava oficialmente na oposição ao regime militar e passava a integrar a coalização de forças que contribuiriam para fragilizar a ditadura (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 244).

A perda de apoio político entre as elites empresariais, a ascensão do neoliberalismo no plano internacional, a crescente mobilização nos setores populares e trabalhadores⁴⁸ e a crise econômica, expressa na insuportável dívida externa, na hiperinflação e no alto desemprego, foram paulatinamente, num período que se estendeu do final da década de 1970 até a metade da década de 1980, minando a legitimidade da continuidade do regime discricionário inaugurado no golpe de 1964. Por fim, depois de uma transição “lenta, gradual e segura”, em 1985, após vinte e um anos, o regime autoritário chegou ao fim.

3.3 DEMOCRACIA, NEOLIBERALISMO E HEGEMONIA FINANCEIRA

Em 1985, realizaram-se eleições indiretas para a presidência da República. O parlamento brasileiro elegeu Tancredo Neves para o cargo, mas na véspera do dia em que assumiria o posto, o político mineiro, em virtude da grave doença que o acometeu e o levou ao óbito dias depois, não pôde ser empossado. Em seu lugar, então, assumiu José Sarney, que governaria o país até 1989. No âmbito econômico, o governo Sarney representou a última

⁴⁷ O manifesto foi assinado por oito dos mais importantes representantes da indústria privada nacional: Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim), Cláudio Bardella (Bardella Indústrias Mecânicas S/A), Paulo Vellinho (Grupo Sprinder-Admiral), Jorge Gerdau (Grupo Gerdau), Paulo Villares (Indústrias Villares S/A), José Mindlin (Metal Leve), Laerte Setúbal Filho (Grupo Itaú SA) e Severo Gomes (cobertores Parayba e ex-Ministro da Indústria e Comércio do Governo Geisel). Uma análise acurada desse documento pode ser encontrada no último capítulo do livro **Empresários e hegemonia política**, de autoria de Fernando Prestes Motta (São Paulo: Brasiliense, 1979).

⁴⁸ Vale lembrar aqui que no começo da década de 1980 o Brasil viveu um forte processo de reascenso das mobilizações de massa, que tiveram seu início e epicentro no sindicalismo do ABC, cujos principais resultados políticos foram o aparecimento de organizações de esquerda como o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a liderança pessoal de Luiz Inácio Lula da Silva.

tentativa de construção de uma resposta desenvolvimentista à crise da hiperinflação e da dívida externa que assolava o país desde fins da década de 1970.

Com o fracasso do Plano Cruzado (1986) em sua tentativa de debelar a inflação, a perspectiva desenvolvimentista, já em crise, perdeu de vez espaço para o neoliberalismo. Às pressões democráticas pela abertura política acumuladas durante toda década de 1980, somaram-se as pressões liberais pela abertura econômica. A democracia, na perspectiva dos neoliberais, exigiria a base econômica do livre-mercado. Não era só o regime político autoritário que havia chegado ao seu limite, era também o nacional-desenvolvimentismo.

As elites empresariais brasileiras aderiram em bloco às teses neoliberais. Na vanguarda da adesão ao neoliberalismo estavam os setores do grande empresariado financeiro que, desde o final da década de 1970, reivindicavam a desregulamentação do sistema financeiro - o que previa, de um lado, a não participação e a não regulação estatal deste sistema, e de outro, a abertura maior para a entrada de capitais financeiros estrangeiros no país⁴⁹ -, defendiam as privatizações, a abertura comercial e a desregulamentação das relações de trabalho. Os bancos, aliás, passaram a ocupar, a partir da segunda metade da década de 1980, um papel de preponderância econômica na formação social brasileira, o que possibilitou a este setor uma crescente capacidade de influência política junto ao Estado. Minella identificou treze características e tendências que evidenciavam a preponderância do capital bancário entre o final daquela década e o início dos anos 1990:

1. Elevada rentabilidade das instituições financeiras em termos comparativos aos demais setores empresariais; 2. Vinculação com o padrão de financiamento adotado pelo Estado; 3. Diversificação dos investimentos para outros setores da economia; 4. Incremento do processo de Automação bancária; 5. Processo simultâneo de massificação e elitização dos serviços bancários prestados pelo sistema; 6. Incremento no processo de internacionalização do mercado; 7. Redefinição das relações trabalhistas e das negociações com os trabalhadores bancários; 8. Crescimento do número de instituições financeiras atuando no sistema a partir de 1988; 9. Deterioração da imagem do setor frente à sociedade; 10. Elevado grau de concentração; 11. Participação marcante no processo de privatização; 12. Participação de empresários financeiros nos órgãos de decisão do Estado, nas instituições financeiras estatais e nas atividades políticas; 13. Ampliação e diversificação da estrutura de representação do setor, através da criação de novos órgãos associativos e de importantes alterações nos já existentes (1994, p. 3).

Mesmo que de forma seletiva e reticente quanto à velocidade e à forma das reformas, em correspondência com seus interesses corporativos, boa parcela das elites da burguesia industrial também endossou as teses liberais de desestatização da economia brasileira (DINIZ, 2009, p. 105). Este posicionamento liberal das elites industriais foi expresso na intensa

⁴⁹ Não por acaso, como destaca Minella (1994), entre os criadores dos Institutos Liberais – organizações criadas para a difusão da ideologia neoliberal no Brasil – estavam grandes banqueiros e empresários representantes dos maiores grupos econômicos estrangeiros em operação no país.

atuação que elas, através de seus representantes e entidades de classe, tiveram durante a Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Carta Constitucional aprovada em 1988, defendendo o refluxo econômico do Estado⁵⁰. Como instância formal articuladora de interesses empresariais para influir na Constituinte vale citar aqui, por exemplo, a União Brasileira de Empresários (UBE).

Informando a onda ideológica neoliberal do final da década de 1980, o Consenso de Washington formulou a interpretação segundo a qual as causas da crise econômica latino-americana eram basicamente duas: 1) o excessivo crescimento do Estado, traduzido no protecionismo, no excesso de regulação, e em empresas estatais ineficientes; e 2) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor público como do setor privado. Com base nessa avaliação, as reformas sugeridas por Washington deveriam combater o populismo econômico e construir o equilíbrio fiscal e a estabilização monetária. A receita, assim, seria adotar uma estratégia de crescimento baseada na redução do tamanho do Estado, na liberalização do comércio internacional e na promoção das exportações (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 298).

Foi nessa conjuntura de crise econômica do modelo desenvolvimentista, instabilidade do governo Sarney, hegemonia ideológica neoliberal e transição democrática, que se realizaram, em 1989, as primeiras eleições presidenciais diretas no Brasil, depois de um intervalo trinta e nove anos. Nessa disputa, evidenciando a crise de representatividade que tomara conta da vida política do país naqueles dias, importantes lideranças do período de transição que concorreram à presidência – Leonel Brizola (PDT), Ulysses Guimarães (PMDB), Mário Covas (PSDB) –, contrariando as expectativas, receberam votações aquém do esperado e foram eliminados no primeiro turno.

No segundo turno a disputa polarizou-se entre um candidato conservador, ainda pouco conhecido nacionalmente, cuja plataforma eleitoral expressava de forma mais acabada a perspectiva neoliberal, Fernando Collor (PRN), e um candidato de esquerda, saído das fileiras do movimento operário do ABC paulista, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Diante da possibilidade concreta de um candidato de esquerda como Lula se tornar presidente, lideranças empresariais importantes reagiram. Durante o processo eleitoral, os representantes da FIESP e da FEBRABAN não hesitaram em declarar apoio às chamadas “reformas orientadas para o mercado” presentes no programa de Collor e em rechaçar a candidatura Lula. Foi nesse contexto que o então presidente da FIESP, Mario Amato, deu a

⁵⁰ Sobre a atuação empresarial no Congresso Constituinte, ver RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados**. São Paulo: OESP/Maltese, 1987.

famosa declaração de que haveria uma fuga de 800 mil empresários do país, caso Lula vencesse as eleições. Já o presidente da FEBRABAN, Léo Wallace Cochrane Jr., ponderou que Lula não deveria “meter medo em ninguém” e que “[...] a punição aos bancos” não era “uma coisa boa para o país” (1989, *apud* MARTUSCELLI, 2012, p. 26).

Apoiado pelas elites empresariais, Fernando Collor de Mello derrotou Lula nas urnas e foi eleito presidente. Com ele, chegou ao poder e transformou-se em política de Estado o neoliberalismo que já dominava amplas economias mundo afora, mas que se concretizou de forma retardatária no Brasil.

Em março de 1990, Collor pôs em prática o Plano Collor I, cujas principais diretrizes políticas eram: a) abertura da economia brasileira com redução das alíquotas de importações; b) redução do quadro de funcionários públicos; c) privatização de empresas estatais - mais tarde instituídas pelo Plano Nacional de Desestatização; d) desindexação da economia; e) congelamento de preços e salários; f) confisco de ativos financeiros superiores a cinquenta mil cruzeiros depositados nos bancos em conta corrente ou em cadernetas de poupança (MARTUSCELLI, 2012, p. 27). Em janeiro de 1991, o governo lançou o plano Collor II, dando continuidade à desindexação da economia, à política de abertura comercial, ao congelamento de preços e salários e à política de privatizações – durante o governo Collor foram privatizadas, no total, 18 empresas estatais. Além do mais, como observa Martuscelli, a partir do Plano Collor II houve no governo um duplo processo, a saber, “de centralização do poder na esfera do executivo e de concentração de poderes na área econômica”. Expressão desse processo de concentração/centralização foi a relevância crescente assumida pelo Banco Central do Brasil no campo da implementação da política econômica (MARTUSCELLI, 2012, p. 38). Com esse processo, Collor, ao afastar-se do Legislativo – onde tinha precária base de apoio – e não abrir espaço em seus ministérios da área econômica para representantes diretos do grande empresariado – deixando-os na mão da tecnocracia – acabou levando seu governo para o isolamento político (MARTUSCELLI, 2012, p. 40).

As relações de banqueiros e industriais com o governo Collor foram marcadas por pontos de convergência e tensão. Em relação aos banqueiros, antes mesmo da posse de Collor na presidência, o presidente da FEBRABAN, Wallace Cochrane Jr., apresentou um conjunto de propostas para influenciar a condução da política econômica do novo governo. Entre tais propostas, constava a defesa de um plano ortodoxo de estabilização monetária (MINELLA, 1993). No entanto, o plano de estabilização colocado em prática em 1990, que utilizava instrumentos heterodoxos como congelamento de preços e confisco de ativos financeiros, não

contemplou plenamente os interesses do empresariado financeiro. Isso levou os banqueiros a pressionarem o governo por uma maior participação no processo de decisão e de aplicação das medidas neoliberais, o que foi atendido, em grande medida, com a saída de Zélia Cardoso de Mello e com a nomeação, para o Ministério da Economia, de Marcílio Marques Moreira, professor da PUC-Rio de Janeiro, principal centro acadêmico irradiador do pensamento ortodoxo no Brasil. Assim, mesmo que no seu conjunto a política econômica do governo Collor atendesse às reivindicações do empresariado financeiro, a forma de sua implantação – que excluía a participação direta deste setor no processo decisório – gerava tensões (MARTUSCELLI, 2012, p. 45).

Já a elite empresarial industrial, que também havia aderido às teses neoliberais⁵¹, reagiu negativamente à velocidade com que foi implantada abertura comercial, que acabou contrariando seus interesses corporativos. A FIESP pressionou o governo pela redução do ritmo da abertura: ou seja, ainda que apoiassem esta política – como meio de dinamizar e tornar mais competitiva a economia brasileira –, os industriais consideravam que ela deveria ser implantada de forma mais lenta e gradual, pois do contrário, da maneira como estava sendo levada a cabo, combinada com a forte recessão e inflação, só contribuía para o aprofundamento do processo de desindustrialização brasileira (MARTUSCELLI, 2012, p. 47). Segundo Bianchi Mendez (2004), no caso dos industriais, observava-se uma oscilação entre um discurso de caráter liberalizante e outro que não descartava a intervenção estatal como forma de assegurar seus interesses corporativos – diferentemente dos banqueiros, que tinham um discurso neoliberal puro, mais coerente.

A partir de 1992, o governo Collor entrou em crise derradeira. Entre as elites empresariais, de um lado, setores industriais reclamavam dos efeitos do acelerado processo de abertura comercial, de outro, os banqueiros mostravam-se insatisfeitos com a morosidade do governo federal para aprovar medidas mais profundas de desregulamentação financeira e estabilização monetária. No âmbito político, o governo estava isolado, distante do Congresso, no qual não possuía uma base de apoio que lhe garantisse estabilidade. Por fim, o fracasso das políticas econômicas para controlar a inflação e retomar o crescimento, e as denúncias reiteradas de corrupção, minaram completamente o apoio popular ao governo. Depois da enorme pressão popular exercida pela campanha “Fora Collor”, apoiada sistematicamente pela grande mídia, o Congresso Nacional aprovou o *impeachment*, destituindo o presidente do

⁵¹ Um exemplo da adesão da elite industrial ao neoliberalismo é o documento publicado pela FIESP em 1990, intitulado “Livre para crescer, Propostas para um Brasil Moderno”, no qual a entidade posicionava-se contra o estatismo no capitalismo brasileiro e favorável às reformas orientadas para o mercado.

cargo. Em seu lugar, assumiu a presidência da República o então vice-presidente, Itamar Franco (PMDB).

Itamar Franco estabeleceu como prioridade absoluta para seu governo o controle da inflação. Para isso, trocou de ministros da Fazenda quatro vezes ao longo dos dois anos de sua gestão. O último dos ministros da Fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foi quem finalmente conseguiu obter êxito na tarefa de estabilização monetária, através da criação do Plano Real.

Foi com base no sucesso do Plano Real que FHC alcançou sucesso nas eleições presidenciais de 1994, derrotando Lula. Já eleito, no final de 1994, FHC fez um discurso histórico no Senado, seu último como titular do cargo, chamado “O Fim da Era Vargas”. Na oratória, o líder tucano prometeu "acertar contas com o passado" e promover um futuro de desenvolvimento sem as amarras impostas pelo "modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista" imposto ao Brasil pelo presidente Getúlio Vargas. De fato, ao longo dos oito anos em que ocupou a Presidência (1995-2002), FHC realizou o conjunto de “reformas orientadas para o mercado” – iniciadas por Collor, mas interrompidas pelo *Impeachment* - que integraram de vez o Brasil ao modelo neoliberal globalmente hegemônico.

A partir de 1995, FHC, com Pedro Malan à frente do Ministério da Fazenda e Gustavo Loyola no Banco Central, efetivou ações políticas ofensivas para impor as reformas de liberalização.

No âmbito macroeconômico, o governo utilizou como mecanismos para a manutenção do controle da inflação – considerado o objetivo número um da agenda governamental – as âncoras da taxa de câmbio sobreapreciada e da taxa de juros elevada. Com o real valorizado frente ao dólar e com taxas de juros substantivas, o governo estimulou o consumo de manufaturados estrangeiros importados e atraiu capitais financeiros externos, seguindo a política de crescimento com poupança externa (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 320). A abertura comercial, iniciada no governo Collor, foi aprofundada por FHC pela promoção de uma forte redução das tarifas aduaneiras e alíquotas de importação. A política de privatizações também foi radicalizada: ao todo, nos dois mandatos de FHC, 80 empresas públicas foram privatizadas. Enquanto no governo Collor predominou a venda de empresas com atuação na indústria, no governo tucano as privatizações se concentraram no setor de serviços de utilidade pública – distribuição de energia elétrica, telecomunicações, transporte ferroviário, bancos (SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 183).

Em consequência das políticas econômicas adotadas para manter a estabilidade monetária e integrar o Brasil ao circuito da globalização financeira, a economia brasileira apresentou no período déficits comerciais – pois as importações passaram a superar as exportações –, desnacionalização, concentração e centralização de capitais – materializadas na fusão, aquisição e associação de empresas locais com/por empresas estrangeiras - e taxas modestas de crescimento econômico – nos oito anos de governos FHC, a taxa média de crescimento do PIB brasileiro foi de apenas 2,1% ao ano (SPOSITO e SANTOS, 2012, p. 187).

Logo após a reeleição em primeiro turno de FHC, em 1998, o conjunto de contradições acumuladas pela política de crescimento com poupança externa e seu corolário, o câmbio artificialmente apreciado, explodiu na crise cambial de 1999. Em resposta, o governo depreciou o câmbio e trocou o presidente do Banco Central: saiu do cargo o economista ortodoxo da PUC-Rio, Gustavo Franco (presidente da autoridade monetária desde 1997), substituído pelo também ortodoxo Armínio Fraga.

Ainda em 1999, no contexto da crise, Armínio Fraga esteve à frente da sedimentação de uma importante inovação promovida pelo governo FHC em matéria de política econômica. Para estabelecer uma linha referencial de longo prazo para o tratamento governamental das questões monetárias, cambiais e fiscais, em consonância com as receitas ortodoxas sugeridas pelo Fundo Monetário Internacional, criou-se o chamado “tripé macroeconômico”, composto por três políticas nucleares: 1) metas de inflação – considerada o objetivo último da condução da política macroeconômica; 2) câmbio flutuante – que pressupunha que o governo deixasse a taxa de câmbio livre de intervenções, flutuando conforme as movimentações do mercado; e 3) superávits primários – metas fiscais nas quais o governo se comprometia a alcançar determinado percentual de economia de seus gastos correntes para pagar os juros e amortizações da dívida pública, a fim de diminuí-la. O principal instrumento de busca do objetivo central de estabilidade monetária, a manutenção da inflação nos limites da meta, passou a ser a manipulação da taxa básica de juros⁵² (SELIC) pela autoridade monetária conferida ao Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM⁵³, o qual passou a contar com ampla autonomia operacional para determiná-la, segundo sua avaliação. Com a

⁵² Segundo Bresser-Pereira (2015, p. 341), as funções atribuídas à taxa de juros no interior do modelo do tripé-macroeconômico são: “1) controlar a inflação através da 2) redução dos investimentos e da demanda agregada que, quando aquecida, pode causar pressão salarial que, por sua vez, se reflete em pressão sobre os preços; 3) limitar a desvalorização da taxa de câmbio para evitar a inflação de custos; 4) atrair capital externo para fechar o balanço de pagamentos; 5) induzir investidores internos a comprar títulos de dívida para financiar o déficit público; e 6) reduzir o déficit comercial através do controle da demanda interna”.

⁵³ O COPOM foi criado em 1996.

criação e a sedimentação do tripé, a ortodoxia neoliberal consolidou-se de vez como modelo de condução da política macroeconômica do Estado brasileiro (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 333).

As reformas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso tiveram impactos significativos sobre os interesses econômicos e a própria estruturação do empresariado industrial e financeiro brasileiro.

No setor bancário houve um importante processo de concentração durante os anos 1990, materializada na diminuição significativa do número total de bancos em operação no país (DIAS, 2012, p. 52). Tal processo de concentração é explicado por Camara (2009, *apud* DIAS) como resultado de diversos fatores, entre eles, a política de combate à inflação do Plano Real, que enxugou o número de bancos criados após a Constituição de 1988, os quais tinham como fundamento a operação especulativa sobre o processo inflacionário; a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), que estimulou o processo de fusões e aquisições no setor bancário; e as políticas de privatizações, que eliminaram diversos bancos públicos dos estados da federação. O processo de concentração bancária beneficiou os maiores bancos, que cresceram através da compra de bancos públicos e bancos de pequeno porte, e assim aumentaram sua participação no mercado nacional. Outro elemento importante é que tal processo de concentração do setor bancário teve reflexos na estrutura das organizações representativas dos banqueiros. Dias (2012) aponta como uma destas principais mudanças a desregionalização da representação financeira, com a diminuição da importância das associações regionais de representação dos banqueiros dentro da FEBRABAN. Depois, a própria FEBRABAN – já no ano de 2004 -, em função das mudanças experimentadas no setor na década de 1990, deixaria de ser composta estatutariamente por associações estaduais de bancos, e passaria a ter como seus associados diretos os próprios bancos (DIAS, 2012, p. 51).

O perfil da indústria brasileira também sofreu grandes mudanças a partir da abertura comercial, das privatizações e da liberalização dos fluxos financeiros concretizados no governo FHC. O plano real, que instituiu como mecanismo para estabilização da moeda a taxa de juros elevada e o real valorizado artificialmente, produziu efeitos devastadores para amplos segmentos do nosso parque industrial. Como descreveu Diniz,

[...] fechamento de empresas, falências, associações com empresas estrangeiras, fusões e aquisições, substancial queda do nível de emprego na indústria, ampla desnacionalização da economia passaram a fazer parte da atividade econômica do país entre 1995 e 1997, sobressaindo entre os setores mais afetados, as indústrias têxtil, de máquinas e equipamentos, autopeças e produtos eletrônicos (2010, p. 107).

Uma das principais consequências desse processo, ainda segundo Diniz (2010, p. 107), foi a “desnacionalização das elites empresariais, dado o aprofundamento da internacionalização das empresas líderes da nova ordem econômica, configurando um corte não apenas econômico, mas também político em relação ao antigo modelo”.

A reação do empresariado a esse processo não foi uniforme, nem linear. Do ponto de vista ideológico, observou-se, no primeiro mandato de FHC, a articulação de um consenso entre os empresários em torno da postura neoliberal, acompanhado do questionamento do teor estatista da estratégia desenvolvimentista que orientou a economia brasileira nas décadas anteriores (DINIZ, 2010, p. 106). Exemplo deste consenso do alto empresariado em torno do neoliberalismo foi a criação da Ação Empresarial, em 1993-94, sob a liderança de Jorge Gerdau Johannpeter, organização criada para a defesa dos postulados liberais junto ao Congresso Nacional⁵⁴. Além disso, as principais entidades de classe dos industriais, como a FIESP e a CNI, mantiveram por um bom período uma postura de cooperação com o governo federal (DINIZ, 2000, p. 77-104). Esse apoio pode ser explicado, também, pelo fato de que, a despeito das perdas que atingiram amplos segmentos do pequeno e médio empresariado, num primeiro momento alguns grandes empresários foram beneficiados com os processos de privatização e abertura comercial. Um exemplo de empresário que expandiu seus negócios no período é o caso de Benjamin Steinbruch, do grupo Vicunha, que assumiu a direção de um complexo de empresas ligadas às áreas de portos, ferrovias e energia, entre elas a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional (DINIZ, 2010, 109).

Persistiram, contudo, em paralelo à defesa dos postulados liberais, desacordos de segmentos industriais quanto aos aspectos mais específicos do novo modelo calcado na abertura do mercado, notadamente quanto à forma e ao ritmo de implantação da nova agenda, como privatização e liberalização comercial. Além disso, pautas como a defesa de medidas protecionistas, a utilização de subsídios, a concessão de tratamento especial a determinados setores, a participação dos empresários no processo decisório – elementos típicos do estado intervencionista do modelo desenvolvimentista – seguiram presentes nas declarações públicas de lideranças empresariais (DINIZ, 1997).

⁵⁴ Vale mencionar aqui, conforme observaram Diniz e Boschi (2004) que, durante os anos 1990, o Congresso assumiu importância crescente para a ação política empresarial. Em contraste com a fase da industrialização substitutiva de importações do modelo desenvolvimentista-corporativista, em que o Executivo constituía o espaço privilegiado de intercâmbio entre grupos econômicos privados e o poder público, a partir de meados dos anos 1980, com a redemocratização, ocorreu um expressivo deslocamento da ação dos interesses empresariais organizados para o Legislativo, difundindo-se práticas como o lobby. Sobre a relação entre empresariado industrial e poder legislativo no Brasil pós-redemocratização, ver MANCUSO, Wagner. **O “lobby” da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Humanitas EDUSP, 2007.

Nos últimos anos da década de 1990 ocorreram mudanças importantes em relação ao comportamento da elite do empresariado industrial diante da política econômica governamental. Naquele período, rompeu-se o consenso que sustentou o primeiro mandato de FHC, baseado na prioridade absoluta conferida às metas de estabilização monetária e disciplina fiscal, e a postura crítica ao governo ganhou força. Nesse contexto, por exemplo, o Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e a FIESP passaram a questionar, sobretudo, a forma assumida pela abertura econômica, o tratamento privilegiado dispensado às empresas estrangeiras, o fechamento do processo decisório e a ausência de política industrial. Entre os pontos da política macroeconômica mais criticados estavam as elevadas taxas de juros praticadas no Brasil e a taxa de câmbio sobre apreciada que, na visão dos industriais, solapavam a capacidade de concorrência dos produtos manufaturados brasileiros, tanto no mercado interno, quanto no externo. Do outro lado, os industriais reforçaram o discurso favorável à redefinição da política econômica, solicitando medidas de estímulo ao mercado interno e apoio à empresa nacional (BOITO, 2012, p. 79). Segundo Álvaro Bianchi (2010, p. 244-245), os processos de desindustrialização e desnacionalização dramatizados ao final daquela década fizeram os industriais “despertarem do coma” e retomarem um “papel importante na política nacional”.

No início da década de 2000, a percepção da incapacidade das políticas neoliberais em atender as expectativas de crescimento difundiu-se ainda mais no seio das elites industriais. As reformas orientadas para o mercado não haviam sido eficientes para o desencadeamento de novo ciclo de desenvolvimento e a economia brasileira, mesmo que dotada de estabilidade monetária, continuava estagnada, em processo de desindustrialização e desnacionalização. A insatisfação de segmentos importantes do empresariado com os resultados do modelo de liberalização e abertura econômica da década de 1990 seria decisiva na conformação da coalização de forças que sustentaria a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), à presidência da República, em 2002.

3.4 O LULISMO: NOVO DESENVOLVIMENTISMO OU CONTINUIDADE NEOLIBERAL?

Em 2002, depois de três derrotas consecutivas (1989, 1994 e 1998), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu em segundo turno o candidato situacionista do PSDB, José Serra, e foi finalmente eleito presidente da República.

A campanha presidencial de Lula em 2002 teve importantes diferenças em comparação às eleições anteriores. Diferença marcante foi a mudança de comportamento: ao contrário dos pleitos anteriores, Lula, respaldado pelo campo majoritário e pela direção do PT, adotou uma postura mais moderada, acenando para uma transição política gradual e sem radicalismos, sem ruptura de contratos e respeitando os compromissos internacionais.

Fundamentais nesse processo de metamorfose de Lula e do PT foram a busca de confiabilidade junto ao sistema financeiro nacional e internacional e a busca de apoio político do setor empresarial de origem nacional.

Um passo decisivo nesta estratégia foi a decisão petista de aliar-se ao Partido Liberal (PL), convidando o então senador mineiro, José Alencar, para o cargo de vice-presidente da chapa encabeçada pelo PT. Importante empresário, dono da Conteminas, um dos maiores grupos do setor têxtil do país, crítico ferrenho da política econômica de FHC, José Alencar simbolizava a aproximação de um poderoso setor do empresariado industrial de origem nacional – descontente com o modelo econômico tucano – com o Partido dos Trabalhadores.

Outro momento de grande importância foi a elaboração da famosa “Carta ao Povo brasileiro”, apresentada ao público em 22 de junho de 2002. Esse documento surgiu para acalmar o mercado financeiro que, naquele momento, estava em pânico diante da possibilidade de um eventual governo de esquerda querer mudar as regras do jogo, revendo contratos e abandonando as diretrizes macroeconômicas adotadas na década neoliberal de 1990⁵⁵. Para angariar confiança do sistema financeiro, o documento expressava as intenções petistas de manutenção dos pilares macroeconômicos do governo FHC, dando destaque aos compromissos com a preservação da estabilidade monetária (sistema de metas de inflação), da responsabilidade fiscal (superávit primário), do câmbio flutuante e do respeito aos contratos firmados com os investidores internacionais.

Uma vez eleito, já na composição de sua equipe ministerial, Lula tratou de seguir à risca os compromissos firmados com o setor financeiro e com os empresários durante a campanha presidencial. Nomeou para o cargo de Ministro da Fazenda o médico e então prefeito de Ribeirão Preto, Antônio Palocci, conhecido por ser um representante das ideias econômicas ortodoxas dentro do PT, e nomeou para a presidência do Banco Central o

⁵⁵ Durante a eleição de 2002, diante do nervosismo que tomara conta do mercado financeiro frente à vitória cada vez mais provável de Lula, o banco de investimentos norte-americano *Goldman Sachs* chegou a criar o “lulômetro” do câmbio – fórmula baseada em dados especulativos para medir o quanto a possibilidade de vitória do candidato petista influenciava a taxa de câmbio. Ver: BANCO Americano criou o ‘lulômetro’. O Globo, Rio de Janeiro, 12 jun. 2002. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/banco-americano-criou-lulometro-do-cambio-na-eleicao-presidencial-de-2002-14093304>. Acesso em: 12 mai. 2015.

presidente do *Bank of Boston*, ex-diretor executivo da FEBRABAN, e deputado federal eleito pelo PSDB, Henrique Meirelles.

A condução da política macroeconômica durante o primeiro mandato de Lula foi caracterizada por elevado grau de continuidade em relação ao modelo implementado no país na década de 1990.

Para enfrentar a crise econômica instaurada no período pré-eleitoral, o governo adotou política monetária restritiva e política fiscal austera, manifestas na prioridade dada às metas de estabilização, combinando câmbio flutuante com livre movimentação de capitais e manutenção do regime de metas de inflação. Sinalizando nesse sentido, por exemplo, a taxa básica de juros (SELIC), que era de 25% ao ano no final do governo FHC, foi elevada para 26,5% ao ano nos primeiros meses do governo Lula, no início de 2003. No âmbito fiscal, praticou-se, no primeiro ano do governo Lula, um superávit primário de 4,25% do PIB, maior do que a meta acordada com o FMI pelo governo anterior. Além disso, foram promovidas reformas com vistas ao equilíbrio nas contas públicas e à promoção de um ambiente institucional favorável para a operação dos mercados, na área micro, previdenciária e tributária (SINGER, 2012).

Assim, portanto, os fundamentos do tripé-macroeconômico neoliberal – metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário – e seu corolário, as taxas de juros elevadas, foram mantidos durante os primeiros anos do governo Lula. Por outro lado, em paralelo à continuidade dos fundamentos macroeconômicos que guiaram o governo FHC, observaram-se algumas mudanças paralelas.

No tocante à aproximação com o empresariado industrial nacional, além da presença de José Alencar na vice-presidência, foi importante também a nomeação de outros dois empresários de peso para cargos ministeriais: a pasta da Agricultura ficou com Roberto Rodrigues, então presidente da ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness), e, para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi designado o empresário Luiz Fernando Furlan – presidente do Conselho de Administração da Sadia, grande grupo fabricante e exportador do ramo alimentício (DINIZ, 2010, p. 121). Além disso, também foram tomadas medidas em relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal órgão de financiamento público do Brasil. Para a presidência do banco foi designado o economista e então reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Lessa, conhecido por suas posições desenvolvimentistas. Depois de dois anos no cargo, em fins de 2004, Lessa foi substituído pelo então Ministro do Planejamento, o também

economista desenvolvimentista Guido Mantega, que, em 2006, viria a se tornar Ministro da Fazenda, substituindo Palocci, como veremos a seguir. Nesse período, o BNDES reassumiria seu papel de banco de fomento à expansão produtiva do país, em contraste com os anos do governo FHC, durante os quais o banco foi transformado em órgão de implantação do programa de privatizações (BOITO, 2012, p. 80-81).

O governo Lula também criou uma nova estrutura institucional para incorporar politicamente o empresariado industrial, abrindo espaços de interlocução do governo com o setor privado no interior do Estado. Nesse sentido, destacaram-se a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) – o chamado “conselhão” –, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) (DINIZ, 2010, p. 124).

As reações do empresariado financeiro e industrial à política econômica do primeiro governo Lula foram diferenciadas.

Os banqueiros, por sua parte, mostraram-se bastante satisfeitos com os rumos tomados pelo governo, desde a “Carta ao povo brasileiro”, passando pela nomeação de Palocci e Meirelles para a Fazenda e para o BC⁵⁶, até a política econômica austera e contracionista, marcada pela centralidade da preocupação com a estabilidade monetária, por altas taxas de juros e elevada meta de superávit primário, dos primeiros anos do novo governo (DIAS, 2012).

Já a elite industrial mostrou-se bastante crítica à condução conservadora da política econômica no primeiro mandato de Lula, contestando principalmente a política monetária de juros altos e o real valorizado frente ao dólar, ambos responsáveis pela dificuldade de competitividade da indústria brasileira e pelo baixo crescimento da economia (DINIZ, 2010).

Naquela conjuntura, ocorreu, em 2004, uma acirrada eleição para a presidência da FIESP. Nesta, a chapa de oposição, liderada por Paulo Skaf, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções, sagrou-se vencedora. Em sua plataforma de campanha, Skaf pregou abertamente a “aproximação colaborativa” da FIESP com o governo Lula, para assim conquistar mais espaço de interlocução para a defesa dos interesses industriais junto aos processos decisórios governamentais. Na avaliação de Boschi (2004), a vitória de Skaf representou a politização da forma de ação estratégica do empresariado e a

⁵⁶ Sobre a reação da FEBRABAN à nomeação de Henrique Meirelles para a presidência do BC, ver: FEBRABAN diz que mercado recebeu bem indicação de Meirelles. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 dez. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u60585.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2015.

aproximação deste com o governo federal⁵⁷, em busca de dotar o setor de maior capacidade de influência junto às arenas decisórias estatais.

A partir da segunda metade do primeiro mandato de Lula processaram-se fenômenos que contribuíram para o governo mudar gradualmente sua postura na condução da economia.

No âmbito externo, os bons ventos da conjuntura econômica internacional favoreceram a economia brasileira. Depois de turbulências no final da década de 1990, a economia mundial voltou a apresentar ritmo acelerado de crescimento entre 2003 e 2007. De importância nuclear para o Brasil foi o chamado *boom* do preço das *commodities* agrícolas, que ajudou a puxar a economia brasileira para cima, apesar das políticas contracionistas adotadas nos primeiros anos do governo Lula. A valorização das *commodities* agrícolas possibilitou ao país crescer mesmo com o governo adotando uma postura conservadora, de caráter recessivo, na condução da política macroeconômica (SINGER, 2012, p. 177). Além disso, a partir de 2004, houve forte expansão da liquidez internacional, o que, conjugado com a valorização das *commodities*, permitiu ao Banco Central brasileiro uma significativa acumulação de reservas internacionais em moedas conversíveis, tornando a economia brasileira mais sólida para enfrentar problemas externos.

Na seara da política interna, em 2005 o governo enfrentou grave crise política, conhecida como “Escândalo do Mensalão”. Essa crise, além de desestabilizar o tabuleiro político, levou à queda do então ministro da Fazenda, Antônio Palocci, no início de 2006. Em seu lugar, Lula nomeou para o Ministério da Fazenda o então presidente do BNDES, Guido Mantega, economista de inclinação heterodoxa.

A FIESP saudou com grande entusiasmo a nomeação de Mantega para a Fazenda, tanto que na época estampou na capa de sua publicação, a “Revista da Indústria”, uma matéria sobre o novo ministro cuja manchete era “Um desenvolvimentista na Fazenda”, na qual a entidade apresentava o governo Lula como sendo um governo atravessado por duas tendências em matéria de economia: uma monetarista, ortodoxa, aliada aos interesses rentistas das finanças, representada por Antônio Palocci; e outra desenvolvimentista, aliada do setor produtivo e da indústria, representada por Guido Mantega. A troca de Palocci por Mantega representava, para a FIESP, a substituição da ortodoxia liberal, que até aquele momento marcava a política econômica do governo Lula, por uma posição desenvolvimentista, pró-

⁵⁷ Do outro lado, fontes da imprensa confirmam que a cúpula do governo Lula trabalhou no apoio à candidatura de Skaf na FIESP: ALENCAR, Kennedy. Cúpula do governo trabalhou por Skaf. Folha de São Paulo, Brasília, 27 ago. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u88259.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2015.

crescimento, que colocaria em prática, entre outras coisas, uma política de juros mais baixos (BOITO, 2012, p. 94).

De fato, a gestão de Guido Mantega representou uma inflexão na condução da política macroeconômica do segundo governo Lula, confirmando, em boa medida, as expectativas alimentadas pela FIESP, com a “ala desenvolvimentista” do governo assumindo as rédeas da condução da área econômica. Esta inflexão, segundo Barbosa e Souza, se baseava em três linhas gerais:

[1] adoção de medidas temporárias de estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento e elevar o potencial produtivo da economia; [2] a aceleração do desenvolvimento social por intermédio do aumento nas transferências de renda e elevação do salário mínimo; e [3] o aumento no investimento público e a recuperação do papel do Estado no planejamento de longo prazo (2010, p. 69-70).

Como medidas políticas concretas que apontavam para a inflexão desenvolvimentista do governo a partir de 2006, podemos citar: a) leve flexibilização da política monetária, com redução da taxa básica de juros de 17,25% a.a (18/01/2006) para 12,25% (04/06/2008); b) aumento do gasto e do investimento público, com o Estado retomando seu papel de indutor do crescimento, como pode ser visto na criação e no lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007; c) valorização do salário mínimo, expansão do crédito consignado e dos programas sociais voltados para os mais pobres, os quais contribuíram para reativação por baixo de um amplo mercado de consumo popular no país; d) o fortalecimento do BNDES como banco público de fomento, praticando empréstimos a juros subsidiados para financiar a formação de grandes grupos privados nacionais internacionalizados; e) fortalecimento da diplomacia e da política de comércio exterior visando à conquista de novos mercados no hemisfério Sul, especialmente as economias sul-americanas (SINGER, 2012, p.151). A intervenção estatal pró-crescimento surtiu efeito: o PIB brasileiro cresceu 4,0% em 2006, 6,1% em 2007 e 5,2%, em 2008.

Uma nova fase de aprofundamento da política com tonalidades desenvolvimentistas, que vinha sendo gestada desde 2006, foi aberta após a quebra do *Lehman Brothers*, nos Estados Unidos (15 de setembro de 2008), e o terremoto financeiro mundial que se arrastou durante 2009 e 2010.

Nesse momento de encruzilhada, o governo brasileiro decidiu adotar um pacote de medidas heterodoxas anticíclicas para proteger e estimular a economia brasileira. Após vacilação inicial, o Banco Central passou a reduzir a taxa básica de juros – esta desceu a 8,75% em 2009 -, expandindo o crédito, aumentando o gasto público, o poder de compra dos salários e a capacidade de consumo popular, e desonerando setores produtivos para incentivar

a demanda agregada e evitar o ciclo de estagnação. Além disso, o governo Lula criou o Plano de Sustentação do Investimento (PSI), para o qual capitalizou os bancos públicos, como BNDES (100 bilhões de reais, em janeiro de 2009), para subsidiar o crédito a setores produtivos (SINGER, 2012, p.152). Somados a esse conjunto de fatores, a expansão e execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, fizeram com que a economia brasileira se recuperasse da queda de 2009 – crescimento de -0,2% -, crescendo 7,5%, em 2010.

As medidas anticíclicas efetivadas pelo governo durante o desdobramento da crise mundial trouxeram ganhos sociais que contribuíram para o aumento da popularidade de Lula, turbinada pela inclusão de milhões de famílias pobres no circuito de consumo - através dos programas sociais de assistência e da elevação da renda – e pela diminuição drástica dos níveis de desemprego (5,3% em dezembro de 2010). A inflexão na política econômica do segundo governo Lula levou uma série de analistas a caracterizarem o modelo posto em marcha a partir de 2006 como *neodesenvolvimentismo*⁵⁸.

Armando Boito definiu o *neodesenvolvimentismo* como o “desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico” (2012, p. 69). Segundo ele, o neodesenvolvimentismo teria retomado a velha aspiração desenvolvimentista de construção de um Estado forte para intervir na economia e liderar o processo de desenvolvimento, mas o fez em condições históricas novas e com ambição menor. O prefixo *neo* justificar-se-ia por denotar as diferenças entre este modelo contemporâneo e o velho desenvolvimentismo do período 1930-1980. Boito elencou quatro distinções importantes que diferenciavam o velho e o novo desenvolvimentismo: o neodesenvolvimentismo a) apresentava taxas de crescimento econômico bem mais modestas do que o desenvolvimentismo do século XX, porque estava limitado pela acumulação financeira ainda em vigor, aspecto central do modelo neoliberal; b) o neodesenvolvimentismo conferia importância menor ao mercado interno, isto é, ao consumo das massas trabalhadoras do país; c) dispunha de menor capacidade de distribuir renda, e; d)

⁵⁸ Necessário frisar, contudo, que esta interpretação da política econômica do segundo governo Lula como sendo *neodesenvolvimentista*, ainda que bastante difundida entre economistas e cientistas políticos das mais variadas matrizes teóricas, não é, nem de longe, consensual. Existem autores, como Rodrigo Castelo, por exemplo, que preferem o conceito de *social-liberalismo*, argumentando que, na verdade, o que houve foi uma combinação de políticas sociais focalizadas com fundamentos macroeconômicos neoliberais, em nada rompendo com o modelo construído nos anos 1990. Ver: CASTELO, Rodrigo. **O Social-liberalismo: auge e crise na supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013, pp. 151-278. Entre outros autores que também desferem críticas à utilização do conceito de “neodesenvolvimentismo” estão Plínio de Arruda Sampaio Junior e Francisco de Oliveira. Ver: SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. *Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 112, p. 672-688. Out/Dez. 2012. OLIVEIRA, Francisco; Braga, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas. Economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

aceitava divisão internacional do trabalho vigente, promovendo uma reativação, em condições históricas novas, da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro (2012, p. 70). O neodesenvolvimentismo, dessa forma, por existir no interior e sob a base de uma economia global hegemônica pelo neoliberalismo, não seria uma alternativa *de* modelo, mas sim uma alternativa *no* modelo neoliberal vigente em nosso tempo histórico.

Olhando em retrospectiva para os oito anos do governo Lula, quando observamos seus movimentos pendulares em matéria de política econômica, surgem algumas questões fundamentais: o que significaram tais mudanças de direção dentro de um mesmo governo? Como um governo pôde acomodar no seu interior posições divergentes como as posições liberais-monetaristas e neodesenvolvimentistas? No que estava fundamentada a disputa entre essas concepções no interior dos governos Lula?

Aqui nos parece pertinente considerar a hipótese, central para a nossa pesquisa, de que a base material das disputas de concepções econômicas internas ao governo Lula estava na composição das forças sociais que o sustentaram. E, nessa composição/coalizão de forças, o empresariado industrial e o banqueiros ocupavam campos opostos.

Para autores como Singer (2012), Bresser-Pereira (2015) e Ianoni (2014), os governos Lula foram atravessados pela disputa interna entre duas coalizões de forças sociais: por um lado, a *coalizão produtivista*, capitaneada por empresários industriais e apoiada por setores organizados das camadas populares; e por outro, a *coalizão rentista*, capitaneada pelo empresariado financeiro e apoiada pela classe média tradicional.

Nas formulações desses autores, esses dois campos que compuseram o governo ocuparam posições opostas em questões centrais das políticas econômicas adotadas pelo Estado: *a agenda neoliberal interessava à coalizão rentista, a agenda neodesenvolvimentista interessava à coalizão produtivista.*

Para a coalizão rentista, para os banqueiros, interessariam *i)* a rigidez no cumprimento das metas de inflação; *ii)* taxas de juros elevadas que remunerassem o capital especulativo dos detentores de títulos da dívida pública (de preferência, a combinação entre a taxa de inflação mais baixa possível com os juros nominais mais altos possíveis, aumentando a taxa de juros real); *iii)* metas elevadas de superávits primários nas contas públicas para garantir a rolagem e o pagamento seguro dos juros da dívida pública; *iv)* corte dos gastos públicos; *v)* autonomia do Banco Central; *vi)* câmbio flutuante e *vii)* abertura comercial.

Já à coalizão produtivista, no interior da qual estavam os empresários industriais, interessariam, em síntese, *i)* juros baixos para baratear o crédito e estimular o investimento produtivo; *ii)* flexibilidade no cumprimento das metas de inflação; *iii)* depreciação cambial;

iv) redução do superávit primário; v) redução de impostos; e vi) aumento do investimento público em infraestrutura econômica.

A disputa entre concepções neodesenvolvimentistas e neoliberais, portanto, estaria intimamente conectada com a disputa de interesses materiais entre banqueiros e industriais em torno da hegemonia sobre a condução da política econômica.

A existência de campos distintos dentro da mesma coalizão política, além disso, seria reflexo do modelo político de governabilidade implantado pelos governos petistas. Para Luiz Werneck Vianna (2007), o governo Lula foi caracterizado por uma composição pluriclassista que se traduziu em uma forma de *Estado de compromisso* que abrigou forças sociais contraditórias entre si, cujas pretensões foram arbitradas no seu interior e decididas, em última instância, pelo chefe do poder executivo. O Estado, assim, avocou a sociedade civil para si e levou para seu interior as principais divergências entre as forças sociais organizadas – retomando a fórmula getulista. Com os antagonismos sociais importados da sociedade para o seu interior, o *Estado de compromisso* que procurou equilibrá-los se tornou um lugar de permanente tensão, e o governo estruturado a partir deste estado de compromisso expressou na contraditoriedade e no movimento pendular de suas políticas a contraditoriedade e heterogeneidade de sua composição. Isso porque, nas palavras do autor,

Esse Estado não quer se apresentar como o lugar da representação de um interesse em detrimento de outro, mas de todos os interesses. Essa a razão de fundo por que o governo evita a fórmula de poder decisionista e também se abstém de propor mudanças legislativas em matérias estratégicas, como a tributária, a da reforma política e a da legislação sindical e trabalhista, que, com sua carga potencialmente conflitiva, poderiam ameaçar a unidade de contrários que intenta administrar. Pragmático, desde a primeira vitória eleitoral, negocia e compõe com os interesses heterogêneos que convoca para seu interior, manobra com que se evadiu do caminho de rupturas continuadas aberto à sua frente (VIANNA, 2007, p. 4).

Tratemos então de estabelecer com clareza as hipóteses interpretativas derivadas da análise dos oito anos de governo Lula, pois elas serão fundamentais para as questões que iremos dirigir ao nosso objeto: a) as políticas econômicas dos oito anos de governos petistas se moveram pendularmente entre o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo; b) no primeiro governo Lula, com Antônio Palocci no Ministério da Fazenda, predominou a corrente neoliberal, no segundo governo, com Guido Mantega na Fazenda, predominou a concepção neodesenvolvimentista; c) essas duas concepções econômicas em disputa estavam conectadas à disputa de interesses entre duas coalizões de forças sociais, a saber: a coalizão rentista, liderada pelos banqueiros; e a coalizão produtivista, que teve à sua frente o empresariado industrial – dentro deste, a FIESP; d) o modelo político *lulista*, que teve a forma

de *Estado de compromisso não-decisionista*, caracterizou-se pelo movimento da absorção estatal dos conflitos de interesses existentes entre as diversas forças socioeconômicas que formaram sua coalizão.

Voltemos, pois, à nossa questão central: o que os banqueiros e os industriais disseram, como avaliaram e se posicionaram (se se posicionaram), e o que propuseram a respeito da política econômica do governo Dilma?

4 O DISCURSO DA FIESP E DOS BANQUEIROS FRENTE À POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA (2011-14)

4.1 INTRODUÇÃO

A nossa expectativa é a continuidade do modelo de estabilidade econômica, crescimento e mobilidade social. O lastro é o tripé câmbio flutuante, meta de inflação e disciplina fiscal.

Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do Bradesco.

O problema do BC é que ele se preocupa só com moeda, diferentemente de outros bancos centrais pelo mundo, que têm a responsabilidade da moeda, mas também têm a responsabilidade do emprego e do desenvolvimento. A estabilidade econômica já foi conquistada. Agora, precisamos de um desenvolvimento econômico sustentável e duradouro.

Paulo Skaf, presidente da FIESP.

O Brasil que foi às urnas em outubro de 2010 para escolher seu novo presidente da República era um país justificadamente otimista. Em meio ao terremoto financeiro que abalava o mundo desde 2008, a economia brasileira crescia, a inflação estava sob controle e o desemprego era baixo. Além disso, o governo Lula conseguira o feito de, sem confronto com as frações do grande capital, seguindo os compromissos firmados na “Carta aos Brasileiros” de 2002, levar a cabo políticas de redistribuição de renda – cujos maiores exemplos eram os programas sociais e a valorização real do salário-mínimo – que produziram importante mobilidade na pirâmide social brasileira, incluindo milhares de pobres no circuito do consumo e criando a chamada “nova classe C”.

No interior daquela conjuntura, não por acaso, Luiz Inácio Lula da Silva deixou a presidência com índices recordes de aprovação: segundo pesquisa de opinião realizada pelo instituto *Datafolha* em dezembro de 2010, 83% dos brasileiros adultos avaliavam a gestão de Lula como ótima ou boa – maior taxa de aprovação já registrada por um presidente desde que tiveram início os levantamentos no Brasil⁵⁹.

Naquele cenário amplamente favorável, as tendências apontavam para a eleição da candidata governista apadrinhada por Lula. Dilma Rousseff era por vocação uma técnica, economista de formação, que havia sido ministra de Minas e Energia, entre 2003 e 2005, e

⁵⁹ Datafolha. Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 dez. 2010. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>. Acesso em: 09 nov. 2015.

desde 2005, era a ministra chefe da Casa Civil de Lula, cargo do qual se afastou para concorrer à presidência. Mesmo sem experiência eleitoral anterior, apoiando-se no capital político acumulado e a ela transferido por Lula, com um discurso de continuidade em relação ao governo de seu mentor – um modelo baseado no tripé formado por estabilidade monetária, crescimento e distribuição de renda -, recebendo apoio eleitoral decisivo dos mais pobres⁶⁰, Dilma venceu José Serra (PSDB) no segundo turno e foi eleita a primeira presidente mulher da história do país⁶¹.

Concluída a eleição que garantiu mais quatro anos para o PT à frente do governo federal, as atenções se concentraram no chamado “terceiro turno”: a escolha dos nomes da equipe econômica de Dilma. Depois de muita especulação a respeito de possíveis nomes para o Ministério da Fazenda e para a presidência do Banco Central⁶², a presidente eleita decidiu manter Guido Mantega no Ministério da Fazenda, mas mudou a presidência da autoridade monetária. Henrique Meirelles, presidente do BC ao longo dos oito anos do governo Lula e fiador da credibilidade deste junto ao setor financeiro nacional e internacional, foi substituído por Alexandre Tombini, técnico de carreira do BC, então diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro da instituição. Para o Ministério do Planejamento, Dilma nomeou Mirian Belchior, coordenadora geral do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Luciano Coutinho foi mantido na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Logo após serem anunciados oficialmente por Dilma, os comandantes da economia foram alinhados em suas declarações com tonalidades conservadoras, durante entrevista coletiva concedida à imprensa. Mantega comprometeu-se, já de início, com a austeridade

⁶⁰ Devemos a André Singer a constatação de que, a partir das políticas redistributivas implementadas no primeiro mandato de Lula – entre as principais, o programa Bolsa Família, a expansão do crédito consignado e a elevação dos níveis de emprego -, houve no Brasil, já na eleição de 2006, e observado também no pleito de 2010, um *realinhamento eleitoral das classes sociais*, com a base da pirâmide social, os eleitores com renda mensal de até dois salários mínimos – setor decisivo na resolução das eleições majoritárias no Brasil, pois constitui cerca de metade do eleitorado, a quem Singer chama de “subproletariado” –, atraídos por tais políticas sociais, aderindo eleitoralmente às candidaturas petistas; enquanto que as classes médias dos grandes centros urbanos, principalmente os setores mais escolarizados e com renda mensal superior a cinco salários mínimos, muito mobilizadas pela pauta anticorrupção e resistentes às políticas sociais, passaram a aderir em peso às candidaturas opositoras representadas pelo PSDB. Ver SINGER, A. V. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 63-78.

⁶¹ Na votação realizada em 31/10/2010, Dilma obteve 55,7 milhões de votos, o equivalente a 56% dos votos válidos, contra os cerca de 43,5 milhões de votos do tucano José Serra – 44% dos válidos.

⁶² Entre os nomes que foram cogitados para assumir a presidência do Banco Central de Dilma, estavam agentes do setor financeiro como Luiz Carlos Trabuco Cappi (presidente do banco Bradesco), Octávio de Barros (economista-chefe do Bradesco) e Fábio Barbosa – então presidente do Grupo Santander Brasil e da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN). Ver: ROSA, Vera; LOPES, Eugênia. Equipe de Dilma já tem quatro nomes para substituição de Meirelles no BC. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 2010. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral/equipe-de-dilma-ja-tem-quatro-nomes-para-substituicao-de-meirelles-no-bc-imp-,643905>. Acesso em: 10 nov. 2015.

fiscal e com o recuo do papel ativo do Estado sobre a economia em 2011, para assim frear o aquecimento produzido na economia brasileira pelas medidas de estímulo adotadas após a crise financeira de 2008 e abrir espaço maior para o mercado. “Superada a crise, é momento de reduzir os gastos públicos, realizando um novo movimento anticíclico, recuando o governo para abrir maior espaço para o setor privado”, declarou. “Todos os ministérios darão sua contribuição. 2011 não será ano para criar novos gastos”⁶³, completou o ministro. O chefe da Fazenda também refirmou o objetivo de atingir o centro da meta de inflação: “A meta para os próximos dois anos é de 4,5%. Essa é a inflação que vamos perseguir nos próximos dois anos e vamos cumpri-la. O BC tem autonomia e competência para implementar essa meta de inflação”⁶⁴. Na mesma linha, o novo presidente do BC, Alexandre Tombini, fez questão de reforçar o compromisso da presidente recém-eleita com a preservação da autonomia operacional da autoridade monetária: “[...] tive longas e boas conversas com a presidente eleita, Dilma Rousseff, e ela me disse que nesse regime, não há meia autonomia. É autonomia operacional total”⁶⁵. Tombini acenou ainda com a possibilidade de, no futuro, com a “consolidação dessa política econômica, combinada com o aperfeiçoamento do marco regulatório brasileiro”, o Brasil ter as condições necessárias para “discutirmos a convergência de nossa meta de inflação para níveis mais baixos, semelhantes aos observados nas principais economias emergentes”⁶⁶.

Importantes representantes do setor financeiro – que tinha batido recordes de lucratividade durante os oito anos do governo Lula⁶⁷ - se manifestaram sobre o novo governo e sua equipe econômica, além de projetarem o que esperavam para o país nos anos que viriam.

Entre os céticos estava Marcelo Salomon, economista-chefe para o Brasil do banco inglês *Barclays Capital*, que considerou que a equipe econômica deveria dar continuidade à política de “responsabilidade fiscal, taxa de câmbio flutuante e metas de inflação”, o chamado

⁶³ TRAVAGLINI, Fernando; LYRA, Paulo de Tarso. Equipe de Dilma promete austeridade. **Valor econômico**, São Paulo, 25 nov. 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/859369/equipe-de-dilma-promete-austeridade>. Acesso em: 10 nov. 2015.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ RODRIGUES, Azelma. Dilma prometeu autonomia total ao BC, diz Tombini. **Valor Econômico**, Brasília, 25/11/2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/690595/dilma-prometeu-autonomia-total-ao-bc-diz-tombini>. Acesso em: 10/11/2015.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ NOVO, Aguinaldo. Na era Lula, bancos tiveram Lucro recorde de R\$ 199 bilhões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 fev. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/na-era-lula-bancos-tiveram-lucro-recorde-de-199-bilhoes-2818232>. Acesso em: 10 nov. 2015.

tripé macroeconômico, mas reconheceu desconfiar que, com o ministro Mantega, a política fiscal iria “continuar frouxa, com crédito do governo crescendo a taxas rápidas”⁶⁸.

Já o presidente da FEBRABAN e do Santander Brasil, Fábio Barbosa, que chegara a ser cogitado como novo presidente do BC do governo Dilma, elogiou o discurso centrado na manutenção do regime de metas de inflação proferido por Tombini em sua posse na presidência do Banco Central. Nas palavras do banqueiro, era perceptível “um alinhamento grande entre as duas gestões [Meirelles e Tombini]. Isso deixa o mercado tranquilo. O regime de metas, que é consagrado, será mantido”⁶⁹.

Quando questionado sobre uma frase de Meirelles proferida em seu discurso na cerimônia de transmissão do cargo, segundo a qual elevações da taxa Selic não deveriam “causar alarido”, Barbosa concordou com Meirelles, reforçando o papel da taxa de juros como principal mecanismo de controle do preço da moeda no interior do modelo de metas: “essa é a regra do jogo. O controle da inflação é feito por meio dos juros. Isso é o que viabiliza investimentos de longo prazo para reconstruir a infraestrutura do Brasil”⁷⁰.

O presidente do *Itaú Unibanco* - maior banco privado país⁷¹ depois da fusão dos bancos Itaú e Unibanco em 2008 -, Roberto Setúbal, por sua vez, ainda em meio ao pleito presidencial, afirmou, durante seminário promovido na sede da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMERCIO), que o novo governo que iria comandar o país não precisava de grandes reformas, bastando dar continuidade ao modelo seguido até então. Para ele, reformas como a trabalhista, a tributária e a política, iriam apenas “parar o país”, sem talvez conseguir alterar significativamente a realidade. “Imagina uma reforma trabalhista? O Brasil iria parar para discussões intermináveis que, ao final, poderiam nem alterar tanto as coisas”⁷², avaliou o banqueiro. Setúbal ainda ressaltou que o Brasil se destacava e era notícia

⁶⁸ LUCCHESI, Cristiane. LIMA, Aline. LAGUNA, Eduardo. Trabuco vê continuidade em equipe econômica. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 nov. 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/859409/trabuco-ve-continuidade-em-equipe-economica>. Acesso em: 10 nov. 2015.

⁶⁹ BECK, Martha. Febraban: manutenção do regime de metas tranquiliza o Mercado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/febraban-manutencao-do-regime-de-metas-de-inflacao-tranquiliza-mercado-2843750>. Acesso em: 10 nov. 2015.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Em dezembro de 2010, segundo classificação do BC, os dez maiores bancos em operação no Brasil, segundo seus ativos totais, eram: 1) Banco do Brasil (público); 2) Itaú Unibanco (privado nacional); 3) Bradesco (privado nacional); 4) Caixa Econômica Federal (público); 5) Santander (privado estrangeiro); 6) HSBC (privado estrangeiro); 7) Votorantim (privado nacional); 8) Safra (privado nacional); 9) Citibank (privado estrangeiro); 10) BTG Pactual (privado nacional). Fonte: Banco Central do Brasil. “Os 50 maiores bancos do Brasil e o consolidado sistema financeiro nacional”. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top50P.asp>. Acesso em: 10 nov. 2015.

⁷² VILLAVERDE, João. País ‘não precisa de reformas’, diz Setúbal. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 out. 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/853529/pais-nao-precisa-de-reformas-diz-setubal>. Acesso em: 10 nov. 2015.

internacional pelo fato de que, enquanto as economias pelo mundo, principalmente as mais desenvolvidas, ainda sofriam as consequências da crise econômica, o Brasil “continuava na mesma”. Completando sua avaliação positiva sobre o momento atravessado pelo país naqueles dias, o presidente executivo do *Itaú Unibanco* sentenciou: “O país cresce forte, o mercado consumidor está forte e as perspectivas são ótimas”⁷³.

Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente executivo do *Bradesco*, segundo maior banco privado do país, também apresentou um discurso otimista em relação à economia brasileira e ao novo governo, pregando continuidade. Sobre a nova equipe econômica, o banqueiro considerou que ela sinalizava “continuidade e renovação, sem quebras de paradigmas ou viradas de mesa”⁷⁴. Sobre os nomes de Tombini e Mantega, Trabuco disse serem “todos dedicados e comprometidos com o setor público”, com um currículo e com “uma sólida formação acadêmica e êxitos na condução de uma política que enfrentou a crise mundial, retomou o crescimento e elevou a renda da grande massa da população”⁷⁵ - fazendo referência elogiosa às políticas anticíclicas adotadas pelo governo Lula quando da crise financeira internacional de 2008.

Em novembro de 2010, Trabuco concedeu importante entrevista ao jornal *Valor Econômico* (3/11), na qual analisou o cenário econômico e político brasileiro, fez projeções para o governo recém-eleito, expôs sua percepção a respeito de problemas e desafios a serem enfrentados pelo Brasil e argumentou sobre questões relacionadas aos bancos brasileiros. Na mesma linha continuísta e moderada de Setúbal, Trabuco também disse que Dilma não precisava de “propostas grandiosas”. A seguir, transcrevemos alguns trechos da entrevista, dividindo-os por eixos temáticos.

[1. Avaliação do governo Lula]

Valor: O que foi feito até agora lhe parece acertado?

Trabuco: Não há dúvida que houve muito mais acertos que erros, o que se pode traduzir em números e estatísticas. Mas a grande conquista, a meu ver, é o surgimento de milhões de novos consumidores. Somos hoje um país de classe média. O fenômeno gera várias demandas novas da sociedade e isso é muito bom, pois mostra pessoas que conquistaram padrões de comportamento e de consumo que geram mais expectativas, como melhorar de emprego, ganhar aumento de renda e perspectiva na carreira. Vemos as pessoas querendo estudar, ter mais conhecimento, aprender uma segunda língua, isso significa construir um novo país.

[2. Projeções para o governo Dilma]

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ LUCCHESI, Cristiane; LIMA, Aline; LAGUNA, Eduardo. Trabuco vê continuidade em equipe econômica. *Valor Econômico*, São Paulo, 25 nov. 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/859409/trabuco-ve-continuidade-em-equipe-economica>. Acesso em: 10 nov. 2015.

⁷⁵ Ibidem.

Valor: Qual o senhor acredita que será a tônica do governo da presidente Dilma Rousseff na área econômica?

Trabuco: A nossa expectativa é a continuidade do modelo estabilidade econômica, crescimento e mobilidade social. O lastro é o tripé câmbio flutuante, meta de inflação e disciplina fiscal. Em algumas áreas, há demandas geradas pela nova realidade, o que deve endereçar uma reordenação. O petróleo é um exemplo. O novo governo vai tocar a exploração do pré-sal, que tem um grande valor estratégico para o Brasil. A preocupação deve ser agregar valor social, com a criação de empregos e distribuição de renda. O momento é oportuno.

Valor: E qual o senhor gostaria que fosse a tônica? Aspectos que o senhor considera importantes e que não vê como prioritários para a futura presidente.

Trabuco: O alongamento dos prazos da economia vem sendo uma das características positivas da economia brasileira. Seria importante avançar, criando mais estímulos para a poupança de longo prazo. Associado ao mercado de capitais, uma mexida na tributação seria o caminho para aumentar as taxas de investimento da economia. O BNDES cumpre um papel estratégico na economia brasileira, foi fundamental no momento da crise, mas não pode arcar sozinho com a responsabilidade de financiar o investimento das empresas.

[3. Ajuste fiscal]

Valor: Em sua opinião a presidente deveria adotar um ajuste fiscal na largada do governo ou não vê necessidade disso?

Trabuco: A ideia parece ser focar no tamanho da dívida pública em relação ao PIB. É interessante, cria a expectativa de uma política de superávits primários sucessivos, com consequências na política monetária. Em nossa opinião, é importante não ser muito ambicioso, sendo pragmático, operando com os instrumentos que o governo tem. É como ir cortando a unha sem movimento brusco, para não ferir o dedo. A mensagem deve ser clara, equilibrar as contas, olhando principalmente os gastos correntes. Não pensamos em propostas de impacto.

[4. Taxa de Juros e Inflação]

Valor: O senhor vê necessidade de elevação da Selic em 2011? Em que momento? Ou o senhor acredita que a inflação vai convergir para o centro da meta com a taxa atual?

Trabuco: Essa discussão permeia as análises dos economistas de forma permanente. Acreditamos que o Copom tem uma meta a cumprir e, por ora, faltando uma reunião para acabar o calendário 2010, não vemos grandes mudanças. Vamos aguardar, até porque existe uma predisposição de maior rigidez em relação aos gastos. E o ritmo de expansão do crédito deverá diminuir um pouco.

Valor: Qual o seu prognóstico para o país em termos de taxa de crescimento, inflação, juros e câmbio com a nova presidente?

Trabuco: Não tenho a virtude dos economistas, que conseguem encontrar projeção para tudo, a partir de cálculos e modelos econométricos. É uma arte que respeito e admiro. Mas não é preciso ser oráculo para dizer que as condições gerais, enquanto tendência, não indicam solavancos. O crescimento vai continuar, um pouco menor que neste ano, mas num ritmo que as pessoas vão se sentir confiantes. Teremos a inflação dentro da meta, portanto, juros comportados. E o câmbio vai flutuar de acordo com o fluxo, que, dadas as condições positivas da nossa economia, tende a ser positivo. Medidas pontuais, administrativas, devem ser uma tônica nesse campo.

[5. O nível das tarifas bancárias no Brasil]

Valor: No governo do presidente Lula as tarifas bancárias para pessoas físicas foram regulamentadas e em breve o mesmo deve acontecer com cartões de crédito. O senhor reconhece exagero em cobranças? Vê necessidade de mais regulação em outras tarifas, como de pequenas e médias empresas, que têm menor poder de barganha que as grandes corporações e têm sido um motor de crescimento dos bancos neste ano?

Trabuco: A tarifa bancária não é alta, nem cara, ela representa adequadamente o valor de mercado do serviço bancário, pois é constituída a partir da competição entre os bancos, que é acirrada. Há, também, a regulamentação do governo, que estabeleceu o que pode e o que não pode. E nós precisamos saber competir dentro desses parâmetros. Acho que a atuação dos órgãos de controle é importante. Legítima a possibilidade de um canal de comunicação institucional, onde cada parte coloca democraticamente suas opiniões, apresentando alternativas.⁷⁶

A longa citação justifica-se pela importância dos pontos tocados pelo presidente do *Bradesco* em suas respostas. Nestas, podemos observar, em primeiro lugar, uma característica comportamental nuclear no discurso dos banqueiros, que ficará mais evidente na medida em que o presente capítulo avançar: a permanente moderação com que se manifestam no espaço público os empresários do setor financeiro, evitando lançar juízos e opiniões muito explícitas acerca de questões políticas, como forma de evitar qualquer possibilidade de tensionamento com o governo e autoridades públicas. Em segundo lugar, em relação à avaliação a respeito do governo Lula, como se pode ver a avaliação geral era bastante positiva e a justificativa para tal avaliação positiva não fazia referência discursiva apenas à estabilidade macroeconômica, mas também aos ganhos sociais de Lula, “a grande conquista do surgimento de milhões de consumidores”. Já no tocante às projeções para o futuro governo Dilma, a expectativa era de “continuidade do modelo de estabilidade, crescimento e mobilidade social”, cujo lastro era o “tripé câmbio flutuante, meta de inflação e disciplina fiscal” – o tripé neoliberal. Quanto aos desejos para o novo mandato, disse esperar “mais estímulos para a poupança de longo prazo”, além de uma mexida na tributação, associada ao mercado de capitais, para abrir caminho ao aumento das taxas de investimento. Apesar de reconhecer a importância do BNDES no financiamento, avaliou que o banco não poderia dar conta sozinho dos desafios de investimento das empresas. Trabuco via com bons olhos a possibilidade de ajuste fiscal logo no início do governo Dilma – não muito ambicioso, pragmático –, centrando a preocupação no controle dos gastos correntes. Quando perguntado sobre a necessidade de elevação da Selic, Trabuco respondeu de forma fugidia – como veremos ser praxe entre os banqueiros –, condicionando esta questão da taxa básica de juros à manutenção da inflação

⁷⁶ CAPPI, Luiz Carlos Trabuco. Dilma não precisa de propostas grandiosas. [Entrevista disponibilizada em 03 nov. 2010, Valor Econômico]. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/855459/dilma-nao-precisa-de-propostas-grandiosas>. Entrevista concedida a Vanessa Adachi. Acesso em: 10 nov. /2015.

dentro das metas. Por fim, em relação às altas tarifas cobradas dos clientes pelos bancos brasileiros, Trabuco argumentou que as tarifas “não eram altas, nem caras”, na verdade, segundo ele, elas só refletiam as condições de competição do mercado, associadas às regulamentações do governo. Aqui, Trabuco, em síntese, defendeu a seguinte tese: os juros altos cobrados pelos bancos no Brasil não são resultado dos privilégios injustificados do setor bancário, mas sim reflexo das condições do mercado de crédito no Brasil, dentro das quais a concorrência, e o alto custo operacional e tributário são variáveis que encarecem os serviços prestados pelas instituições financeiras. Como veremos ao longo do trabalho, esta lógica argumentativa está longe de ser algo isolado no discurso dos banqueiros.

Do outro lado do espectro discursivo empresarial, de forma bastante diversa do discurso comedido e das posições e avaliações positivas expostas pelos banqueiros a respeito do governo Lula e das expectativas sobre o futuro governo Dilma, a FIESP e os empresários industriais de modo geral protestavam, criticavam e desfraldavam suas reivindicações

Em nossa pesquisa de fontes, não encontramos declarações e avaliações das federações de empresários como a FIESP e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), ou de confederações nacionais como Confederação Nacional da Indústria (CNI), sobre o novo governo e a nova equipe econômica como um todo. A única declaração que encontramos foi da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), que comemorou com uma metáfora a saída de Meirelles da presidência do BC: “tiraram a raposa do galinheiro”⁷⁷, disse o presidente da entidade, Luiz Albert Neto.

Por outro lado, os industriais escreviam artigos, davam declarações e promoviam encontros em defesa de seus interesses e concepções. Entre as principais críticas e reivindicações da FIESP naqueles dias estavam as questões relacionadas às elevadas taxas de juros e à taxa de câmbio excessivamente apreciada da economia brasileira.

Durante as eleições presidenciais e no período pós-eleitoral, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) reuniu-se duas vezes para estipular a taxa básica de juros da economia brasileira. Nas reuniões de 19-20 de outubro e de 07-8 de dezembro, a autoridade monetária decidiu manter o custo do dinheiro em 10,75% ao ano.

A FIESP protestou e criticou. Em nota pública lançada pela entidade dos industriais paulistas após a reunião do COPOM, realizada em outubro, o presidente Paulo Skaf – que naquele ano havia sido candidato a governador de São Paulo pelo Partido Socialista Brasileiro

⁷⁷ LAGUNA, Eduardo. Abimaq mostra satisfação com a saída de Meirelles. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 nov. 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/690567/abimaq-mostra-satisfacao-com-saida-de-meirelles>. Acesso em: 11 nov. 2015.

(PSB), derrotado no primeiro turno -, denunciou que o patamar elevado dos juros contribuía para manter o real sobrevalorizado, o que por sua vez facilitava a entrada de importados para suprir a demanda do nosso mercado interno, e assim acabava por criar no exterior os empregos que nosso mercado de consumo aquecido poderia criar aqui:

O patamar atual em que se encontra a Selic tem contribuído para a constante sobrevalorização do Real, permitindo um cenário no qual o crescimento da demanda doméstica seja, cada vez mais, abocanhado pela produção importada, que gera empregos lá fora eliminando postos de trabalho aqui no Brasil. Caso contrário, como explicar uma situação, em princípio ilógica, em que se verifica uma atividade industrial caminhando a passos vagarosos e um consumo brasileiro claramente aquecido?⁷⁸

Já em dezembro, o ataque de Skaf à manutenção do nível elevado da taxa de juros se dirigiu ao “descontrole dos gastos públicos” do governo, que deixava “manco o tripé macroeconômico”. Este seria, na sua avaliação, uma das principais causas da elevação da pressão inflacionária - combatida pelo governo através da elevação dos juros. Os juros elevados seriam um reflexo da indisciplina fiscal do governo.

O descontrole dos gastos públicos deixa manco o tripé de políticas econômicas, composto também pelo sistema de meta de inflação e câmbio flutuante. Tal descompasso gera uma arquitetura econômica perniciosa de juros elevados e câmbio sobrevalorizado.

O governo precisa criar a efetiva coordenação entre as políticas de gasto público e de juros para que o Brasil possa atingir um equilíbrio econômico compatível com um desenvolvimento sustentado. Caso contrário, mantida a situação atual, perdem todos: a indústria, o trabalhador e o nosso País⁷⁹.

Junto das críticas aos juros elevados, a FIESP também denunciava o real sobrevalorizado frente ao dólar – a taxa de câmbio brasileira no final de 2010 flutuava em torno de R\$ 1,65 por dólar. Roberto Giannetti da Fonseca, economista e diretor de relações internacionais e comércio exterior da entidade empresarial, condenava o câmbio valorizado por roubar a competitividade da indústria brasileira ao dificultar a concorrência de nossas exportações no mercado internacional e abrir as portas para o nosso mercado interno ser invadido por produtos importados mais baratos. Nas suas palavras,

O câmbio sobrevalorizado vem causando um enorme estrago na economia brasileira já faz algum tempo. As exportações se tornam mais caras em dólares e nossos importadores reclamam que nossos preços estão elevados e optam pelos produtos mais baratos dos concorrentes, principalmente asiáticos, cujas taxas de câmbio, diferentemente da nossa, permanecem estáveis em relação ao dólar. Já as importações brasileiras tornam-se cada dia mais baratas e deslocam o produto nacional do próprio mercado interno, inundando as vitrines e prateleiras das lojas e

⁷⁸ FIESP. Juros altos geram distorção cambial que prejudica a economia. São Paulo, 20 out. 2010. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/juros-altos-geram-distorcao-cambial-que-prejudica-a-economia/>. Acesso em: 11 nov. 2015.

⁷⁹ FIESP. Juros e importações altos, câmbio e PIB baixo. Fiesp questiona: “Até quando?”. São Paulo, 08 dez. 2010. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/juros-e-importacoes-altos-cambio-e-pib-baixo-fiesp-questiona-ate-quando/>. Acesso em: 11 nov. 2015.

substituindo os fornecedores brasileiros na cadeia produtiva da própria indústria nacional.⁸⁰

As causas do câmbio valorizado, segundo Giannetti, não se encontravam apenas na flutuação dos fluxos de entrada e saída de dólares de nossa economia. Na verdade, para ele, a “vilã” a ser combatida era a “especulação cambial” realizada por investidores estrangeiros que, diante dos níveis atrativos de nossos juros, faziam no Brasil as chamadas “operações de arbitragem”, que visavam a captura de lucros na margem de diferença de juros e câmbio entre os mercados brasileiro e internacional. Para enfrentar a questão, Giannetti sugeria que o Banco Central intervisse no mercado futuro para conter a volatilidade da taxa de câmbio. Essa manobra, segundo ele, criaria riscos aos investidores estrangeiros especulativos que entravam no país meramente para lucrarem com a taxa de juros praticada pelo Brasil. “Os especuladores não gostam de correr riscos, e pensarão duas vezes antes de injetar milhões de dólares no País para lucrarem com os juros”, argumentou Giannetti. “Não precisamos de capital especulativo. Ele só retira a competitividade das empresas brasileiras”⁸¹, completou. O industrial solicitava, portanto, intervenção estatal no câmbio para conter a liberdade especulativa do mercado financeiro.

Em oito de novembro de 2010, a FIESP promoveu, no *Word Trade Center*, em São Paulo, o “Congresso da Indústria - Compromisso com o Brasil”⁸². No evento, mais de mil empresários da indústria paulista debateram e formularam propostas sobre questões que iam da reforma tributária, da questão fiscal e dos juros, até a infraestrutura, o meio ambiente, a modernização das relações do trabalho, o câmbio e o comércio exterior.

Um documento intitulado “Desafios da Competitividade”⁸³, com as conclusões do encontro em forma de propostas, foi elaborado para ser entregue à candidata eleita e futura presidente, Dilma Rousseff. No documento, podemos visualizar quais eram as principais

⁸⁰ FONSECA, Roberto Giannetti da. A especulação cambial e a covardia ao risco. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 dez. 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/862211/especulacao-cambial-e-covardia-ao-risco>. Acesso em: 11 nov. 2015.

⁸¹ FIESP. FIESP sugere intervenção no mercado futuro para conter valorização cambial. São Paulo, 08 nov. 2010. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-sugere-intervencao-do-bc-no-mercado-futuro-para-conter-valorizacao-cambial/>. Acesso em: 11 nov. 2015.

⁸² Durante seu discurso no evento, o presidente da FIESP, Paulo Skaf, criticou o Banco Central por se preocupar “só com moeda”: “O problema do BC é que ele se preocupa só com moeda, diferentemente de outros bancos centrais pelo mundo, que têm a responsabilidade da moeda, mas também têm a responsabilidade do emprego e do desenvolvimento. A estabilidade econômica já foi conquistada. Agora, precisamos de um desenvolvimento econômico sustentável e duradouro”. In: LORENZO, Francisco de. ‘Defeito do BC é se preocupar só com moeda’, diz Skaf. **Valor Econômico**, São Paulo, 08 nov. 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/687969/defeito-do-bc-e-se-preocupar-so-com-moeda-diz-fiesp>. Acesso em: 11 nov. 2015.

⁸³ FIESP, CIESP, SESI, SENAI, IRS. Congresso da Indústria Nosso compromisso é com o Brasil’: Desafios da competitividade. São Paulo, 08 nov. 2010. Disponível em: http://www.portogente.com.br/arquivos/arg_721_fiesp_competitividade.pdf. Acesso em: 11/11/2015.

demandas da elite da burguesia industrial paulista reivindicadas junto ao poder de Estado naquele momento histórico. Entre as principais propostas espalhadas pelas 21 páginas do texto, dividido em seis partes, constavam, entre outras: a) simplificação do sistema tributário, redução da carga tributária, desoneração da folha de pagamentos e dos investimentos industriais⁸⁴; b) contenção dos gastos correntes com pessoal e encargos sociais, redução da dívida pública através da priorização de títulos pré-fixados e vinculados a índices de preços, em substituição aos títulos atrelados à Selic, além da extinção de letras financeiras⁸⁵; c) redução do juro básico da economia para nível internacional, sem comprometer o controle da inflação⁸⁶; d) redução do recolhimento dos depósitos compulsórios à vista e a prazo para os padrões internacionais, contribuindo assim para a redução dos custos do sistema bancário, estimulando a oferta de crédito e a redução dos *spreads*⁸⁷; e) ampliação do papel do BNDES no mercado de capitais⁸⁸; f) diminuição do “Custo Brasil” através da retomada do investimento em infraestrutura – com concessões para o setor privado – de transportes (portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias)⁸⁹; g) revisão das concessões do setor elétrico e redução das tarifas da energia elétrica⁹⁰; h) flexibilização das leis trabalhistas, dando mais liberdade às negociações entre patrões e empregados em relação à CLT, e regulamentação da terceirização⁹¹; i) desvalorização do real por meio de medidas do governo como a atuação no mercado futuro e a compra de dólares pelo BC⁹²; j) limitação ao financiamento de importações de bens de consumo – para bens de capital o financiamento deveria continuar existindo -, ampliação das linhas de financiamento às exportações em reais⁹³; k) fortalecimento dos órgãos competentes sobre comércio exterior, como a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX)⁹⁴.

Ainda que isso não estivesse explícito textualmente no discurso da FIESP - e mesmo que Paulo Skaf tenha abertamente defendido o tripé na nota publica anteriormente citada -, a realização deste programa apresentado pelos industriais concretamente implicava, nas condições brasileiras, senão a negação, ao menos uma significativa flexibilização dos

⁸⁴ Ibidem, p. 3.

⁸⁵ Ibidem, p. 6.

⁸⁶ Ibidem, p. 6.

⁸⁷ Ibidem, p. 6.

⁸⁸ Ibidem, p. 6.

⁸⁹ Ibidem, p. 7.

⁹⁰ Ibidem, p. 9.

⁹¹ Ibidem, p. 10.

⁹² Ibidem, p. 14.

⁹³ Ibidem, p. 17.

⁹⁴ Ibidem, p. 18.

fundamentos modelo neoliberal – este tão caro ao setor financeiro. Objetivamente, a redução da taxa de juros pressupunha um relaxamento da perseguição do centro da meta de inflação e uma flexibilização da autonomia do Banco Central; a desvalorização do real necessitava de intervenções estatais na flutuação do câmbio; as desonerações e a ampliação do papel do BNDES implicavam em relaxamento das metas de superávit primário; a redução politicamente orientada das tarifas de energia elétrica significava o Estado controlando os preços livres do mercado. No fundamental e em linhas gerais, portanto, os pontos da “Agenda FIESP” reivindicavam maior intervenção do Estado na economia em favor dos interesses da indústria. E estes, nesses termos e em linhas gerais, entravam em choque com os interesses da banca financeira.

4.2 O PRIMEIRO CICLO: POLÍTICAS MACROPRUDENCIAIS, BANQUEIROS SATISFEITOS E COALIZÃO PRODUTIVISTA

A economia brasileira está em seu melhor momento.

Murilo Portugal, presidente da FEBRABAN.

Juros altos como única ferramenta de combate à inflação no Brasil já cansaram.

Paulo Skaf, presidente da FIESP.

A primeira metade do primeiro ano do governo Dilma, entre janeiro e agosto de 2011, foi marcada por medidas econômicas de caráter restritivo, que visavam a desaceleração do ritmo de crescimento da economia – o PIB brasileiro havia crescido 7,5% no ano anterior – e a contenção de uma possível alta da inflação – a inflação acumulada em 2010, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), havia sido de 5,9%, próxima do teto da meta (6,5%).

Tratava-se de diminuir a demanda interna. Para alcançar esse objetivo, o governo adotou medidas de austeridade fiscal, aumento de impostos e aperto monetário⁹⁵.

No âmbito fiscal, em fevereiro o ministro Mantega anunciou corte de R\$ 50 bilhões no orçamento daquele ano, reduzindo as despesas primárias do governo federal de R\$ 769,9 bilhões para R\$ 719,9 bilhões – 1,3% do PIB⁹⁶. Com esse corte de gastos, o governo esperava

⁹⁵ Necessário destacar, no entanto, que em meio às medidas restritivas, em março o governo injetou mais R\$ 55 bilhões do Tesouro Nacional no BNDES e criou a terceira etapa do Plano de Sustentação do Investimento (PSI). Ver: RODRIGUES, Azelma. União vai injetar R\$ 55 bilhões no BNDES, informa Mantega. **Valor Econômico**, Brasília, 03 mar. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/177293/uniao-vai-injetar-r-55-bilhoes-no-bndes-informa-mantega>. Acesso em: 14 nov. 2015.

⁹⁶ “Estamos revertendo todos os estímulos que fizemos para a economia brasileira entre 2009 e 2010 por conta da crise financeira internacional. Nos últimos anos, o governo fez desonerações, concedeu subsídios e aumentou seus gastos. Isso foi muito bem sucedido, pois o país saiu rapidamente da crise. Hoje, está com a economia

contribuir para, ao final do ano, alcançar a meta de superávit primário de 2,9% do PIB. No final do ano, no entanto, o superávit primário, turbinado por um novo corte orçamentário da ordem de R\$ 10 bilhões em agosto, alcançou 3,11% do PIB, diminuindo a dívida pública líquida de 39,1% para 36,5% do PIB⁹⁷. Era a maior economia já feita pelo governo desde o primeiro ano de Lula, em 2003, quando o ministro Palocci fez um superávit de 4,25%.

No âmbito tributário, em março o governo elevou para 6% as alíquotas de IOF (Imposto sobre Operações financeiras) sobre empréstimos tomados por bancos e empresas no exterior. A medida visava controlar o fluxo de capitais de curto prazo na economia brasileira, um dos fatores responsáveis pela sobre apreciação cambial⁹⁸. Em abril, o governo elevou as alíquotas de IOF de 1,5% para 3% sobre todas as operações de crédito de pessoas físicas⁹⁹.

No âmbito monetário, para enfrentar a inflação o governo encareceu o crédito com elevações da taxa básica de juros. A Selic, que estava em 10,75% a.a. antes da primeira reunião do COPOM em janeiro, depois de cinco altas seguidas, chegou à taxa de 12,50% a.a. em julho.

A única manifestação discursiva – que encontramos – de agentes ligados ao setor financeiro a respeito das medidas restritivas adotadas naquele período foi a do novo presidente da FEBRABAN, Murilo Portugal, que elogiou o conteúdo e ao mesmo tempo criticou levemente a forma de implementação das medidas macro prudenciais efetivadas pelo governo. Avaliando a positividade do conteúdo das políticas, Portugal disse que as medidas eram “em si bem-vindas” e deveriam “aumentar ainda mais a robustez do sistema financeiro nacional”, mas criticou a sua “forma de comunicação”, pois houve, na sua avaliação, “alguma confusão quanto aos objetivos”. “O problema de comunicação é apresentar as medidas macro prudenciais como instrumentos que visam controlar a demanda e seus ajustes com *'finetuning'* com esse propósito. São instrumentos de médio e longo prazo e não de curto prazo”, completou. Já em relação às metas fiscais, Portugal as considerou “suficientes para provocar

crescendo, com demanda forte. E já estamos retirando esses incentivos”, justificou o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Ver: MARTELLO, Alexandre. Governo anuncia corte recorde de R\$ 50 bilhões no orçamento de 2011. **G1**, Rio de Janeiro, 09 fev. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/governo-anuncia-corte-recorde-de-r-50-bilhoes-no-orcamento-de-2011.html>. Acesso em: 11 nov. 2015.

⁹⁷ FERNANDES, Adriana. Governo cumpre superávit primário cheio em 2011 depois de dois anos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 dez. 2012. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-cumpre-superavit-primario-cheio-em-2011-depois-de-2-anos,101175e>. Acesso em: 11 nov. 2015.

⁹⁸ CARDOSO, Juliana. Governo define IOF de 6% para empréstimos externos. **Valor Econômico**, Brasília, 29 mar. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/181079/governo-define-iof-de-6-para-emprestimos-externos>. Acesso em: 11 nov. 2015.

⁹⁹ LAGUNA, Eduardo. Crédito à pessoa física pagará IOF de 3%', diz Mantega. **Valor Econômico**, São Paulo, 07 abr. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/183025/credito-pessoa-fisica-pagara-iof-de-3-diz-mantega>. Acesso em: 11 nov. 2015.

uma redução da relação dívida pública/PIB” e acrescentou que o importante era “manter a disciplina fiscal por um período prolongado”¹⁰⁰. Além disso, em entrevista ao jornal *O Globo*, ao comentar as medidas de aperto monetário efetivadas pelo BC para frear a inflação naquele período, o novo presidente da FEBRABAN preferiu não se posicionar sobre a efetividade ou não das medidas, mas disse confiar no BC: “Não sei se essas medidas [como o aumento da taxa básica de juros, a Selic] são suficientes ou não. Porque têm de ser avaliadas a cada momento. O BC saberá fazer isso”. Portugal também disse ter ficado “impressionado com a determinação que a presidente demonstrou no combate à inflação”¹⁰¹, em alusão às declarações de Dilma em entrevista ao jornal *Valor Econômico*¹⁰².

A escolha de Murilo Portugal como novo presidente executivo da federação dos banqueiros – substituindo Fábio Barbosa, do *Santander* - foi, aliás, um importante fato político, por conta da novidade que representava: Portugal, que já havia sido secretário do Tesouro Nacional no governo FHC e secretário executivo do ex-ministro da fazenda Antônio Palocci no governo Lula, e era naquele momento diretor-geral-adjunto do Fundo Monetário Internacional (terceiro homem na hierarquia do organismo), tornou-se o primeiro executivo profissional presidente da FEBRABAN, rompendo com o tradicional rodízio de donos de bancos na presidência da entidade, que vigorava desde sua fundação, em 1967.

Após ser empossado no comando da entidade, em março, Murilo Portugal concedeu algumas entrevistas, falando a respeito dos desafios a serem enfrentados no novo cargo. As mais significativas para os objetivos deste trabalho foram a entrevista para o *Valor Econômico*, publicada em 17 de março, e a entrevista para a *IstoÉ Dinheiro*, publicada em primeiro de abril daquele ano. Vale citar alguns trechos dessas entrevistas.

Para a *Isto É Dinheiro*, Portugal falou a respeito do desafio de transformar a imagem arranhada dos bancos perante a sociedade, que era, na sua avaliação, um fenômeno global, fruto da desinformação e da “ideia equivocada” que as pessoas têm de que os bancos ganhariam demais, além das falhas de comunicação do próprio setor com a sociedade. O novo presidente da FEBRABAN também avaliou positivamente o sistema financeiro brasileiro e a

¹⁰⁰ LAIER, Paula Arend. Murilo Portugal elogia macroprudenciais, mas critica comunicação. **G1**, Rio de Janeiro, 10 mai. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/murilo-portugal-elogia-macroprudenciais-mas-critica-comunicacao.html>. Acesso em: 12 nov. 2015.

¹⁰¹ PORTUGAL, Murilo. Murilo Portugal: cabe ao BC avaliar medidas contra a inflação. **[Entrevista disponibilizada em 17 de março de 2013, O Globo]**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/murilo-portugal-cabe-ao-bc-avaliar-medidas-contrainflacao-2809332>. Entrevista concedida a Lino Rodrigues. Acesso em: 12 nov. 2015.

¹⁰² SAFATLE, Claudia. Dilma vai adotar regime de concessão para aeroportos. **Valor Econômico**, Brasília, 17 mar. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/877535/dilma-vai-adotar-regime-de-concessao-para-aeroportos>. Acesso em: 12/11/2015.

situação de nossa economia, que vivia, segundo ele, seu “melhor momento”, ainda que tivéssemos alguns desafios pela frente, como elevar nossa taxa de poupança interna - pré-requisito para elevar os percentuais de crédito sobre o PIB e nossas taxas de investimento, sem quebra da estabilidade macroeconômica:

[1. A imagem ruim dos bancos perante a sociedade.]

Isto é Dinheiro: Como o sr. vai enfrentar a imagem ruim que o sistema financeiro tem no Brasil?

Murilo Portugal: Vejo meu papel com grande entusiasmo. A FEBRABAN tem de ser o interlocutor do sistema com a sociedade. Não é minha primeira experiência nesse sentido, trabalhei durante muitos anos no FMI, que não é uma das instituições mais populares do mundo. A percepção sobre os bancos não é algo exclusivamente brasileiro nem pode ser explicada de forma simplista.

Isto é Dinheiro: É fácil bater em um setor que ganha muito dinheiro?

Murilo Portugal: Essa é outra ideia equivocada. Existe a percepção de que os bancos ganham demais, que são quem mais lucra na economia. Se olharmos os números dos últimos dez anos, veremos que isso só ocorreu em 2002. No restante do tempo, os bancos não foram as empresas com os maiores lucros. Comparemos as duas maiores empresas brasileiras, Petrobras e Vale. Juntas, elas lucraram R\$ 65 bilhões em 2010. Os dez maiores bancos, reunidos, tiveram um lucro de R\$ 41 bilhões. É um bom número, sem dúvida, mas não é o maior do Brasil. Se os bancos não tiverem lucro, não se manterão saudáveis para prestar os serviços necessários à população.

Isto é Dinheiro: Mesmo assim, para muita gente os bancos são os vilões da economia.

Murilo Portugal: Uma parte desse problema decorre das próprias operações bancárias. Para o cliente, é muito mais agradável receber o dinheiro de um empréstimo concedido do que ter de pagar esse empréstimo em um segundo momento. Os bancos emprestam, o que é bom, mas eles também cobram, o que não é tão agradável. E também existe uma questão de desinformação. Os clientes podem ter uma imagem ruim genérica do sistema, mas a imagem específica é positiva.

Isto É Dinheiro: Como assim?

Murilo Portugal: Temos uma pesquisa que mostra um resultado muito interessante. Quando perguntamos aos entrevistados o que eles acham dos bancos em geral, a avaliação não é positiva. No entanto, quando perguntamos o que o cliente acha do banco em que ele tem conta, a imagem é bem melhor. Ou seja, há uma disparidade de visões.

Isto É Dinheiro: Por que isso ocorre?

Murilo Portugal: Há vários motivos. Um deles é uma parcela de desinformação. Os bancos têm um papel essencial em qualquer economia desenvolvida, e isso precisa ser mais bem explicado. Uma das funções primordiais dos bancos é a transferência de recursos entre pessoas e empresas. Pense, por exemplo, como seria se você tivesse de pagar todas as suas contas diretamente em dinheiro nos prestadores de serviços e nas lojas. O custo operacional seria altíssimo. Os bancos também captam as poupanças individuais e concedem empréstimos, ou seja, eles financiam sonhos de consumo e os investimentos das empresas. Se esses serviços não fossem prestados pelos bancos, o desenvolvimento econômico ficaria comprometido.

Isto é Dinheiro: Os bancos não têm se comunicado bem com a sociedade?

Murilo Portugal: Eles têm comunicado isso melhor nos últimos anos, mas esse processo tem de melhorar continuamente.

[2. O sistema financeiro e a situação da economia brasileira]

Isto É Dinheiro: Como o sr. avalia o crescimento do sistema financeiro? Ele já chegou à maturidade?

Murilo Portugal: Não. Hoje o total de empréstimos, segundo dados do Banco Central, chegou a cerca de 46% do Produto Interno Bruto (PIB). Era menos de 20% há pouco mais de dez anos. Há casos de enorme sucesso, como por exemplo os empréstimos consignados. E ainda há muito espaço para crescer. Por exemplo, o crédito imobiliário ainda tem um potencial enorme para ser explorado pelo sistema financeiro.

Isto É Dinheiro: Qual seria o percentual ideal de crédito em relação ao PIB?

Murilo Portugal: É difícil estimar um número, pois isso depende da situação econômica e regulatória de cada país. Não seria correto comparar o mercado brasileiro com o dos Estados Unidos ou com o de alguns países da Europa, mas em países como Chile esse percentual é 78% e na África do Sul o crédito se aproxima dos 88% do PIB.

Isto É Dinheiro: O que é preciso para que o crédito no Brasil atinja esse patamar?

Murilo Portugal: Não há uma fórmula mágica. O essencial é a manutenção da estabilidade macroeconômica e da estabilidade de regras. O Brasil avançou incrivelmente nos últimos anos em termos de estabilidade macroeconômica. Basta olhar os prazos médios da dívida pública, que eram de apenas sete dias no fim dos anos 80 e agora chegam a quase quatro anos. A estabilidade econômica é essencial para que o sistema funcione bem. Só assim será possível viver uma taxa de crescimento do crédito acima do crescimento do PIB, ou seja, um aumento em termos relativos do crédito, sem que haja pressões inflacionárias.

Isto É Dinheiro: Com sua experiência no FMI, em que avaliava a situação de vários países, como o sr. vê a economia brasileira?

Murilo Portugal: A economia brasileira está em seu melhor momento. Apesar de uma pressão devido ao aumento dos preços internacionais das commodities, a inflação permanece controlada. A economia recuperou sua capacidade de investimento e deve continuar crescendo apesar das medidas de ajuste do governo. Temos o conforto de reservas internacionais abundantes e não há escassez de recursos internacionais. Claro, há alguns passos a percorrer e o mais importante deles é o estímulo à formação de poupança interna. Enquanto a poupança não for suficiente para manter a taxa de investimento, vamos continuar dependendo de poupança importada, com entrada de dólares¹⁰³.

Na entrevista concedida ao *Valor Econômico*, Portugal respondeu questionamentos a respeito dos benefícios que os juros altos produziriam para a lucratividade dos bancos. Aqui temos mais um exemplo da retórica de defesa pública da redução dos juros, por parte dos banqueiros. Na mesma linha de argumentação dos chefes dos bancos associados na sua

¹⁰³ PORTUGAL, Murilo. Os bancos têm de se comunicar melhor. [Entrevista disponibilizada em 01 abr. 2011, IstoÉ Dinheiro]. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/entrevistas/20110401/bancos-tem-comunicar-melhor/147942>. Acesso em: 12 nov. 2015.

entidade, o presidente da FEBRABAN afirmou que “os bancos não gostam de juros altos”. Juros mais altos seriam, na verdade, reflexo de custos mais altos, mas aos bancos na verdade interessariam “preços mais baixos”, pois estes “permitem aos bancos expandir o volume de crédito e até ganhar mais, cobrando menos”¹⁰⁴. O fato de os bancos brasileiros exibirem lucros recordes nos seus balanços, segundo Portugal, não seria nada de especial, apenas refletindo o bom momento da economia brasileira: “o ano passado foi muito bom para a economia, com crescimento de 7,5%, recuperação do consumo e o setor corporativo como um todo mostrou resultados muito bons”, afirmou. “Os bancos também ganham com a expansão da economia, com o aumento de 20% no volume de crédito, queda na inadimplência e aumento do volume de serviços prestados”, completou.

Enquanto os banqueiros mudavam a direção de sua principal entidade representativa de classe, cujo novo presidente, apesar de críticas localizadas, aprovava as medidas macroprudenciais adotadas pelo governo no início de 2011 para conter a inflação, a FIESP se mobilizava em torno de suas bandeiras.

Já em fevereiro, a entidade pedia reforço do governo na defesa comercial do país contra a concorrência “desleal” imposta pelos importados¹⁰⁵ e reivindicava uma depreciação cambial que tornasse competitivos os manufaturados brasileiros¹⁰⁶.

A FIESP também criticou todo o processo de alta da taxa de juros, que elevou a Selic por cinco vezes seguidas entre janeiro e julho. Depois da primeira reunião do COPOM em janeiro, que elevou o juro básico em meio ponto percentual (de 10,75% para 11,25%), por exemplo, Paulo Skaf¹⁰⁷ utilizou argumento de austeridade para alertar que “cada meio ponto percentual a mais na taxa de juros” representava “despesa pública anual de R\$ 9 bilhões” para

¹⁰⁴ RIBEIRO, Alexandre. Bancos preferem juros baixos. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 mar. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/877609/bancos-preferem-juros-baixos>. Acesso em: 12 nov. 2015.

¹⁰⁵ FIESP pede reforço da defesa comercial do país. **Isto É Dinheiro**, 14 fev. 2011. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20110214/fiesp-pede-reforco-defesa-comercial-pais/58828>. Acesso em: 12 nov. 2015.

¹⁰⁶ FIESP defende taxa de câmbio entre R\$2,00 e R\$ 2,20. **Isto É Dinheiro**, 14 fev. 2011. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/investidores/20110214/fiesp-defende-taxa-cambio-entre-200-220/58780>. Acesso em: 12 nov. 2015.

¹⁰⁷ Em abril de 2011, Skaf foi reeleito para mais quatro anos na presidência da FIESP. Em maio, saiu do PSB e filiou-se ao PMDB. Ver: TAQUARI, Fernando. Paulo Skaf é reeleito por mais quatro anos na FIESP. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 abr. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/183455/paulo-skaf-e-reeleito-por-mais-quatro-anos-na-fiesp>. Acesso em: 13 nov. 2015. UCHÔA, Rachel. Paulo Skaf filia-se ao PMDB e garante ‘reserva’ em 2014. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 mai. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/887323/paulo-skaf-filia-se-ao-pmdb-e-garante-reserva-em-2014>. Acesso em: 13 nov. 2015.

o governo¹⁰⁸, valor que poderia viabilizar “a construção de 390 mil casas do Programa Minha Casa Minha Vida”, ou mesmo “custear 2/3 do programa Bolsa Família em 2011”, comparou. Após o COPOM elevar a Selic para 11,75% em março, a FIESP chamou a decisão da autoridade monetária de “exagero”, pois “as medidas tomadas pelo Banco Central em dezembro de 2010, como o aumento do compulsório”, já estavam “reduzindo a pressão inflacionária”, além de que havia “sinais claros de desaceleração da atividade econômica, e a atividade industrial estava estagnada desde o início do segundo semestre de 2010”¹⁰⁹. Já na elevação da Selic em abril, a crítica dos industriais lembrou que altas na taxa de juros não iriam “reduzir os preços internacionais das commodities, que pressionam os preços internos”; na verdade apenas iriam “aumentar o gasto público brasileiro”¹¹⁰. “Juros altos como única ferramenta de combate à inflação no Brasil já cansaram”, criticou o presidente da federação, utilizando argumento parecido com o que apareceria na crítica à decisão do COPOM de julho.

O acontecimento político mais importante envolvendo os empresários industriais no primeiro semestre de 2011 foi a formação e formalização da *aliança produtivista capital-trabalho*, construída pela FIESP junto de centrais sindicais e sindicatos, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A aliança envolvendo empresários e trabalhadores já vinha sendo gestada desde o final de 2010¹¹¹, mas só ganhou corpo mesmo em maio de 2011. Os presidentes da entidade patronal e dos sindicatos escreveram artigo conjunto, publicado na *Folha de São Paulo* em 26/05, explicando as razões e os objetivos comuns que os levaram a formar a parceria. Com o título “Um acordo pela indústria brasileira”, o artigo começava elogiando o “grande momento econômico e social” vivido pelo país e a decisão política dos governos petistas em apostar no mercado interno como motor do crescimento:

O Brasil atravessa um grande momento econômico e social. Os bons indicadores da economia e o volume de investimentos públicos e privados previstos colocam o país em condições de aprofundar o seu processo de desenvolvimento.

¹⁰⁸ TAKAR, Téo. Entidades mantêm tom crítico à alta da Selic. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 jan. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/170169/entidades-mantem-tom-critico-alta-da-selic>. Acesso em: 19 jan. 2011.

¹⁰⁹ ENTIDADES do setor produtivo e sindicatos criticam alta da Selic. **Valor Econômico**, São Paulo, 02 mar. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/177165/entidades-do-setor-produtivo-e-sindicatos-criticam-alta-da-selic>. Acesso em: 12 nov. 2015.

¹¹⁰ TAKAR, Téo. Entidades destacam que decisão do COPOM eleva gasto público. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 abr. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/185141/entidades-destacam-que-decisao-do-copom-eleva-gasto-publico>. Acesso em: 12 nov. 2015.

¹¹¹ PEREZ, João. Centrais sindicais evitam polêmicas após encontro ‘preventivo’ sobre situação cambial. **Rede Brasil Atual**, 21 dez. 2010. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2010/economia/2010/12/em-encontro-preventivo-centrais-e-empresarios-mostram-que-afinar-discurso-nao-e-facil>. Acesso em: 13 nov. 2015.

Resultado de uma política que articulou estabilidade financeira, fortalecimento do mercado interno e compatibilização entre crescimento e distribuição de renda, o cenário atual aponta para uma curva mais estável de crescimento.

A acertada decisão de estimular o mercado interno criou um novo dinamismo econômico. Isso se deu, entre outros fatores, pela valorização do salário mínimo, pela universalização de programas como Bolsa Família e Pronaf (agricultura familiar) nas áreas mais pobres e pela ampliação da disponibilidade de crédito. Essas medidas, associadas a uma retomada dos investimentos públicos, renovaram o fôlego de nossa economia.¹¹²

Nos parágrafos seguintes, porém, sindicalistas e empresários alertavam para o “encolhimento da participação da indústria de transformação no nosso PIB”, para a “reprimarização da pauta de exportações” brasileiras e para o processo de “substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados”, provocando “expressiva queda no conteúdo nacional da produção”:

[...] Entretanto, alguns indicadores recentes apontam para o precoce encolhimento da participação da indústria de transformação no nosso PIB: de 27% em meados dos anos 80 para 16% atualmente.

O déficit comercial do setor de manufaturados deverá atingir a cifra de US\$ 100 bilhões em 2011. À crescente reprimarização da pauta de exportação soma-se o processo de substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados e a expressiva queda do conteúdo nacional na produção. Ou seja, acendeu-se uma luz amarela para a indústria brasileira. As consequências desse processo são ainda imprevisíveis.¹¹³

Por fim, depois de lembrar a importância do desenvolvimento industrial para o desenvolvimento do país como um todo, o texto ressaltava a inovação do pacto pró-indústria e conclamava a formação de um consenso envolvendo “trabalhadores, empresários e o governo” em torno de uma política industrial para os rumos de nossa economia.

A previsão de que em 30 ou 40 anos o Brasil será a quarta economia do mundo apenas se sustenta com o restabelecimento do papel da indústria e com o adensamento de suas cadeias produtivas. Não existem países cujos cidadãos gozem de alto padrão de vida e pleno acesso a bens e serviços que não contem com indústria sólida, diversificada e com alto grau de inserção em mercados internacionais.

A possibilidade de estabelecimento de um diálogo contínuo entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo é algo inovador e reflete o compromisso de construir um Brasil forte e industrializado.

Este é o momento para que os diferentes atores desse processo- trabalhadores, empresários e o governo- formem um grande consenso acerca da política industrial nos rumos da economia.¹¹⁴

¹¹² SKAF, Paulo; HENRIQUE, Arthur; SILVA, Paulo Pereira da. Um acordo pela indústria brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 mai. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2605201107.html>. Acesso em: 13/11/2015.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Ibidem.

Na tarde do mesmo dia da publicação do artigo (26/05), os presidentes da FIESP e das centrais sindicais promoveram no Moinho Santo Antônio, em São Paulo, seminário para a entrega do documento que formalizava a aliança produtivista ao vice-presidente da República, Michel Temer. Nas suas 31 páginas divididas em seis capítulos, o texto “*Brasil do diálogo da produção e do emprego. Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego*”¹¹⁵, expunha a avaliação e as propostas da elite industrial paulista e das centrais sindicais para a economia brasileira. Na introdução, o texto do documento repetia em linhas gerais os argumentos contidos no artigo assinado pelos presidentes da FIESP e das centrais sindicais (citado acima), mas era concluído de forma mais incisiva, exigindo explicitamente a intervenção estatal na economia, em favor da indústria:

[...] é necessário que o Estado exerça um papel fundamental de estímulo aos agentes produtivos (empresas e trabalhadores), propiciando um ambiente macroeconômico que não seja limitante da competitividade, e uma política industrial, de inovação e de comércio exterior, que promova os investimentos, a inserção internacional e o emprego de forma a tornar realidade as expectativas otimistas que pairam sobre o Brasil.¹¹⁶

As propostas elencadas no documento dos industriais e trabalhadores eram, em linhas gerais, uma retomada das pautas apresentadas pela FIESP no Congresso da Indústria realizado em novembro do ano anterior: redução das taxas de juros “para nível internacional”, diminuição do spreads bancários, depreciação cambial, facilitação do acesso ao crédito para investimentos, fortalecimento do papel do BNDES, aumento do IOF sobre a entrada de capital estrangeiro, desonerações tributárias, adoção de conteúdo nacional como diretriz da política industrial, preferência para produtos nacionais nas compras governamentais. As principais diferenças em relação ao conjunto de reivindicações construídas apenas pelos empresários no final de 2010, que refletiam a participação dos trabalhadores, eram a ausência de propostas de “flexibilização da CLT” e de regulamentação da terceirização, por um lado, e a inclusão de demandas de “qualificação profissional” e de um capítulo sobre “cooperativismo e economia solidária”, por outro.

Estava assim formalizada a *frente produtivista*, reunindo setores do capital industrial e dos trabalhadores. Seu horizonte, materializado no documento “Brasil do Diálogo”, era um *programa desenvolvimentista* que reclamava *ativismo estatal* em busca da proteção da

¹¹⁵ FIESP, CUT, Força Sindical, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Brasil do diálogo, da produção e do emprego. Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego. São Paulo, maio de 2011. Disponível em: http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7B810B756E-4C7F-460D-936B3E53A6382B94%7D_Brasil%20do%20Dialogo%20HIGH%20QUALITY.pdf. Acesso em: 13 nov. 2015.

¹¹⁶ Ibidem, p. 9.

indústria e do emprego. Como veremos a seguir, a política econômica do governo Dilma no período subsequente iria caminhar ao encontro desta agenda.

Fundamental mencionar aqui antes, porém, o peso que as mudanças nos ventos externos tiveram nas mudanças ocorridas na condução política da economia brasileira.

Na conjuntura econômica internacional, no inverno de 2011 a segunda fase da crise financeira internacional fez os mercados ao redor do globo reviverem seus dias mais agitados desde a quebra do banco *Lehman Brothers*, em setembro de 2008¹¹⁷. O pânico voltou a circular no sistema financeiro, principalmente nos primeiros dias de agosto, quando a agência de classificação de risco *Standart & Poor's* rebaixou pela primeira vez na história a nota de crédito dos EUA¹¹⁸ e as principais bolsas de valores pelo mundo desabaram¹¹⁹. Naquele momento também, a crise que começara no sistema bancário norte-americano três anos antes, transferia seu epicentro para a União Europeia, com a explosão da chamada “crise das dívidas soberanas” de países do sul da Europa, principalmente Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda e Itália, aos quais os países credores, liderados pela Alemanha, começaram a impor políticas de austeridade de ajustes recessivos, criando um ciclo vicioso que acabaria por derrubar a atividade econômica da zona do euro. A crise europeia acabaria também por contaminar a economia chinesa que, em função da crise, decidiu voltar-se prioritariamente para seu mercado interno, perdendo dinamismo e reduzindo seu ritmo de crescimento¹²⁰. A desaceleração da economia chinesa, principal mercado importador dos produtos agrícolas e minerais exportados pelo Brasil, produziria importantes impactos em nossa economia, principalmente com a desvalorização das *commodities* agrícolas, cuja valorização extraordinária havia sido o principal fator externo a beneficiar a economia brasileira durante os governos Lula.

¹¹⁷ O PIOR dia desde a crise de 2008. **Valor Econômico**, São Paulo, 05 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/impreso/primeira-pagina/o-pior-dia-desde-crise-de-2008>. Acesso em: 13 nov. 2015.

¹¹⁸ STANDART and Poor's rebaixa a nota dos EUA pela primeira vez na história. **G1**, Rio de Janeiro, 05 ago. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/standard-and-poors-rebaixa-nota-dos-eua.html>. Acesso em: 13 nov. 2015.

¹¹⁹ SCHONOR, Tatiana. Bolsas europeias refletem pessimismo com economia global. **Valor Econômico**, São Paulo, 05 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/973212/bolsas-europeias-refletem-pessimismo-com-economia-global>. Acesso em: 13 nov. 2015.

¹²⁰ A economia chinesa, que foi a grande locomotiva a puxar o crescimento da economia mundial na primeira década do século XXI - chegou a alcançar uma taxa de crescimento do PIB de cerca de 14% em 2007 -, experimentou acentuada redução de ritmo de expansão, passando a apresentar taxas de crescimento de 9,2% em 2011 e 7,8% em 2012. Ver: HAIDAR, Daniel. Em desaceleração, economia da China cresce 9,2% em 2011. **O Globo**, 17 jan. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/em-desaceleracao-economia-da-china-cresce-92-em-2011-3695324>. Acesso em: 13 nov. 2012. Ver também: DIEESE: A crise Econômica mundial e as turbulências recentes. Nota técnica, 104, agosto de 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2011/notaTec104CriseEconomica.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

Com a crise internacional começando a afetar a China e o preço das *commodities*, a “marolinha”, outrora mencionada por Lula, poderia vir a se transformar numa *tsunami*, solapando a base material do pacto social arquitetado durante a década petista. O governo Dilma, que havia adotado durante o primeiro semestre daquele ano políticas fiscais e monetárias restritivas para esfriar a economia aquecida de 2010, se viu então diante de uma encruzilhada. Diante das mudanças de *fortuna*, precisavam ocorrer mudanças na *virtú*.

4.3 O SEGUNDO CICLO: A AGENDA FIESP E A OFENSIVA NEODESENVOLVIMENTISTA

Talvez a nossa presidente tenha ouvido lições de sua colega mais ao Sul: esse trauma todo com a inflação é uma fabricação dos economistas neoliberais, veja a minha popularidade, teria dito Cristina para Dilma.

Gustavo Franco, CIO da Rio Bravo Investimentos.

Hoje, tudo indica que esse país está finalmente entrando na era dos juros civilizados. A batalha atual é para convencer o setor financeiro a reduzir a diferença entre as taxas que paga ao captar recursos e as que cobra ao emprestá-los, que os financistas chamam de spread.

Benjamin Steinbruch, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional e vice-presidente da FIESP.

A partir de agosto de 2011, enquanto na área política Dilma promovia uma “faxina ministerial”¹²¹, na área econômica o governo passou a reverter expectativas, dando início ao processo que aqui denominaremos *ofensiva neodesenvolvimentista*¹²².

O primeiro marco desta reversão foi o lançamento, no início daquele mês, do “Plano Brasil Maior”¹²³. O objetivo expresso deste plano era assegurar o mercado interno às empresas nacionais. Nas palavras do ministro Mantega, tratava-se de medidas para garantir

¹²¹ Recordemos que, a partir de junho de 2011, Dilma passou a afastar do governo os ministros envolvidos em denúncias de corrupção. Ao todo foram sete ministros afastados: Antônio Palocci (Casa Civil), Alfredo Nascimento (Transportes), Nelson Jobim (o Ministro da Justiça, contudo, não foi afastado por denúncias de corrupção, mas sim por conta de declarações polêmicas a respeito do governo), Wagner Rossi (Agricultura), Pedro Novais (Turismo), Orlando Silva (Esportes) e Carlos Lupi (Trabalho).

¹²² Utilizaremos a expressão “ofensiva” porque partimos do suposto de que, desde 2006, intensificando-se com a crise de 2008, o governo petista já vinha trilhando os caminhos de um projeto econômico que alguns autores designaram como “neodesenvolvimentismo” – como expomos ao fim do segundo capítulo deste trabalho. André Singer, para explicar o mesmo período do governo Dilma que passaremos a analisar agora, preferiu a expressão “ensaio desenvolvimentista”. Ver: Singer, André. V. **Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)**. São Paulo: Novos Estudos – CEBRAP, ed. 102, p. 39-67, jul. de 2015, p. 41-42.

¹²³ BRASIL. Plano Brasil Maior. Inovar para competir. Competir para crescer. Brasília, agosto de 2011. Disponível em: http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/cartilha_brasilmaior.pdf. Acesso em: 14 nov. 2015.

que nosso mercado interno pertencesse “à indústria brasileira e não aos aventureiros que vêm de fora”¹²⁴. Entre as principais medidas propostas no plano, constavam: a) defesa comercial da indústria nacional¹²⁵; b) desoneração da folha de pagamento para setores intensivos em mão-de-obra; c) financiamento e garantia para as exportações de manufaturados brasileiros; d) promoção comercial, com estímulos à internacionalização de empresas nacionais; e) preferência de produtos de conteúdo nacional nas compras governamentais; f) apoio tributário a setores sensíveis ao câmbio valorizado.

Quando comparadas às reivindicações apresentadas pela FIESP e pelas centrais sindicais em abril, as medidas do “Plano Brasil Maior” sinalizavam claramente um primeiro aceno de Dilma para as reivindicações dos industriais e da frente produtivista.

Paulo Skaf (FIESP) elogiou o plano, mas cobrou mais medidas do governo: “são medidas positivas, a desoneração da folha de pagamentos atendeu a setores importantes, foi um início, mas tem que atender mais setores, além de ver a questão do custo da energia, que não foi tocada neste pacote”¹²⁶.

Outros importantes empresários do setor produtivo também se manifestaram. Róbson Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), avaliou o plano como “sinalização correta de redução do Custo Brasil”. Jorge Gerdau considerou que o plano tinha “medidas concretas” para enfrentar os problemas da indústria brasileira, o que o tornava “altamente positivo”, por representar o “primeiro passo de uma longa caminhada”. Luiz Albert Neto, da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) foi mais enfático, afirmando que “a maioria dos pleitos apresentados pela Abimaq foram contemplados”¹²⁷.

¹²⁴ Rodrigues, Azelma. Medidas do governo protegem indústria de aventureiros, diz Mantega. **Valor Econômico**, 02 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/971082/medidas-do-governo-protegem-industria-de-aventureiros-diz-mantega>. Acesso em: 14/11/2015.

¹²⁵ Já em setembro, pouco mais de um mês depois do lançamento do plano, o governo anunciou medidas para a defesa comercial da indústria automobilista na forma de aumento de até 30 pontos percentuais no Imposto sobre Produtos Importados (IPI) para carros importados. A FIESP considerou “bem-vinda” a medida. Ver: RODRIGUES, Azelma. Carro em conteúdo nacional pode pagar até 55% de IPI. **Valor Econômico**, 15 set. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/1008502/carro-sem-conteudo-nacional-pode-pagar-ate-55-de-ipi>. Acesso em: 14 nov. 2015. Martins, Arícia. FIESP diz que aumento de IPI sobre carros é ‘bem vindo’. **Valor Econômico**, 16 set. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/1009650/fiesp-diz-que-aumento-do-ipi-sobre-carros-e-bem-vindo>. Acesso em: 14/11/2015

¹²⁶ VIZIA, Bruno de. Para FIESP, Plano Brasil Maior é ‘início correto’. **Valor Econômico**, São Paulo, 02 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/971224/para-fiesp-plano-brasil-maior-e-%E2%80%9Cinicio-correto%E2%80%9D>. Acesso em: 14/11/2015.

¹²⁷ JIMENEZ, Carla; ZAIA, Cristiano; QUEIROZ, Guilherme. O primeiro passo de Dilma para a indústria. **Isto É Dinheiro**, 10 ago. 2011. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20110810/primeiro-passo-dilma-para-industria/2875>. Acesso em: 14/11/2015.

O segundo e mais importante sinal da inflexão da política econômica governamental foi dado no dia 31 de agosto, quando o Comitê de Política Monetária, revertendo o ciclo de aperto monetário, reduziu a taxa básica de juros em meio ponto percentual (de 12,5% para 12% a.a), contrariando as expectativas do mercado financeiro, que esperava a manutenção do nível da Selic naquela reunião, já que a ata da reunião anterior do COPOM, realizada em julho, não sinalizava tendência de queda do custo da moeda. Foi a primeira vez, desde a implantação do sistema de metas de inflação, em 1999, que o BC reduziu a Selic logo depois de elevá-la, sem a transição de manutenção da taxa. Na ata daquela reunião do COPOM, as justificativas para a queda da Selic foram a crise econômica europeia, com seus reflexos recessivos que tendiam a esfriar a economia global, e o bom desempenho fiscal do governo naquele ano, que abria espaço para maior flexibilidade na política monetária¹²⁸. Esta decisão do COPOM marcou o início do ciclo de redução da Selic, que levaria a taxa básica de juros brasileira para um de seus menores patamares históricos – como veremos nas próximas páginas.

Diante do ineditismo da decisão do BC, surgiram reações de economistas ortodoxos ligados ao mercado financeiro.

Roberto Luís Troster, ex-economista-chefe da FEBRABAN, disse que a decisão “foi inesperada e chocou” a ele e outros economistas. Na avaliação de Troster, os efeitos recessivos da crise do euro não justificavam a redução dos juros, pois as pressões inflacionárias internas eram “muito mais fortes do que o risco recessivo externo”. Além, disso, concluía ele, a desconfiança do mercado em relação à possível interferência política do governo na decisão do COPOM, ferindo a autonomia operacional do BC, poderia “questionar toda credibilidade construída desde a implantação do sistema de metas, em 1999”¹²⁹.

Gustavo Franco, sócio fundador do fundo *Rio Bravo Investimentos* e ex-presidente do Banco Central de FHC, em artigo publicado no *Valor Econômico*, afirmou que Dilma havia assumido a doutrina do ex-presidente militar Costa e Silva, com ingerência do poder executivo sobre a política monetária:

[...] a explicação mais fácil para a decisão de 31 de agosto continua a ser a doutrina Costa e Silva: o Palácio assumiu as rédeas da política monetária, na linha da célebre bravata do general presidente, que, a propósito das funções do Banco Central e do destino do primeiro presidente do BC, Dênio Nogueira, teria dito: "O guardião da moeda sou eu". Em termos estritamente formais, pouca coisa mudou desde então: é

¹²⁸ Banco Central do Brasil. Ata da 161ª reunião do COPOM. 31 ago. 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?COPOM161>. Acesso em: 14 nov. 2015.

¹²⁹ PINHEIRO, Vinicius. Decisão do COPOM choca mesa de economistas. *Valor Econômico*, 31/08/2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/994796/decisao-do-copom-choca-mesa-de-economistas>. Acesso em: 16/11/2015.

a presidente da República quem detém o poder sobre a política monetária, pois a sistemática de metas para a inflação foi criada por um decreto, isto é, por um ato presidencial, e todos os membros do Conselho Monetário Nacional (CMN), o órgão que possui a competência para formular a política monetária seguindo as diretrizes da presidência, são ministros de Estado que devem obediência à presidente.¹³⁰

Na conclusão do artigo, Franco fez projeções negativas sobre as consequências que o alívio monetário e um possível “desajuste fiscal” poderiam ter sobre o futuro da inflação, além de ironizar a decisão de Dilma, sugerindo que a suposta decisão não autônoma do COPOM indicava uma aproximação da presidente brasileira com a política econômica da presidente argentina Cristina Kirchner:

As consequências da combinação entre redução de juros e desajuste fiscal será a de nos colocar em território argentino, com um crescimento meio confuso, com uma inflação de dois dígitos e testando tolerância da sociedade brasileira a um patamar superior de inflação. Talvez a nossa presidente tenha ouvido lições de sua colega mais ao Sul: esse trauma todo com a inflação é uma fabricação dos economistas neoliberais, veja a minha popularidade, teria dito Cristina para Dilma.¹³¹

Outros dois ex-presidentes do BC criticaram a decisão de 31 de agosto. Affonso Celso Pastore, presidente da instituição entre 1983 e 1985, no artigo intitulado “Metas de Inflação: descansem em Paz”, afirmou que o mercado sabia que o “grau de docilidade surpreendente” do COPOM era resultado da “pressão política do governo sobre o BC” que, por sua vez, era fruto da resistência da presidente Dilma em aceitar uma taxa de crescimento do PIB abaixo de 4,5% ao ano¹³².

Gustavo Loyola, presidente da autoridade monetária em duas oportunidades (1992-93 e 1995-97), também considerou que a decisão de reduzir os juros subvertia “alguns princípios basilares do regime de metas de inflação”, entre eles, a “autonomia do Banco Central”, o respeito com o “antecipado na ata anterior” – em referência ao fato de o COPOM não ter sinalizado na ata da reunião de julho que poderia baixar a Selic em agosto - e a “perseguição do centro da meta de inflação”. As consequências da subversão destes princípios, segundo Loyola, iam além da economia:

[...] a derrubada dos juros acabou por ter consequências muito além de seus efeitos sobre a inflação e as expectativas. A desobediência à ritualística mínima do regime de metas inflacionárias pode ser entendida como sinal de que tal regime não mais será observado na prática, já que o BC teria adquirido discricionariedade ilimitada

¹³⁰ FRANCO, Gustavo. A crise e o juro: deslocar a curva. **Valor Econômico**, 14 set. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniao/1005938/crise-e-o-juro-deslocar-curva>. Acesso em: 16 nov. 2015.

¹³¹ Ibidem.

¹³² ROMERO, Cristiano. Para Pastore, BC mostra ‘docilidade surpreendente’. **Valor Econômico**, São Paulo, 01/09/2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/996010/para-pastore-bc-mostra-%25E2%2580%259Cdocilidade-surpreendente%25E2%2580%259D>. Acesso em: 16/11/2015.

ou, na hipótese pior, teria deixado de ser operacionalmente autônomo na execução da política monetária.¹³³

A não observância do regime de metas e da autonomia do BC, para Loyola, eram sinais claros do definhamento da “tríade da estabilidade macroeconômica”, já que junto da inflação “cada vez mais longe do centro da meta”, estavam o câmbio “cada vez menos flutuante” e a política fiscal “cada vez menos superavitária”¹³⁴.

Não foram apenas os economistas ortodoxos que criticaram os contornos da decisão de redução da Selic. A oposição partidária também. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), por exemplo, disse que naquela decisão “a força da pressão política” havia se sobrepujado “às razões de natureza técnica”, e que a decisão havia tido “nítida relação com o desejo do Palácio do Planalto”. “A decisão do Copom representou um claro arranhão na autonomia do BC, que deve ser preservada para evitar que em determinados momentos as necessidades da política possam comprometer o interesse econômico do país”¹³⁵, sentenciou o senador tucano.

Frente às críticas de “perda de autonomia do BC”, “ingerência política em decisões técnicas” e “abandono do sistema de metas de inflação”, o governo respondeu. O ministro Mantega classificou como “bobagem” as críticas, disse que “o COPOM não sofreu nenhuma pressão política”¹³⁶ e ironizou a “engraçada” seletividade dos críticos que não contestavam a autonomia real do BC quando a taxa Selic subia:

O Banco Central até outro dia estava subindo a taxa de juros e ninguém reclamava, e subiu bastante. E não foi só isso, tiveram também as medidas prudenciais. O BC então por sua iniciativa, agradando ou não o governo, subiu as taxas neste ano e ninguém falou que o governo influenciou [a decisão].¹³⁷

Além de ironizar os críticos, Mantega afirmou que, com a política fiscal rigorosa praticada pelo governo e tendo em vista a tendência deflacionária da conjuntura econômica internacional, havia mais espaço para a queda contínua da taxa básica de juros ao longo dos dois anos subsequentes¹³⁸.

¹³³ LOYOLA, Gustavo. Regime de metas para a inflação agoniza. **Valor Econômico**, 05 set. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniaio/997940/regime-de-metas-para-inflacao-agoniza>. Acesso em: 16 nov. 2015.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ OPOSIÇÃO avalia que corte nos juros ‘arranhou’ autonomia do BC. **Valor Econômico**, 01 set. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/996000/oposicao-avalia-que-corte-nos-juros-arranhou-autonomia-do-bc>. Acesso em: 16 nov. 2015.

¹³⁶ RODRIGUES, Azelma. Mantega diz que pressão política sobre o BC é ‘bobagem’. **Valor Econômico**, 01 set. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/995762/mantega-diz-que-pressao-politica-sobre-copom-e-bobagem>. Acesso em: 16 nov. 2015.

¹³⁷ MARTINS, Arícia. Há condições para os juros caírem nos próximos dias, diz Mantega. **Valor Econômico**, 02 set. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/996996/ha-condicoes-para-juros-cairem-nos-proximos-dois-anos-diz-mantega>. Acesso em: 16/11/2015.

¹³⁸ Ibidem.

Quem elogiou – ainda que com ressalvas - a redução da taxa básica de juros foi a FIESP e os industriais.

A federação do empresariado industrial paulista considerou a queda da Selic “positiva, mas insuficiente”. O presidente em exercício da entidade naqueles dias, João Guilherme Ometto, declarou que “o Banco Central deveria se preocupar mais com o crescimento econômico e com o emprego” (e não apenas com a estabilidade da moeda), e que o COPOM, ainda que correto em sua decisão, havia demonstrado “timidez diante do quadro de aferrecimento da economia doméstica e internacional”, pois, segundo ele, “só uma forte redução de juros” poderia “fazer com que o país” mantivesse “o ritmo de crescimento, sem comprometer o controle dos preços”, já que, naqueles dias, “ainda tínhamos no Brasil o que o resto do mundo não tinha, a demanda interna”. “Ao manter os juros elevados”, o Copom acabava “retraindo o consumo e trazendo para o Brasil os efeitos da crise internacional”¹³⁹.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi menos crítica, declarando ter visto na redução “um importante passo dado pelo Comitê de Política Monetária para enfrentar as dificuldades que a economia brasileira [começava] a sentir com a nova fase da crise mundial”¹⁴⁰. Já a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) concordou com a justificativa dada pelo Copom, pois “o quadro recessivo” anunciado nas economias centrais havia se tornado “ainda mais evidente, assim como os sinais de desaceleração da atividade e da inflação domésticas”. “Nessas condições, o Sistema Firjan felicita a flexibilização da política monetária, mas lembra que a continuidade deste movimento depende do alinhamento com a política fiscal”, ponderou a entidade empresarial carioca¹⁴¹.

Nas duas últimas reuniões de 2011, o Copom voltou a reduzir a taxa de juros, dando continuidade ao processo de afrouxamento monetário. Na reunião de 19-20 de outubro, desta vez sem surpresa, a taxa Selic foi reduzida em meio ponto percentual, de 12% para 11,5% ao ano¹⁴². Na reunião de 29-30 de novembro, novo corte de meio ponto percentual, jogando a taxa básica de juros para 11% ao ano¹⁴³. Em almoço na FIESP, dando indícios de quais eram os objetivos do governo, Mantega falou aos empresários que a “taxa de juros real [taxa de juro

¹³⁹ INDÚSTRIA diz que redução da Selic contribui para enfrentar a crise. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/994642/industria-diz-que-reducao-da-selic-contribui-para-enfrentar-crise>. Acesso em: 16 nov. 2015.

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² IZAGUIRRE, Mônica. Meta de taxa Selic cai para 11,5% ao ano. **Valor Econômico**, 19/10/2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/1059814/meta-de-taxa-selic-cai-para-115-ao-ano>. Acesso em: 17/11/2015.

¹⁴³ IZAGUIRRE, Mônica; ALVES, Murilo Rodrigues. Copom repete corte de 0,5 ponto na Selic, que vai a 11% ao ano. **Valor Econômico**, 30 nov. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/1118130/copom-repete-corte-de-05-ponto-na-selic-que-vai-11-ao-ano>. Acesso em: 17 nov. 2015.

nominal descontada a taxa de inflação] ideal” a ser alcançada pelo Brasil girava “em torno de 2% a 3%”¹⁴⁴ - naqueles dias a taxa de juros real era algo em torno de 4,5%.

A FIESP apoiou a continuidade do processo de queda dos juros, avaliando sua justificação por conta do cenário de desaceleração econômica, de um lado, e da inflação sob controle, do outro. A entidade também chamou a atenção para a economia de gastos que os cortes na Selic representavam para o orçamento da União. Por outra parte, tanto em outubro como em novembro, a entidade dos industriais exigiu “intensificação” e mais “agressividade” no corte da redução da taxa básica¹⁴⁵.

Para pressionar a autoridade monetária em favor de suas reivindicações de maior agressividade na queda da taxa de juros, os industriais da FIESP promoveram, em outubro, atos políticos conjuntos com as centrais sindicais que poucos meses antes haviam formulado e assinado o documento “Brasil do Diálogo”. Com o nome de “Movimento por Brasil com juros Baixos: Mais Empregos e mais produção”, as lideranças da FIESP, da CUT, da Força Sindical, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, acompanhadas por economistas desenvolvimentistas como Luiz Carlos Bresser-Pereira, Luiz Gonzaga Beluzzo, Yoshiani Nakano e Carlos Lessa, marcharam juntas até a sede do Banco Central na Avenida Paulista, na manhã de 18 de outubro, dia em que começava a reunião do Copom daquele mês. Durante sua entrevista coletiva à imprensa, ao explicar as motivações do ato da frente produtivista, o presidente da FIESP, Paulo Skaf, criticou duramente a política monetária benéfica aos especuladores, o Banco Central e sua missão única de garantir a estabilidade da moeda, e ainda buscou criar uma divisão entre o BC e a presidente Dilma:

Estamos confrontando a política monetária brasileira porque o País necessita de juros mais baixos e de menos especulação. Neste ano serão pagos R\$ 250 bilhões de juros, nos últimos cinco anos se pagou mais de R\$ 1 trilhão, nos últimos oito anos mais R\$ 2 trilhões de reais. O que o Brasil precisa, de fato, é de dinheiro investido na produção, na geração de emprego, no desenvolvimento, e não ficar pagando para especuladores os juros mais altos do mundo nestes 16 anos seguidos.

¹⁴⁴ MARTINS, Arícia. Para Mantega, taxa real de juros para o país é de 2% a 3%. **Valor Econômico**, 03/10/2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/1032990/para-mantega-taxa-real-de-juros-ideal-para-o-pais-e-de-2-3>. Acesso em: 17/11/2015.

¹⁴⁵FIESP. É preciso intensificar a redução dos juros, diz Paulo Skaf. São Paulo, 19 dez. 2011. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/e-preciso-intensificar-a-reducao-dos-juros-afirma-paulo-skaf/>. Acesso em: 17 nov. 2015. FIESP. FIESP, Abimaq e Sindicatos querem cortes mais agressivos nos juros. 30 nov. 2015. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-sindicatos-e-abimaq-querem-corte-mais-agressivo-nos-juros/>. Acesso em: 17 nov. 2015.

O BC tem uma missão focada somente na moeda. Não cabe ao BC decidir o futuro do Brasil e do povo brasileiro, mas sim ao governo, à presidente Dilma Rousseff. E cabe à sociedade brasileira exigir que as coisas aconteçam de forma correta.¹⁴⁶

No caminhão de som, o deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT), mais conhecido como o “Paulinho da Força [Sindical]”, puxou uma palavra de ordem que sintetizava o conflito da coalizão formada pelas elites do capital e do trabalho do setor produtivo com o capital rentista: “aqui é a unidade do peão e do patrão, contra a especulação”¹⁴⁷, gritou o sindicalista.

No final de novembro, também em vésperas de reunião do Copom, a FIESP lançou o “jurômetro”, índice criado pela entidade para medir em tempo real os gastos do governo com o pagamento dos juros da dívida pública e divulgá-los em comparação com os gastos orçamentários federais em serviços públicos de saúde, educação e transporte. Skaf explicou que o objetivo do índice simbólico era conscientizar a população em geral: “a população não sabe se um corte 0,5 ponto percentual na Selic é bom e qual o impacto disso na economia”¹⁴⁸.

No início de dezembro, o governo adotou um novo pacote de medidas tributárias e creditícias para dar continuidade ao processo de estímulo à economia. Entre as medidas, estavam a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para eletrodomésticos da linha branca e a eliminação do IOF para aplicação em ações, ADRs (títulos negociáveis em bolsas de valores no exterior), IPOs (ações lançadas em abertura de capital de empresas) e títulos de renda fixa. Também foi adotada a redução do conjunto do IOF sobre crédito ao consumidor, de 3% para 2,5% ao ano, e a redução, a zero, do PIS/Cofins cobrado sobre massas alimentícias¹⁴⁹.

A FIESP elogiou as medidas, mas, mais uma vez, as classificou como limitadas. Paulo Skaf disse que “não podia reclamar das medidas”, pois “qualquer coisa que viesse para ajudar era boa”. Mas em seguida, contradizendo sua primeira frase, reclamou do caráter localizado e

¹⁴⁶ FIESP. ‘Mais de R\$ 1 trilhão em 5 anos! Chega de pagar os juros mais altos do mundo’, diz Skaf’. São Paulo, 18 out. 2011. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/mais-de-r-1-trilhao-em-5-anos-chega-de-pagar-os-juros-mais-altos-do-mundo-diz-skaf/>. Acesso em: 17/11/2015.

¹⁴⁷ UNIDOS contra os juros. Valor Econômico, São Paulo, 19 out. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/1057960/unidos-contra-os-juros>. Acesso em: 17 nov. 2015.

¹⁴⁸ GIFONNI, Carlos. Fiesp cria “jurômetro”: gasto com Selic equivale a 330 aeroportos. Valor Econômico, São Paulo, 29 nov. 2011. Acesso em: <http://www.valor.com.br/brasil/1115454/fiesp-cria-jurometro-gasto-com-selic-equivale-330-aeroportos>. Acesso em: 17 nov. 2015.

¹⁴⁹ VILLAVERDE, João; OTONI, Luciana. Governo tenta reativar demanda com crédito e redução de impostos. Valor Econômico, Brasília, 02 dez. 2011. Disponível em: <http://redacao.valor.com.br/brasil/1120558/governo-tenta-reativar-demanda-com-credito-e-reducao-de-impostos>. Acesso em: 17 nov. 2015.

verticalizado delas: “essas medidas não são o que defendemos. Queremos planos lineares e horizontais que atendam a todo o setor industrial brasileiro”¹⁵⁰.

Além disso, no último mês do ano, diante do crescimento de 2,7% do PIB (aquém da previsão inicial do governo de que a economia cresceria 3%) e do crescimento de apenas 0,9% da indústria de transformação em 2011, Skaf culpou as medidas conservadoras adotadas pelo governo no primeiro semestre como responsáveis pelo esfriamento da economia:

Nossos resultados poderiam ser melhores. A crise nem nos atingiu, mas a nossa economia já esfriou. Além do aumento dos juros no primeiro semestre, o governo reduziu o nível de atividade com as medidas macroprudenciais e freou a concessão de crédito, com medo do crescimento. Crescimento puxa empreendedorismo. Ou o governo errou, ou aplicou doses erradas de contenção¹⁵¹.

Por fim, o presidente da FIESP também indagou provocativamente sobre qual seria a marca do primeiro ano do governo Dilma. Segundo ele, “a marca do governo de Fernando Henrique Cardoso foi a Lei de Responsabilidade Fiscal e a estabilidade monetária; a de Lula, a ascensão da classe média e o Bolsa Família. E a de Dilma? A troca de ministros? Isso é muito pouco”¹⁵².

Ainda no último mês de 2011, enquanto o presidente do BC, Alexandre Tombini, em discurso proferido para uma plateia de banqueiros durante o jantar de confraternização de final de ano da FEBRABAN, sinalizava a continuidade de “ajustes monetários moderados” para combater a tendência de esfriamento que acompanhava os reflexos internacionais do aprofundamento da crise econômica da União Europeia¹⁵³, o presidente do *Bradesco*, Luis Carlos Trabuco Cappi, concedeu entrevista à *Isto É Dinheiro*.

Em tom bastante diverso dos economistas ortodoxos e dos agentes do mercado financeiro que criticaram a redução da taxa Selic efetuada pelo BC em agosto - considerando-a fruto de “pressão política do executivo que feriu a autonomia do BC e o sistema de metas de inflação” -, Trabuco declarou que considerou acertada a decisão do COPOM de iniciar o processo de afrouxamento da política monetária – afirmando mais uma vez ser favorável à redução dos juros -, pois naquele momento o país não corria risco de descontrole inflacionário e a economia precisava de estímulos para evitar a estagnação. Trabuco também adotou linha

¹⁵⁰ MARTINS, Diogo. Medidas anunciadas pelo governo são insuficientes, diz FIESP. Valor Econômico, São Paulo, 02 dez. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/1121408/medidas-anunciadas-pelo-governo-sao-insuficientes-diz-fiesp>. Acesso em: 17/11/2015.

¹⁵¹ GIFFONI, Carlos. FIESP culpa governo Dilma pelo fraco desempenho da indústria em 2011. Valor Econômico, São Paulo, 14 dez. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/1137172/fiesp-culpa-governo-dilma-pelo-fraco-desempenho-da-industria-em-2011>. Acesso em: 17 nov. 2015.

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ TOMBINI diz que piora externa justifica ‘ajustes moderados’ da SELIC. Valor Econômico, Brasília, 24 nov. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/1110026/tombini-diz-que-piora-externa-justifica-ajustes-moderados-da-selic>. Acesso em: 18 nov. 2015.

de argumentação bastante diversa das críticas da FIESP, fazendo elogios ao primeiro ano do governo Dilma e à sua equipe econômica, projetando a aceleração do crescimento do PIB brasileiro em 2012.

[1. Avaliação e perspectivas para a economia brasileira]

Isto É Dinheiro: O Bradesco inaugurou mais de mil agências em seis meses. O banco está tão otimista, assim, com a economia?

Trabuco: Sim. O ano passado começou com o temor da inflação e terminou com a desaceleração da economia. Estamos começando 2012 na ponta oposta. A inflação está sob controle, temos claramente uma desinflação das commodities e dos alimentos. Então, seguramente, neste ano a inflação ficará no centro da meta. Espero um crescimento mais acelerado, sem preocupações com a inflação. As condições para reduzir os juros estão dadas. Juro mais baixo, reversão das medidas macroprudenciais e redução de impostos vão gerar um crescimento superior a 4,5%, podendo chegar a 5%.

Isto É Dinheiro: Por que o senhor espera esse crescimento, compartilhado por poucas pessoas, mesmo no próprio governo?

Trabuco: Os dissídios trabalhistas e o aumento do salário mínimo já estão garantindo um aumento real da massa salarial para o ano que vem acima de 6%, e isso vai puxar a venda de bens de consumo. Os bens de capital serão impulsionados pelos investimentos em infraestrutura, e o BNDES vai ser mais ativo. Um vetor muito importante é a reversão das medidas macroprudenciais, facilitando a concessão de empréstimos de longo prazo. Com isso, no limite da prudência, o crédito contribuirá muito para aquecer a economia. Será uma política anticíclica, com impacto sobre o consumo de bens duráveis.

[2. Avaliação do primeiro ano do governo Dilma]

Isto É Dinheiro: Como o senhor avalia o primeiro ano do governo Dilma?

Trabuco: Seu nível de aprovação é o maior entre todos os presidentes em primeiro ano de mandato. Isso é reflexo da confiança das pessoas na economia.

Isto É Dinheiro: Foi uma surpresa positiva?

Trabuco: Sentimos uma sintonia muito forte entre as autoridades da política econômica, o Ministério da Fazenda e o Banco Central, com os ministérios voltados ao apoio à produção. Uma prova disso foi a rapidez de decisão em 2011. O governo entendeu logo que as incertezas internacionais poderiam bater no Brasil. O governo, por sinal, tem diversos trunfos na mão. A taxa de juros é muito alta, o que dá margem a uma política monetária pró-crescimento, e há ainda os R\$ 450 bilhões em depósitos compulsórios, que podem ser liberados. Há também o bônus macroeconômico do mercado interno, da ascensão social no País. Nós abrimos mais de mil agências em seis meses por acreditarmos que mais seis milhões de pessoas serão bancarizadas.

[3. Avaliação da decisão do BC de reduzir a taxa básica de juros]

Isto É Dinheiro: Houve muitas críticas à comunicação do Banco Central quando os juros caíram. O BC estava certo?

Trabuco: A realidade mostrou o acerto do BC. Ele tem uma visão privilegiada da economia e agiu de forma adequada ao reduzir os juros mais rapidamente do que o mercado esperava. O mundo todo está praticando juros negativos. Há políticas

extremamente frouxas para tentar trazer a retomada do crescimento, primeiro nos Estados Unidos e agora na Europa.¹⁵⁴

Já em janeiro de 2012, onze dias depois de o BC reduzir pela quarta vez consecutiva a taxa Selic¹⁵⁵, foi a vez do banqueiro Roberto Setúbal falar à imprensa. Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo*, durante o Fórum Econômico de Davos (onde esteve presente junto com Trabuco do Bradesco e André Esteves, do banco BTG Pactual), o presidente-executivo do Itaú Unibanco, seguindo a mesma linha discursiva de Trabuco na entrevista antes citada, avaliou os possíveis reflexos da crise financeira da Europa na economia brasileira; considerou que a queda de nossa taxa de juros nominal para um dígito (abaixo de 10%) era um tendência, desde que a inflação fosse mantida abaixo de 5%; elogiou a política monetária do BC e a política fiscal conservadora do governo em 2011 - responsável, segundo ele, por enfrentar a inflação em alternativa ao aperto monetário -, e elogiou também o governo Dilma como um todo, por ser, nas suas palavras, “mais técnico”. A seguir, os principais trechos da entrevista:

[1. Avaliação da conjuntura econômica nacional e internacional]

Estadão: Olhando para o mundo aqui de Davos, qual é o maior risco que o senhor vê?

Roberto Setúbal: A maior preocupação de todos hoje é a Europa. Até por que, na melhor das hipóteses, vamos ter um crescimento baixo da Europa por muitos anos. Isso afetará o crescimento da economia mundial e, de certa forma, o Brasil. Mas nada dramático. O Brasil é uma economia muito mais movida por seu mercado interno. Como nossa economia está em boa situação, as contas públicas estão equilibradas, não há percepção de deterioração, então o Brasil continuará crescendo em torno de 4%. Pode ser que tenha que fazer algum ajuste momentâneo em razão de algum evento externo, mas a tendência é continuar crescendo 4% por muitos anos.

Estadão: E como deve ficar o crédito?

Roberto Setúbal: O crédito no Brasil deve continuar crescendo acima do PIB. Se somarmos a inflação mais o PIB, estamos falando em algo entre 8% a 10% e o crédito deve continuar crescendo acima disso. Nós já crescemos 20% ao ano por muitos anos. Daqui para frente, vai ser um pouco menos. Acho plausível um crescimento da ordem de 15% ao ano para as condições brasileiras neste momento. Uma área que vai puxar o avanço ainda é a imobiliária, que tem um potencial muito grande.

[2. Avaliação da política econômica do governo Dilma: juros, inflação, desempenho fiscal, atuação do BC.]

¹⁵⁴ O BRASIL tem a taxa de retorno mais confiável do mundo. *Isto É Dinheiro*, 28 dez. 2011. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/entrevistas/20111228/brasil-tem-taxa-retorno-mais-confiavel-mundo/148035>. Acesso em: 18 nov. 2015.

¹⁵⁵ Em 18 de janeiro de 2012, o Copom cortou mais uma vez em meio ponto percentual a taxa Selic, levando-a para 10,5% ao ano. Ver: PARIZ, Tiago; SOTO, Alonso. Copom reduz Selic para 10,50% e deixa futuro aberto. UOL, 18 jan. 2012. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2012/01/18/copom-reduz-selic-para-1050-com-4o-corte-de-050-ponto.jhtm>. Acesso em: 18 nov. 2015.

Estadão: O país tem condição hoje de ter uma taxa de juros de um dígito?

Roberto Setúbal: Acho que tem. O Brasil fez enormes progressos nos últimos 20 anos. Nos anos 1990, a taxa de juros real chegou a mais de 20%, o que é um negócio inacreditável. De lá para cá, com todos os ajustes que foram feitos, a estabilização da economia, ajustes fiscais, a taxa de juro real foi se reduzindo. Estamos em torno de uma taxa de juro real de 4% a 5%. Se a gente olhar, os últimos dez anos, ela se reduziu um pouco menos de 1% ao ano. Mas acho que continuará se reduzindo, nesse ritmo, e, portanto, a tendência é que o Brasil fique com uma taxa de juros de um dígito. Eventualmente, pode no curto prazo subir um pouquinho acima disso. Mas a tendência é que venha a estar abaixo de 10%. Mas também é importante que a inflação esteja controlada e, digamos, em níveis baixos.

Estadão: O senhor se preocupa com a inflação?

Roberto Setúbal: Quando você vai a uma inflação, por exemplo, de 6,5%, como no ano passado, passando por picos de 7,5%, é difícil ter uma taxa de juros de um dígito. Mas, se mantiver a inflação abaixo de 5%, acho perfeitamente factível manter a taxa de juros em um dígito.

Estadão: Como o senhor avalia a recente política do Banco Central? Aliás, os economistas do ITAÚ tiveram uma visão menos negativa do que a média do mercado.

Roberto Setúbal: Iniciamos o ano passado [2011] com uma pressão inflacionária muito alta. O Banco Central fez o que tinha que fazer, que é subir os juros. Foram subindo até perceber que a economia estava desacelerando rapidamente. Acho que o banco de dados que possuem é mais completo do que qualquer banco de dados de qualquer instituição, de qualquer departamento econômico, em razão de uma excelente capacidade de análise que o Banco Central tem. Ele percebeu antes que todo mundo. Por isso, mudou a política. O ITAÚ já avalia há muito tempo que a taxa de juros iria cair para 9%, 9,5%. O importante é não deixar a inflação subir. E o Banco Central está atento a isso, estou confiante em que farão o necessário.

Estadão: Mas o ITAÚ projeta uma inflação este ano acima da meta.

Roberto Setúbal: É, projeta em torno de 5%, ou um pouco mais. Mas é importante que se olhe o que está sendo feito na área fiscal. Acho que em 2011 o Brasil teve uma política fiscal conservadora, que ajudou muito a reduzir os juros. Em se mantendo essa política fiscal, como tudo indica que vai acontecer, é sem dúvida um fator importante para a redução da taxa de juros no Brasil. No passado, nossa história de controle da inflação foi muito mais em cima da política monetária do que da política fiscal. Este governo mostra a intenção de ter colaboração maior da política fiscal para a redução dos juros, o que é importante para chegar a um dígito.

Estadão: Por falar nisso, o que o senhor acha do governo Dilma?

Roberto Setúbal: Gosto de tudo o que tenho visto. Na política econômica, como mencionei, essa colaboração maior da política fiscal. Acho que é muito bem-vinda. O difícil nisso é que a política monetária faz efeito mais rápido do que a política fiscal. A política fiscal exige persistência maior, paciência maior. E precisa de dois, três anos, para ir trazendo resultados mais consistentes. Então é importante perseverar nesse caminho.

Estadão: E a sua opinião sobre a “faxina” do governo Dilma?

Roberto Setúbal: Não vou entrar nessa assunto porque não saberia avaliar exatamente. Mas o que vejo na presidente é a intenção de tornar o governo mais

técnico, com presença cada vez maior de técnicos em áreas importantes. Está tentando despolitizar áreas que exigem naturalmente uma discussão mais técnica.¹⁵⁶

Poucos dias depois da publicação da entrevista elogiosa e otimista de Setúbal, contudo, o governo Dilma, rompendo com o discurso e com as políticas sempre moderadas e conciliadoras que marcaram a relação dos governos petistas com o grande capital desde o lançamento da “Carta aos Brasileiros”, deu início a um processo de enfrentamento aberto e explícito com o sistema financeiro nacional.

Percebendo que a redução contínua na taxa Selic não estava fazendo diferença substancial, ao final da cadeia, no barateamento do crédito oferecido pelos bancos privados aos consumidores e empresários, o governo passou a pressionar politicamente os bancos para que estes reduzissem suas taxas de *spread*¹⁵⁷ - as quais, no Brasil, realmente estavam entre as mais altas do mundo¹⁵⁸.

O primeiro sinal do enfrentamento aberto do governo Dilma com o núcleo duro do capital financeiro brasileiro foi dado no dia 13 de fevereiro de 2012, quando o Ministério da Fazenda, por meio da divulgação do boletim “Economia Brasileira em perspectiva”¹⁵⁹, afirmou que – ainda que tivessem sido reduzidas gradualmente ao longo dos últimos anos – as taxas de *spreads* bancários brasileiras eram “elevadas” em comparação com outras economias, tanto nas linhas de crédito para as pessoas físicas quanto para as empresas. O Ministério da Fazenda destacou ainda no boletim que a expectativa para 2012 era que os

¹⁵⁶ SETÚBAL, Roberto. Com Dilma, governo ficou mais técnico, diz Setúbal. [Entrevista disponibilizada em 29 jan. 2012, no site d’O Estado de São Paulo]. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral.com-dilma-governo-ficou-mais-tecnico-diz-roberto-setubal-imp-828667>. Entrevista concedida a Fernando Dantas e Daniela Milanese. Acesso em: 18 nov. 2015.

¹⁵⁷ *Spread* é a taxa adicional de risco cobrada no mercado financeiro. É a diferença entre o custo de captação do dinheiro pelos bancos no mercado e os juros cobrados pelos bancos nos empréstimos aos clientes. Ou ainda: a diferença entre os juros que os bancos pagam aos clientes que neles depositam seu dinheiro e os juros que os bancos cobram para emprestar dinheiro aos clientes. Os *spreads* bancários brasileiros em 2012, segundo o Banco Central, eram compostos pela taxa de inadimplência (cerca de 33,6%), pelo custo do depósito compulsório (cerca de 9,2%), pelos impostos diretos (cerca de 22,9%) e pela margem líquida de lucro dos bancos (cerca de 34,3%) e por outras taxas e tributos. Ver: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Juros e *spread* bancário. Série “Perguntas mais Frequentes”, março de 2014. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%201-juros%20e%20spread%20banc%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 18/11/2015.

¹⁵⁸ DIEESE. *Spread* e juros bancários. Nota técnica, 109, abril de 2012. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec109Spread.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

¹⁵⁹ Produzido pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, o boletim pode ser acessado aqui: <https://imprensazulke.files.wordpress.com/2012/02/economia-brasileira-em-perspectiva-14ed-especialfev2012.pdf>.

spreads caíssem de forma mais incisiva, “acompanhando o ciclo de queda dos juros básicos” e a “flexibilização das medidas macroprudenciais”¹⁶⁰.

Duas semanas mais tarde, Alexandre Tombini deu o segundo sinal. Em audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, o sempre reservado presidente do Banco Central, saindo do seu tradicional *script*, afirmou que a redução dos *spreads* era “uma prioridade do governo” e uma “determinação” da presidente Dilma¹⁶¹. Em termos mais amplos, as palavras do presidente da autoridade monetária significavam o seguinte: a diminuição da margem de lucro dos bancos era uma ordem do poder executivo. O Estado, portanto, passava a tentar intervir no elemento essencial da engrenagem da economia capitalista, o lucro.

Na metade de março, quinze dias depois da declaração de Tombini, foi a vez do ministro da fazenda somar forças na pressão governamental sobre o sistema financeiro. Na mesma comissão econômica do Senado, quando questionado sobre os elevados *spreads* bancários brasileiros pelo empresário industrial e senador Armando Monteiro Neto (PTB-PE)¹⁶², Guido Mantega respondeu que em 2011 os *spreads* haviam “subido muito com as medidas restritivas”, mas que estava trabalhando “muito” para que eles fossem reduzidos, pois também os considerava “absurdos”¹⁶³. No final daquele mês, no dia 28 de março, passando das palavras à ação, o ministro da economia reuniu-se com os presidentes dos bancos públicos e privados e cobrou deles a redução dos *spreads*¹⁶⁴.

Exatamente uma semana após a reunião de Mantega com os banqueiros, em quatro de abril, foi a vez de Dilma entrar publicamente em cena. Em discurso proferido durante a cerimônia de lançamento de novas medidas de estímulo à indústria do Plano Brasil Maior¹⁶⁵

¹⁶⁰ MARTELLO, Alexandre. Spread dos bancos ainda é elevado frente a outras economias. **G1**, Brasília, 13 fev. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/02/spread-dos-bancos-e-elevado-frente-outras-economias-diz-fazenda.html>. Acesso em: 18 nov. 2015.

¹⁶¹ MARTELLO, Alexandre. Queda do ‘spread’ bancário é uma determinação de Dilma, diz Tombini. **G1**, Brasília, 28 fev. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/02/queda-do-spread-bancario-e-determinacao-de-dilma-diz-tombini.html>. Acesso em: 18 nov. 2015.

¹⁶² Armando Monteiro Neto foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) (1992 a 2004) e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre 2002 e 2010. É o atual ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do segundo mandato presidencial de Dilma.

¹⁶³ SPREADS são um absurdo e serão reduzidos, diz Mantega. **G1**, 13 mar. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/03/spreads-sao-um-absurdo-e-serao-reduzidos-diz-mantega.html>. Acesso em: 18 nov. 2015.

¹⁶⁴ SAFATLE, Claudia. Mantega cobra queda dos spreads. **Valor Econômico**, Brasília, 28 mar. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2590590/mantega-cobra-queda-dos-spreads>. Acesso em: 18 nov. 2015.

¹⁶⁵ RESENDE, Thiago; SOUZA, Yvna; SIMÃO, Edna; VILLAVERDE, João. Governo anuncia desoneração e crédito para estimular a indústria. **Valor Econômico**, Brasília, 03 abr. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2600214/governo-anuncia-desoneracao-e-credito-para-estimular-industria>. Acesso em: 18/11/2015.

(ampliação da desoneração da folha de pagamentos para mais 11 setores industriais; aumento da oferta de crédito para o setor produtivo através do repasse de mais R\$ 45 bilhões do Tesouro Nacional para o BNDES dar continuidade ao Programa de Sustentação do Investimento; e ações de defesa comercial, entre elas a intervenção no mercado de capitais para manipulação da taxa de câmbio), de frente para uma plateia composta pela elite do empresariado industrial brasileiro, Dilma disse concordar com a necessidade de discutir os níveis das taxas de *spreads* cobradas pelos bancos no Brasil, as quais, segundo ela, eram “difíceis de explicar tecnicamente”. Mais adiante, depois de prometer “não abandonar a indústria brasileira”, disse “querer sim” juros menores no Brasil, para as “empresas poderem investir na produção, na modernização do processo produtivo e na geração de inovações”. E concluiu: “o governo tem, senhoras e senhores, os instrumentos para fazer os ajustes [reduzir os *spreads* bancários] e não vai deixar de usá-los. Alguns já começaram a ser acionados e outros serão postos em execução a partir de hoje”¹⁶⁶. De fato, Dilma acionou seus “instrumentos de ajustes”: em cinco de abril, um dia depois do discurso da presidente, o *Banco do Brasil* realizou agressiva redução de seus juros e elevou os limites de várias linhas de crédito para empresas e consumidores com lançamento do programa “Bompratodos”, visando assim acirrar a concorrência no mercado de crédito e forçar os bancos privados a também reduzirem seus juros¹⁶⁷. Quatro dias depois foi a vez de a *Caixa Econômica Federal* cortar seus juros¹⁶⁸. O governo federal, portanto, não apenas cobrou discursivamente os bancos privados para que eles reduzissem seus juros, como também acionou os bancos públicos para forçar, pela concorrência, que os bancos privados cumprissem a ordem política da presidente.

Diante da pressão governamental, os bancos reagiram. Em 10 de abril, Murilo Portugal desembarcou em Brasília para debater a queda dos *spreads* com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa. O presidente da FEBRABAN reconheceu que os *spreads* no Brasil eram muito elevados em relação a outros países e

¹⁶⁶ MENDES, Priscila. Para facilitar crédito, Dilma defende diminuição do ‘spread’ bancário. **G1**, Brasília, 03 abr. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/para-facilitar-credito-dilma-defende-diminuicao-do-spread-bancario.html>. Acesso em: 18 nov. 2015.

¹⁶⁷ SCIARRETTA, Toni. Sob pressão de Dilma, BB diminui juros. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05 abr. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/35397-sob-pressao-de-dilma-bb-diminui-juros.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2015.

¹⁶⁸ MANDL, Carolina; PACHECO, Filipe. Caixa anuncia redução de juros e promete manter rentabilidade. *Valor Econômico*, 09 abr. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2607062/caixa-anuncia-reducao-de-juros-e-promete-manter-rentabilidade>. Acesso em: 18 nov. 2015.

reforçou o interesse dos bancos em reduzi-los, pois apenas “representavam custos”¹⁶⁹. O executivo novamente argumentou, no entanto, que tais níveis elevados dos juros bancários do país não eram resultado de lucros excessivos dos bancos, mas sim reflexo dos níveis elevados dos custos de operação do sistema bancário brasileiro. “Há um engano de quem acha que o spread representa lucro. Na verdade, uma pequena parte do spread, cerca de 30%, representa a margem de lucro dos bancos”, ponderou o presidente da entidade de representação dos banqueiros. Além disso, segundo Portugal, a redução destes custos não dependia apenas da vontade dos bancos, mas também de ações e medidas a serem implantadas pelo governo - a redução dos spreads, portanto, dependia de garantias e contrapartes do governo federal. Como forma de assegurar essas “garantias”, Portugal apresentou naquele dia para o Ministério da Fazenda vinte propostas e reivindicações elaboradas pelos bancos para levar a cabo o processo de redução do custo do dinheiro no país¹⁷⁰. Na lista de propostas dos banqueiros, constavam medidas que giravam em torno de três eixos fundamentais, todos levantados com vistas a possibilitar condições para diminuição dos custos que compunham as taxas de spreads: a) diminuição na inadimplência, com a regulamentação do cadastro positivo (que daria vantagens aos bons pagadores, e puniria os maus), a possibilidade de utilização de parte das reservas dos planos de previdência como garantia dos empréstimos e a criação da figura jurídica de “recuperação judicial” para pessoas físicas; b) a desoneração tributária das intermediações financeiras, com a redução de tributos cobrados dos bancos, como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Isto porque, nas palavras de Portugal, o Brasil era “um dos países com maior tributação sobre a intermediação financeira”; e c) a redução dos depósitos compulsórios (poupança que os bancos precisam fazer no Banco Central para garantir suas operações financeiras). “O Brasil tem um dos maiores compulsórios do mundo. Cerca de 55% tem que ser depositado, sem retorno”¹⁷¹, afirmou o presidente da FEBRABAN.

¹⁶⁹ BANCOS têm interesse em reduzir spreads, diz Febraban. *Época Negócios*, Rio de Janeiro 10 abril 2012. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2012/04/bancos-tem-interesse-em-reduzir-spreads-diz-febraban.html>. Acesso em: 19 nov. 2015.

¹⁷⁰ Procuramos insistentemente encontrar na íntegra as tais vinte propostas dos bancos, mas não encontramos nem um documento com elas. Foi o próprio Murilo Portugal quem afirmou em entrevistas naquele dia ter apresentado essas propostas ao governo. No corpo do texto, citamos as reivindicações que a imprensa conseguiu apurar.

¹⁷¹ SIMÃO, Edna; ALVES, Murilo Rodrigues. Spread depende de contraparte do governo. *Valor Econômico*, Brasília, 10 abr. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2610368/spread-depender-de-contraparte-do-governo>. Acesso em: 19 nov. 2015. SAFATLE, Cláudia. Receita dos bancos para o spread cair. *Valor Econômico*, 10 abr. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2610370/receita-dos-bancos-para-o-spread-cair>. Acesso em: 19 nov. 2015.

Por fim, transferindo a responsabilidade sobre a redução dos *spreads* dos bancos para o governo e substituindo o argumento de que “os bancos brasileiros lucram demais” pelo argumento de que “o Estado brasileiro tributa demais”, Murilo Portugal sentenciou: “A bola agora está com a Fazenda. Cabe a eles definir que medidas vão ser adotadas”¹⁷².

Frente às reivindicações apresentadas pela FEBRABAN e à polêmica declaração do presidente da entidade, o ministro da Fazenda respondeu. Segundo Mantega, Murilo Portugal, “ao invés de apresentar soluções, anunciando aumento de crédito, veio aqui fazer cobrança de novas medidas do governo. Se os bancos são tão lucrativos, e isto está nos dados, eles têm margem para reduzir a taxa de juros e aumentar o volume do crédito”¹⁷³. Com aquela atitude, acrescentou o ministro, os bancos privados queriam “jogar a conta” dos elevados custos do spread bancário “nas costas do governo”. Mantega asseverou que os bancos brasileiros possuíam sim condições sistêmicas – entre elas, a “ótima” condição fiscal, a baixa inflação e a “vontade de consumir” da população - para reduzirem suas taxas e deixarem de ser “campeões de spread no mundo”: “eles [os bancos] têm margem para aumentar o crédito neste momento e é necessário que isso seja feito sem mexer em nada”. Mais uma vez, em tom de cobrança, fez referência ao lucro “muito elevado”¹⁷⁴ dos bancos: “Existe possibilidade para isso. A lucratividade dos bancos têm sido muito elevada. No ano passado, os bancos brasileiros foram entre os mais lucrativos do mundo. Quero que os bancos tenham lucro, mas a partir de crédito, de atividade econômica de empréstimo, e sem afligir o consumidor”¹⁷⁵, completou.

Poucos dias depois das críticas e afirmações contundentes de Mantega, mesmo sem o governo ter dado qualquer sinalização de atender as pautas apresentadas na semana anterior pela FEBRABAN, os principais bancos privados do país – *Itaú Unibanco*, *Bradesco*, *Santander* -, diante do diagnóstico de que se nada fizessem iriam perder clientes para os

¹⁷² MÁXIMO, Wellton. Febraban apresenta sugestões para reduzir inadimplência e spread. **Agência Brasil**, Brasília, 10 abr. 2012. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-04-10/febraban-apresenta-sugestoes-para-reduzir-inadimplencia-e-spread>. Acesso em: 19 nov. 2015.

¹⁷³ SIMÃO, Edna; ALVES, Murilo Rodrigues; MARCHESINI, Lucas; MACHADO, Daniela. Mantega critica bancos e vê espaço para cortar juro no crédito. **Valor Econômico**, Brasília, 12 abr. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2613206/mantega-critica-bancos-e-ve-espaco-para-cortar-juro-no-credito>. Acesso em: 19/11/2015.

¹⁷⁴ De fato, segundo levantamento realizado pela consultoria “Economatica”, em 2011 os bancos brasileiros registraram o maior volume de lucros entre as 334 principais empresas com capital aberto no Brasil. Ainda segundo o levantamento, os 25 maiores bancos em operação nos país registraram lucro de R\$ 49,4 bilhões naquele ano, crescimento de 14,48% em relação a 2010. Ver: SETOR bancário lidera lucros no país em 2011, diz Economatica. **G1**, 10 abr. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2012/04/setor-bancario-lidera-lucros-no-pais-em-2011-diz-economatica.html>. Acesso em: 19 nov. 2015.

¹⁷⁵ MARTELLO, Alexandre. Bancos privados têm margem para reduzir juros, diz Mantega. **G1**, São Paulo, 12 abr. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/04/bancos-tem-margem-para-reduzir-juros-diz-mantega.html>. Acesso em: 19/11/2015. .

bancos públicos¹⁷⁶, passaram a anunciar a redução de suas taxas de juros e o aumento dos limites de suas linhas de crédito¹⁷⁷. O presidente do *Bradesco*, Luiz Carlos Trabuco, foi à imprensa e declarou seu apoio à “agenda positiva” de Dilma de buscar “caminhos para reduzir os juros, porém com equilíbrio”, e reforçou ter “objetivos compartilhados” com o governo:

Isto É Dinheiro: O que o sr. acha da decisão da Dilma de forçar os bancos públicos a baixar os juros?

Trabuco: É inegável que a construção de um Brasil competitivo passa pela discussão da estrutura de juros da economia. É adequado que essa questão seja item da agenda positiva da presidenta Dilma.

Isto É Dinheiro – O processo de queda dos juros vai continuar?

Trabuco: É importante aprofundar essa discussão e necessário encontrar caminhos para a redução dos juros, porém com equilíbrio. Será um esforço permanente, pois nós compartilhamos os objetivos do governo de crescimento do País.

Isto É Dinheiro: A competição aumenta?

Trabuco: Sim, mas consideramos saudável a concorrência entre os bancos porque gera dinamismo ao mercado. Esse debate traz como saldo a importância do papel do crédito para a economia. As relações de troca passam a funcionar melhor com a organização do crédito. As empresas prosperam e se dinamizam, criando mais oportunidades para as pessoas. No caso oposto, sem um sistema financeiro forte, o que se vê é estagnação e letargia.¹⁷⁸

Com o anúncio do início dos cortes das taxas de juros dos bancos privados, o governo parecia estar vencendo a batalha em torno dos *spreads*. Naquele momento de aparente triunfo, a presidente Dilma foi para a cadeia nacional de rádio e TV fazer o tradicional discurso presidencial de primeiro de maio, dia do trabalhador. Na mensagem que chegou aos lares brasileiros na noite de 30 de abril, véspera do feriado, ao invés de ficar longos minutos enfileirando conquistas, desafios e projetos de seu governo, Dilma resolveu desferir ataques diretos aos bancos. No discurso, depois dos cinco parágrafos iniciais com louvações ao papel do trabalhador brasileiro e declarações de vontade governamental para lutar pelo “desenvolvimento do país” e pelo “desenvolvimento das pessoas”, buscando promover “saúde, educação e empregos de qualidade” para os cidadãos de “todas as classes”, e “acabar com a pobreza extrema”, a presidente disparou:

¹⁷⁶D’AMORIN, Sheila; SCARRETA. Bancos recuam e preparam juro menor. Folha de São Paulo, 18/04/2012, p. B1.

¹⁷⁷VILLAVERDE, João; MANDL, Carolina. Bancos privados sinalizam novos cortes. Valor Econômico, Brasília, 18 abr. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2620522/bancos-privados-sinalizam-novos-cortes>. Acesso em: 19 nov. 2015.

¹⁷⁸CAPPI, Luiz Carlos Trabuco. Entrevista de Trabuco para coluna da Isto É Dinheiro. [Entrevista disponibilizada em 25 abr. 2012, site da Isto É Dinheiro]. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/guilherme-barros/20120425/guilherme-barros/1718>. Acesso em: 19 nov. 2015.

Faz parte dessa luta o *esforço do governo para reduzir os juros*. A economia brasileira só será plenamente competitiva quando nossas taxas de juros, seja para o produtor seja para o consumidor, se igualarem às taxas praticadas no mercado internacional.

Quando atingirmos este patamar nossos produtores vão poder produzir e vender melhor e nossos consumidores vão poder comprar mais e pagar com mais tranquilidade. Vem daí o esforço que o governo faz para equilibrar a economia, o que tem permitido a queda contínua da taxa básica de juros. Vem daí também a posição firme do governo, para que bancos e financeiras diminuam as taxas de juros cobradas aos clientes, nos empréstimos, nas taxas básicas e nos cartões de crédito.

Nos últimos anos nosso sistema bancário é um dos mais sólidos do mundo. *Está entre os que mais lucraram* e isso tem lhe dado força e estabilidade, o que é bom para toda a economia, *mas isso também permite que eles dêem crédito mais barato aos brasileiros*.

É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo. Estes valores não podem continuar tão altos. O Brasil de hoje não justifica isto. Os bancos não podem continuar cobrando os mesmos juros para empresas e para o consumidor enquanto a taxa básica Selic cai, a economia se mantém estável e a maioria esmagadora dos brasileiros honra com presteza e honestidade seus compromissos.

O setor financeiro, portanto, não tem como explicar esta lógica perversa aos brasileiros. A Selic baixa, a inflação permanece estável, mas os juros do cheque especial, das prestações ou do cartão de crédito não diminuem. A Caixa Economia Federal e o Banco do Brasil escolheram o caminho do bom exemplo e da saudável concorrência de mercado provando que é possível baixar os juros cobrados aos seus clientes em empréstimos, cartões, cheque especial e inclusive no crédito consignado.

É importante que os bancos privados acompanhem esta iniciativa para que o Brasil tenha uma economia mais saudável e mais moderna. É bom também que você, consumidor, faça prevalecer seus direitos, escolhendo as empresas que lhe ofereçam melhores condições [grifos nossos].¹⁷⁹

Com esse pesado ataque dirigido contra a “inadmissível” “lógica perversa” do sistema financeiro que, mesmo estando “entre os que mais lucraram no mundo”, continuava cobrando “os juros mais altos do mundo”, Dilma parecia estar abandonado de vez o “sistema de arbitragem não decisionista” de que falara Luiz Verneck Vianna ao analisar o modelo conciliacionista que presidira a lógica de construção política dos governos Lula. A presidente dava mostras de que estava disposta a fazer da redução dos juros a grande marca de seu governo. Com isso, o “pacto de não agressão” tacitamente assinado com as elites financeiras, construído pelos governos petistas desde a “Carta aos Brasileiros”, parecia estar sendo enterrado por Dilma.

Três dias depois do emblemático discurso de primeiro de maio, para criar condições de seguir reduzindo os juros, o governo – por meio de medida provisória - mudou as regras de rendimento da caderneta de poupança para evitar que o rendimento desta, com a continuidade da redução da Selic, se tornasse mais atrativo do que rendimento dos investimentos em fundos

¹⁷⁹ LEIA a íntegra do discurso de Dilma. **Folha de São Paulo**, 30 abr. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1083760-leia-integra-do-discurso-de-dilma-pelo-dia-do-trabalho.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2015.

de renda fixa, o que comprometeria a venda de títulos públicos do Tesouro Nacional, deixando o governo sem recursos para “rolar” a dívida pública¹⁸⁰.

Ainda na primeira semana de maio, porém, a novela envolvendo governo e bancos privados teve novo capítulo. Na edição nº 140 de seu “Informativo Semanal de Economia Bancária” (publicado em 07/05), assinado pelo economista-chefe Rubens Sardenberg, a Federação Brasileira dos Bancos apresentou, com pitada de ironia, suas dúvidas a respeito da eficácia das medidas governamentais para estimular o crédito. Considerando paradoxal que o governo encampasse quedas adicionais da Selic naquela conjuntura de incertezas em relação ao desempenho da economia nacional e internacional, que impunha cautela adicional aos agentes econômicos, o relatório da entidade arrematava:

A questão que se coloca é até que ponto essas reduções vão estimular uma ampliação significativa da oferta de crédito doméstica. Alguém já disse que “você pode levar um cavalo até a beira do rio, mas não conseguirá obrigá-lo a beber água”. É possível criar condições mais favoráveis à expansão do crédito reduzindo as taxas básicas, mas uma ampliação efetiva das operações passa por uma postura mais agressivas, tanto dos emprestadores como dos tomadores de crédito, que por sua vez dependem de expectativas econômicas mais otimistas.¹⁸¹

Com a metáfora do “cavalo que pode ser levado até a beira do rio, mas não pode ser forçado a beber água”, a entidade dos banqueiros criticava polidamente um insinuado voluntarismo do governo de querer estabelecer por via da pressão política sobre os bancos a expansão do crédito, o que não seria efetivo se não fossem também criadas condições sistêmicas para a produção de “expectativas mais otimistas dos agentes”.

O governo interpretou a publicação do boletim irônico da FEBRABAN como uma provocação. Dilma se irritou e exigiu retratação pública da entidade¹⁸². Para evitar o aprofundamento da crise com o governo, no dia 08/05 a federação dos banqueiros soltou nota pública de recuo, reafirmando o seu “compromisso com a expansão vigorosa e saudável do crédito”, sua “disposição de trabalhar em conjunto com o governo”, e salientando que a análise de conjuntura do mercado divulgada pelo ISEB no dia anterior era de caráter técnico e não representava o “posicionamento oficial da entidade e de seus associados”. Abaixo, a nota na íntegra:

¹⁸⁰ MARTELLO, Alexandro. Para baixar juros, governo muda rendimento da poupança. G1, Brasília, 03 mai. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/05/para-baixar-juros-governo-autoriza-corte-no-rendimento-da-poupanca.html>. Acesso em: 20 nov. 2015.

¹⁸¹ FEBRABAN. Informativo Semanal de Economia Bancária. 07 mai. 2012. Disponível em: https://www.febraban.org.br/Noticias1.asp?id_texto=1601. Acesso em: 20 nov. 2015.

¹⁸² MONTEIRO, Tânia. Dilma exige retratação da Febraban e bancos tentam evitar crise com o governo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 mai. 2012. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/dilma-exige-retratacao-da-febraban-e-bancos-tentam-evitar-crise-com-o-governo,111666e>. Acesso em: 20 nov. 2015.

A Febraban e os bancos associados estão comprometidos com a expansão vigorosa e saudável do crédito, que é a razão de ser do sistema bancário, e é fundamento para o desenvolvimento econômico e social do país.

A diretoria de economia da Febraban produz o Informativo Semanal de Economia Bancária-Iseb há quatro anos. A edição 140, divulgada na segunda-feira, 7 de maio, trouxe uma análise da conjuntura do mercado de crédito baseados em dados e estatísticas públicos e na pesquisa sobre expectativas e projeções dos analistas, que não podem ser interpretados como um posicionamento oficial da entidade e de seus associados.

A Febraban reitera sua crença em que um sistema financeiro saudável, ético e eficiente é condição essencial para o desenvolvimento econômico e social sustentável do país e reafirma sua disposição de trabalhar em conjunto com seus associados e o governo em prol do desenvolvimento do país.¹⁸³

Na quarta-feira, 09/05, os presidentes dos dois maiores bancos privados do país, Roberto Setúbal do *Itaú Unibanco* e Luiz Carlos Trabuco do *Bradesco*, em declarações concedidas ao jornal *O Estado de São Paulo*, reiteraram publicamente o apoio de seus bancos ao projeto do governo de redução das taxas de juros. “Revisamos nossas taxas de juros de empréstimos, fizemos ajustes e somos competitivos. Continuaremos ajustando à medida que a Selic (taxa básica de juros) caia”, afirmou ao *Estado* o presidente do *Itaú*, Roberto Setúbal. Trabuco foi mais enfático politicamente:

Nós compartilhamos as preocupações da presidente Dilma com a estrutura de juros do País. Às vezes existem cobranças, que absorvemos com naturalidade. Estamos trabalhando, analisando as opções e caminhos. Nosso esforço está endereçado na meta de reduzir o peso da estrutura do custo de capital para consumo e investimentos.¹⁸⁴

O presidente do Bradesco também declarou apoio à medida governamental de mudança nas regras de rendimento da poupança:

A solução que o governo deu para o rendimento da poupança foi tecnicamente adequada e bem recebida pelos poupadores. Vamos fazer campanhas para ajudar a população entender as novas regras. As novas regras na poupança são corajosas e coerentes com esse cenário de união e esforço pela redução dos juros e ampliação do crédito.¹⁸⁵

Em 22 de maio, quatro dias após o COPOM cortar novamente a taxa Selic (corte de 0,75%, de 9,75% para 9%)¹⁸⁶, já numa temperatura menos elevada após as notas e declarações contemporizadoras dos banqueiros, o Ministério da Fazenda anunciou novo pacote de

¹⁸³ MONTEIRO, Tânia. Dilma exige retratação da Febraban e bancos tentam evitar crise com o governo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 mai. 2012. Disponível em: http://economia.estadao.com.br/noticias/geral_dilma-exige-retratacao-da-febraban-e-bancos-tentam-evitar-crise-com-o-governo.111666e. Acesso em: 20 nov. 2015.

¹⁸⁴ MODÉ, Leandro. Bradesco e Itaú vão cortar taxas de juros. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 mai. 2012. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral.bradesco-e-itaú-vaó-cortar-taxas-de-juros-imp-.870466>. Acesso em: 02 dez. 2015.

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ PUFF, Jefferson. Copom baixa juros em meio a esforços do governo para diminuir custo de crédito. **BBC Brasil**, São Paulo, 18 abr. 2012. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/04/120418_copom_taxa_selic_jp.shtml. Acesso em: 20 nov. 2015

estímulos para aquecer os investimentos e o consumo. No pacote, redução das taxas de juros cobradas nos financiamentos de bens de capital pelo BNDES, redução das alíquotas de IPI incidentes sobre carros e outros veículos automotores, redução da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 2,5% a 1,5% em todas as operações de crédito ao consumidor e redução direcionada dos depósitos compulsórios que os bancos eram obrigados a fazer no Banco Central, da ordem de R\$ 18 bilhões¹⁸⁷ - estas duas últimas medidas, recordemos, estavam entre as vinte reivindicações dos bancos entregues por Murilo Portugal ao Ministério da Fazenda, na polêmica reunião de 10 de abril.

No mesmo dia, a FEBRABAN soltou nota pública de apoio às medidas do governo – iniciativa pouco usual na entidade. De forma muito distinta das reações vacilantes e irônicas apresentadas nas semanas anteriores, em tom enfático e usando palavras expressivas – o que também fugia ao *script* do comportamento discursivo comedido dos banqueiros -, a publicação otimista considerava que as medidas governamentais de estímulo eram “abrangentes, integradas e importantes” e contribuiriam para acelerar o crescimento, expandir o crédito e reduzir o spread bancário. Eis a nota:

A Federação Brasileira de Bancos apoia as medidas econômicas anunciadas ontem pelo governo. As medidas são abrangentes, integradas e importantes, envolvendo estímulos ao consumo, ao investimento e ao crédito através da redução da carga tributária, dos depósitos compulsórios e de taxas de juros para aquisição de bens de capital. Estas medidas contribuirão para acelerar o crescimento, para a expansão do crédito a taxas maiores que o crescimento do PIB e para a continuada redução do spread bancário e do custo das operações de crédito.¹⁸⁸

Do outro lado, a FIESP e os empresários industriais manifestaram apoio à ofensiva do governo para pressionar os bancos privados a reduzirem seus *spreads*.

Em 18 de abril, por exemplo, quando o COPOM reduziu a Selic para 9% ao ano, o presidente da FIESP declarou que o Banco Central estava fazendo a sua parte, e que era hora de os bancos darem sua contribuição, já que a queda dos juros deveria chegar também aos tomadores finais de empréstimos, deveria refletir no barateamento da oferta de financiamentos ao fim da cadeia do crédito: “O Banco Central vem baixando os juros há seis meses. Nesse contexto, os bancos devem baixar a taxa de juros para as pessoas físicas e jurídicas. É preciso estimular o crédito para sustentar o crescimento econômico e a geração de

¹⁸⁷ VILLAVERDE, João; OLIVEIRA, Ribamar; IZAGUIRRE, Mônica; MARCHESINI, Lucas. Pacote pró-PIB quer ampliar consumo e investimento. **Valor Econômico**, São Paulo, 22, mai. 2012. <http://www.valor.com.br/brasil/2669654/pacote-pro-pib-quer-ampliar-consumo-e-investimento>. Acesso em: 20 nov. 2015.

¹⁸⁸ FEBRABAN. Febraban apoia medidas para retomar o crescimento. Nota pública, 22 mai. 2012. Disponível em: http://www.febraban.org.br/Acervo1.asp?id_texto=1635&id_pagina=59&palavra. Acesso em: 20 nov. 2015.

empregos no Brasil”¹⁸⁹. Dias depois, fazendo referência à lucratividade dos bancos brasileiros como um dos fatores causadores do alto preço do dinheiro no país, Paulo Skaf ressaltou que o problema, a distorção, não era o lucro em si, mas sim o lucro excessivo do setor bancário, que acabava comprometendo os demais setores econômicos. Nas palavras do líder industrial,

Lucro não é vergonha. Quando uma empresa tem lucro, é resultado de um bom trabalho. Uma empresa que não tem bom trabalho, tem prejuízo, não tem lucro. Então, você não pode ter vergonha. Porém, no momento em que você tem 30% por ano sobre o patrimônio líquido, isso significa que a cada três anos o patrimônio vai dobrar.¹⁹⁰

O presidente da federação dos industriais cariocas (FIRJAN), Eduardo Gouvêa Vieira, criticou o discurso dos banqueiros que, segundo ele, para justificar os níveis elevados dos *spreads*, focava a argumentação nas questões relativas à inadimplência, aos altos tributos sobre a intermediação financeira, silenciando a respeito das altas taxas de lucro de seu setor como parte do problema: “Os bancos falam que os *spreads* são importantes, parte para a questão de segurança de crédito e parte para lucro. Eles só metem o dedo na questão da segurança do crédito, do lucro não falam”¹⁹¹. Já o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, chamou atenção para o monopólio que alguns poucos bancos exerciam sobre o sistema financeiro brasileiro como sendo uma das causas do alto custo do crédito. “Quando você tem monopólio ou uma situação de mercado estabelecida, você não reduz os preços”, afirmou. Além disso, Andrade disse “apoiar integralmente” a postura ousada do governo, pois tinha “certeza de que os *spreads* podiam ser reduzidos”, afinal, “se os bancos oficiais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal”, tinham condições de cortar seus juros, “os bancos privados certamente também teriam”¹⁹².

Ao longo do segundo semestre de 2012, enquanto o governo continuava a cobrar os bancos por considerar a redução dos *spreads* efetivada até então ainda insuficiente¹⁹³, o Banco

¹⁸⁹ FIESP. Bancos também precisam baixar os juros. Nota pública, 18 abr. 2012. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiespciesp-bancos-tambem-precisam-baixar-os-juros/>. Acesso em: 25 nov. 2015.

¹⁹⁰ EMPRESÁRIOS defenderão medida para inibir investimentos na poupança. UOL, 02 mai. 2012. Disponível em: <http://m.terra.com.br/noticia?n=9109490b3f731410VgnCLD200000bbcecb0aRCRD>. Acesso em: 25 nov. 2015.

¹⁹¹ Ibid.

¹⁹² ALVES, Murilo Rodrigues; RESENDE, Thiago; RITTNER, Daniel. CNI defende pressão do governo contra bancos para redução dos *spreads*. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 abril 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2615492/cni-defende-pressao-do-governo-contrabancos-para-reducao-dos-spreads>. Acesso em: 25 nov. 2015.

¹⁹³ SAFATLE, Claudia; SIMÃO, Edna. Para Fazenda, bancos ainda não fizeram o bastante. **Valor Econômico**, Brasília, 09 ago. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2781752/para-fazenda-bancos-ainda-nao-fizeram-o-bastante>. Acesso em: 25 nov. 2015.

Central liberou mais uma importante parcela dos depósitos compulsórios¹⁹⁴ e deu continuidade à queda da Selic, até levá-la ao patamar de 7,25% a.a. em outubro, menor taxa existente no país desde a implantação do sistema de metas de inflação, no segundo governo de FHC.

O governo, por sua vez, continuou a caminhar na direção desenvolvimentista proposta pela agenda propugnada pelo empresariado industrial. Além de reduzir os juros, o governo interviu na flutuação da taxa de câmbio para induzir a desvalorização do real: da taxa de R\$ 1,65 por dólar que herdou de Lula ao final de 2010, Dilma levou a moeda brasileira para girar em torno de R\$ 2,00, R\$ 2,10 por dólar naquele período. A FIESP, ainda que considerasse insuficiente a desvalorização levada a cabo, pois na avaliação da entidade empresarial paulista o câmbio ideal deveria estar naqueles dias entre R\$ 2,30 e R\$ 2,50¹⁹⁵, classificou como “corajosas”, de uma “velocidade surpreendente” e na “direção correta” as medidas adotadas por Dilma para tentar proteger o mercado interno dos importados e devolver competitividade aos manufaturados brasileiros¹⁹⁶.

Em consonância com as medidas macroeconômicas, na política industrial, o governo lançou em junho o “PAC de Equipamentos - Programa de Compras Governamentais”, aumentando o orçamento das compras de maquinário, materiais de transporte e medicamentos do Estado brasileiro, como forma de estimular a indústria e a economia nacional¹⁹⁷. Em agosto, como primeira etapa do chamado “Programa de Investimento em Logística” (PIL), foi lançado um pacote de concessões para incentivar o investimento privado em infraestrutura, que previa a aplicação de R\$ 133 bilhões na construção e reforma de ferrovias e rodovias federais¹⁹⁸.

¹⁹⁴ IZAGUIRRE, Mônica; ALVES, Murilo Rodrigues. BC flexibiliza compulsórios e libera R\$ 30 para o sistema bancário. **Valor Econômico**, Brasília, 14 set. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2830870/bc-flexibiliza-compulsorios-e-libera-r-30-bi-para-o-sistema-bancario>. Acesso em: 25 nov. 2015.

¹⁹⁵ MACHADO, Tainara. Câmbio ideal estaria entre R\$ 2,30 e R\$ 2,50, estima diretor da FIESP. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 nov. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2917810/cambio-ideal-estaria-entre-r-230-e-r-250-estima-diretor-da-fiesp>. Acesso em: 25 nov. 2015.

¹⁹⁶ WATANABE, Marta. Câmbio ajuda a reduzir fatia dos importados. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 nov. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2901506/cambio-ajuda-reduzir-fatia-dos-importados>. Acesso em: 25 nov. 2015. LEO, Sérgio. Fiesp apoia política de flutuação ‘suja’ do câmbio. **Valor Econômico**, 25 out. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2879330/fiesp-apoia-politica-de-flutuacao-suja-do-cambio>. Acesso em: 25 nov. 2015.

¹⁹⁷ SOUZA, Yvna; SIMÃO, Edna; VILLAVEVERDE, João. Governo anuncia compras de R\$ 8, 43 bilhões em equipamentos. **Valor Econômico**, Brasília, 27 jun. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2730114/governo-anuncia-compras-de-r-843-bilhoes-em-equipamentos>. Acesso em: 25 nov. 2015

¹⁹⁸ AMATO, Fábio; MENDES, Priscilla. Governo lança pacote de concessão de R\$ 133 bi para rodovias e ferrovias. **G1**, Rio de Janeiro, 15 ago. 2012. Disponível em:

Em setembro, atendendo a já tradicional reivindicação de redução do custo da energia elétrica, insistentemente apresentada pela FIESP¹⁹⁹, o governo enviou para o Congresso Nacional a Medida Provisória 579, que previa a mudança do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, alterando as regras do jogo para a renovação das concessões dos serviços do setor para as empresas concessionárias, para assim baratear em 20% as tarifas da eletricidade para os consumidores e em até 28% para o setor produtivo, a partir de 2013. As reações dos interesses afetados pela MP apareceram. O fundo de investimento norueguês, *Skagen*, que possuía participação no valor de R\$ 1,3 bilhão na Eletrobrás no início de 2012, e viu com a medida sua participação ser reduzida para R\$ 740 milhões, por exemplo, declarou ao jornal britânico *Financial Times* que interpretava a ação do governo brasileiro como “nacionalização de propriedade, parecido com o que era visto na Argentina e na Venezuela”²⁰⁰. Além disso, as ações da *Eletrobrás* na Bolsa de Valores de São Paulo, nos dois meses que se seguiram ao anúncio da medida provisória, perderam 58% do seu valor de mercado²⁰¹.

Diante das críticas, os industriais saíram em defesa do governo. Em 23 de novembro, a FIESP publicou anúncios de página inteira em vários dos maiores jornais de circulação do país. Com o título “Sua conta de luz pode baixar muito a partir de janeiro. Mas tem gente jogando contra”, a entidade dos industriais paulistas criticava o “lobby para atender os interesses de algumas poucas estatais, que enriqueceram à custa de uma cobrança injusta na conta de luz”, definia a MP como “uma conquista” que iria “injetar R\$ 24 bilhões por ano no bolso do consumidor brasileiro, valor maior que o Bolsa Família” e cobrava dos deputados e senadores a aprovação da medida provisória²⁰². O diretor do departamento de infraestrutura da entidade paulista, Carlos Cavalcanti, resumiu em uma frase o motivo do apoio dos

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/08/governo-lanca-pacote-de-r-133-bilhoes-para-rodovias-e-ferrovias.html>. Acesso em: 25 nov. 2015.

¹⁹⁹ Em 2011, para pressionar o governo a reduzir o preço da energia elétrica, a FIESP lançou a campanha “Energia a preço justo”. Ver: FIESP. FIESP lança campanha ‘Energia a preço justo’. 18 ago. 2011. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/fiesp-lanca-campanha-energia-a-preco-justo/>. Acesso em: 25 nov. 2015.

²⁰⁰ FUNDO norueguês reduz participação na Eletrobrás, e compara Brasil com Venezuela. UOL, 27 nov. 2012. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/27/fundo-noruegues-reduz-participacao-na-eletobras-e-compara-brasil-com-venezuela.htm>. Acesso em: 25 nov. 2015.

²⁰¹ ELETROBRÁS desaba 20% e tem pior queda de sua história; Bovespa perde 0,37%. UOL, 22 nov. 2012. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/cotacoes/ultimas-noticias/2012/11/21/eletrobras-desaba-20-e-tem-pior-queda-de-sua-historia-bovespa-perde-037.jhtm>. Acesso em: 25 nov. 2015.

²⁰² CONCEIÇÃO, Ana. Em jornais, Fiesp defende aprovação da MP do setor elétrico. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 nov. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2915066/em-jornais-fiesp-defende-aprovacao-da-mp-do-setor-eletrico>. Acesso em: 25 nov. 2015.

empresários ao governo. Nas palavras dele, "a presidente seguiu a cartilha da Fiesp"²⁰³. Como estamos demonstrando ao longo deste capítulo, esta frase não valia apenas para a reforma do setor elétrico. Valia também para sintetizar o caminho da política econômica adotada pelo governo Dilma desde meados de agosto de 2011.

Benjamin Steinbruch, presidente da *Companhia Siderúrgica Nacional* (CSN) e vice-presidente da FIESP, em artigo intitulado “Um país diferente”, publicado na *Folha de São Paulo* (09/10), dava mostras do espírito com que a elite do empresariado industrial avaliava a condução governamental da economia de Dilma. No texto, depois de introdução na qual fazia referência ao Brasil como sendo o “campeão mundial de juros”, um “país que durante muitos e muitos anos, privilegiou os investimentos financeiros”, onde “quem aplicava o dinheiro no mercado financeiro tinha ganhos bem superiores à taxa de inflação”, o empresário aplaudiu a novidade positiva representada pela atitude do governo Dilma de “finalmente” tentar “levar o país para a era dos juros civilizados” e criticou a resistência do setor financeiro em cooperar com tal objetivo:

Num belo dia, porém, alguém acendeu uma luz e o discurso já cansativo e repetitivo dos empresários começou a ser melhor observado. A jabuticaba dos juros desse país diferente não poderia continuar para sempre. A taxa básica começou então a ser cortada pelas autoridades monetárias. Em pouco mais de um ano, a taxa foi reduzida de 12,5% ao ano para 7,5% ao ano. Deixou de ser a mais alta do mundo, mas continuou ainda distante das demais taxas internacionais, muitas delas próximas de zero.

Hoje, tudo indica que esse país está finalmente entrando na era dos juros civilizados. A batalha atual é para convencer o setor financeiro a reduzir a diferença entre as taxas que paga ao captar recursos e as que cobra ao emprestar-los, que os financistas chamam de spread. Ou seja, que os bancos passem a adotar *juros civilizados* também na oferta de crédito a pessoas físicas e jurídicas. Até a presidente da República se envolveu nessa cruzada, fazendo críticas diretas às taxas de juros dos cartões de crédito. O ministro da Fazenda chamou-as de "escorchantes".

A palavra parece apropriada. Sob crítica, as instituições financeiras começaram a baixar os juros dos cartões. Mas elas continuam ainda bastante elevadas, muitas em torno de 300% ao ano. Só para se ter uma ideia, entre os países vizinhos desse país diferente, a mais alta taxa é de 55% ao ano. Os países mais distantes, mais ricos, têm taxa anual equivalente à mensal desse país diferente.²⁰⁴

Além do esforço para reduzir os juros, Steinbruch também enalteceu as demais medidas econômicas do governo para estimular o investimento na produção e no emprego, e concluiu o artigo com a previsão de que o Brasil estava caminhando para se tornar um país em

²⁰³ LEO, Sérgio. Industriais com Dilma na disputa elétrica. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 nov. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2916532/industriais-com-dilma-na-disputa-eletrica>. Acesso: 25 nov. 2015.

²⁰⁴ STEINBRUCH, Benjamin. Um país diferente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 out. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/70974-pais-diferente.shtml>. Acesso em: 26/11/2015.

que os “rentistas” perderiam seus privilégios e teriam que “arregaçar as mangas” e “correr mais riscos”.

Além de reduzir juros, outras medidas vêm sendo tomadas pelo governo desse país diferente para diminuir custos de produção, como desoneração de folhas de pagamentos e cortes de impostos.

É uma tendência muito bem-vinda, porque ela vai estimular exatamente o que esse país mais precisa: investimentos de médio e de longo prazo. Aumentar o investimento é crucial para que o objetivo maior do crescimento da produção e do emprego seja ali cumprido, sem estímulo inflacionário.

Em breve, se a tendência continuar, chegará a hora da verdade para que esse país deixe de ser diferente. Nele, certamente continuará sendo possível “viver de renda”, como diziam os antigos.

Mas a vida, nesses casos, será menos tranquila, porque os ganhos reais cairão, como em qualquer lugar do mundo. Quem quiser obter rendimentos mais elevados terá de arregaçar as mangas, investir em operações produtivas de longo prazo e correr mais riscos. Será um país igual aos outros. Ou, no mínimo, menos diferente.²⁰⁵

Depois de um segundo semestre de silêncio público dos banqueiros, em dezembro, o presidente do principal banco privado do país voltou a se manifestar na imprensa. Em longa entrevista concedida à *Folha de São Paulo*, Roberto Setúbal discorreu sobre diversas temáticas, entre elas, a conjuntura econômica brasileira, a política econômica de Dilma e a polêmica em torno da redução dos *spreads*.

Quando perguntado sobre o momento econômico do país, que, naquele momento, continuava desaquecendo, a despeito das medidas de estímulo implantadas pelo governo, Setúbal ressaltou o impacto negativo da queda da demanda internacional e do valor das *commodities* agrícolas, o que impactava diretamente no motor do crescimento experimentado pelo Brasil na década petista, e apontou que o país chegara ao limite do modelo de crescimento por via de expansão creditícia:

O Banco Central, lá atrás, quando vinha subindo os juros e numa reunião para outra começou a reduzir, sem nem um período de estabilidade, ficou clara a sinalização de uma desaceleração econômica forte, e o governo, a partir dali, tomou uma série de medidas para estimular a economia. E, surpreendentemente, a economia não reagiu como deveria reagir. Está todo mundo querendo ainda entender o que está acontecendo. Primeiro tem a conjuntura mundial. O mundo chegou a crescer por alguns anos na década passada cerca de 5% ao ano e neste ano vai ficar por volta de 3%, talvez até abaixo. Um dos fatores de desaceleração foi esse. Acho que o Brasil particularmente teve dois fatores que foram muito importantes na década passada que ajudaram a economia a vir naquele ritmo mais forte de crescimento e que não estão mais presentes neste momento. O primeiro é *commodities*: a desaceleração do mundo tem como consequência um arrefecimento na demanda de *commodities* e no próprio preço das *commodities*, que tinham sido um impulso importante na década passada. Outro fator importante é que saímos de uma economia com um baixo nível de crédito para uma de já de um nível razoável de crédito, especialmente ao consumidor, que nada mais é que uma antecipação de demanda, uma aceleração da demanda. E hoje estamos num nível de crédito razoável, o nível de endividamento está em patamares que não permite mais o mesmo nível de

²⁰⁵ Ibidem.

crescimento. Vamos continuar crescendo em crédito, mas não será um fator tão favorável como foi na década passada.²⁰⁶

Sobre a inflação, o banqueiro do *Itaú* disse não acreditar em descontrole, mas chamou atenção para a necessidade de o país não se acomodar com a taxa perto dos 6%. Inflação mais baixa, argumentou, produziria estabilidade, diminuiria incertezas e riscos, e aumentaria a confiança do empresariado para investir:

Tem que estar sempre atento [à inflação]. Não preocupa no sentido de que vá sair do controle, mas tem que manter uma atenção permanente. Não deveríamos estar satisfeitos com 5,5% de inflação. Deveríamos estar de fato buscando inflações menores. Entendo que o Brasil ainda tem algumas dificuldades de indexação da economia, alguns processos mais complicados, mas uma inflação menor tornaria a economia brasileira mais produtiva, mais competitiva. Inclusive com um evidente benefício para o trabalhador. Toda incerteza é ruim do ponto de vista da economia. Quanto mais certezas o empresário tem em relação ao cenário, mais capacidade ele tem de planejar, de tomar decisão. Quanto mais estabilidade no cenário macroeconômico, quanto mais certeza sobre as regras do jogo, melhor para tomada de decisão, porque reduz o risco.²⁰⁷

Questionado a respeito do embate entre bancos e governo em torno da polêmica sobre a redução dos *spreads*, Setúbal ressaltou que o sistema financeiro estava aberto ao diálogo, mas voltou a utilizar os argumentos apresentados pelo presidente da FEBRABAN, Murilo Portugal. Os *spreads* dos bancos brasileiros eram sim elevados em relação aos padrões internacionais, reconheceu, mas isto, ao contrário do que pensava a maioria das pessoas, não decorria de qualquer privilégio econômico do setor nem do desejo das instituições financeiras, mas sim de fatores sistêmicos como o elevado custo operacional do sistema bancário do país. Além disso, pediu *racionalidade* no debate sobre a questão e relativizou o desempenho da lucratividade dos bancos brasileiros.

O Brasil tem várias questões, muitos problemas, pontos que às vezes são muito diferentes de como é lá fora. Quanto mais normal o Brasil vai ficando, e evoluímos muito nos últimos anos, quanto mais as pessoas viajam para fora e têm mais referências, mais se compara o país com outros. Isso é mais barato aqui, isso é mais barato lá fora. É evidente que no Brasil, quando se fala de spread, a taxa de juros, mesmo com toda a queda, ainda é muito alta comparada com a lá de fora. Há uma série de razões para isso.

O sistema financeiro está totalmente aberto a dialogar, encontrar soluções, construir o que for necessário, razoável, vamos trabalhar para isso. Sou o primeiro da fila para isso. Mas o sistema financeiro é uma coisa complexa, embora os preços sejam relativamente elevados no Brasil, posso te afirmar com muita segurança que o retorno que os bancos têm no país não são altos comparados com o resto do mundo, comparados com o custo de capital, por uma série de razões.

Mas os bancos são empresas muito grandes. Fora as estatais e talvez a Vale do Rio Doce, os bancos são as maiores empresas do país, os números são muito grandes. O

²⁰⁶ SETÚBAL, Roberto. Entrevista com Roberto Setúbal, presidente do Itaú. [Entrevista disponibilizada em 23 dez. 2012, Folha de São Paulo]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2012/12/1205499-leia-a-integra-da-entrevista-com-roberto-setubal-presidente-do-itaui.shtml>. Entrevista concedida a Ana Estela de Souza. Acesso em: 26 nov. 2015.

²⁰⁷ Ibidem.

lucro do Itaú, R\$ 14 bilhões, são números muito grandes, reconheço. Mas isso não quer dizer que a lucratividade seja grande. E naturalmente as pessoas têm uma certa dificuldade de entender termos como custo de capital, retorno sobre patrimônio líquido. Em sendo grande, tudo será grande, mas o que é grande? O que é pequeno? O que é razoável? Os bancos estão abertos a discutir isso dentro da racionalidade. O spread bancário tem que cobrir três coisas: o custo operacional, e aí nós como qualquer empresa temos que buscar eficiência, reduzir custos, melhorar, e estamos todos procurando fazer a lição de casa para ganhar produtividade. O segundo aspecto que o spread tem que cobrir é a perda de crédito. Quando fazemos um empréstimo, sei que uma parte não vai pagar, mas preciso ter mais capacidade de perder menos.²⁰⁸

Também em dezembro, porém, contrastando com a moderação das declarações públicas de Setúbal, um novo fato político escancarou a avaliação crítica sobre o modelo heterodoxo de Dilma/Mantega que começava a se difundir em uma parcela importante do sistema financeiro internacional.

A revista britânica *The Economist*, tradicional porta-voz dos círculos da alta finança mundial, ao repercutir o baixo crescimento do PIB brasileiro no terceiro semestre daquele ano (0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo o IBGE), afirmou, em agressivo editorial intitulado “Uma quebra de Confiança”²⁰⁹, que Dilma parecia acreditar que o Estado deveria “direcionar as decisões sobre investimento privado”, citando a pressão do governo para os bancos reduzirem seus *spreads* e as mudanças nas regras de concessão de serviços do setor elétrico. “O problema é que a própria presidente é a interventora-chefe”, criticou a revista. Indo ainda mais longe, a *The Economist* avaliou que seria um erro o Banco Central reagir aos números negativos da economia com novos cortes de juros ao invés de focar o ataque em problemas como as rígidas leis trabalhistas brasileiras, e; por fim, a revista pediu explicitamente a demissão do ministro da Fazenda, Guido Mantega – “cujas previsões exageradamente otimistas implicaram a perda de confiança dos investidores” -, e sua substituição por um ministro e uma equipe econômica “capazes de conquistar a confiança do mercado”²¹⁰. Vendo o fenômeno de uma perspectiva política mais ampla: uma fração importantíssima do sistema financeiro internacional considerava a política econômica de Dilma excessivamente intervencionista, pedia o retorno da restrição monetária e a troca de ministro da fazenda.

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ A breakdown of trust. **The Economist**, 08 dez. 2012. Disponível em: <http://www.economist.com/news/leaders/21567942-if-she-wants-second-term-dilma-rousseff-should-get-new-economic-team-breakdown-trust>. Acesso em: 26 nov. 2015.

²¹⁰ BECK, Márcio. The Economist defende demissão de Mantega e da equipe econômica. **O Globo**, 06 dez. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/the-economist-defende-demissao-de-mantega-da-equipe-economica-6958698>. Acesso em: 26 nov. 2015.

Dilma reagiu. Afirmou que em hipótese alguma iria levar em consideração a “sugestão” da *The Economist* para que demitisse Mantega, defendeu o desempenho da economia brasileira e disse ironicamente que o motivo das críticas da revista era a redução da taxa de juros, que representava fim do “peru de natal” brasileiro:

E tudo isso [as críticas da *The Economist*] se dá porque os juros caíram no Brasil, e caíram porque não podiam cair aqui, porque como dizia um economista antigo nosso, aqui tinha que ser o último Peru de Ação de Graças, mas como aqui a gente não comemora Ação de Graças, vou chamar de Peru de Natal.²¹¹

Enquanto a *The Economist* pedia sua cabeça e a presidente o defendia, Guido Mantega publicou no jornal *Valor Econômico*, nos últimos dias de 2012, importante artigo intitulado “O primeiro ano da nova matriz econômica”, no qual listava, explicava e justificava as medidas heterodoxas que vinham sendo por ele implementadas. Classificando o momento econômico vivido pelo país naqueles dias como “mudança estrutural”, o ministro afirmava que, depois da “estabilização de preços promovida pelo Plano Real, da revolução inclusiva e distributiva a partir de 2003 e da mudança de patamar de crescimento econômico a partir de 2006”, a nova transformação fundamental levada a cabo por Dilma era “a colocação das taxas de juros em níveis normais para uma economia sólida e com baixo risco”. Isto porque, a despeito das substanciais melhorias experimentadas pelo Brasil na década lulista, “os juros ainda vinham se sustentando em níveis excessivamente elevados ao longo do tempo”, uma “anomalia que não se justificava, apesar das inúmeras tentativas de explicação por parte de diferentes correntes de economistas”. Estes juros elevados, continuava Mantega, estavam na gênese de outras duas grandes distorções da economia brasileira, a saber, o *câmbio valorizado* (afinal juros elevados atraíam capital externo para a arbitragem, valorizando o real e diminuindo a competitividade da produção industrial brasileira) e a *carga fiscal elevada* (pois os juros pressionavam para cima a dívida pública, exigindo que o governo arrecadasse mais impostos para cobri-la). Esta tríade monetária-cambial-fiscal que “conspirava para prejudicar a produção”, criava uma situação na qual

[...] o sistema financeiro deixava de ser meio para viabilizar a produção e o consumo para se tornar um fim em si mesmo, e proporcionar sua maior lucratividade. Ao invés de a riqueza ser direcionada para o empreendedorismo, inovação, investimentos na indústria, agropecuária e serviços, enfim, para a ampliação da produção nacional e da nossa capacidade de oferta, ela ficava retida no sistema

²¹¹ GAMA, Júnia. Dilma diz que não vai demitir o ministro Guido Mantega. **O Globo**, 07 dez. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/dilma-diz-que-nao-vai-demitir-ministro-guido-mantega-6968263>. Acesso em: 26 nov. 2015.

financeiro nacional, em busca do ganho fácil proporcionado pelas aplicações financeiras.²¹²

Essa situação distorcida, que privilegiava os interesses do sistema financeiro em detrimento da produção, começou a mudar, nas palavras do ministro, quando o governo Dilma resolveu eleger como um de seus principais objetivos “dar um salto de competitividade na economia brasileira, sem abrir mão de se manter na rota da inclusão social e da redução da desigualdade trilhada nos anos precedentes”. Como passos concretos na direção deste “salto de competitividade”, Mantega citou: a redução da taxa Selic em cinco pontos percentuais, levando a taxa real de juros para um patamar abaixo de 2% ao ano; a intensificação das atuações do BC no mercado de câmbio, de forma a reverter a sobrevalorização do real, o que contribuiu para levar o dólar para um patamar acima da casa de R\$ 2,00; e a redução da carga tributária, através de desonerações que chegaram a R\$ 45 bilhões em 2012, beneficiando quinze setores produtivos. Todas estas três importantes medidas, lembremos, eram as reivindicações fundamentais pleiteadas pela FIESP para reduzir o chamado “custo Brasil”. A “nova matriz econômica” era, portanto, um aceno claro à pauta política defendida pelas elites do empresariado industrial do país.

Triunfantemente, o ministro projetou o sucesso da “Nova Matriz”:

Um mundo novo de oportunidades vai surgir para aqueles que querem ver seu capital se expandir, mas, desta vez, capitaneado pela produção. A atividade financeira vai se adaptar e encontrar os caminhos da rentabilidade apoiando a atividade produtiva. A era do ganho fácil e sem risco ficou para trás, apesar do choro e ranger de dentes dos poucos que se beneficiavam dessa situação.

A tendência é que, em 2013, já comecemos a ver mais claramente os frutos disso na economia. O mercado de capitais tende a florescer, impulsionando ativos financeiros ligados a produção, como debêntures, Fdics e outros produtos financeiros direcionados para o setor privado. O mercado de ações terá mais dinamismo e se fortalecerá como fonte de capital para as empresas poderem expandir seus negócios. O mercado imobiliário, que, estimulado pelas políticas do governo, deu um salto nos últimos anos, também será impulsionado pela nova realidade econômica brasileira. Na busca de melhorar a rentabilidade de seu capital, os investidores privados vão colocar à disposição das empresas recursos que levarão à expansão da oferta na economia, geração de empregos e mais renda, reforçando o combate à desigualdade no país.

Temos certeza que essa estratégia será bem sucedida e garantirá um maior e mais sustentável dinamismo de longo prazo para a economia brasileira. Mas leva algum tempo para que essa revolução promovida por nós tenha seus efeitos plenos. São os custos e paradoxos da transição.²¹³

O texto de Mantega nos dá uma clara imagem do espírito confiante e da avaliação otimista que caracterizavam o governo Dilma naquele final de 2012/início de 2013, na metade

²¹² MANTEGA, Guido. O primeiro ano da nova matriz econômica. **Jornal GGN**, Brasília, 22 dez. 2012. Disponível em: <http://jornalgggn.com.br/blog/luisnassif/o-primeiro-ano-da-nova-matriz-economica-por-mantega>. Acesso em: 22 nov. 2015.

²¹³ Ibid.

do mandato. A adoção de uma agenda pró-produção parecia ser o traço destinado a marcar na história aquela gestão presidencial. Dilma finalmente tinha uma conquista para chamar de sua, para além da sombra de ser “apadrinhada de Lula”.

Foi com esse espírito que a presidente voltou à cadeia nacional de rádio e TV, em 23 de janeiro de 2013, para anunciar aos brasileiros a nova vitória política do governo: a assinatura que colocava em vigor a MP 579 (aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro), estabelecendo novas regras para as concessões do setor elétrico, aumentando o percentual de redução das tarifas de conta de luz (redução de 18% para consumidores domésticos e de 32% para o setor produtivo) e antecipando a data para entrada em vigor da medida²¹⁴. No discurso, contextualizando a redução dos custos no interior do modelo econômico então em execução e conectando as medidas que visavam beneficiar a indústria às medidas sociais que beneficiavam os mais pobres, Dilma sentenciou:

É a primeira vez que isso [redução na conta de luz] ocorre no Brasil, mas não é a primeira vez que o nosso governo toma medidas para baixar o custo, ampliar o investimento, aumentar o emprego e garantir mais crescimento para o país e bem-estar para os brasileiros. Temos baixado juros, reduzido impostos, facilitado o crédito e aberto, como nunca, as portas da casa própria para os pobres e para a classe média. Ao mesmo tempo, estamos ampliando o investimento na infraestrutura, na educação e na saúde, e nos aproximando do dia em que a miséria estará superada no Brasil.²¹⁵

Naquela quadra histórica, com o anúncio da reforma do setor elétrico, o governo parecia colocar a cereja no bolo da ofensiva neodesenvolvimentista a que dera início dezessete meses antes, em agosto de 2011, e acelerado e incrementado ao longo de 2012. Recapitulemos as principais medidas e ações contidas nessa “nova matriz econômica”:

1. O governo reduziu a taxa básica de juros de 12,25% para 7,25% - a taxa de juro real (taxa Selic menos taxa de inflação) chegou, em fins de 2012, a menos de 1%, seu menor patamar histórico²¹⁶;
2. Sob pressão política do governo e dos bancos públicos, os bancos privados reduziram suas taxas de spreads, o que os levou a reduzirem em cerca de 20% seus ganhos com juros²¹⁷;

²¹⁴ PERES, Bruno. Com ajuda do Tesouro, Dilma eleva percentual de redução na conta de luz. **Valor Econômico**, 24 jan. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2981914/com-ajuda-do-tesouro-dilma-eleva-percentual-de-reducao-na-conta-de-luz>. Acesso em: 27 nov. 2015.

²¹⁵ BRASIL. Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, sobre redução da tarifa de energia elétrica. 23 jan. 2013. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-sobre-reducao-da-tarifa-de-energia-eletrica>. Acesso em: 27 nov. 2015.

²¹⁶ Para acessar os dados dos juros reais, ver SOUZA, Paulo Donizetti de. Taxa real de juros é a menor da história. **Rede Brasil Atual**, 18 abr. 2013. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2013/04/taxa-real-ainda-e-a-menor-da-historia-mas-mercado-ainda-pressiona-por-alta>. Acesso em: 30 nov. 2015.

3. Com intervenções do Banco Central na flutuação da taxa de câmbio, *o real foi desvalorizado*, indo de R\$ 1,65 por dólar, no início do mandato de Dilma, para algo em torno de R\$ 2,05, entre o final de 2012 e início de 2013 (desvalorização de cerca de 19,5%);
4. Através de instrumentos como aumento das alíquotas de IOF sobre investimentos estrangeiros em portfólio, imposição de recolhimento compulsório sobre posições vendidas pelos bancos no mercado de câmbio à vista e regulação de operações com derivativos, o governo implantou o *controle de capitais*, visando conter operações especulativas na economia brasileira;
5. Manutenção e expansão do *Programa de Sustentação do Investimento (PSI)*, com o BNDES recebendo aporte de R\$ 400 bilhões do Tesouro Nacional para sua robusta linha de crédito subsidiado oferecido para financiamento dos investimentos das empresas escolhidas para serem as “campeãs nacionais”²¹⁸;
6. Estímulos e proteção para a indústria nacional, com o lançamento de programas como o *Programa Brasil Maior* e o *Programa de Compras Governamentais*. Vale destacar aqui, por sua grande importância, as *desonerações* oferecidas pelo governo para a indústria reduzir seus custos tributários, destacando-se nesse contexto a *desoneração da folha de pagamentos*, que no início começou atingindo quinze setores intensivos em mão-de-obra, mas que depois, em 2014, chegaria a atingir 42 setores. Além disso, para proteger o mercado interno o governo adotou medidas como, por exemplo, o aumento do IPI sobre veículos importados, e para estimular o consumo de bens duráveis, reduziu o IPI sobre produtos da linha “branca” (eletrodomésticos). Tais desonerações e estímulos, que entre 2011 e 2012 já representavam R\$ 48,16 bilhões a

²¹⁷ LOMBARDI, Matheus. Pressionados, bancos reduzem ganhos com juros em 20% em um ano. **UOL Economia**, 15 mai. 2013. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/15/spread-bancos.htm>. Acesso em: 30 nov. 2015.

²¹⁸ Entre as empresas cujos investimentos foram financiados pelos juros subsidiados do BNDES, estavam entre as mais importantes, além de estatais como PETROBRAS, EMBRAER e ELETROBRAS, grandes capitais privados como, por exemplo, no setor de mineração e siderurgia, a Companhia VALE, a GERDAU Açominas S.A, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); empreiteiras como a Odebrecht, Camargo Corrêa, OAS, UTC Engenharia; a empresa gigante do setor de bebidas, AMBEV; empresas de processamento de alimentos como a JBS Friboi, Sadia S.A. e Perdigão Agro-Industrial S.A; empresas do setor automobilístico, entre elas, FIAT, Mercedes Bens do Brasil, Volkswagen do Brasil; além de outras importantes empresas espalhadas por diversos setores da economia, como a BRASKEN, a América Latina Logística (ALL), a Votorantim Celulose e Papel S.A., a Tim Celular S.A, a TAM Linhas Aéreas S.A., Lojas Americanas S.A., Lojas Riachuelo S.A., etc.

menos na arrecadação do governo federal, chegariam ao final dos quatro anos do governo Dilma, em 2014, ao montante de R\$ 222,46 bilhões²¹⁹;

7. Plano para a Infraestrutura, com o lançamento do *Plano de Investimento em Logística (PIL)* - pacote de concessões para incentivar o investimento privado em construção e reformas de rodovias e ferrovias.

Diante do fim do ciclo de valorização das *commodities*, que ficou mais claro a partir da metade de 2011, quando os efeitos rastejantes da crise econômica internacional chegaram com mais força à União Europeia e à China, o governo Dilma implementou uma agenda de *forte ativismo estatal*, buscando *retomar o crescimento por via da reindustrialização do país*. No conjunto, essa série de medidas de estímulos objetivava reduzir aquilo que os industriais chamam de “custo Brasil” – juros e impostos altos, real valorizado, infraestrutura precária.

Se por um lado, com a ofensiva neodesenvolvimentista, atendia aos reclames do empresariado industrial, por outro, Dilma comprava briga com o setor financeiro, aumentava o papel interventor do Estado na economia²²⁰, flexibilizava o tripé-macroeconômico neoliberal e o sistema de metas de inflação (afinal, politizou a redução dos juros, flexibilizou a busca pelo centro das metas de inflação, interviu na flutuação cambial e afrouxou a política de superávit fiscal - o superávit primário de 2012 foi de 2,38% do PIB, aquém da meta de 3,1% estipulada para aquele ano, uma queda de 5,3% em relação ao superávit realizado em 2011²²¹). Assim, ao caminhar em direção à pauta política dos industriais, Dilma flexibilizou fortemente as bases do modelo neoliberal, contrariando os elementos fundamentais da agenda propugnada pelo empresariado do setor financeiro, mesmo que esta contrariedade ainda não aparecesse explicitamente nos discursos e na retórica das principais lideranças nacionais deste setor - no âmbito internacional, as matérias e editoriais de publicações como a *The Economist*

²¹⁹ VILLAS BÔAS, Leonardo Souza Bruno. Dilma deu R\$ 458 bilhões em desonerações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 nov. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1678317-dilma-deu-r-458-bilhoes-em-desoneracoes.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2015.

²²⁰ As críticas ao crescente intervencionismo do governo Dilma, aliás, não ficaram restritas ao editorial da *The Economist* publicado em dezembro de 2012 (antes citado). Em março de 2013, foi a vez de outra importante publicação vocalizadora das opiniões do sistema financeiro internacional, o *Financial Times*, denunciar as ‘medidas intervencionistas’ do governo brasileiro, que estava, segundo o texto da publicação, se “intrometendo em vários setores, desde energia a telecomunicações, numa mistura de incentivos e punições, com ações que vão desde incentivos tributários a medidas para forçar os produtores a baixar os preços”. Ver FINANCIAL TIMES põe em xeque ‘intervencionismo’ brasileiro. BBC Brasil, 26 mar. 2013. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130326_intervencionismo_brasil_ft_press_rw. Acesso em: 30 nov. 2015.

²²¹ IZAGUIRRE, Mônica; ALVES, Murilo Rodrigues. Superávit primário chegou a 2,38% do PIB no ano passado. **Valor Econômico**, 30 jan. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2989632/superavit-primario-chegou-238-do-pib-no-ano-passado>. Acesso em: 30 nov. 2015.

e o *Financial Times* já davam a tônica da percepção que se difundia no sistema financeiro sobre o ativismo estatal brasileiro então em voga.

Além disso, não bastando o desgaste político resultante do ativismo estatal pró-industrialização, os efeitos econômicos que o governo esperava obter com as medidas de estímulo ao setor produtivo não apareciam. O PIB brasileiro, por exemplo, fechou 2012 com baixo crescimento, 0,9%, pior desempenho desde 2009, quando, no auge da crise internacional, a economia brasileira teve retração de 0,3%. O PIB da indústria, apesar de todos os estímulos, caiu 0,8% em 2012 (em relação a 2011)²²².

Por fim, e da mais alta gravidade para a estratégia governamental, a taxa de investimento (Formação Bruta de Capital Fixo/PIB), encerrou 2012 em 18,1% do PIB, uma inferioridade de 4% em relação à taxa de 19,3% registrada em 2011²²³. Esta retração do investimento jogava um importante questionamento no ar: por que, apesar da redução dos juros, da desvalorização do real, das desonerações, da proteção e da redução do custo da energia, os empresários não aumentavam o investimento de capital na economia brasileira? Ainda no final de 2012, o economista de conhecida proximidade com o empresariado industrial paulista e interlocutor econômico da presidente Dilma, Delfim Neto, em seu artigo “Voltarão dos Investimentos?”, tentou dar uma resposta a esta questão. Diante dos números “decepcionantes” do PIB brasileiro e da “tragédia” da queda contínua dos níveis de investimento, Delfim constatou a não efetividade das medidas de estímulo adotadas até aquele momento para acordar o “espírito animal” dos empresários:

O problema é que nem a bem-sucedida política de queda da taxa de juros real, nem o controle do movimento de capitais, que levou a uma recuperação da taxa de câmbio, nem os incentivos fiscais, alguns da maior importância no longo prazo, como é o caso da desoneração da folha de salários, nem o excepcional esforço através do BNDES, nem os estímulos à inclusão social, que asseguraram um aumento da demanda, foram capazes de mobilizar os investidores privados.²²⁴

A explicação para esta não efetividade, segundo Delfim, estava na dificuldade de comunicação entre os agentes do setor público e do setor privado, entre governo e empresários, o que por sua vez gerava desconfiança, minando as expectativas positivas necessárias para o empresariado investir. Esta desconfiança empresarial em relação ao governo seria resultado da “falsa impressão”, generalizada no setor produtivo e financeiro, de

²²² PIB industrial cai e de serviços sobe em 2012. **Exame**, São Paulo, 01 mar. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/pib-industrial-cai-e-de-servicos-sobe-em-2012-diz-ibge>. Acesso em: 30 nov. 2015.

²²³ OLIVON, Beatriz. Taxa de investimento cai de 19,3% para 18,1% em 2012. **Exame**, 01 mar. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/taxa-de-investimento-cai-de-19-3-para-18-1>. Acesso em: 30 nov. 2015.

²²⁴ NETO, Delfim. Voltarão os investimentos? **Valor Econômico**, 04 dez. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2927030/voltarao-os-investimentos>. Acesso em: 30 nov. 2015.

que o governo objetivava expandir exageradamente o papel de intervenção do Estado sobre o mercado, “controlando preços”, “regulando e controlando a atividade privada”, “estatizando setores estratégicos”. Nas palavras de Delfim,

A verdade é que a resposta ao ativismo do governo, em geral na direção correta, foi, infelizmente, acompanhada de ruídos de comunicação por parte dos agentes públicos que interagem com o setor privado no campo fundamental da infraestrutura.

Frequentemente eles manifestam alguma prepotência e muita idiosincrasia, o que tem comprometido a relação de confiança que deve prevalecer entre o setor público e o privado. Obviamente, o primeiro pode e deve fixar as regras do jogo com lógica aceitável numa economia de mercado, mas o segundo tem todo o direito de exigir que sejam de máxima clareza, transparentes e respeitadas.

A falsa ideia que se generalizou no setor financeiro e no setor real da economia - que a política do governo objetiva ampliar a sua ação, fixar preços, regular e controlar atividade privada, ampliar a "estatização de setores estratégicos" - é consequência da relação vista como hostil pelos que têm contato necessário e direto com os agentes públicos que detém o poder, o que, aparentemente, têm produzido mais calor do que luz.

Quem conhece a inteligência da presidente, sua disposição de estudar cuidadosamente cada problema e seu pragmatismo, tem muita dificuldade de entender como se chegou a tal distância de confiança entre o governo e o setor privado de infraestrutura. Uma coisa é certa. Enquanto ela não for anulada, é pouco provável que o "espírito animal" volte a comandar os empresários e se ampliem os investimentos.²²⁵

Ou seja, na avaliação de Delfim, a explicação para a não efetividade econômica das medidas que visavam criar condições para a retomada do investimento, passava pela forma de relacionamento político estabelecido entre governo e empresários. Os industriais, se por um lado exigiam pró-atividade estatal em aspectos monetários, cambiais e fiscais, por outro possuíam sérias restrições ao crescimento exacerbado do poder de Estado, que poderia sufocar a liberdade dos agentes privados em alocar recursos. E, naquele momento, para o economista, os empresários assim viam o governo Dilma.

Além de não conseguir retomar o crescimento da indústria, do PIB e da taxa de investimento, o relaxamento da política monetária, a desvalorização cambial e a expansão fiscal também começavam a pesar sobre a taxa de inflação. Segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no acumulado dos doze meses do ano, a inflação em 2012 foi de 5,84%, mais perto do teto (6,5%) do que do centro da meta (4,5%), portanto²²⁶. Em janeiro de 2013, a inflação subiu 0,84%, elevando a inflação acumulada nos doze meses para 6,15%²²⁷.

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ INFLAÇÃO oficial fecha 2012 em 5,84%, aponta IBGE. **G1**, 10 jan. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/01/inflacao-oficial-fecha-2012-em-584-aponta-ibge.html>. Acesso em: 30 nov. 2015.

²²⁷ QUAIANO, Lilian. Inflação oficial acelera para 0,86% em janeiro, mostra IBGE. **G1**, 07 fev. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/02/inflacao-oficial-acelera-para-086-em-janeiro-mostra-ibge.html>. Acesso em: 30 nov. 2015.

O Banco Central manteve a taxa Selic em 7,25% nas reuniões do COPOM de janeiro e março daquele ano, mas já em fevereiro, em entrevista concedida para a jornalista Mirian Leitão, do jornal *O Globo*, o presidente da autoridade monetária, Alexandre Tombini, falou em inflação sob controle, mas mostrando “resiliência forte” e “desconfortável”²²⁸. A declaração de Tombini, ainda que sem qualquer afirmação peremptória, foi o suficiente para o mercado financeiro passar a apostar numa provável alta dos juros para segurar a inflação, o que significaria pôr fim e reverter o ciclo monetário que esteve na base do projeto dilmista de aprofundamento neodesenvolvimentista. Paulo Petrasi, sócio gestor da *Leme Investimentos*, explicou a interpretação do setor financeiro diante da declaração do presidente do Banco Central: “O BC mudou o discurso. Ele está explicitando uma preocupação maior com a inflação, o que pode antecipar o início do aperto monetário”²²⁹.

Um dia depois da entrevista de Tombini, Mantega, em entrevista à *Agência Reuters*, divergiu explicitamente do seu colega de equipe econômica e garantiu: “a tendência da inflação é cair”. Questionado sobre esta divergência de leitura, o ministro da Fazenda, em atitude pouco usual, afirmou: “por isso é que nós somos independentes, a opinião dele pode ser diferente da minha”²³⁰. A divergência pública entre os dois ministros em relação à inflação era um forte sinal de que estavam colocadas disputas internas entre correntes de pensamento econômico distintas no interior do governo Dilma.

Pouco mais de um mês depois das declarações contraditórias do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central, nos últimos dias de março, em entrevista concedida durante a reunião de cúpula dos BRICS na África do Sul, Dilma corroborou o ponto de vista de Mantega, dizendo não acreditar em “políticas de combate à inflação que olhem a redução do crescimento econômico”, e completou, fazendo clara menção crítica ao modelo neoliberal: “esse receituário que quer matar o doente em vez de curar a doença é complicado. Vou acabar com o crescimento do país? Isto está datado. Isso eu acho que é uma política superada”²³¹. Em português claro: Dilma disse que não sacrificaria o crescimento e o emprego para manter a

²²⁸ LEITÃO, Mirian. Alta desconfortável. *O Globo*, 08 fev. 2013. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2013/02/alta-desconfortavel-por-miriam-leitao-485588.html>.

Acesso em: 30 nov. 2015.

²²⁹ HAIDAR, Daniel; NETO, João Sorima. Declaração de Tombini sobre Inflação eleva previsão de alta de juros. *O Globo*, 07 fev. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/declaracao-de-tombini-sobre-inflacao-eleva-previsao-de-alta-de-juros-7513878>. Acesso em: 30 nov. 2015.

²³⁰ SOTO, Alonso; OTONI, Luciana. Mantega mostra-se menos preocupado com a inflação que Tombini. *Reuters*, 08 fev. 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2013/02/08/entrevista-mantega-mostra-se-menos-preocupado-com-a-inflacao-que-tombini.htm?mobile>. Acesso em: 30 nov. 2015.

²³¹ TRAVAGLINI, Fernando; DANTAS, Iuri. Dilma diz ser contra combate à Inflação com redução do crescimento. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 mar. 2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,dilma-diz-ser-contra-combate-a-inflacao-com-reducao-do-crescimento,148680e>. Acesso em: 30 nov. 2015.

estabilidade da moeda. Ou seja, a presidente se negava a fazer coro à lógica do pensamento ortodoxo que prescreve o combate à inflação, a estabilidade do valor da moeda, como objetivo principal em torno do qual o conjunto da política macroeconômica deve se orientar.

Porém, duas semanas depois das declarações do ministro Mantega e da presidente Dilma, um ano após a batalha travada pelo governo para que os bancos privados reduzissem seus *spreads*, em 18 de abril de 2013, na sua terceira reunião do ano, o COPOM, indo ao encontro das expectativas do mercado financeiro e rompendo com o processo contínuo de queda dos juros iniciado em agosto de 2011, elevou a taxa Selic em 0,25%, de 7,25% para 7,5% a.a.²³², dando início a um processo de aperto monetário que elevaria o custo da moeda por nove vezes seguidas, até a taxa básica de juros alcançar novamente o patamar de 11%, em abril de 2014. O neodesenvolvimentismo dilmista perdia assim seu braço monetário.

A FIESP protestou diante da mudança de rumos da política monetária, em abril. O presidente da entidade, Paulo Skaf, reconheceu a importância do combate à inflação, mas criticou o uso exclusivo da taxa de juros para este fim: “Da mesma forma que ninguém quer o aumento da inflação, o Brasil não precisa de aumento de juros, mas de aumento de produção”, disse. Haveria no Brasil, segundo Skaf, um falso debate de “juros *versus* inflação”, que deveria ser superado por uma “nova política econômica”:

O Brasil não pode abrir mão do controle da inflação, mas devemos superar a política econômica do uso exclusivo da taxa de juros. A nova política econômica deve ousar no sentido de aumentar os investimentos públicos, controlar os gastos de custeio, criar um ambiente favorável ao investimento privado e, de forma corajosa, finalizar as reformas que promovam a desindexação da nossa economia.²³³

Skaf afirmou também que a redução do debate sobre os mecanismos de controle da inflação à taxa de juros servia apenas aos que “estão defendendo seus próprios interesses e não o desenvolvimento do Brasil”, em clara alusão aos atores financeiros beneficiários de taxas juros mais elevadas. Mais uma vez, portanto, para criticar o nível elevado dos juros brasileiros, uma importante liderança do empresariado industrial utilizava discurso de ataque ao setor financeiro.

Em maio, o Copom voltou a subir a taxa Selic, desta vez em 0,5%, elevando-a para 8%. A Fiesp manifestou-se de forma mais contida, apenas lembrando que a medida contribuiria para o aferrecimento do já fraco desempenho da economia brasileira. Segundo a

²³² IZAGUIRRE, Mônica; ALVES, Murilo Rodrigues. Copom eleva Selic a 7,5% com placar dividido do BC. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 abr. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3091458/copom-eleva-selic-75-com-placar-dividido-do-bc>. Acesso em: 30 nov. 2015.

²³³ FIESP. Decisão de aumentar a taxa de juros foi equivocada, comenta o presidente do Ciesp e da Fiesp. 18 abr. 2013. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/decisao-de-aumentar-a-taxa-de-juros-foi-equivocada-comenta-o-presidente-do-ciesp-e-da-fiesp/>. Acesso em: 01 dez. 2015.

nota da entidade, o Brasil não precisava da “mesmice dos juros”, mas sim de um “choque de competitividade, investimento e produção”²³⁴.

Dias depois da reunião do COPOM de maio, enquanto o governo dava os primeiros passos na reversão do ciclo monetário, um terremoto iria desestabilizar as posições das peças no tabuleiro político brasileiro. A partir dele, Dilma iria passar a recuar ainda mais em sua ofensiva neodesenvolvimentista. Começava ali o terceiro ciclo de seu mandato presidencial.

4.4 O TERCEIRO CICLO: O GOVERNO RECUA, A FIESP E OS BANQUEIROS CRÍTICAM A POLÍTICA ECONÔMICA

O governo não prestou atenção ao termômetro do mercado. [...] O mercado é um termômetro tão valioso quanto a voz das ruas.

André Esteves, presidente do BTG Pactual.

A presidente Dilma não encontrou o mesmo ambiente favorável e adotou uma política mais intervencionista. Não vejo nela nada que não seja trabalho e vontade de acertar. Mas ela parece não confiar na capacidade da iniciativa privada no Brasil de assumir suas responsabilidades, o que a leva a colocar o Estado para competir onde ele não é necessário.

Benjamin Steinbruch, presidente interino da FIESP.

Em junho/julho de 2013, o Brasil foi sacudido por imensas manifestações que, iniciadas em São Paulo em torno das reivindicações sobre a tarifa e a qualidade do transporte público, depois se tornaram nacionais e se massificaram, englobando uma diversidade de outras pautas, que iam das demandas por ampliação e qualificação de serviços públicos de saúde e educação, até a luta contra a corrupção. Eram as chamadas “Jornadas de Junho”.

Depois do primeiro momento, iniciado e liderado por movimentos juvenis de esquerda (como o *Movimento Passe Livre*), os protestos foram se tornando mais heterogêneos do ponto de vista social e ideológico, com grupos de direita também marcando presença nas ruas. Os protestos também foram, assim, adquirindo, muitas vezes, um tom crescentemente crítico em relação ao governo Dilma, fazendo, em pouco tempo, despencar as taxas de aprovação do governo e enfraquecendo politicamente a presidente. Segundo o instituto de pesquisa *Datafolha*, depois de três semanas de protestos pelo país, a porcentagem dos

²³⁴ FIESP. Após mais uma alta na Selic, Paulo Skaf diz que não é hora de aumentar juros. São Paulo, 29 mai. 2013. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/apos-mais-uma-alta-na-selic-skaf-diz-nao-e-hora-de-aumentar-juros/>. Acesso em: 01 dez. 2015.

brasileiros que consideravam a gestão Dilma boa ou ótima foi de 57%, registrados na primeira semana de junho, para 30%, ao final daquele mês. Do outro lado, os que consideravam a gestão da petista como ruim ou péssima disparou de 9% para 25%²³⁵.

Pressionada, em respostas às manifestações, Dilma foi para a TV no dia 21/06 e anunciou cinco pactos nacionais propostos pelo governo²³⁶. Nestes, além de medidas para combater a corrupção, melhorar os serviços públicos de saúde, educação e transporte, e fazer uma reforma política através plebiscito popular e Assembleia Constituinte Exclusiva, Dilma fez um compromisso econômico: diferentemente do discurso desenvolvimentista adotado no período anterior, em que, como vimos, a ênfase recaía no esforço governamental para reduzir juros, acelerar o crescimento e produzir empregos, a presidente se comprometeu, antes de tudo, com uma agenda de cunho ortodoxo, com a responsabilidade fiscal, com a estabilidade da moeda e com o controle da inflação - medidas necessárias para, segundo ela, “manter os fundamentos da economia”. A mudança de foco no discurso presidencial era, sem dúvida, sintoma da mudança de estratégia de política econômica mais ampla.

Várias medidas tomadas no segundo semestre de 2013 apontaram para a mudança de estratégia governamental, no sentido de diminuir os tentáculos estatais e aumentar o espaço para o setor privado. Além do contínuo processo de aperto monetário, já em julho, para cumprir o pacto de austeridade fiscal anunciado durante as manifestações, o governo cortou R\$ 10 bilhões do orçamento de 2013²³⁷. Além disso, para atrair investimentos privados para área de infraestrutura, o governo aumentou a taxa de retorno interno (lucro sobre os serviços) das concessões para as empresas concessionárias de 7,2% para 9,2%²³⁸. A partir de setembro, foi colocada em prática uma rodada de privatizações na área de transportes²³⁹. Em outubro, diminuindo restrições à entrada de capital especulativo, por via de decreto presidencial o

²³⁵ WILLIAN, Jorge. Aprovação de Dilma cai quase pela metade e vai a 30% após protestos, aponta Datafolha. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/aprovacao-de-dilma-cai-quase-pela-metade-vai-30-apos-protestos-aponta-datafolha-8854926>. Acesso em: 01 dez. 2015.

²³⁶ PREVIDELLI, Amanda. Veja íntegra do discurso de Dilma Rousseff sobre os 5 pactos. **Exame**, São Paulo, 24 jun. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/veja-integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-sobre-os-5-pactos>. Acesso em: 01 dez. 2015.

²³⁷ CALGARO, Fernanda. Governo anuncia corte de R\$ 10 bilhões no orçamento. **UOL Economia**, São Paulo, 22 jul. 2013. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/22/governo-anuncia-corte-de-r-10-bilhoes-no-orcamento.htm>. Acesso em: 02 dez. 2013.

²³⁸ OTONI, Luciana; GOY, Leonardo; SOTO, Alonso. Governo eleva a 9,2% taxa de retorno de próximas concessões de rodovias. **Reuters Brasil**, São Paulo, 10 jul. 2015. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN0PK2BE20150710>. Acesso em: 02 dez. 2015.

²³⁹ AMATO, Fábio. Governo retoma nesta quarta programa de privatizações de rodovias. **G1**, Rio de Janeiro, 18 set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/09/governo-retoma-nesta-quartafeira-programa-de-privatizacao-de-rodovias.html>. Acesso em: 02 dez. 2015.

governo elevou de 20% para 30% o teto para a participação de capital estrangeiro nas ações do Banco do Brasil²⁴⁰.

A inflexão na condução da política econômica foi acompanhada por uma inflexão no discurso do empresariado industrial.

A primeira amostra desta mudança do discurso dos industriais foi no tocante à questão dos juros. Ao longo da segunda metade de 2013, os industriais criticaram a continuidade do processo de aperto monetário levado a cabo pelo BC. Até aqui, nenhuma novidade. Mas a diferença estava na forma e no conteúdo da crítica. Entidades como a FIESP, a CNI e a FIRJAN continuaram utilizando em suas manifestações públicas a argumentação de que as elevações da Selic prejudicariam ainda mais o já lento ritmo de crescimento econômico, colocando o país à beira da recessão e do retorno de elevadas taxas de desemprego. Mas, ao lado deste já tradicional argumento, as entidades de classe empresariais passaram a cobrar também, com mais ênfase e de forma cada vez mais incisiva, o corte de gastos correntes do governo como forma de enfrentar a inflação – em alternativa à elevação dos juros. Para combater a inflação, diziam os industriais, o governo deveria ter maior disciplina fiscal, para evitar o aperto monetário que jogava o ônus sobre o setor produtivo da economia.

Após a reunião de julho do Copom, por exemplo, a CNI, alertando que “todo o ônus do controle dos preços não poderia recair sobre o setor produtivo”, exclamou: “[...] é necessária uma revisão da combinação de políticas e uma readequação do ritmo de expansão dos gastos públicos às necessidades da estabilização, de modo a gerar condições de um ciclo de juros menos intenso”²⁴¹.

A federação das indústrias do Rio de Janeiro foi na mesma direção da entidade nacional. A alta da Selic, para a FIRJAN, reforçava “a importância da adoção de uma política fiscal norteada pela redução dos gastos correntes e que efetivamente reduza a pressão exercida pelo consumo do governo sobre a inflação”. Tal política, ainda segundo a entidade carioca, deveria “ser pautada por mudanças institucionais que [sinalizassem] maior responsabilidade fiscal, incluindo o comprometimento com um superávit primário maior para os próximos anos, livre de artifícios contábeis”²⁴².

²⁴⁰ GOVERNO aumento limite para participação estrangeira no BB de 20% para 30%. **UOL Economia**, São Paulo, 25 set. 2013. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/25/governo-amplia-limite-para-participacao-estrangeira-no-bb-de-20-para-30.htm>. Acesso em: 02 dez. 2015.

²⁴¹ INDÚSTRIA pede gasto eficiente em vez de alta da Selic. **Isto É Dinheiro**, São Paulo, 10 jul. 2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20130710/industria-pede-gasto-eficiente-vez-alta-selic/134750>. Acesso em: 02 dez. 2015.

²⁴² APÓS alta da Selic, Firjan e Fiesp cobram maior rigor fiscal do governo. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 jul. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3194154/apos-alta-da-selic-firjan-e-fiesp-cobram-mais-rigor-fiscal-do-governo>. Acesso em: 02 dez. 2015.

A FIESP, ao criticar a decisão do COPOM de agosto, alertou para o perigo de recessão, e também fez coro às reivindicações por “mudanças na política econômica”, entre as quais o corte de gastos seria medida fundamental. Nas palavras do presidente Skaf,

A economia brasileira está parando e, com essa medida [aumento dos juros], o Banco Central pode precipitar uma recessão, gerando desemprego e redução de renda. Isto tira ainda mais a competitividade do Brasil e o que já não estava bom pode ficar ainda pior. Há muito tempo pedimos mudanças na política econômica, na direção de maior controle de gastos e menos uso da taxa de juros.²⁴³

Após a decisão do Copom em elevar a Selic novamente para a casa dos dois dígitos (10% a.a.), em novembro, Skaf voltou a exigir “novo foco” na política econômica, com maior controle de gastos, maior investimento público, mais concessões e juros menores:

Essa política econômica já não funciona mais. Se queremos resultados diferentes, precisamos fazer diferente. O Brasil precisa de um novo foco na política econômica: maior controle dos gastos, mais investimento público, mais concessões e menores taxas de juros. Só assim voltaremos a ter o crescimento que a sociedade demanda e merece.²⁴⁴

Este argumento de “disciplina fiscal no lugar de aperto monetário para combater a inflação” não era exatamente uma novidade no discurso dos industriais. Inclusive o citamos em momentos anteriores deste trabalho. Mas comparado aos argumentos utilizados pelos empresários ao longo da ofensiva neodesenvolvimentista, ele sinalizava uma mudança de foco discursivo, que por sua vez poderia ser sintoma de uma mudança de comportamento político e de estratégia: ao longo de 2011, 2012, até o primeiro semestre de 2013, quando faziam críticas ao patamar elevado dos juros brasileiros, os empresários da indústria centravam fogo no que chamavam de “miopia” e de “radicalismo” do Banco Central que “só pensava em moeda”. O discurso agora era outro: a culpa era do governo, que não fazia a lição de casa nem cortava os próprios gastos para permitir ao país ter juros menores. O alvo do ataque, portanto, deixava de ser o monetarismo do BC e passava a ser a indisciplina fiscal do próprio governo²⁴⁵.

Uma segunda importante inflexão no discurso da FIESP e dos industriais se deu em relação à área de política de comércio exterior. Pouco tempo antes, em 2011, como já citamos aqui, a FIESP, junto de centrais sindicais, denunciava (chegaram a fazer protestos na rua) a

²⁴³ FIESP. “Não é hora de subir os juros”, comenta Paulo Skaf sobre decisão do Copom de elevar Selic para 9%. Nota pública, 29 ago. 2013. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/nota-oficial-nao-e-hora-de-subir-os-juros-comenta-paulo-skaf-sobre-decisao-do-copom-de-elevar-selic-para-9/>. Acesso em: 02 dez. 2015.

²⁴⁴ FIESP. Taxa Selic vai a 10%; Skaf diz que Brasil precisa de um novo foco na política econômica. Nota Pública, 27 nov. 2013. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/taxa-selic-vai-a-10-skaf-diz-que-brasil-precisa-de-um-novo-foco-na-politica-economica/>. Acesso em: 02 dez. 2015.

²⁴⁵ Analistas da imprensa também perceberam essa mudança do discurso dos empresários do setor produtivo em relação aos juros. Ver SCIARRETTA, Toni. Empresários agora culpam o governo, e não o BC, por juros altos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/11/1378218-empresarios-agora-culpam-governo-e-nao-bc-por-juro-alto.shtml>. Acesso em: 02 dez. 2015.

enxurrada de importados na economia brasileira e cobrava medidas de proteção, como, por exemplo, o aumento de tarifas de importação, para proteger o mercado interno brasileiro da concorrência imposta pelos manufaturados produzidos por capitais estrangeiros. Pois, a partir da segunda metade de 2013, os industriais romperam com esse comportamento defensivo e passaram a criticar o isolamento comercial do Brasil, o seu fechamento no MERCOSUL - que era fruto, sabemos, da política externa “sul-sul” adotada pelos governos petistas. Rubens Barbosa, presidente do conselho de comércio exterior da Fiesp, lembrou que, nos treze anos anteriores a 2013, “enquanto foram notificados, na Organização Mundial do Comércio (OMC), 353 acordos comerciais, o Brasil negociou apenas três acordos ‘pouco representativos’, com a autoridade palestina, Egito e Israel”²⁴⁶. Como alternativa à situação, entidades como a FIESP, a CNI e o IEDI (Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial), passaram a reivindicar a integração do país nas “cadeias internacionais de valor”, através da assinatura de acordos de livre-comércio com países e blocos líderes em inovação tecnológica, como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. Estas mudanças na política comercial propostas pela FIESP foram sistematizadas e publicadas no documento “*Agenda de integração externa*”²⁴⁷. Barbosa, em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, no qual explicava as razões do documento, afirmou que a visão de abertura e integração externa compartilhada por FIESP, CNI e IEDI, exposta no texto, contrastava com “imobilismo do governo”, que utilizava critérios ideológicos na construção de sua política de comércio exterior.

Essa visão, compartilhada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Econômico (IEDI) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), contrasta com o imobilismo do governo brasileiro, que, sem uma análise mais profunda como a do setor privado, deixa prevalecer considerações ideológicas que ignoram o que ocorre no mundo. Brasília não está preocupada com a tendência de acordos bilaterais, anunciam porta-vozes oficiais, ignorando, por exemplo, o impacto que pode ter sobre o Brasil um acordo entre EUA e Europa.²⁴⁸

Os industriais, portanto, numa radical transformação em relação ao seu comportamento anterior, passavam a reivindicar maior abertura comercial da economia brasileira. O empresário Pedro Passos, presidente do IEDI e um dos principais acionistas da Natura, explicou a mudança: “Estamos superando uma etapa onde a prioridade total era o

²⁴⁶ WATANABE, Marta. Fiesp: acordo com EU pode tirar Brasil do isolamento comercial. *Valor Econômico*, São Paulo, 25 set. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3283354/fiesp-acordo-com-ue-pode-tirar-brasil-do-isolamento-comercial>. Acesso em: 02 dez. 2015.

²⁴⁷ FIESP. Agenda para integração. São Paulo, 23 jun. 2013. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/agenda-de-integracao-externa/>. Acesso em: 02 dez. 2015.

²⁴⁸ BARBOSA, Rubens. Agenda de integração externa. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 jun. 2013. Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral/agenda-de-integracao-externa-imp-,1046565>. Acesso em: 02 dez. 2015.

mercado interno. O consumo local já não é mais suficiente para dar todas as respostas que o setor produtivo procura”. Passos ainda afirmou que só a abertura comercial iria ser capaz de dar um choque de competitividade e eficiência nas empresas brasileiras. “A produtividade dentro das empresas só virá com a integração internacional”²⁴⁹, disse.

Naqueles dias também se intensificaram as pressões dos industriais em torno das reivindicações por “flexibilização e modernização das leis trabalhistas”. A revisão da CLT é uma pauta de longa data do empresariado brasileiro que quer, com ela, reduzir os custos com a força de trabalho no país. Mas ela ganhou força na segunda metade do governo Dilma. No final de 2012, a CNI já havia apresentado ao público o documento denominado “101 propostas para a modernização trabalhista”²⁵⁰. Naquela segunda metade de 2013, a revisão das leis trabalhistas voltou ao centro das polêmicas, com a intenção da Câmara dos Deputados em finalmente votar o Projeto de Lei 4330/2004, que visava regulamentar as terceirizações por parte das empresas (o projeto estava há nove anos parado no Congresso). O projeto, amplamente apoiado pelo empresariado e por suas entidades de classe, foi alvo de protestos das centrais sindicais. Em agosto, as mesmas centrais que dois anos antes haviam assinado o “pacto pró-produção” com a FIESP (CUT, UGT, CTB), foram protestar na frente do prédio da entidade, na avenida paulista em São Paulo. Era um forte indício de que a *frente produtivista* estava implodindo, por conta de suas contradições internas entre capital e trabalho.

O retorno de propostas de flexibilização das leis trabalhistas ao centro do debate no governo Dilma não era fruto do acaso. A política de valorização real do salário-mínimo e a redução do desemprego (que por conta da lei de oferta e procura tende a aumentar os salários), implantadas pelos governos petistas, estavam gerando no país um aumento da renda do trabalho acima do aumento da produtividade – o que reduzia a margem de lucro das empresas. Nas fábricas, por exemplo, segundo a Confederação Nacional da Indústria, entre 2001 e 2012, o salário real dos trabalhadores subiu 169%. A produtividade, só 1%²⁵¹. A política salarial dos governos petistas estava, portanto, elevando os custos de produção e corroendo os ganhos do capital industrial brasileiro (especialmente da indústria de

²⁴⁹ A INDÚSTRIA quer derrubar o muro. **Isto É Dinheiro**, São Paulo, 07 jun. 2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20130607/industria-quer-derrubar-muro/3743>. Acesso em: 02 dez. 2015.

²⁵⁰ CNI, 101 propostas para a modernização trabalhista. 2012. Disponível em: <http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/cniprop.pdf>. Acesso em: 02/12/2015.

²⁵¹ MIOTO, Ricardo. Renda maior do trabalhador come lucro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 out. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/10/1352429-renda-maior-do-trabalhador-come-lucro.shtml>. Acesso em: 02 dez. 2010.

transformação), como denunciaram em artigo conjunto os empresários Paulo Francini (FIESP) e Rogério César Sousa (IEDI)²⁵².

Todos os três pontos dessa inflexão discursiva da FIESP – crítica à política fiscal expansionista do governo como responsável pela elevação da inflação, que acabava gerando o aperto monetário; crítica à política de comércio exterior isolacionista e pautada por critérios ideológicos; e crítica à política de elevação real de salários sem correspondência em ganhos de produtividade – apontavam para uma postura crescentemente crítica dos industriais em relação à política econômica dilmista, mesmo depois de o governo atender boa parte das demandas da agenda pública apresentada pela FIESP. A desconfiança empresarial, outrora ressaltada e analisada por Delfim Neto, parecia estar se transformando em discordância.

Analistas perceberam esses indícios da mudança de comportamento do empresariado industrial observada naquele momento. Bresser Pereira lançou a leitura de que o fracasso do pacote econômico de Dilma, manifestado nos baixos índices de crescimento e na incapacidade de retomar os investimentos - que teve, segundo ele, entre suas principais causas, a insuficiente depreciação cambial - estava quebrando o “pacto desenvolvimentista entre governo e empresários industriais”, com estes últimos se aproximando do discurso da “coalizão rentista”²⁵³. Em convergência com a análise de Bresser, André Singer falou em repactuação de “um amplo arco de frações empresariais em torno de teses caras ao setor financeiro”²⁵⁴. Entre os motivos desta repactuação, segundo o Singer, estava a reação do empresariado industrial à impressão, disseminada em seu meio a partir de fins de 2012, de que estava em curso uma perigosa escalada intervencionista do Estado sobre a economia brasileira – como pontuou Delfim. Ambas interpretações concordavam num aspecto central: aquele modelo interpretativo segundo o qual os governos Lula haviam sido atravessados pela disputa de coalizões de frações de classe em torno da hegemonia sobre a condução da política econômica, que dividia o empresariado do setor financeiro e do setor industrial, no governo Dilma estava deixando de ser válido, pois as frações empresariais estavam se reunificando em torno de um programa para frear o avanço do poder do Estado sobre o mercado, forçar o governo a cortar gastos, mudar a política externa e baratear o custo da força de trabalho.

²⁵² FRANCINI, Paulo; SOUZA, Rogério César. Produtividade, salários e crise na indústria. FIESP. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/produktividade-salarios-e-a-crise-da-industria/>. Acesso em: 03 dez. 2015.

²⁵³ BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Governo, empresários e rentistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 dez. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/141743-governo-empresarios-e-rentistas.shtml>. Acesso em: 03 dez. 2015.

²⁵⁴ Singer, André V. O que querem os empresários. **Folha de São Paulo**, 24 ago. 2013, p. A2.

No setor financeiro, as críticas à política econômica de Dilma se tornaram mais explícitas ao longo do segundo semestre de 2013.

Em sua edição da última semana de setembro, a *The Economist* voltou à carga. Em matéria de capa, a revista da *City* londrina perguntava: “Has Brazil blown It?” [“O Brasil estragou tudo?”]. Segundo a publicação, o crescimento econômico experimentado ao longo da década lulista não teria passado de “voo de galinha”, e o governo não teria efetivado as reformas necessárias para diminuir o “peso” do setor público sobre o setor privado, assim como não diminuiu nossa “onerosa carga tributária”. Além disso, Dilma teria errado ao “interferir em excesso”, como no caso da “pressão sobre o Banco Central” para que este reduzisse a taxa de juros, o que acabou “assustando investidores” e “minando a reputação brasileira de retidão macroeconômica”. Por fim, não se restringindo às críticas, a revista britânica deu a receita para o Brasil evoluir: diminuir gastos do Estado, reduzir o valor das aposentadorias, cortar impostos, reformar as leis trabalhistas e aumentar as privatizações²⁵⁵.

O executivo-chefe do banco de investimento *Goldman Sachs Brasil*, Paulo Leme, em entrevista concedida à *Folha de São Paulo* (18/08/2013), deu fortes declarações que nos ajudam a integrar mais elementos para a compreensão do quadro de percepções do sistema financeiro internacional sobre a condução econômica dilmista. Contrastando com o modo quase sempre contido de se manifestar publicamente, característico dos executivos dos principais bancos comerciais do país (*Itaú-Unibanco* e *Bradesco*), Leme criticou a política fiscal “muito expansionista”, disse ironicamente que o Brasil havia gastado sua poupança na “Disney” e sentenciou: para controlar a inflação e estabilizar a economia, o país tinha um encontro marcado com um “ajuste macroeconômico” ortodoxo no qual seria necessário cortar gastos públicos, desvalorizar o real e diminuir o consumo e os salários reais através do aumento do desemprego. Isto tudo porque, segundo ele, “não estávamos fazendo as melhores escolhas”. Os investidores compartilhavam dos anseios da população que foi às ruas protestar em junho: ambos haviam perdido a “conectividade entre a política e seus anseios”.

[1. Política fiscal, inflação e poupança “gasta na Disney”.]

Folha: Qual a contribuição da política fiscal para a inflação?

Paulo Leme: A política fiscal está muito expansionista, o que aumenta a inflação e contribui para o déficit em conta-corrente. Em vez de gastar com hospitais, escolas, transporte público, o governo está gastando em salários, aposentadorias. Esse modelo está levando a uma despoupança doméstica, que está sendo financiada por investidores estrangeiros. Se você toma empréstimos no exterior ou atrai

²⁵⁵ HAS Brazil blown It? **The Economist**, 28 set. 2013. Disponível em: <http://www.economist.com/news/leaders/21586833-stagnant-economy-bloated-state-and-mass-protests-mean-dilma-rousseff-must-change-course-has>. Acesso em: 03 dez. 2015.

investimento direto estrangeiro e, com isso, investe em indústrias ou atividades que geram receitas em dólares no futuro, o pagamento dos juros dessa dívida está garantido. No nosso caso, não, os empréstimos foram queimados com turismo da Disneylândia, malas cheias de bens vindas de Nova York ou Miami. Essa conta vai chegar.

[2. As “escolhas erradas” e o encontro marcado com o ajuste.]

Folha: E o que acontecerá?

Paulo Leme: Quando tivermos que pagar esse serviço da dívida, não teremos a receita dos investimentos porque ela foi consumida. Você vai ter que desacelerar a economia, reduzir o consumo e os salários reais, que são fonte da inflação, e isso ocorre através do aumento do desemprego. Por último, você tem que desvalorizar o real, tornar a economia mais competitiva. Creio que, em 12 meses, o câmbio estará perto de R\$ 2,50 e, em dois anos, de R\$ 2,75.

Folha: Ainda não estamos no ajuste?

Paulo Leme: Temos o início de um ajuste, mas é pior porque não vai ser completo. Os problemas de falta de crescimento são estruturais, queda de produtividade, perda da competitividade, falta de investimentos. Sem resolver esses problemas, quanto mais você estimula, é como um carro com o afogador quebrado.

Folha: O que deverá ocorrer com o crescimento após as eleições?

Paulo Leme: Para reduzir a inflação e fechar o déficit externo, a economia crescerá pouco, quase estagnada, sem recessão, mas com o desemprego subindo acima de 6%. Depende do cenário no exterior, e você fica muito vulnerável a grandes guinadas externas. Já tivemos um ensaio em junho, quando houve uma rapidez na saída de capitais do Brasil. O câmbio se desvalorizou rapidamente. Quando de fato o Fed (banco central americano) resolver subir a taxa de juros, o mercado já terá antecipado isso, o que poderá levar a uma queda dos investimentos ou da capacidade das empresas brasileiras, que estão endividadas em dólar, de rolar sua dívida externa.

Folha: O que detonou o pessimismo com o Brasil? Tem a ver com os protestos?

Paulo Leme: Tanto os investidores quanto a população expressaram, de maneiras diferentes, coisas parecidas, que têm a ver com a perda de conectividade entre a política e os anseios do investidor e da população. Depois dos protestos, não é difícil concluir que o ajuste econômico ortodoxo não seria muito bem-vindo nas televisões às oito da noite. Então, claramente encoraja uma política de mais riscos.

Folha: O que são políticas de risco?

Paulo Leme: Dobrar a aposta, continuar a aumentar o gasto público. Parte dos pleitos são investimentos em transporte, educação, saúde. É correto. Mas você tem que fazer escolhas, alocar recursos em uma coisa em detrimento de outra. Baixar o preço do transporte terá consequência orçamentária, que vai acabar sendo paga com inflação, que é um imposto que todos pagam.

Folha: Alguns economistas dizem que há pouco espaço para cortes de gastos do governo.

Paulo Leme: Os gastos discricionários são mesmo uma parcela pequena. Mexer na parte estrutural de fato é extremamente difícil, mas não é impossível. A gente decidiu aumentar a participação dos funcionários do setor público, que é muito

onerosa. O salário mínimo tem uma consequência fiscal e sobre a inflação. São escolhas. Não temos feito as melhores escolhas.²⁵⁶

Outro banqueiro a explicitar publicamente, sem meias palavras, suas críticas ao governo Dilma, foi André Esteves, dono do maior banco de investimentos brasileiro, o *BTG Pactual*. Em entrevista à *Revista Veja* (17/08), Esteves disse que, a partir de 2008, o governo deixou de prestar atenção ao “termômetro do mercado” (tão eficiente quanto o “termômetro das ruas”, segundo ele), criticou a “contabilidade criativa” em torno do superávit primário, o uso excessivo do BNDES, o estabelecimento político de taxas de retorno para as empresas concessionárias de serviços públicos – que feria a liberdade do mercado. Todos esses fatores, que apontavam para o crescimento do papel interventor do Estado sobre a economia, segundo ele, estavam afugentando os investidores do Brasil. O país estava “perdendo o jogo das expectativas”. Para transformar a situação, o banqueiro foi taxativo na prescrição dos remédios: disciplina fiscal, aperto monetário e reformas microeconômicas desburocratizantes.

[1. O governo petista deixou de prestar atenção ao “termômetro do mercado”.]

Veja: A inflação sobe, as contas públicas estão desequilibradas e o investimento está em queda. Como chegamos a esse ponto?

Esteves: O governo não prestou atenção ao termômetro do mercado. Quando o PT assumiu, em 2003, o momento era de enormes desafios econômicos, e havia uma descrença na capacidade dos petistas em lidar com essa complexidade. O ceticismo fez com que Lula fosse muito disciplinado na condução da economia no primeiro mandato. Graças a isso, consolidamos os pilares da estabilidade. Mas o sucesso trouxe um efeito colateral negativo: o gradual desprezo às críticas do mercado, principalmente a partir de 2008, com a derrocada dos sistemas financeiros na Europa e nos Estados Unidos. Sinais importantes — como o fato de a nossa bolsa estar indo pior do que todas as outras e a perda de credibilidade da política fiscal — foram ignorados. Essa soberba econômica foi um erro. O mercado é um termômetro tão valioso quanto a voz das ruas.

[2. Crítica à política de financiamento do BNDES]

Veja: O que o senhor pensa da política do BNDES de eleger campeões nacionais?

Esteves: Não acho certo o BNDES dar crédito barato a empresas que têm como conseguir dinheiro no mercado. O banco é um excelente instrumento para o Brasil, mas está se tornando contraproducente. Não é bom que o país fique tão dependente dele. Trata-se de um claro sinal de que algo está errado. O BNDES é tão bom quanto o antibiótico: foi uma grande invenção da humanidade, só que, se você tomar oito por dia, vai acabar prejudicando a saúde. Se todo mundo ficar pendurado no BNDES, o país perde a competitividade. O banco deveria, isso sim, se concentrar nos grandes projetos de infraestrutura que podem ajudar o Brasil a enfrentar a concorrência global.

²⁵⁶ LEME, Paulo. ‘Brasil gastou sua poupança na Disney’, diz chefe do Goldman Sachs Brasil. **[Entrevista disponibilizada em 18. Ago. 2013, no site da Folha de São Paulo]**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/08/1328120-brasil-gastou-sua-poupanca-na-disney-diz-chefe-do-goldman-sachs-no-brasil.shtml>. Entrevista concedida a Érica Fraga e Mariana Carneiro. Acesso em: 03 dez. 2015.

[3. A perda de confiança dos investidores na política econômica brasileira.]

Veja: Instrumentos como contabilidade criativa, com o governo inflando o superávit artificialmente, são aceitáveis?

Esteves: Não são aceitáveis nem necessários. Na minha opinião, não haveria nada de errado se o governo dissesse que precisa gastar mais para dar um empurrão na economia. Mas o país tem feito muita confusão nessa seara. Outro dia mesmo o governo reafirmou o compromisso com o superávit de 2,3% do PIB e deixou todo mundo satisfeito. Dias depois, ficamos sabendo que o Tesouro estava recebendo dividendos do BNDES para cumprir essa meta. Ora, esse tipo de coisa tira toda a credibilidade. Assim fica difícil defender o país perante os investidores.

Veja: Os investidores perderam a confiança no Brasil?

Esteves: Paira uma grande incerteza sobre o rumo que o país está tomando. Nos últimos tempos, o governo lançou pacotes para ferrovias, rodovias e aeroportos que até iam na direção certa, mas resolveu definir ele mesmo a taxa de retorno do investimento — o que, além de despropositado, é tarefa absolutamente inglória.

A beleza desse tipo de concorrência está justamente em cada um conseguir maneiras de obter a melhor taxa de retorno do negócio oferecendo um bom preço ao consumidor. Ao tentar tutelar essa variável, o governo afetou diretamente o apetite dos investidores. Depois disso, muita gente pôs o Brasil sob observação. Tenho um cliente, um grande fundo de pensão canadense acostumado a aplicar bilhões aqui, que suspendeu temporariamente os investimentos em infraestrutura até ter mais clareza sobre o futuro. É esse jogo — o das expectativas — que o governo está perdendo. Precisamos de racionalidade e transparência para fazer o dinheiro voltar a fluir. O que me choca é que é tudo muito fácil de resolver. As soluções estão dadas.

Veja: Se é tão fácil assim, por que ninguém faz?

Esteves: Em alguns segmentos do governo, falta capacidade de gestão e, em outros, os diagnósticos estão errados. Tem gente que ainda acha que está abafando.

[4. Os remédios para economia brasileira: disciplina fiscal e elevação dos juros.]

Veja: O que, afinal, precisa ser feito?

Esteves: Não é segredo para ninguém o que precisa ser feito. O Brasil maneja esses instrumentos há décadas. Basta adotar maior disciplina fiscal, com aperto nos juros — tanto quanto for necessário para equilibrar a economia. O Banco Central até tem trabalhado nisso.

Veja: Por que ainda não surtiu o efeito desejado?

Esteves: Porque há outras coisas que estão emperradas. Uma delas é atacar a verdadeira causa da pressão inflacionária e fazer a transição de um modelo de crescimento baseado na expansão do crédito e do consumo interno para outro, calcado no investimento. Daria para começar com pequenas reformas que não dependem de novas leis nem de mecanismos muito complicados, como a redução da burocracia para abrir e fechar uma empresa ou das exigências para a importação de insumos. Parece pouco, mas ajudaria, e muito, a reverter as expectativas negativas.²⁵⁷

²⁵⁷ ESTEVES, André. Estamos perdendo o jogo. [Entrevista disponibilizada em 17 ago. 2013, no site da **Veja**]. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/entrevista-andre-esteves-o-banqueiro-convocado-para-salvar-eike-batista-o-brasil-esta-perdendo-o-jogo/>. Acesso em: 03 dez. 2015.

O conturbado ano de 2013 encerrou com números que jogavam gasolina na fogueira das críticas do setor financeiro à condução econômica de Dilma/Mantega. A taxa de crescimento do PIB fechou o ano em 2,3%, abaixo das expectativas do governo²⁵⁸. A inflação acumulada, apesar do processo de aperto monetário em vigor desde maio, continuava próxima do teto da meta, em 5,91%²⁵⁹. O superávit primário feito pelo governo central alcançou 1,9% do PIB, abaixo da meta oficial prevista para aquele ano (2,3%). Era o menor montante economizado pelo governo para pagar os juros da dívida pública desde o início da série histórica, em 2001²⁶⁰.

Assim, 2014, o último ano do mandato presidencial de Dilma, no qual a presidente iria tentar a reeleição - que até aquele momento era uma tendência, segundo as pesquisas de opinião -, começou marcado por várias manifestações discursivas de executivos de bancos, economistas liberais e publicações próximas do sistema financeiro que demonstravam o tom crescentemente crítico do setor à política econômica do governo, especialmente à sua política fiscal expansionista e ao “abandono” do tripé macroeconômico. Além disso, espalhava-se entre o setor o receio de que o governo adotasse, em função do ciclo econômico eleitoral, políticas de estímulo à atividade econômica que acentuassem o desequilíbrio fiscal, em busca de um cenário mais favorável à reeleição.

Em janeiro, Henrique Meirelles, banqueiro e ex-presidente do BC durante os governos Lula, chamou de “criacionismo” a “politização da economia” de tentar fugir do modelo fundamentado em medidas “comprovadamente eficazes” como as metas de inflação, o câmbio flutuante e o superávit primário. Em clara alusão à ofensiva heterodoxa promovida por Dilma no período anterior, Meirelles cutucou, pedindo o retorno ao tripé macroeconômico: “Políticas econômicas criativas e inovadoras, mas que fracassam, devem ser corrigidas. A experiência histórica mostra que o melhor caminho é adotar políticas que deram certo em grande número de países, inclusive no Brasil”²⁶¹.

Em fevereiro, o banqueiro do *Goldman Sachs Brasil*, Paulo Leme, voltou a se manifestar, em entrevista ao jornal *Estado de São Paulo*. Em sua avaliação sobre a economia

²⁵⁸ECONOMIA brasileira cresce 2,3% em 2013, segundo IBGE. **UOL**, São Paulo, 27 fev. 2014. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/02/27/economia-brasileira-cresce-23-em-2013-segundo-ibge.htm>. Acesso em: 04 dez. 2015.

²⁵⁹INFLAÇÃO oficial fecha 2013 em 5,91%, diz IBGE”. **G1**, Rio de Janeiro, 10 jan. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/inflacao-oficial-fecha-2013-em-591-diz-ibge.html>. Acesso em: 04 dez. 2015.

²⁶⁰CUCULO, Eduardo; ALEGERTTI, Laís. Superávit primário de 2013 fica abaixo da meta do governo. **O Estado de São Paulo**, 31 jan. 2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,superavit-primario-de-2013-fica-abaixo-da-meta-do-governo,176870e>. Acesso em: 04 dez. 2015.

²⁶¹MEIRELLES, Henrique. Criacionismo. **Instituto Millenium**, 12 jan. 2014. Disponível em: <http://www.institutomillenium.org.br/artigos/criacionismo/>. Acesso em: 04/12/2015.

brasileira, Leme destacou que os problemas não se resumiam ao desequilíbrio fiscal, pois passavam também por um “colapso da produtividade” então em andamento, pela queda na poupança, pela “deterioração expressiva dos balanços de pagamentos” e por uma “inflação reprimida”, já perto do teto da meta. Segundo ele,

[...] Nos comentários econômicos e na discussão dos analistas, o problema [da economia brasileira] tem tido um enfoque simplista, como se fosse resumido à questão fiscal. Há um colapso na produtividade. Os números mostram. Sai de algo próximo a 2,4% ao ano para abaixo de 0,5%. Temos queda do PIB – foi de 4,5%, em média, há cinco anos, para perto de 2%. A poupança também caiu, quase 4 pontos percentuais do PIB. Vemos um descompasso entre uma economia que consome muito e investe pouco. Há deterioração expressiva do balanço de pagamentos – ainda em andamento. Dependendo dos fluxos de capitais, que estão em tendência de queda – inclusive do investimento direto estrangeiro -, o déficit será expressivo neste ano, da ordem de US\$ 15 bilhões. E temos uma inflação reprimida, perto do teto da banda.²⁶²

Frente à situação, mais uma vez Leme ressaltou a importância de se fazer o ajuste liberal – correção da inflação e do balanço de pagamentos; redução do gasto público, do crédito e dos salários; e eliminação de distorções como o controle estatal sobre preços relativos e os subsídios; - o mais rápido possível, pois quanto mais o governo o protelasse, maiores seriam as suas consequências recessivas sobre a economia. Também seria necessário retomar “reformas abandonadas”, tais como a promoção de um modelo de concessões privilegiando a liberdade para o mercado alocar recursos, uma reforma jurídica nas leis trabalhistas para reduzir o custo unitário da mão de obra e uma reforma tributária que reduzisse a carga. Tratar-se-ia, portanto, de reduzir o papel interventor do Estado.

[...] A resposta [para os problemas econômicos brasileiros] não é simples, apesar de as soluções serem claras para qualquer bom aluno de graduação. Na parte macro, seria preciso corrigir os desequilíbrios de inflação e de balanço de pagamentos – e isso se faz reduzindo gastos do governo, a expansão do crédito, os salários e a taxa de câmbio. Pelo lado microeconômico, seria preciso eliminar as distorções de preços relativos, de subsídios e de juros. A parte estrutural exigiria a retomada das reformas que foram abandonadas e dos investimentos em infraestrutura. Um modelo mais liberal poderia acelerar o processo. O êxito das últimas concessões mostra que os ativos são muito atraentes. Estamos sempre em contato com investidores e eles esperam mais clareza e transparência para entrar. Na parte da produtividade, são necessárias mais reformas no Judiciário e nas leis trabalhista, que possam reduzir o custo unitário da mão de obra. É preciso uma reforma tributária que reduza a carga e torne o regime mais eficiente. Ou seja: gastar menos para arrecadar menos.²⁶³

O executivo do *Goldman Sachs* reconhecia, contudo, que ajuste e reformas, nestes termos ortodoxos, tinham pouquíssima chance de serem executados naquele ano eleitoral. Quando questionado sobre as expectativas do mercado financeiro sobre a eleição e um novo mandato, Leme disse que o mercado considerava provável a reeleição de Dilma e que,

²⁶² LEME, Paulo. O problema não se resume ao fiscal. [Entrevista disponibilizada em 13 de fevereiro de 2014, *O Estado de São Paulo*, p. 31]. Entrevista concedida a Alexa Salomão. Acesso em: 13 dez. 2015.

²⁶³ Ibidem.

reeleita, no seu segundo mandato a presidente daria continuidade àquele modelo macroeconômico marcado por “ativa” presença do Estado na Economia. Ou seja: o setor financeiro considerava que Dilma, se reeleita, manteria a direção de política econômica que tanto o desagradava:

Na opinião dos investidores estrangeiros, que seria [o novo mandato de Dilma] a continuidade do atual governo. Não haveria mudanças expressivas na orientação microeconômica, na política macroeconômica e a presença do Estado na economia permaneceria bastante ativa.²⁶⁴

Ainda em fevereiro, foi a vez de outra importante publicação ligada ao sistema financeiro, o jornal britânico *Financial Times*, criticar a política econômica dilmista. Em editorial, o jornal criticou aquilo que considerava os erros de Dilma, responsáveis por transformar o Brasil, em poucos anos, de um país que crescia vigorosamente, em uma economia à beira da recessão técnica. Seguindo a linha das críticas aqui já apresentadas, para o *Financial Times*, Dilma teria errado ao: 1) elaborar os benefícios fiscais e outras medidas para impulsionar a produção industrial que, no fim, além de não aumentar os investimentos, aumentaram o déficit orçamentário, que, então, foi remendado pela contabilidade criativa, e; 2) ao incentivar o Banco Central a cortar as taxas de juros, o que estimulou a economia mas também o aumento da inflação. Estes erros seriam os responsáveis por solapar a credibilidade do governo frente aos investidores. Para retomar a confiança, a publicação fez a mesma sugestão feita antes pela *The Economist*: Dilma deveria substituir Guido Mantega – que “há muito tempo perdeu a consideração dos investidores” – por um ministro pró-mercado, que “poderia fazer mil maravilhas”²⁶⁵.

No final de março, enquanto o governo se reunia com os banqueiros para tentar entender o porquê do mau humor dos investidores em relação ao Brasil e ouvia deles sugestões de medidas que apontassem para uma maior disciplina na área fiscal²⁶⁶, o sistema financeiro internacional deu novo sinal de descontentamento: a agência de classificação de risco *Standard & Poor's* rebaixou a nota de crédito soberano do Brasil, que reflete a confiança

²⁶⁴ Ibidem.

²⁶⁵ FINANCIAL Times sugere substituição de Guido Mantega. **Valor Econômico**, Brasília, 26 fev. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3444912/financial-times-defende-substituicao-de-guido-mantega>. Acesso em: 04 dez. 2015.

²⁶⁶ Na reunião, realizada na tarde de 26/03, em Brasília, estavam presentes, além de Dilma e de ministros da área econômica, como Guido Mantega, Alexandre Tombini e Mirian Belchior, os presidentes dos bancos públicos – Aldemir Bendine (Banco do Brasil), Jorge Hereda (Caixa Econômica Federal) –, o presidente da FEBRABAN, Murilo Portugal, e banqueiros das instituições privadas – Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), Roberto Setúbal (Itaú), Jesús Zabalsa (Santander), André Brandão (HSBC), André Esteves (BTG Pactual), Hélio Magalhães (Citibank) e Carlos Alberto Vieira (Safra). Ver MANDL, Carolina; SAFATLE, Claudia. Bancos pedem a Dilma mais atenção fiscal. **Valor Econômico**, 26 mar. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3494268/bancos-pedem-dilma-mais-atencao-fiscal>. Acesso em: 04 dez. 2015.

de investir no país, de "BBB" para "BBB-". Em comunicado para justificar a decisão, a S&P disse que o rebaixamento do rating da economia brasileira refletia a combinação de "derrapagem orçamentária" em meio às perspectivas de "crescimento moderado nos próximos anos", baixo volume de investimentos, "capacidade restrita" a ajustar a política antes das eleições presidenciais de outubro e "algum enfraquecimento das contas externas" do país²⁶⁷.

Em abril, o economista liberal e assessor econômico do PSDB, Samuel Pessôa, em entrevista ao jornal *Estado de São Paulo*, sentenciou: “deu errado o ensaio desenvolvimentista” iniciado no segundo governo Lula, quando Mantega assumiu a pasta da Fazenda, e aprofundado no mandato de Dilma. A seguir, a explicação de Pessoa sobre o que teria sido tal “ensaio”:

Vou falar o que repito em todo lugar porque acho importante. Quando se olha a formulação de política econômica no Brasil, eu acho que há duas agendas muito diferentes. A partir do final do segundo mandato do governo Lula, passamos a ter duas agendas. Uma é muito anterior ao governo Lula. É uma agenda que está com a gente desde a democratização - uma agenda estrutural. Há outra agenda, que veio de 2009 para cá. Ela está associada à saída do ministro Antônio Palocci e a ida do ministro Guido Mantega (para o Ministério da Fazenda). Isso aconteceu em 2006. O ministro Mantega teve muito senso de oportunidade e habilidade política para implantar a agenda dele aos poucos, conforme os fatos fossem permitindo. Em 2009, depois da crise, foi o grande momento em que ele pode trazer para a formulação da política econômica uma nova agenda. A primeira agenda estrutural eu chamo de contrato social da redemocratização. A segunda agenda - da equipe econômica do Mantega e da presidente Dilma e do final do governo Lula - eu chamo de ensaio nacional desenvolvimentista. Eu separo muito bem essas duas agendas. Acho que essa segunda é petista puro sangue. Acho que o Palocci, dentro daquele grupo político, talvez seja a excepcionalidade e parece que esse grupo político do PT tem uma visão muito favorável ao nacional desenvolvimentismo e a esse conjunto de políticas econômicas - se bem que, posso estar exagerando, porque houve um período do governo Lula em que havia muita continuidade e que esse tema da agenda nacional desenvolvimentista não tinha proeminência. A outra agenda, a estrutural, é uma opção que a sociedade brasileira fez na Constituição, lá em 88. Está materializada no texto constitucional e essa opção vem sendo referendada e repactuada a cada eleição desde então. Ela expressa o desejo da nossa sociedade de construir um Estado de bem estar social muito abrangente, nos moldes dos países da Europa continental. Esse desenho está no nosso texto constitucional. Neste aspecto, não há nenhuma diferenciação entre nenhum grupo político em atuação no Brasil. Em particular, eu acho que isso não distingue tucanos de petistas. O que inclui? Política de valorização do salário mínimo. Abono salarial, que é um programa lá do governo Sarney (José Sarney, ex-presidente da república). A aposentadoria rural. A Lei orgânica da assistência social. Renda mensal vitalícia. O programa bolsa família. A universalização da saúde. Mais recentemente, algumas iniciativas muito interessantes, como ProUni, Fies (programas de financiamento para o ensino superior) e todo um esforço de educação técnica. É um desejo da nossa sociedade avançar na questão da equidade. Com mais ou menos eficácia - tem programas que fazem sentido e outros que não fazem - isso é uma discussão. Mas esse é o pacote que o eleitor quer. O que cada governo faz é muito em função do que está na agenda desse pacto. A segunda agenda, não. Ela tem uma diferença grande. É uma agenda para colocar o Estado - o setor público - interferindo no desenvolvimento

²⁶⁷AGÊNCIA de risco Standard & Poor's rebaixa nota do Brasil. **G1**, Rio de Janeiro, 24 mar. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/03/agencia-de-risco-standard-poors-rebaixa-nota-do-brasil.html>. Acesso em: 04 de. 2015.

econômico. É o Estado decidindo a alocação de capital. É o Estado fazendo micro gerenciamento das políticas de impostos e das tarifas de importação para incentivar alguns setores escolhidos segundo certos critérios. É o Estado fazendo micro gerenciamento da política de intermediação financeira. Além disso, tenta adotar teorias heterodoxas sobre o processo inflacionário que acabam interferindo na liberdade do Banco Central e tendo um impacto sobre a inflação. É uma agenda grande. Começou no governo Lula, antes de 2009. Mexe nos graus de independência das agências reguladoras. Coloca uma parte grande da regulação de volta para os ministérios e, além de colocar de volta para os ministérios, passa a ter muita discricionariedade na regulação de diversos setores da economia. Ou seja: ao invés de usar um sistema de regras e procedimentos, pesos e contra pesos, passamos a ter a mão pesada do Estado. A gente vê isso no setor de petróleo, no setor de energia elétrica. Até na reformulação do marco ferroviário, com a ideia de separação vertical - que eu acho que não vai funcionar. Foi uma má ideia. Tem uma lista longa. Esse pacote não é da sociedade. É um pacote de um grupo de pessoas que está no centro da formulação da política econômica e que avalia que essas medidas são necessárias para acelerar o crescimento econômico. A minha avaliação é que esse ensaio nacional desenvolvimentista deu errado. Deu tudo errado. Foi uma tragédia para o País. Foi adotado por motivos ideológicos e acho que ele tem de ser revertido.²⁶⁸

Para reverter a “tragédia” causada pelo ensaio desenvolvimentista na economia brasileira, Pessoa prescreveu: reduzir crédito do Tesouro para os bancos públicos, acabando com a política de crédito subsidiado do BNDES – a que o economista comparou com o modelo econômico da ditadura militar; liberar os preços e tarifas congeladas pelo governo (energia, combustíveis); reverter a política de desonerações concedidas a setores politicamente escolhidos para, assim, reequilibrar a dimensão fiscal; e combater a inflação, não só com disciplina fiscal, como também através de um Banco Central independente – se possível, com independência formal (reconhecida por lei aprovada pelo Congresso Nacional, não apenas operacional, como era o modelo em vigor desde o estabelecimento do sistema de metas, ao final da década de 1990).

É preciso reduzir os créditos do Tesouro para bancos públicos. Foi um excesso. Foram os anos 70 voltando. O Geisel voltando. Parece um trem fantasma. É preciso consertar os preços. Novamente, isso também é um trem fantasma. Nos anos 70, na hiperinflação da redemocratização, por várias vezes, tentamos controlar preços segurando tarifa pública. Fizemos isso desde os anos 50. Nunca deu certo. O preço precisa ser real. Mas dizem: ahhhh, mas tem o problema da pobreza. Sim, mas o problema de pobreza a gente cuida com os mecanismos corretos - com um bolsa família, que é um instrumento poderoso, espetacular, que precisa ser valorizado e reforçado o tempo todo. Para mim, o presidente Lula marcou um enorme gol quando unificou os programas sociais, aumentou e potencializou os benefícios. Teve um impacto muito importante. As pessoas precisam ter uma garantia mínima de vida, sim, mas você faz isso com política de salário mínimo, com bolsa família, que dão uma renda para as pessoas. Mas os preços, da gasolina, da energia, precisam ser corretos. Isso precisa ser desfeito. Eu sou um fiscalista. Acho muito ruim ter um superávit primário mais baixo quando as condições de endividamento do Estado não permitem. Acho muito ruim o risco-país, desde outubro, ter aberto 100 pontos em relação a México, Chile, Peru. Acho muito ruim a gente começar a fazer conta: será

²⁶⁸ PESSÔA, Samuel. Deu errado o ensaio desenvolvimentista. [Entrevista disponibilizada em 06 de abril de 2014, O Estado de São Paulo]. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral.deu-errado-o-ensaio-desenvolvimentista-imp-1149939>. Entrevista concedida a Alexa Salomão e Ricardo Grinbaum. Acesso em: 04 dez. 2015.

que essa dívida vai começar a crescer feito bola de neve? E eu acho que isso foi gerado por uma política desastrada de desoneração tributária. Tirando a desoneração sobre salário e sobre cesta básica, que têm benefícios óbvios e já deveriam ter sido adotadas há muito tempo, sou contrário as desonerações tópicas para esse ou aquele setor. A gente precisa reforçar a posição fiscal. O princípio de uma macroeconomia em ordem é um setor público em ordem. A gente entrou numa crise muito profunda em 2008 e 2009 e houve muita competência por parte da equipe do ministro Mantega para enfrentar aquele episódio e tirar o País da crise. Um dos instrumentos adotados foi a política de desoneração. Eu acho que até exageram nos instrumentos contracíclicos em 2009. Não precisava de tudo que foi feito. Mas reproduzir a prática em 2011, 2012 foi um erro gigantesco. A economia brasileira já estava vivenciando uma realidade totalmente diferente. Por causa dessa política desastrada de desonerações ficamos com os ônus sem ter os bônus. O Tesouro Nacional ficou com os ônus, mas o País não teve os bônus da política. Também aumentaram imposto de importação, mas isso caiu. Foi uma boa medida cair. A gente agora vai ter de enfrentar a inflação com uma posição fiscal sólida e um Banco Central independente. Uma boa medida é tentar passar no Congresso a independência formal do Banco Central.²⁶⁹

Ainda sobre a polêmica proposta de autonomia formal do Banco Central, Pessoa emendou:

Nunca fui um entusiasta da autonomia formal, porque é dessas coisas meio chatas: você só pode ter quando não precisa muito dela. É assim: se a sociedade não está convencida que é melhor fazer tudo que for necessário para combater a inflação, não é botando na lei que não vai ter inflação e que ela não vai existir. Vimos o exemplo da Argentina - botou na lei a conversibilidade, medida super dura, para não ter inflação. A sociedade não tinha resolvido o conflito distributivo e a inflação quando veio, veio pior. Amarras muito duras quando o amadurecimento da sociedade não é compatível com essas amarras pode ser contraproducente. Eu acho que a sociedade está demonstrando que está bem evoluída. Não está aceitando inflação. Não está reclamando que o Banco Central está subindo o juro. Acho que, talvez, a sociedade esteja madura para que tenhamos o instituto da independência formal do Banco Central.²⁷⁰

Com esse conjunto de duras críticas e proposições, Samuel Pessoa reforçava o coro de críticas ao modelo heterodoxo de Dilma (um valor ideológico do PT, não da sociedade, segundo ele), apontava também para a necessidade de um ajuste pró-mercado na economia brasileira, e antecipava em linhas gerais a concepção de economia que embasava a construção da campanha presidencial opositora de Aécio Neves (PSDB) - ainda em gestação naqueles dias. Por fim, também colocava na ordem do dia a proposta de autonomia formal do BC, que renderia muito debate meses depois, já durante a disputa eleitoral, como veremos mais adiante.

²⁶⁹ Ibidem.

²⁷⁰ Ibidem.

Quem destoou do modo explicitamente crítico com que liberais e lideranças das finanças se referiam ao governo Dilma naquele momento foi Murilo Portugal, que há pouco havia sido renovado como presidente da FEBRABAN²⁷¹.

Na entrevista concedida ao programa *Poder e Política* (10/05), quando questionado pelo jornalista Fernando Rodrigues sobre o debate em torno da redução do juros, encampada pelo governo dois anos antes, Portugal, evitando polêmica, voltou a afirmar a posição favorável dos bancos à queda dos juros e avaliou que o que ficou, da polêmica envolvendo bancos e governo, foi a visão da “importância de se trabalhar consistentemente e permanentemente” pela redução do preço da moeda.

Na minha opinião ficou [do debate sobre juros e spreads] a importância de você realmente trabalhar de uma maneira consistente, permanente para a redução das taxas de juros e dos spreads bancários no Brasil, e que os bancos são a favor disso. Os bancos gostam de emprestar e ter lucro emprestando, mas isso pode ser obtido com volumes maiores e preços menores.²⁷²

Perguntado sobre as razões para os bancos brasileiros cobrarem de seus clientes taxas de juros muito elevadas em relação ao padrão médio internacional, o presidente da federação dos banqueiros voltou a justificar os níveis das taxas por conta dos níveis dos custos operacionais brasileiros – segurança, alta carga de tributos e inadimplência.

[...] Os custos de operação no Brasil são mais altos do que os custos de operação nos outros países. [...] Por exemplo, vou dar um exemplo aqui, o custo de segurança física nas agências. Você [Fernando Rodrigues] morou nos Estados Unidos, estava falando ai há pouco, você sabe como é lá. Lá não existe o aparato que existe nos bancos aqui, em termos de portas giratórias, em termos de câmeras de vigilância e nem os 85 mil vigilantes que os bancos do Brasil contratam para manter a segurança. Então esse é apenas um exemplo. O custo tributário aqui também é mais elevado do que em muitos países. Então é principalmente uma questão de custo, a qual nós devemos trabalhar para procurar reduzir. [...] As taxas se reduziram, os spreads se reduziram. O que nós precisamos é trabalhar esses fatores que fazem com que o custo seja elevado, o custo tributário é um deles, o custo de operação é outro, e tem outro que é o custo da inadimplência. A taxa de inadimplência no Brasil não é tão alta, mas a taxa de recuperação dos empréstimos no caso de inadimplência é mais baixa do que nos outros países.²⁷³

O jornalista Fernando Rodrigues também indagou o executivo a respeito do “mau humor” de investidores em relação ao Brasil existente naquele momento. Portugal, fugindo das posições apresentadas por seus colegas do setor financeiro, disse haver certo “exagero” nas avaliações pessimistas sobre o país.

²⁷¹ PERES, Bruno. Conselho da FEBRABAN aprova Murilo Portugal para seguir na presidência. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 mar. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3491148/conselho-da-febraban-aprova-murilo-portugal-para-seguir-na-presidencia>. Acesso em: 07 dez. 2015.

²⁷² PORTUGAL, Murilo. Leia a transcrição da entrevista de Murilo Portugal à Folha e ao UOL. **[Entrevista disponibilizada em 10 de maio de 2014, Folha de São Paulo]**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/poderepolitica/2014/05/1452198-leia-a-transcricao-da-entrevista-de-murilo-portugal-a-folha-e-ao-uol.shtml>. Entrevista concedida a Fernando Rodrigues. Acesso em: 07 dez. 2015.

²⁷³ Ibidem.

Eu acho que talvez haja algum exagero no caso do Brasil em relação, por exemplo...Não compartilho da ideia de que o Brasil esteja entre os países emergentes mais frágeis em relação a outros parceiros, como muitas vezes é divulgado na imprensa. Não compartilho dessa opinião.²⁷⁴

Por fim, perguntado se achava satisfatório o nível de autonomia administrativa e operacional do Banco Central, mais uma vez o presidente da FEBRABAN evitou qualquer declaração mais contundente e afirmou que o BC atuava de forma adequada no Brasil.

O Banco Central, na verdade, já funciona com independência operacional há bastante tempo, mas é lógico que tudo na vida pode, deve ser aperfeiçoado. [...] Eu acho que a gente deve sempre procurar melhorar, mas eu não acho que haja uma falta de independência. O Banco Central atua de forma adequada no Brasil.²⁷⁵

Na mesma linha contida de Murilo Portugal, o presidente do *Bradesco*, Luiz Carlos Trabuco, em entrevista ao *Valor Econômico* (02/05), também falou sobre juros, o pessimismo relativo ao desempenho econômico do país e o que ele esperava de medidas de política econômica a serem tomadas pelo governo.

Em relação à taxa de juros - naqueles dias, depois de um ano em processo de elevação, a taxa básica já estava no patamar de 11% a.a. -, Trabuco utilizou o argumento clássico dos banqueiros: a calibragem da Selic era efeito colateral da inflação e regida por múltiplos fatores (concorrência, impostos, inadimplência, custos administrativos), e não “expressão do desejo unilateral dos bancos”. Como medida prioritária para reduzir o custo do crédito, o banqueiro sugeriu a redução de tributos – o que, sabemos, é de responsabilidade do governo, não dos bancos. Nas palavras dele,

Trabuco: O debate sobre a questão dos juros da economia continua presente com a inflação e a necessidade ou não de mais aperto monetário. Isso posto, o spread é um efeito colateral, cujo principal fator é a Selic. Não é expressão do desejo unilateral dos bancos. É um preço da economia regido por múltiplas influências, como a concorrência, a carga de imposto.

Valor: Se pudesse escolher uma medida prioritária para contribuir na redução dos spreads, qual seria?

Trabuco: A redução dos tributos seria um bom começo.²⁷⁶

A respeito da situação da economia brasileira e das perspectivas para o próximo período, Trabuco disse haver “muita fervera nas expectativas”, um “fatalismo” com o qual ele não concordava, afinal, no âmbito internacional, o mundo estava se recuperando da “grande

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ Ibidem.

²⁷⁶ CAPPI, Luiz Carlos Trabuco. Há muita fervera nas expectativas. [Entrevista disponibilizada em 02 de maio de 2014, *Valor Econômico*]. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3533896/ha-muita-fervera-nas-expectativas>. Entrevista concedida a Carolina Mandl. Acesso em: 07 dez. 2015.

crise global” de 2008, e na gestão macroeconômica brasileira, a política monetária e a questão fiscal “estavam no lugar”:

[...] Há muita fervura nas expectativas, como se estivéssemos às vésperas de um desastre. É um fatalismo, no qual não acredito. Pelo contrário. A grande crise global de 2008 está passando, e o mundo iniciou uma recuperação. Para o Brasil, isso é bom. Na macroeconomia, a política monetária está no lugar, e a questão fiscal está sendo tratada com responsabilidade.²⁷⁷

Mas, logo após declarar que as políticas monetária e fiscal estavam sendo tratadas de forma responsável, o presidente do Bradesco também reafirmou a importância de “garantir os pilares básicos da economia” – tripé macroeconômico – e apontou que estávamos “sofrendo alguns problemas” na área fiscal, o que poderia ser resolvido com a volta ao orçamento clássico, “gastando menos do que se arrecada, ou aquilo que se tem”:

Na minha opinião, temos que garantir os pilares básicos, que são o controle da inflação, o cumprimento do superávit primário e o câmbio flutuante. Reformas amplas são necessárias, começando pela tributária, mas isso leva tempo. É preciso respeitar o tempo político da negociação. Não creio em grandes pacotes, mas em se atuar com determinação. A sociedade não quer inflação e não quer desemprego, está claro. [...] Garantir o superávit primário é um lastro, implica controle dos gastos. Também é preciso uma arrecadação justa. Com a questão fiscal, a chave é simplificar. Estabelecer uma meta e cumpri-la, no mês a mês. Em razão da crise global, sofreremos alguns problemas, mas já mostramos que somos capazes de responsabilidade fiscal. Com o retorno da economia global à normalidade, acredito que voltaremos ao orçamento clássico. Gastar menos do que se arrecada, ou gastar aquilo que se tem. Ninguém é esbanjador, nem leniente com o caixa público.²⁷⁸

Quer dizer, se por um lado Trabuco afirmava confiar na “responsabilidade” governamental para administrar a área macroeconômica, por outro, ao falar na necessidade de “garantir os pilares básicos” e “voltar ao orçamento clássico” como componentes de uma agenda política para a economia, ele indireta e implicitamente dava a entender, ainda que de forma muito polida e contida, como é característico de seu comportamento público, que concordava com as análises do mercado financeiro que consideravam que Dilma havia flexibilizado (ou mesmo abandonado) o tripé macroeconômico, o que se expressava, de forma mais acabada, no expansionismo fiscal.

Acontecimentos reforçavam concretamente a leitura de que uma parcela significativa do setor financeiro queria mudanças na política econômica, e não acreditava que tais mudanças pudessem vir a se concretizar com Dilma. O que, conseqüentemente, fazia os empresários das finanças preferirem uma possível (mas improvável) derrota de Dilma na eleição presidencial que se avizinhava, com sua substituição por um presidente mais “amigável ao mercado”.

²⁷⁷ Ibidem.

²⁷⁸ Ibidem.

As ações da bolsa de valores de São Paulo (BOVESPA) e a cotação do dólar, por exemplo, desde os primeiros meses de 2014, atravessando todo ano eleitoral, reagem conforme a divulgação dos resultados de pesquisas de opinião acerca da avaliação popular sobre o governo e das de intenções de voto para as eleições presidenciais. A correlação era nítida: quando caíam os índices de aprovação do governo Dilma e a candidata à reeleição perdia pontos nas intenções de votos para a corrida presidencial, as ações da bolsa de valores subiam e o real se valorizava frente ao dólar. Ao contrário, quando Dilma melhorava seu desempenho, a bolsa recuava e o real se desvalorizava. O banqueiro do *Goldman Sachs*, Paulo Leme, explicou as reações da bolsa:

É uma questão de preço e diagnóstico. Não é candidato A, B ou C. É a política econômica. Se são os candidatos da oposição que se comprometeriam a fazer uma mudança dessa natureza, o mercado vai reagir quando as pesquisas inclinam em favor dos candidatos de oposição. Caso houvesse uma mudança do atual governo, o que no momento eu não detecto, em direção à linha que estamos sugerindo, a reação do mercado seria positivamente igual. É como se diz em inglês: *it's not personal* (não é pessoal). É uma questão de agenda de política econômica.²⁷⁹

A mudança na condução da economia, defendida pelo mercado financeiro, para o Brasil “recuperar a credibilidade junto aos investidores”, passaria, segundo Leme, em primeiro lugar, pela redução da taxa de inflação até ela convergir para o centro da meta (4,5%) e pela redução do déficit em conta corrente, o que exigiria “pisar em três freios”: forte ajuste fiscal com redução de gasto público, mais elevação dos juros e revisão da política de salário-mínimo, para adequar este à produtividade. Segundo ele,

Temos duas dimensões do problema: uma dimensão é no plano macroeconômico e outra dimensão é voltar a considerar reformas e desmontar problemas que foram introduzidos nos preços relativos. Na questão macroeconômica, para reduzir inflação e reduzir o déficit em conta corrente você vai ter que pisar em três freios simultaneamente. O primeiro é continuar subindo taxas de juros. Então, apesar dos sinais do Banco Central de que vai parar em 11%, a curva futura de juros precifica 12,75%. E acho que é mais por aí. Então, tem mais juros depois das eleições. É uma pausa que não deveria ser feita. É muito claro que está com expectativas desancorada. Isso aqui é a inevitabilidade da taxa composta de juros. Quanto mais se espera, os juros compostos vão fazer o ajuste mais amargo no futuro. É melhor fazer de uma vez e fazer bem feito. Para repor a inflação em 4,5% a taxa de juros precisa ficar muito acima de 11%. O segundo instrumento é o fiscal. Entre os subsídios que você tem, desonerações, todos os custos com a questão das tarifas elétricas, é altamente improvável que alcancemos a meta de 1,9% do primário e vai ser muito abaixo disso. Você tem um ajuste fiscal entre 1,25% a 2% do PIB que tem que fazer pela frente, dependendo das outras variáveis externas. A terceira dimensão é a política salarial e do salário mínimo, que é incompatível com a produtividade, ou seja, você aumenta muito o salário real com relação com relação a baixa produtividade do fator trabalho.²⁸⁰

²⁷⁹ LEME, Paulo. Paulo Leme, do Goldman Sachs, avalia impacto das pesquisas eleitorais na bolsa. [Entrevista disponibilizada em 08 de junho de 2014, O Globo]. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/paulo-leme-do-goldman-sachs-avalia-impacto-das-pesquisas-eleitorais-na-bolsa-12415760>. Entrevista concedida a Bruno Villas Bôas. Acesso em: 07 dez. 2015.

²⁸⁰Ibidem.

No final de julho, novo acontecimento expôs de forma espalhafatosa a avaliação do sistema financeiro sobre Dilma. O Banco *Santander* enviou uma análise - impressa na última página do extrato enviado aos clientes da categoria “Select”, com renda mensal superior a R\$ 10 mil – intitulada “Você e seu dinheiro”, na qual alertava seus clientes mais abastados de que o bom desempenho eleitoral de Dilma contribuiria para “deterioração de nossos fundamentos macroeconômicos”:

A economia brasileira continua apresentando baixo crescimento, inflação alta e déficit em conta corrente. A quebra de confiança e o pessimismo crescente em relação ao Brasil podem derrubar ainda mais a popularidade da presidente, que vem caindo nas últimas pesquisas, e que tem contribuído para a subida da IBOVESPA. Difícil saber até quando vai durar esse cenário e qual será o desdobramento final de uma queda ainda maior de Dilma Rousseff nas pesquisas. Se a presidente se estabilizar ou voltar a subir nas pesquisas, um cenário de reversão pode surgir. O câmbio voltaria a se desvalorizar, juros longos retomariam alta e o índice da BOVESPA cairia, revertendo parte das altas recentes. Esse último cenário estaria mais de acordo com a deterioração dos nossos fundamentos macroeconômicos.²⁸¹

A interpretação da análise do *Santander*, claro, foi de que o banco estava fazendo campanha eleitoral contra Dilma. A presidente reagiu. Ela classificou como “lamentável” a atitude do banco e disparou: “é inadmissível para qualquer país aceitar qualquer nível de interferência de qualquer integrante de forma institucional. É inadmissível”²⁸². Diante do escândalo e da crítica presidencial, o *Santander* emitiu nota pública desculpando-se pelo ocorrido²⁸³, e anunciou a demissão da funcionária responsável pela redação da nota²⁸⁴.

Enquanto as relações do governo com os bancos se deterioravam novamente, o presidente interino da FIESP, Benjamin Steinbruch, que assumiu o cargo depois de Paulo Skaf licenciar-se para concorrer à governador de São Paulo pelo PMDB, diante dos números

²⁸¹ RODRIGUES, Fernando. Sucesso de Dilma deteriora economia, diz Santander a clientes ricos. **UOL Política**, Brasília, 25 jul. 2014. Disponível em: <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/07/25/sucesso-de-dilma-deteriora-economia-diz-santander-a-clientes-ricos/>. Acesso em: 07 dez. 2015.

²⁸² DILMA diz que tomará atitude 'bastante clara' em relação ao Santander. **G1**, Brasília, 28 jul. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/07/dilma-diz-que-tomara-atitude-bastante-clara-em-relacao-ao-santander.html>. Acesso em: 07 dez. 2015.

²⁸³ A seguir, a nota pública na íntegra: “O Santander Brasil vem a público esclarecer que o texto enviado a um segmento de clientes, que representa apenas 0,18% de nossa base, em seu extrato mensal, e repercutido por alguns meios da imprensa hoje, não reflete, de forma alguma, o posicionamento da instituição. O referido texto feriu a diretriz interna que estabelece que toda e qualquer análise econômica enviada aos clientes restrinja-se à discussão de variáveis que possam afetar a vida financeira dos correntistas, sem qualquer viés político ou partidário. Sendo assim, o Banco pede desculpas aos clientes que possam ter interpretado a mensagem de forma diversa dessa orientação, e reitera sua convicção de que a economia brasileira seguirá sua bem-sucedida trajetória de desenvolvimento.” Ver: SANTANDER diz em nota a clientes que reeleição de Dilma pioraria economia. **G1**, 25 jul. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/07/santander-diz-em-nota-clientes-que-reeleicao-de-dilma-pioraria-economia.html>. Acesso em: 07 dez. 2015.

²⁸⁴ LIMA, Leandra. Presidente do Santander confirma demissão por informe sobre Dilma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jul. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/presidente-do-santander-confirma-demissao-por-informe-sobre-dilma-13421413>. Acesso em: 07 dez. 2015.

que apontavam para o contínuo desaquecimento da economia, alertava que o Brasil estava entrando em recessão – algo inédito em ano eleitoral: “Nunca vi, em ano de eleição, perspectiva de recessão tão forte como temos agora”, afirmou o dono da CSN e representante da indústria durante a abertura de um congresso organizado pelo Instituto Aço Brasil (IABr). Para completar, Steinbruch disparou: “Hoje em dia só louco investe no Brasil”²⁸⁵.

Diante dos sintomas cada vez mais fortes de que o governo Dilma estava perdendo a confiança do empresariado do setor financeiro e produtivo, os candidatos oposicionistas que iriam disputar a presidência sinalizavam em seus discursos que, se eleitos, adotariam as políticas econômicas demandadas pelo empresariado.

Ainda em abril, o candidato presidencial do PSDB, Aécio Neves, em palestra oferecida a um seleto grupo de empresários, em São Paulo, deu a senha: “eu estou preparado para tomar as decisões necessárias, por mais que elas sejam impopulares”²⁸⁶, afirmou o tucano.

Dias depois da declaração de Aécio, o coordenador do programa econômico de sua campanha presidencial, o ex-presidente do BC durante o segundo governo FHC, sócio fundador da *Gávea Investimentos* e homem de confiança do sistema financeiro, Armínio Fraga, deu pistas concretas do que seriam as tais “medidas necessárias e impopulares”: contenção monetária para levar a taxa de inflação para 3%, redução do gasto público (que deveria ser limitado por lei, para não subir acima da taxa de crescimento do PIB) e redução do papel dos bancos públicos. Fraga também reconheceu que “o salário mínimo havia subido demais”, “muito acima da produtividade”²⁸⁷.

Outro economista tucano, Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do BNDES e Ministro das Telecomunicações no governo FHC, definiu: o Brasil precisava e iria passar por um “ajuste clássico de uma economia de mercado”, que significava “menos consumo –

²⁸⁵ LAGUNA, Eduardo; ALONSO, Olivia; RIBEIRO, Ivo. Dono da CSN diz que Brasil enfrenta risco de recessão inédito. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 ago. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3650556/dono-da-csn-diz-que-brasil-enfrenta-risco-de-recessao-inedito>. Acesso em: 10 dez. 2015.

²⁸⁶ BERGAMO, Mônica. Estou preparado para decisões impopulares. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 abr. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login-columista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2014/04/1434480-estou-preparado-para-decisoes-impopulares-diz-aecio-neves.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2015.

²⁸⁷ FRAGA, Armínio. Gasto público deveria ser limitado por uma lei, diz Armínio Fraga. **[Entrevista disponibilizada em 13 de abril de 2014, O Estado de São Paulo]**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/gasto-publico-deveria-ser-limitado-por-uma-lei-diz-arminio-fraga,181922e>. Entrevista concedida a Alexa Salomão e Ricardo Grinbaum. Acesso em: 10 dez. 2015.

privado e do governo -, menos crédito e menos euforia”. Estes eram “remédios inevitáveis”²⁸⁸.

Em clara resposta às declarações da oposição sobre a economia, a presidente Dilma, durante o Congresso Nacional do PT, no início de maio, discursou que o Brasil, durante a crise econômica mundial, não havia “se rendido”, nem “se ajoelhado”, “como se fazia no passado”. “No passado, que a nossa oposição tanto defende, o Brasil se defendia das crises arrojando os salários dos trabalhadores, aumentando as taxas de juros a níveis estratosféricos, aumentando o desemprego, diminuindo o crescimento, vendendo patrimônio público”²⁸⁹, declarou Dilma. Mesmo recuando efetivamente na política econômica desde a metade de 2013, a presidente assim dava as primeiras mostras do tom do discurso que adotaria durante as eleições. Era o retorno do desenvolvimentismo, ao menos na retórica.

4.5 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Eu não tenho banqueiro me apoiando, me sustentando.

Dilma Rousseff, candidata à reeleição.

Em 13 de agosto de 2014, um trágico acontecimento incendiou a eleição presidencial que até ali parecia caminhar para uma reeleição relativamente tranquila de Dilma – a despeito de sua perda de apoio nas elites empresariais. Em um acidente de avião, o candidato do PSB à presidência e terceiro colocado nas pesquisas, Eduardo Campos, faleceu prematuramente. Após a onda de comoção nacional, o PSB confirmou como sua nova candidata à presidência a vice da chapa de Campos, Marina Silva.

Marina Silva, que havia sido ministra do Meio Ambiente no governo Lula e que havia ficado em terceiro lugar na disputa presidencial de 2010 (quando foi a candidata do Partido Verde), surpreendeu a todos ao aparecer nas pesquisas de intenção de voto à frente de Aécio Neves (PSDB), indo para o segundo turno, no qual aparecia vencedora, derrotando Dilma.

Com as pesquisas apontando a possibilidade concreta de vitória de Marina, o mercado financeiro se animou, como demonstraram as disparadas nas ações da bolsa de valores nos dias posteriores às divulgações das pesquisas em que a candidata pesebista aparecia vencedora. A animação das finanças se devia não apenas à possibilidade de derrotar a

²⁸⁸ BARROS, Luiz Carlos Mendonça de. Brasil: um ajuste clássico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/173159-brasil-um-ajuste-classico.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2015.

²⁸⁹ DILMA na íntegra: comigo não tem arrocho. **Conversa Afiada**, 02 mai. 2014. Disponível em: <http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2014/05/02/dilma-eles-venderam-o-brasil-e-querem-arrochar-o-salario>. Acesso em: 10 dez. 2015.

candidata Dilma, mas também ao fato de que Marina, cercada por assessores econômicos liberais como André Lara Resende e Eduardo Gianetti da Fonseca, e com a campanha coordenada por Neca Setúbal (irmã de Roberto Setúbal, uma das herdeiras do ITAÚ), prometia e se comprometia em seu programa com tudo aquilo que o mercado financeiro queria: menor intervenção do estado na economia, retorno à rigidez do tripé macroeconômico²⁹⁰, além da proposta mais ousada, que gerou grande polêmica: a independência formal do Banco Central.

Nesta proposta, o Banco Central deixaria de ser uma autarquia controlada pelo poder executivo, que pode nomear e influenciar sua diretoria, e passaria a ser formado por um corpo de “técnicos”, cujo mandato fixo seria estabelecido por lei (e não apenas por um acordo político, como no regime de “autonomia operacional” então vigente) e reconhecido formalmente como independente do executivo. Ou seja, os diretores da instituição responsável pela regulação do sistema financeiro, pelo estabelecimento da taxa de juros e pela preservação do valor da moeda não estariam mais subordinados institucionalmente ao poder executivo, ao presidente da República, pois teriam mandatos próprios. Isto, segundo os seus defensores, diminuiria a influência da política de governo sobre a política monetária, tornaria mais eficiente a busca pelas metas de inflação e ajudaria a conquistar credibilidade junto ao mercado financeiro.

Propondo isso, Marina dava um claro sinal para o empresariado financeiro. Os sinais da simpatia deste setor pelas propostas econômicas de Marina apareceram.

O presidente do *Itaú*, Roberto Setúbal, irmão de Neca Setúbal, coordenadora da campanha de Marina, em palestra oferecida a empresários durante a comemoração do aniversário de 90 anos de seu banco, disse ver a possível eleição de Marina como “evolução natural”, que andava junto com o “desejo de mudança da população” e representava uma “mudança de ciclos”, já que o país buscava uma “gestão melhor” – depois do burburinho produzido por tal declaração, fez questão de deixar claro que aquilo “não representava uma declaração de voto”²⁹¹. Ainda que não possamos supor qualquer espécie de causalidade entre

²⁹⁰ PROGRAMA de governo de Marina defende tripé macroeconômico para combater inflação. **Época Negócios**, São Paulo, 29 ago. 2014. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/08/programa-de-governo-de-marina-defende-tripe-economico-para-combater-inflacao.html>. Acesso em: 11 dez. 2015.

²⁹¹ BERGAMO, Mônica. Roberto Setúbal diz que vê eleição de Marina ‘com tranquilidade’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 set. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1510563-roborto-setubal-diz-que-ve-eleicao-de-marina-com-naturalidade.shtml>. Acesso em: 13 dez. 2015.

essa afirmação de Setúbal e as propostas econômicas de Marina²⁹², nem entre aquela e o fato de a irmã de Setúbal ser próxima de Marina, não podemos deixar de considerar que, naquele contexto, ela era sintomática de uma visão e um desejo de transformação que, como estamos demonstrando, estava cada vez mais difundido nos círculos financeiros.

Já os analistas do *Citibank*, Stephen Graham e Fernando Siqueira, de modo mais contundente e consistente, afirmaram em análise contida num relatório do banco sobre as eleições brasileiras que o programa do PSB e de Marina Silva era uma “uma resposta direta às críticas do mercado à política vigente”, que provavelmente envolveria “movimentos iniciais dolorosos nas taxas de juros, impostos, gastos públicos e nos empréstimos dos bancos públicos que podem manter a economia crescendo em marcha lenta em 2015”, o que poderia ser “favorável aos bancos, mas ruim para parte da indústria”²⁹³.

Diante da necessidade de desconstruir Marina Silva, que havia se transformado naquele momento na sua grande adversária na corrida pelo Planalto, Dilma passou a atacar pesadamente a candidata do PSB, explorando para isso a proximidade desta com a herdeira do banco Itaú e a sua proposta de independência formal do Banco Central. Em clara menção à proximidade de Marina com Neca Setúbal, Dilma disparou: “eu não tenho banqueiro me apoiando, me sustentando”. Sobre a proposta de tirar o BC da área de influência do poder executivo, a presidente afirmou que este, “como qualquer outra instituição”, não deveria ser “eleito por tecnocrata ou banqueiro”²⁹⁴ – sugerindo que a independência da autoridade monetária frente ao presidente significaria, por outro lado, o reforço da influência do sistema financeiro sobre as decisões da instituição.

Mas o ataque mais pesado da presidente à proposta de Marina foi feito em vídeo veiculado no horário eleitoral gratuito de televisão. A peça publicitária de Dilma mostrava uma mesa com executivos conversando em um cenário que remetia ao mercado financeiro, com um gráfico que indica volatilidade ao fundo, em clara referência a banqueiros. Enquanto os executivos, de terno, gravata e laptop sobre a mesa gargalhavam, o narrador dizia: “Marina tem dito que, se eleita, vai fazer a autonomia do Banco Central. Parece algo distante da vida

²⁹² No mesmo evento, quando perguntado pela imprensa sobre a participação de sua irmã na coordenação da campanha de Marina, Setúbal negou qualquer relação: “Não tem nada a ver uma coisa com a outra. O banco é uma coisa e a minha irmã é outra coisa. Não tem nada a ver. Não tem nenhuma mistura aí”.

²⁹³ JORDÃO, Priscila. Citi diz que programa de Marina é favorável a bancos, pode ser ruim para parte da indústria. **Reuters Brasil**, São Paulo, 02 set. 2014. Disponível em: http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0GX1XE20140902?feedType=RSS&feedName=businessNews&utm_source=dlvr.it&utm_medium=twitter&dlvrit=1375018&sp=true. Acesso em: 13 dez. 2015.

²⁹⁴ CASADO, Leticia; DI CUNTO, Rafael; TAQUARI, Fernando. ‘Não tenho banqueiro me sustentando’, diz Dilma. **Valor Econômico**, Brasília, 10 set. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/eleicoes2014/3689626/nao-tenho-banqueiro-me-sustentando-diz-dilma>. Acesso em: 13 dez. 2015.

da gente, né? Parece, mas não é". Em seguida, a cena era cortada para uma família na mesa de jantar. "Isso significaria entregar aos banqueiros um grande poder de decisão sobre a sua vida e de sua família. Os juros que você paga, seu emprego, preços e até salários", continuava o locutor. Aos poucos a comida ia sumindo da mesa da família. "Ou seja, os bancos assumem um poder que é do presidente e do Congresso", concluía, associando diretamente o poder dos bancos à fome das famílias²⁹⁵.

Assim, por questões de embate eleitoral e pela necessidade de desconstrução de sua oponente, Dilma adotava mais uma vez um discurso frontalmente crítico aos bancos e banqueiros, retomando, ao menos ao nível da retórica, o conflito estabelecido com o setor financeiro, principalmente no episódio da pressão pela redução dos *spreads*, em 2012. A presidente e candidata petista transformava desse modo a rejeição de sua política econômica nos círculos do sistema financeiro em elemento simbólico de força para se apresentar ao eleitorado como a candidata "dos pobres contra os ricos", do "povo contra os banqueiros".

Em meio ao acirramento da disputa eleitoral do primeiro turno, o presidente em exercício da FIESP, Benjamin Steinbruch, concedeu importantes entrevistas nas quais avaliou o momento vivido pela economia brasileira e criticou incisivamente a política econômica do governo Dilma.

Sobre a situação econômica brasileira, Steinbruch voltou a alertar para a entrada do país em recessão, chamou a atenção para a tendência de crescimento do desemprego e novamente afirmou que "só louco investia no Brasil", por conta da alta burocracia, dos juros e impostos elevados e do real valorizado²⁹⁶.

Steinbruch também fez duras críticas à política econômica e ao estilo político da presidente Dilma. Na entrevista concedida ao jornalista Kennedy Alencar, do *SBT*, quando perguntado sobre a falta de confiança do empresariado na política econômica dilmista, Steinbruch disse que, na verdade, antes de qualquer coisa, "faltava política econômica", faltava "previsibilidade em termos de governo". Sobre o principal erro econômico do governo Dilma, o empresário bateu na questão fiscal: o principal erro do governo seria "gastar dinheiro de forma desordenada"²⁹⁷.

²⁹⁵ RODRIGUES, Fernando. Se eleita, Marina dará poder aos bancos, ataca Dilma em comercial. **Blog Poder e Política**, Brasília, 09 set. 2014. Disponível em: <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/09/09/marina-quer-dar-aos-bancos-o-poder-do-presidente-ataca-dilma-em-comercial/>. Acesso em: 13 dez. 2015.

²⁹⁶ STEINBRUCH, BENJAMIN. Marina é 'boa opção' e Dilma está longe da 'realidade', diz Steinbruch. **[Entrevista disponibilizada em 23 set. 2014, Blog do Kennedy]**. Disponível em: <http://www.blogdokennedy.com.br/marina-e-boa-opcao-e-dilma-esta-longo-da-realidade-diz-steinbruch-2/>. Entrevista concedida a Kennedy Alencar. Acesso em: 14 dez. 2015.

²⁹⁷ Ibidem.

Ainda segundo Steinbruch, no seu primeiro mandato, no qual criou, como expomos aqui, um amplo pacote econômico que acenava claramente para a indústria, Dilma “trabalhou duro”, “quis acertar”, mas pecou ao “centralizar bastante as decisões” e fazer “do jeito que achava certo, tentando acertar, mas, na verdade, faltou discussão, faltou entendimento, faltou convergência com o mercado”. A presidente teria o defeito de, nas palavras dele, ser “fechada em si mesma”, o que resultaria num processo que a “distanciava da realidade”²⁹⁸.

Em entrevista à *Revista Veja*, o representante do empresariado industrial voltou à carga de críticas ao governo Dilma. Steinbruch novamente criticou a dificuldade de interlocução com o governo, que não ouvia os alertas do empresariado. Nas palavras dele,

Vivemos uma situação em que estamos tentando há bastante tempo uma interlocução com o governo para alertá-lo sobre os problemas de vários setores. A interlocução tem sido muito difícil. O governo não está ouvindo os alertas dos empresários.²⁹⁹

Além da menção negativa à dificuldade de diálogo do setor privado com o setor público, ao fazer uma avaliação dos governos FHC, Lula e Dilma, Steinbruch colocou em palavras a hipótese apresentada por Delfim Neto para explicar o desgaste da política econômica de Dilma junto aos industriais, mesmo depois de a presidente ter efetivado uma ofensiva neodesenvolvimentista: o empresariado industrial avaliava o governo Dilma como excessivamente intervencionista, que não confiava na capacidade do setor privado brasileiro em assumir suas responsabilidades, o que o levava a colocar o Estado a “competir onde ele não era necessário”:

O governo Fernando Henrique foi liberal, teve a visão de diminuir a participação do Estado na economia. O Estado não tem de ser um bom gestor, tem de ser regulador e cobrador. A estabilidade do Real permitiu que o Brasil crescesse.

Aí veio o governo Lula, que aproveitou essa boa onda e teve uma percepção muito positiva de não ir contra o mercado. E trouxe para o universo do consumo quase 40 milhões de pessoas que estavam completamente fora dele. Junto a isso, tivemos a sorte de ver o crescimento da China. Exportamos minério de ferro, carne, soja. Durante o governo Lula os mercados interno e externo eram fortes, uma combinação perfeita. Lula soube aproveitar esses dois bons momentos, fez um bom governo.

A presidente Dilma não encontrou o mesmo ambiente favorável e adotou uma política mais intervencionista. Não vejo nela nada que não seja trabalho e vontade de acertar. Mas ela parece não confiar na capacidade da iniciativa privada no Brasil de assumir suas responsabilidades, o que a leva a colocar o Estado para competir onde ele não é necessário.

Por isso, começou a intervir de maneira muito determinada em alguns setores, distanciando-se da interlocução com o setor produtivo. O Brasil continua o mesmo,

²⁹⁸ Ibidem.

²⁹⁹ STEINBRUCH, Benjamin. Benjamin Steinbruch, presidente da Fiesp: Hoje, só um louco investe no Brasil. [Entrevista disponibilizada em 06 set. 2014, Revista Veja]. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/benjamin-steinbruch-presidente-da-fiesp-hoje-so-um-louco-investe-no-brasil/>. Entrevista concedida a Pedro Dias Leite. Acesso em: 14 dez. 2015.

os empresários continuam os mesmos, as oportunidades continuam as mesmas. Agora, faltam confiança, proximidade, convergência, determinação.³⁰⁰

A elite industrial havia perdido a confiança em Dilma, mesmo depois desta implementar um pacote de medidas claramente favoráveis à indústria, porque via no seu governo um projeto de aumentar excessivamente, além da dose reivindicada pelos empresários, a capacidade interventora do Estado sobre a economia, restringindo o protagonismo do mercado.

Em cinco de outubro, os eleitores brasileiros foram às urnas, no primeiro turno. Na disputa presidencial, a presidente Dilma fez a maior votação (41,6% dos votos válidos), mas não obteve desempenho suficiente para vencer o pleito ainda no primeiro turno. Em segundo lugar, classificado para disputar o segundo turno, ficou o candidato tucano Aécio Neves (33,6% dos votos válidos), que, em uma surpreendente recuperação, ultrapassou nos últimos dias a então favorita a disputar o Planalto com Dilma, Marina Silva – desidratada pelos fortes ataques do PT e do PSDB, a candidata pesebista recebeu 21,32% dos votos válidos, ficando em terceiro lugar.

Nas três semanas entre o primeiro (5/10) e o segundo turno (26/10), Dilma e Aécio protagonizaram uma das disputas presidenciais mais acirradas e polarizadas que o Brasil havia vivenciado ao longo de sua história.

Na seara econômica da disputa, Aécio Neves, que, como citamos anteriormente, desde o primeiro semestre de 2014 vinha dando sinalizações claras de que, se eleito, adotaria as medidas “impopulares, mas necessárias” demandadas por parcelas significativas do empresariado, reforçou seu discurso liberal, defendendo abertamente a realização de um forte ajuste fiscal nas contas do governo, prometendo reduzir a meta de inflação de 4,5% para 3% ao ano, além de anunciar publicamente que em seu hipotético futuro governo o ministro da fazenda seria Armínio Fraga, homem de confiança do setor financeiro. O mundo das finanças reagiu. Ainda que não tenhamos encontrado declarações explícitas de apoio de banqueiros brasileiros ao candidato tucano, alguns fenômenos apontavam para esta realidade. A flutuação das ações da bolsa de valores brasileira, por exemplo, passou a obedecer de forma ainda mais direta o desempenho dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto: quando Aécio subia, a bolsa subia, quando Aécio caía e Dilma subia, a bolsa caía. Além da bolsa, a revista *The Economist*, em editorial intitulado “Por que o Brasil precisa mudar”, declarou apoio oficial à

³⁰⁰ Ibidem.

Aécio, pelo fato deste, segundo a publicação, ter um programa de governo mais favorável ao mercado³⁰¹.

Diante da simpatia do setor financeiro por Aécio, Dilma e seus porta vozes passaram a atacar o candidato tucano. E, nesses ataques, mais uma vez, seguindo a estratégia de embate adotada para desconstruir Marina no primeiro turno, a presidente passou a explorar a ligação do oponente com Armínio Fraga, “representante dos banqueiros”. O ex-presidente Lula, em comícios, mais de uma vez chamou Aécio de “candidato dos banqueiros”³⁰²; Dilma passou a afirmar que Fraga “não gostava de salário mínimo”³⁰³ – em referência à declaração do economista, antes citada, de que o “salário mínimo havia crescido muito no Brasil” – e queria “acabar com os bancos públicos”³⁰⁴. Além de desconstruir a imagem dos adversários, apresentando-os como representantes dos interesses dos bancos, Dilma passou a negar que tomaria “medidas impopulares”, que faria um ajuste fiscal nos termos propostos pelo adversário, e também se comprometeu a não mexer nos direitos trabalhistas – “nem que a vaca tussa”, disse ela. O ministro da fazenda, Guido Mantega, que já havia sido demitido por Dilma – a presidente prometera novo ministro da economia para o novo mandato – chegou a afirmar que, mesmo sem ele no governo, a “política desenvolvimentista” continuaria, pois a presidente Dilma não faria “uma política neoliberal, um política conservadora”, que “foi praticada no passado e não deu certo”³⁰⁵.

O discurso desenvolvimentista, de ataque aos bancos e ao setor financeiro, deu resultado. Em vinte seis de outubro, com um pequena margem de votos (51,64% contra 48,36% dos votos válidos), Dilma derrotou Aécio Neves e foi reeleita para mais quatro anos à frente do poder executivo.

³⁰¹ Why Brazil needs change. **The Economist**, 18 out. 2014. Disponível em: <http://www.economist.com/news/leaders/21625780-voters-should-ditch-dilma-rousseff-and-elect-cio-neves-why-brazil-needs-change?fsrc=scn/tw/te/cp/brazilneedschange>. Acesso em: 14 dez. 2015.

³⁰² SOUZA, Marcos de Moura e. Para Lula, Aécio é ‘filhinho de papai’ e ‘candidato dos banqueiros’. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 out. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/eleicoes2014/3739896/para-lula-aecio-e-filhinho-de-papai-e-candidato-dos-banqueiros>. Acesso em: 14 dez. 2015.

³⁰³ CASADO, Leticia. Dilma: ‘este senhor [Armínio Fraga] não gosta de salário mínimo’. **Valor Econômico**, Brasília, 09 out. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/eleicoes2014/3728838/dilma-este-senhor-arminio-fragas-nao-gosta-de-salario-minimo>. Acesso em: 14 dez. 2015.

³⁰⁴ HOLANDA, Renan; MARKMAN, Luna. Dilma diz que profissionalizou bancos públicos e critica proposta de auditoria. **G1**, Rio de Janeiro, 21 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/peleicoes/2014/noticia/2014/10/dilma-diz-que-profissionalizou-bancos-publicos-e-critica-proposta-de-auditoria.html>. Acesso em: 14 dez. 2015.

³⁰⁵ MARTELLO, Alexandre. Mantega diz que política econômica segue mesmo sem ele no segundo mandato. **G1**, Brasília, 02 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/10/mantega-diz-que-politica-economica-segue-mesmo-sem-ele-em-2-mandato.html>. Acesso em: 14 dez. 2015.

4.6 BEIJANDO A CRUZ

[...] os riscos de uma política dirigista seriam os mesmos daquelas que faziam as prateleiras das lojas de Leningrado viverem vazias e as pessoas gastarem horas preciosas em filas para comprar bens básicos.

Joaquim Levy, executivo do Bradesco escolhido por Dilma para ser seu novo Ministro da Fazenda.

Após vencer a disputa nas urnas, contudo, Dilma passou a recuar. A presidente então tomou medidas que contradiziam explicitamente seu discurso de campanha e a política econômica de boa parte de seu primeiro mandato. Para tentar reconstruir a ponte de contato com o setor financeiro e com o empresariado, Dilma desceu do palanque e beijou a cruz da ortodoxia. Não por acaso, a partir de então, a presidente reeleita passou a ser acusada pela oposição e pelas forças sociais que a apoiaram no processo eleitoral de estar cometendo “estelionato eleitoral” – abraçando o programa econômico neoliberal de seu oponente tucano.

O primeiro sinal do transformismo pós-eleitoral dilmista foi dado apenas três dias após a votação do segundo turno (29/10), quando o Comitê de Política Monetária decidiu elevar a taxa Selic de 11% para 11,25%, interrompendo uma série de quatro reuniões que haviam mantido a taxa naquele patamar³⁰⁶. A decisão de aperto monetário surpreendeu o próprio setor financeiro, que esperava a decisão pela manutenção do nível da Selic. Na avaliação de Eduardo Velho, economista-chefe da *Global Invx Partners*, a decisão inesperada era uma tentativa do governo em “converter as expectativas”, dando “um sinal ao mercado de que queria restabelecer o tripé macroeconômico e a confiança”³⁰⁷. Em outros termos: o aumento dos juros naquele momento, na avaliação dos agentes do próprio setor financeiro, era uma medida política – para além das questões econômicas – do governo e do BC para sinalizarem ao mercado financeiro, após o embate eleitoral, que iriam se comprometer com a agenda econômica ortodoxa.

Em novembro, enquanto o industrial Benjamin Steinbruch adotava tom mais conciliador e afirmava que o segundo governo Dilma seria melhor que o primeiro³⁰⁸, as atenções se voltaram todas, claro, para a escolha dos nomes que iriam compor a equipe

³⁰⁶ NA 1ª decisão pós-eleição, BC surpreende e sobe juros a 11,25% ao ano. **Uol Economia**, São Paulo, 29 out. 2014. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/10/29/juros-selic-banco-central-copom.htm>. Acesso em: 17 dez. 2015.

³⁰⁷ ENTIDADES divergem sobre alta da Selic. **Gazeta do Povo**, São Paulo, 29 out. 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/entidades-divergem-sobre-alta-da-selic-efjpnbp0udsgm02wg7msq7rym>. Acesso em: 17 dez. 2015.

³⁰⁸ SEGUNDO mandato de Dilma vai ser melhor, acredita Benjamin Steinbruch. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 nov. 2014. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2014/11/1541833-segundo-mandato-de-dilma-vai-ser-melhor-acredita-benjamin-steinbruch.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup-columista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2014/11/1541833-segundo-mandato-de-dilma-vai-ser-melhor-acredita-benjamin-steinbruch.shtml). Acesso em: 17 dez. 2015.

econômica do segundo mandato da presidente, em especial o nome do novo ministro da fazenda. Afinal, o nome do sucessor de Guido Mantega no comando da economia seria o mais claro e importante sinal sobre o destino da política econômica. Dilma indicaria um ministro heterodoxo, que daria continuidade ao modelo de seu primeiro mandato, ou se curvaria de vez à pressão do mundo das finanças, e nomearia um ministro mais conservador?

O escolhido por Dilma para ser o novo ministro da economia foi o presidente executivo do *Bradesco*, Luís Carlos Trabuco Cappi. Assim, depois dos episódios de conflito com o setor financeiro ao longo de seu primeiro mandato e de toda retórica eleitoral de confronto com os banqueiros, Dilma escolhia um deles para assumir a sua mais importante pasta ministerial. Contudo, o presidente do Bradesco recusou o convite presidencial³⁰⁹.

Depois da recusa de Trabuco, Dilma, seguindo indicação do próprio banqueiro, acabou por nomear para a Fazenda outro componente do conselho executivo do *Bradesco*: Joaquim Levy. Economista liberal, com Ph.D. pelo Departamento de Economia de Chicago (principal centro acadêmico de referência do pensamento econômico monetarista), Levy já havia sido secretário do Tesouro Nacional durante a gestão de Antônio Palocci, na Fazenda, no primeiro governo Lula. Na presidência do BC, Dilma manteve Alexandre Tombini, para o Ministério do Planejamento nomeou Nelson Barbosa.

Com Levy, um quadro advindo das fileiras do sistema financeiro, à frente de sua principal pasta, Dilma dava o grande passo para reverter o modelo econômico no seu segundo mandato. Nesse movimento, ao mesmo tempo em que atraía a revolta das bases sociais ligadas ao PT, que se sentiam traídas, a presidente dava uma importante cartada para tentar recuperar a confiança e o apoio dos setores empresariais críticos à política econômica de sua gestão.

Os banqueiros aprovaram os nomes da nova equipe econômica. Murilo Portugal avaliou a nova equipe econômica como capaz de retomar a confiança dos empresários: "Os dois novos ministros são muito qualificados e têm experiências positivas. Eles têm todas as condições de contribuir para a retomada da confiança", disse, implicitamente reconhecendo que a confiança empresarial no governo estava abalada. "As escolhas da equipe econômica foram excelentes"³¹⁰, sintetizou o executivo da federação dos banqueiros. Luiz Carlos

³⁰⁹ TRABUCO recusa convite de Dilma para a Fazenda. **Exame Abril**, 20 nov. 2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/trabuco-recusa-convite-de-dilma-para-a-fazenda>. Acesso em: 17 dez. 2015.

³¹⁰ OYAMADA, Aline. Sinalizações de novos ministros já têm efeito no mercado, diz Febraban. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 dez. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3813168/sinalizacoes-de-novos-ministros-ja-tem-efeito-no-mercado-diz-febraban>. Acesso: 17/12/2015.

Trabuco, que recusou o convite da assumir o Ministério da Fazenda, disse que a presidente "foi feliz" ao anunciar a nova composição por "reafirmar o compromisso" com o "desenvolvimento, a estabilidade e a gestão competente" da política econômica. "Promoveu continuidade com renovação, numa transição sem sobressaltos"³¹¹, afirmou. Roberto Setúbal, classificou como "excelentes" os nomes escolhidos por Dilma para nova equipe econômica³¹².

Os industriais também se manifestaram elogiosamente sobre a nova equipe econômica. A FIESP, em nota, afirmou que "recebeu com satisfação" os novos nomes da equipe econômica, e disse esperar que eles conduzissem a economia "com responsabilidade, visão de futuro e estímulo aos que querem produzir, trabalhar e fazer o país crescer"³¹³. Já a Confederação Nacional da Indústria ressaltou a "reconhecida competência técnica" dos integrantes da nova equipe econômica, que contribuiriam "para implementar as medidas capazes de elevar a competitividade da economia brasileira"³¹⁴.

Depois de elevar os juros de forma inesperada e nomear um banqueiro para o Ministério da Fazenda, Dilma deu o terceiro passo para negar seu discurso de campanha e abraçar a agenda econômica ortodoxa: passou a admitir o ajuste fiscal tão reivindicado pelo mundo das finanças – que a presidente condenara e criticara incisivamente durante as eleições.

O ajuste projetado pelo governo para 2015 estava calcado em quatro fundamentos: austeridade fiscal (corte de despesas públicas); reposicionamentos dos preços e tarifas de energia e combustíveis congelados; estabilização do valor da moeda por meio da contenção da expansão do crédito (combate à inflação por via de aumento dos juros) e fim dos incentivos fiscais (desonerações e subsídios). Ainda em dezembro, o governo anunciou as primeiras medidas de corte de gastos: mudanças nas regras para acesso ao seguro-desemprego, pensão por morte e abono salarial – assim, mais uma vez contrariando o discurso de campanha, Dilma passava a mexer em direitos trabalhistas para reequilibrar as contas.

³¹¹ MANDL, Carolina. Nova equipe de governo mostra continuidade com renovação, diz Trabuco. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 nov. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3796234/nova-equipe-de-governo-mostra-continuidade-com-renovacao-diz-trabuco>. Acesso em: 17 dez. 2015.

³¹² SOARES, Elisa. 'Nomes da nova equipe são excelentes', avalia Setúbal. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 nov. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3794296/nomes-da-nova-equipe-sao-excelentes-avalia-roberto-setubal>. Acesso em: 17 dez. 2015

³¹³ MERCADO elogia nova equipe econômica. **Época Negócios**, São Paulo, 27 nov. 2014. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2014/11/repercussao-do-anuncio-de-joaquim-levy-como-novo-ministro-da-fazenda.html>. Acesso em: 17 dez. 2015.

³¹⁴ VEJA o que o mercado diz sobre a nova equipe econômica do governo Dilma. **IG**, São Paulo, 27 nov. 2014. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2014-11-27/mercado-aprova-nova-equipe-economica-de-dilma-rousseff.html>. Acesso em: 17/12/2015.

Joaquim Levy, em entrevista ao *Valor Econômico* (29/12), projetou que essas medidas poderiam possibilitar ao governo fazer um superávit primário de cerca de R\$ 66 bilhões em 2015. Na mesma entrevista, além de fazer referências às medidas necessárias para reequilibrar as contas públicas e estancar a elevação inflacionária (como, por exemplo, reduzir o papel dos bancos públicos no financiamento da produção), Levy também falou em promover uma nova rodada de abertura da economia brasileira, “diminuindo barreiras protecionistas e facilitando a concorrência”, para assim “integrar as empresas brasileiras nas cadeias internacionais de valor”. O novo ministro da fazenda também declarou sua intenção em evitar “políticas dirigistas” e “ações voluntaristas ensaiadas há poucos anos”, “daquelas que faziam as prateleiras das lojas em Leningrado viverem vazias”:

[...] os riscos de uma política dirigista seriam os mesmos daquelas que faziam as prateleiras das lojas de Leningrado viverem vazias e as pessoas gastarem horas preciosas em filas para comprar bens básicos. Aliás, ações voluntaristas ensaiadas há poucos anos mostraram que se pode rapidamente desestabilizar um segmento aparentemente seguro, piorando inclusive as condições de colocação da dívida pública.³¹⁵

Em português claro: Levy, falando linguagem cara ao mercado financeiro e ao empresariado, criticava a ofensiva neodesenvolvimentista do primeiro mandato de Dilma – “política dirigista”, “ação voluntarista” - e prometia dar ponto final ao intervencionismo estatal.

Ainda em dezembro, por fim, Dilma completou seu beijo na cruz. A presidente escreveu e enviou para ser lida durante o Seminário “*Brazil Opportunities Conference*”, promovido pelo Banco *JP Morgan*, a “Carta aos investidores”, uma espécie de versão dilmista da famosa “Carta aos Brasileiros”, de 2002³¹⁶. No documento lido pelo presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para uma plateia de banqueiros estrangeiros, depois dos três primeiros parágrafos nos quais a presidente ressaltava o “momento de transição” vivido pela economia brasileira – atingida pela desvalorização das *commodities* agrícolas -, e reconhecia o “crescimento abaixo do esperado” e o “desempenho fiscal menor do que o previsto”, a chefe do governo se comprometia com a ortodoxia, tocando violino para os ouvidos dos banqueiros ao defender “controle rigoroso da inflação”, “elevação estrutural do resultado primário”, “adequação do crescimento do gasto público ao crescimento do PIB” e “aumento da participação de fontes privadas no financiamento de longo prazo da infraestrutura”:

³¹⁵ SAFATLE, Cláudia. Ajuste fiscal projeta superávit de R\$ 66 bilhões em 2015, projeta Levy. *Valor Econômico*, 29 dez. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3837952/ajuste-fiscal-projeta-superavit-de-r-66-bi-em-2015-afirma-levy>. Acesso em: 17 dez. 2015.

³¹⁶ PERES, Bruno. Em carta, Dilma sinaliza criação de teto para despesas. *Valor Econômico*, São Paulo, 02 dez. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3802292/em-carta-dilma-sinaliza-criacao-de-teto-para-despesas>. Acesso em: 17 dez. 2015.

Para os próximos anos, nossa prioridade é recuperar a capacidade de crescimento da economia, com controle rigoroso da inflação e fortalecimento das contas públicas e, assim, garantirmos o emprego e a renda.

A nova equipe econômica trabalhará em medidas de elevação gradual, mas estrutural, do resultado primário da União, de modo a estabilizar e depois reduzir a dívida bruta do setor público em relação ao PIB.

As iniciativas em análise envolvem tanto reformas do lado fiscal, para adequar a taxa de crescimento do gasto público ao crescimento da economia, quanto maior desenvolvimento financeiro, com aumento da participação de fontes privadas no financiamento de longo prazo, em especial, da infraestrutura.³¹⁷

No penúltimo parágrafo da carta, Dilma rompeu de vez com a presidente que outrora usou o horário nobre de televisão para atacar a “lógica perversa do sistema financeiro” e com a candidata que associou o lucro dos banqueiros com a falta de comida na mesa dos pobres, chamando o sistema financeiro para um abraço de reconciliação:

Olhando para 2015 e além, contamos com a participação do mercado na construção de um novo ciclo de desenvolvimento da economia brasileira, em que pretendemos continuar nossa política de inclusão social e geração de igualdade de oportunidades para todos brasileiros e brasileiras. Para isso, a profundidade, a diversidade e a qualidade regulatória do nosso mercado financeiro terão um papel cada vez mais relevante.³¹⁸

Chegava assim ao fim a experiência ousada de Dilma em tentar, ao longo de seu primeiro mandato, retomar o crescimento do país por via da reindustrialização, afrouxando os fundamentos macroeconômicos neoliberais. Essa tentativa fracassou não só economicamente, como demonstram fartamente os números, mas também politicamente. Não convém aqui analisar o conjunto de fatores que contribuíram para esses fracassos – até porque isso não constitui um objetivo do presente trabalho. Mas, como acreditamos ter ficado demonstrado ao longo destas dezenas de páginas, na dimensão política desse fracasso, o desgaste do governo com o empresariado industrial e com os banqueiros, foi elemento central. Com o seu ativismo estatal neodesenvolvimentista, Dilma acabou solapando as bases de confiança das elites empresariais, que haviam sido gestadas e construídas por Lula ao longo de seus dois mandatos.

Mesmo a virada de rumos efetivada a partir do fim de 2014/começo de 2015, que visava, entre outras coisas, retomar a confiança das frações do alto empresariado, não foi suficiente para evitar que o país mergulhasse, no começo do segundo mandato de Dilma, em uma explosiva combinação de profunda crise econômica com profunda crise política, que hoje faz o Brasil experimentar um de seus momentos históricos mais graves das últimas décadas.

³¹⁷ BRASIL. Mensagem da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da Brazil Opportunities Conference. 02 dez. 2014. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/mercado/2014/12/02/nota-pr-jpmorgan-1-12-14.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.

³¹⁸ Ibidem.

5 CONCLUSÃO

A título de conclusão – parcial, não definitiva, é claro -, passemos agora a expor a síntese das observações e análises demonstradas ao longo deste trabalho. Para organizar a exposição, retomemos o objetivo desta dissertação: identificar, analisar, comparar e compreender, no *discurso dos banqueiros e da FIESP* a respeito da política econômica do primeiro governo Dilma (2011-14), os *perfis ideológicos* e as *avaliações/posicionamentos políticos* apresentados por estas elites empresariais frente à condução econômica dilmista.

Antes de tudo, cabem, porém, duas importantes ressalvas. Como nossa análise se concentrou apenas na variável que constitui a faceta mais visível e pública da atuação política de banqueiros e industriais, a saber, o *discurso*, não estamos autorizados a efetuar aqui generalizações muito amplas e afirmações peremptórias, pois a dimensão discursiva, ainda que seja muito importante, não é suficiente para explicar por si só outras variáveis do relacionamento das elites empresariais financeiras e industriais com a política de Estado, como a dinâmica da ação política efetiva, a prática do *lobby* e o encaminhamento do processo decisório. As conclusões aqui expostas devem ser lidas portanto como aproximações do objeto, como hipóteses que reclamam mais pesquisas para poderem vir a ser teses. Um segundo cuidado importante deve ser salientado: nesta dissertação analisamos o discurso tão somente de representantes das elites (minorias politicamente ativas) dos banqueiros e industriais - os executivos dos principais bancos privados do país e os presidentes das entidades de representação de classe. O fato dessas lideranças terem apresentado certos comportamentos, terem feito determinadas avaliações e assumido determinadas posições em seus discursos não indica e não implica, necessariamente, que as constatações aqui feitas possam ser mecanicamente, por meio de tipos ideais, atribuídos ao conjunto amplo do empresariado industrial e dos banqueiros brasileiros.

Feitas as ressalvas necessárias, passemos às considerações.

Na questão dos *perfis ideológicos*, em primeiro lugar, identificamos *diferentes agendas e demandas* expostas discursivamente pelos banqueiros e pela FIESP.

As políticas econômicas defendidas na agenda dos *banqueiros* são: rigidez no cumprimento do *tripé macroeconômico* e do *sistema de metas de inflação*, com a taxa de *inflação mais baixa possível*, utilizando-se para esta finalidade a *taxa básica de juros* como mecanismo monetário privilegiado; *taxa de câmbio livre* flutuando a sabor do mercado; *superávit primário elevado*, com disciplina fiscal e corte de gastos públicos; *Banco Central*

dotado de *autonomia operacional* e, se possível, de *independência formal*, para buscar a estabilidade do valor da moeda. A preocupação central apresentada pelos banqueiros em seu discurso é com a *inflação*.

Todos os pontos desta agenda dos empresários financeiros fazem eco à corrente de pensamento econômico *monetarista, ortodoxa, neoliberal*. Seu pano de fundo ideológico é a defesa da diminuição do papel de intervenção do Estado sobre a Economia e a defesa do livre jogo das forças de mercado.

Chama a atenção, em especial, a lógica argumentativa utilizada pelos banqueiros quando o assunto é taxa de juros e *spreads* bancários. Ainda que os bancos tenham interesse econômico em que estas taxas sejam elevadas, pois elas são suas fontes de lucro – seja na remuneração de títulos da dívida pública, indexados à Selic, dos quais os bancos são os principais proprietários; seja nos juros cobrados nos empréstimos aos empresários e consumidores -, os banqueiros não defendem juros e *spreads* elevados em suas manifestações públicas. Ao contrário, *defendem publicamente a redução dos juros*, pois, na argumentação deles, os patamares elevados dos juros não os interessam, já que não seriam reflexo de altas taxas de lucro, mas sim reflexos da a) necessidade sistêmica de controlar a inflação e dos b) altos custos operacionais das intermediações financeiras no Brasil, as quais são encarecidas, entre outras coisas, pela alta carga de impostos e pela alta taxa de inadimplência. As elevadas taxas de juros cobradas pelos bancos brasileiros seriam, portanto, nas palavras dos senhores banqueiros, reflexo das pressões inflacionárias estruturais da economia brasileira e dos altos custos de operação do sistema financeiro no país. Os juros não seriam uma questão de desejo nem de ganância, mas sim de condição sistêmica. Para baixa-los, seria preciso antes criar condições para manutenção da inflação em patamares baixos e o governo deveria cortar impostos que baixassem o custo da intermediação financeira – como a redução dos depósitos compulsórios que os bancos são obrigados a fazer no Banco Central, por exemplo. Tarefas políticas de competência do poder público, não dos bancos.

A nós, como hipótese para interpretar o discurso dos banqueiros sobre os juros, parece crível pensar que na verdade eles assim falam porque *juros altos são indefensáveis publicamente*, pois eles prejudicam todas as parcelas da sociedade, exceto o sistema financeiro e os rentistas que deles se alimentam. Bancos defendendo publicamente juros altos seria algo como funerárias defendendo óbitos. Ou seja, seria uma defesa ilegítima aos olhos da sociedade. Por isso, a estratégia discursiva dos banqueiros é, nesta hipótese que formulamos, defender a finalidade maior que legitima uma taxa de juros alta, finalidade esta dotada de enorme legitimidade social e popular, ainda mais em um país com a história

econômica como o nosso: o controle da inflação. Tratar-se-ia, então, não de defender juros altos, mas sim inflação controlada. Mas para controlar a inflação e manter o poder de compra da moeda, no interior do sistema de metas e do tripé macroeconômico defendido pelos banqueiros, o instrumento seria a elevação das taxas de juros. Assim, edifica-se uma retórica, uma estratégia discursiva na qual não se defendem os juros elevados como um fim em si, mas sim como um meio amargo e necessário para se alcançar um objetivo maior, compartilhado por financistas e setores populares: a preservação do valor da moeda.

Já as políticas econômicas defendidas na *agenda pública da FIESP* no período aqui analisado são, fundamentalmente, aquelas necessárias para diminuir o que os industriais chamam de “Custo Brasil”, indispensáveis para dotar a indústria brasileira de “competitividade”: 1) redução da taxa básica de juros para padrões internacionais – os industriais defendem que o controle da inflação seja feito, em alternativa ao aperto monetário, por meio de política fiscal disciplinada, ou seja, para manter o valor da moeda, o governo, ao invés de elevar juros, deveria cortar gastos; 2) Banco Central com objetivo de perseguir também o crescimento e o emprego, não só a meta de inflação; 3) desvalorização do real frente ao dólar (depreciação cambial); 4) diminuição dos impostos (desonerações) e dos gastos públicos correntes do governo; 5) investimentos públicos e concessões para obras de infraestrutura; 6) utilização do BNDES para financiamento de investimentos produtivos; 7) prioridade para produtos nacionais nas compras públicas do Estado; 8) redução do preço da energia elétrica; 9) flexibilização das leis trabalhistas. A preocupação central manifesta publicamente pelos industriais da FIESP é com o crescimento econômico e com o emprego – inclusive criticam publicamente o monetarismo dos que “só pensam em moeda”.

As medidas macroeconômicas reivindicadas pela FIESP entram objetivamente em choque com os princípios do tripé neoliberal: a redução política da taxa de juros pressupõe um relaxamento da perseguição do centro da meta de inflação e uma flexibilização da autonomia do Banco Central; a desvalorização deliberada do real necessita de intervenções estatais na flutuação da taxa de câmbio; as desonerações e a ampliação do papel do BNDES implicam em relaxamento da perseguição das metas de superávit primário. Esta agenda dos empresários industriais, portanto, não poderia ser classificada como neoliberal, já que além de entrar em choque político concreto com esta concepção de política econômica, do ponto de vista mais geral, as demandas da FIESP também implicam numa maior participação e intervenção do Estado sobre a economia, em favor dos interesses da indústria. É esse *ativismo estatal pró-*

indústria, reclamado pela agenda da FIESP, que justifica a definição desta como sendo *desenvolvimentista*, ou ainda, *neodesenvolvimentista*.

Além das diferenças entre a agenda neoliberal dos banqueiros e a agenda neodesenvolvimentista dos industriais, outra diferença é marcante: a de *comportamento no espaço público*. Enquanto a FIESP defende abertamente as concepções e os interesses do empresariado nela associado, explicita suas avaliações, se posiciona claramente e inclusive promove mobilizações e campanhas em torno de suas reivindicações políticas, em suma, enquanto *a FIESP tem um comportamento abertamente político*, os banqueiros têm um modo diferente de utilização de sua entidade de representação – a FEBRABAN em geral busca não apresentar juízos políticos muito claros que possam causar polêmica; tem pouca inserção no espaço público -, e falam mais individualmente do que associativamente. Mesmo quando falam individualmente, os banqueiros – especialmente os executivos dos principais bancos comerciais, como *Bradesco* e *Itaú* - tendem a apresentar um comportamento muito mais comedido, cuidadoso, medindo palavras.

Como compreender esta diferença de comportamento público entre industriais e banqueiros? Mais uma vez, temos uma questão que exige maiores pesquisas e mais reflexões. Podemos aqui, contudo, lançar uma hipótese interpretativa: *tal diferença de comportamento é sintoma visível de uma diferença mais ampla e menos perceptível de estratégias políticas adotadas por tais setores*: a FIESP e os industriais são mais incisivos e fazem mais barulho porque necessitam mobilizar a opinião pública mais do que os banqueiros, já que em um modelo neoliberal numa sociedade de capitalismo periférico, como a brasileira, a indústria precisa lutar para conquistar posições mais favoráveis na economia e no acesso aos centros decisórios estatais que, em nosso país, tendem a privilegiar os interesses dos setores primários voltados para a exportação e o circuito de acumulação financeira. Os banqueiros, por sua vez, podem ser mais silenciosos porque a) já existem dinâmicas que garantem a proeminência dos interesses deste setor no processo decisório estatal – seria interessante analisar numa pesquisa, por exemplo, a circulação de um grupo muito restrito de executivos e técnicos que passam constantemente através de uma porta giratória que liga as diretorias dos bancos privados com as diretorias do Banco Central, dos bancos públicos e dos principais postos de comando dos ministérios da área econômica; b) o pensamento econômico ortodoxo é hegemônico e difundido pelos grandes meios de comunicação diariamente: prepostos midiáticos já fazem o papel de difusores das concepções econômicas caras ao setor financeiro, o que torna dispensável a exposição pública dos juízos dos banqueiros. Também há um terceiro fator que sugere que os banqueiros devam ser mais comedidos publicamente: a imagem arranhada,

negativa, que boa parcela da população tem a respeito dos bancos e do setor financeiro – como os próprios banqueiros reconhecem. Diferentemente dos industriais, que são vistos pela população a partir de imagens positivas como “produtores”, “promotores do emprego e do desenvolvimento”, os banqueiros são vistos, de acordo com uma perspectiva significativamente difundida na sociedade brasileira, como “especuladores”, “gananciosos” que “lucram muito”, o que tende a os tornar “pouco legítimos” – ou ainda, “menos legítimos” - para manifestarem abertamente seus juízos políticos no espaço público.

Quanto às avaliações e posicionamentos políticos dos banqueiros e da FIESP frente à condução da economia pelo governo Dilma, dividimos a exposição do período analisado em três ciclos, de acordo com as políticas econômicas implantadas e as posições apresentadas por estas elites empresariais.

No primeiro ciclo, que vai da eleição de Dilma, no final de 2010, até segunda metade de 2011, a nova presidente, eleita com um discurso que prometia dar continuidade aos fundamentos sobre os quais se construíram os dois mandatos presidências de Lula – estabilidade, crescimento e distribuição de renda -, no primeiro semestre de seu mandato, aplicou medidas de caráter restritivo e contracionista, que visavam esfriar o ritmo de crescimento da economia brasileira, superaquecida em 2010 (crescimento de 7,5% do PIB), e assim debelar as pressões inflacionárias. Entre as medidas, no âmbito fiscal, o governo cortou gastos e fez um significativo superávit primário; no âmbito monetário, elevou a taxa básica de juros.

Durante esse período, os banqueiros, que haviam batido recordes de lucratividade ao longo dos governos Lula, apresentaram, ao seu modo comedido de ser, um discurso bastante otimista, elogioso à política econômica, e pregaram continuidade. Nas palavras dos dois principais banqueiros do país, Trabuco do *Bradesco* e Setúbal do *Itaú Unibanco*, logo depois da eleição de Dilma, nos próximos quatro anos o Brasil não precisaria de “propostas grandiosas”, nem de “grandes reformas”. Bastava seguir o modelo de Lula. No primeiro semestre de 2011, o presidente então recém eleito da FEBRABAN, Murilo Portugal, elogiou as medidas restritivas “macro prudenciais” do governo, principalmente a “disciplina fiscal”.

De modo bastante diverso dos banqueiros, a FIESP criticava fortemente o governo, principalmente o alto patamar da taxa de juros, o real muito valorizado que Lula deixou para Dilma e a “enxurrada” de importados que inundava o mercado de consumo brasileiro, tomando lugar dos manufaturados nacionais. Para defender a sua agenda pró-indústria, no primeiro semestre de 2011 a FIESP formalizou uma *coalizão produtivista capital-trabalho*

(ou *coalizão desenvolvimentista*), aliando-se à centrais sindicais, como a *CUT* e a *Força Sindical*. O programa desta coalizão foi sintetizado no documento “*Brasil do diálogo, da produção e do emprego. Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego*”, o qual apresentava para o governo Dilma, no fundamental, a reivindicação por maior ativismo estatal em torno da defesa e da promoção dos interesses do setor produtivo – que era, ao mesmo tempo, a reivindicação pela flexibilização do modelo neoliberal. Na prática, levar a cabo tal programa, implicaria comprar importantes brigas com o setor financeiro.

Pois a partir de agosto de 2011, numa conjuntura em que o mundo vivia o momento econômico mais grave e turbulento desde o colapso financeiro de 2008 - com a explosão da crise das dívidas soberanas da União Europeia e a desaceleração da economia chinesa, que afetava diretamente o valor as *commodities* agrícolas exportadas pelo Brasil -, começou a ficar relativamente nítido que o ciclo de crescimento experimentado pelo governo Lula, puxado por exportações de *commodities* agro minerais e pelo consumo, estava chegando ao limite, se esgotando.

O governo Dilma, diante de tal constatação, passou a caminhar em direção à agenda proposta pela FIESP e pela frente produtivista, na tentativa de retomar o crescimento por via do aumento do investimento produtivo e da reindustrialização. Começava ali o segundo ciclo, que neste trabalho chamamos de *ofensiva neodesenvolvimentista*. Neste período, para citar apenas as medidas mais significativas, o governo reduziu a taxa básica de juros para seu menor patamar histórico desde a criação do sistema de metas de inflação (7,25%), depreciou o câmbio, controlou capitais, fez desonerações tributárias para a indústria, capitalizou o BNDES, criou programas de estímulo e proteção ao setor industrial (“Programa Brasil Maior”, “Programa de Compras Governamentais”, “Programa de Investimento em Infraestrutura”), reduziu o preço da energia. Além disso, o governo comprou briga pesada com os bancos privados no início de 2012, pressionando-os a reduzirem suas taxas de *spread*. Dilma chegou a atacar diretamente a “lógica perversa” do sistema financeiro em discurso em cadeia nacional de rádio e TV. Todas essas medidas da “Nova Matriz Econômica”, para usar definição do ministro Mantega, que claramente iam ao encontro das demandas apresentadas pela FIESP, flexibilizaram os fundamentos macroeconômicos neoliberais – além de terem sido construídas de uma forma que rompia com o modelo de não confronto com o mercado financeiro, construído por Lula.

Com essa inflexão na condução da política econômica, o governo Dilma passou a criar condições de atrito com os banqueiros e com o setor financeiro. Estes, diante da pressão do

governo para que reduzissem suas taxas de *spread*, representados pelo presidente da FEBRABAN, chegaram a apresentar um conjunto de propostas de medidas a serem tomadas pelo governo, a fim de assim criar condições para que os bancos pudessem reduzir as suas taxas. Entre as medidas, redução de tributos sobre intermediação financeira, redução do depósito compulsório e ações para redução das taxas de inadimplência. Depois da resposta dura do governo, que reafirmou que os bancos tinham sim possibilidade de reduzirem as taxas, pois eram “muito lucrativos”, os bancos passaram a reduzir seus *spreads*; Trabuco e Setúbal foram para a mídia declarar apoio ao projeto governamental, e a FEBRABAN soltou notas públicas desculpando-se por “mal entendidos”. Estava se formando naquele momento, porém, um ruído na relação de Dilma com os bancos, que seria amplificado no próximo período.

Os industriais da FIESP, que eram os maiores beneficiários da ofensiva neodesenvolvimentista, abrandaram o discurso crítico em relação ao governo, ainda que sempre tenham exigido mais e muitas vezes tenham classificado como “insuficientes” as medidas adotadas. No episódio da pressão do governo sobre os bancos em torno dos *spreads*, os industriais manifestaram apoio público à iniciativa governamental e criticaram a atitude dos bancos. Também defenderam a intervenção na flutuação do câmbio, e chegaram a publicar em jornais notas de apoio à iniciativa de Dilma de reformar o setor elétrico. Um diretor da FIESP sintetizou: “a presidente seguiu a cartilha da FIESP”. No final de 2012, Benjamin Steinbruch chegou a escrever que “finalmente” um governo havia decidido ouvir a voz dos empresários industriais, o que estava transformando o Brasil em “um país diferente”.

Os resultados econômicos que o governo esperava obter com tal pacote de estímulos, porém, não apareceram. O PIB não reagiu, a indústria não cresceu e a taxa de investimento chegou mesmo a cair. Além disso, as contas públicas, pressionadas pelas grandes renúncias fiscais que resultaram das desonerações e da injeção de recursos do Tesouro no BNDES, passaram a se desequilibrar. A inflação também passou a recrudescer, se aproximando do teto da meta. No contexto desse conjunto de resultados negativos, em abril de 2013 o Banco Central voltou a elevar a taxa básica de juros, que experimentaria um novo processo de elevação contínua até 2014. Era o primeiro sintoma de recuo da “nova matriz”, que marcaria o terceiro ciclo do governo Dilma. Entre as medidas deste ciclo, além do aperto monetário, privatizações na área de infraestrutura, diminuição de limites para participação acionária de investidores estrangeiros no capital de bancos públicos, cortes orçamentários. Estes cortes no orçamento, no entanto, não seriam suficientes para tornar a política fiscal menos

expansionista - o expansionismo fiscal (leia-se: gasto acima da arrecadação) seria ainda agravado em 2014, quando o governo, por razões de ordem eleitoral, soltou os cintos.

O recuo da ofensiva neodesenvolvimentista, em direção mais conservadora, entretanto, se deu num momento em que as avaliações negativas sobre a política econômica dilmista estavam já difundidas nos círculos das finanças. Na verdade, os sinais desta avaliação crítica do mercado financeiro em relação ao governo Dilma já haviam aparecido ainda no final de 2012, quando a revista *The Economist* pediu em editorial a demissão do ministro Mantega e a sua substituição por um nome mais “amigável ao mercado”. Em 2013, principalmente a partir do segundo semestre, intensificando-se no ano eleitoral de 2014, apareceram as declarações de banqueiros brasileiros criticando a política econômica de Dilma (importante pontuar que os dois principais banqueiros do país, Trabuco do *Bradesco* e Setúbal do *Itaú Unibanco*, assim como o presidente da FEBRABAN, Murilo Portugal, se manifestaram de forma mais contida e menos agressiva do que seus colegas dirigentes de bancos internacionais com atuação no Brasil e de bancos de investimento).

Nas avaliações críticas apresentadas pelos banqueiros e pelo mercado financeiro à condução econômica de Dilma, estava, no fundamental, a percepção de que, com a redução dos juros, com as intervenções na flutuação do câmbio, com a expansão fiscal, com o fortalecimento do papel do BNDES, em suma, com as medidas da ofensiva neodesenvolvimentista e da Nova Matriz Econômica, encampada por Dilma e pelo ministro Mantega, havia sido *quebrada a autonomia operacional do BC*, com a presidente e o ministro da fazenda assumindo as rédeas da política monetária; o governo havia passado a ser *tolerante com a elevação da inflação*; o governo *gastava demais* e era *irresponsável com a questão fiscal* – uma das principais causas da elevação da inflação, segundo as vozes do setor financeiro. Em síntese, para os banqueiros, o governo Dilma havia *deixado de “ouvir o mercado”*, *abandonado o tripé macro econômico* e era *intervencionista demais*, aumentando além do aceitável a intervenção do Estado sobre a economia. Não por acaso, a saída de Mantega da Fazenda passou a ser mantra nos círculos da alta finança e, em 2014, apareceram diversos sintomas da simpatia aberta do setor financeiro por candidatos oposicionistas que se comprometessem com um programa mais liberal para a economia. A proposição dos banqueiros sobre o que deveria ser feito na economia brasileira era clara: deixar o “criacionismo” heterodoxo-desenvolvimentista para trás, “retomar” o tripé macroeconômico, fazer um forte *ajuste fiscal* nas contas do governo e diminuir o tamanho do Estado, reservando maior protagonismo para a iniciativa privada. E os banqueiros não acreditavam que tais mudanças na política econômica pudessem ocorrer num eventual segundo mandato

presidencial de Dilma. Nas eleições presidenciais, Dilma inclusive acabaria utilizando essa crescente aversão do setor financeiro ao seu governo como trunfo para a formulação de um discurso de desconstrução de seus adversários – Marina e Aécio foram apresentados pela campanha de Dilma como “representantes dos banqueiros” – e de apresentação de si mesma como “candidata dos pobres contra os banqueiros”.

A perda de “confiança” – para usar a expressão recorrente no discurso do setor – dos empresários financeiros na política econômica de Dilma não chegava a ser uma surpresa, na verdade era até uma consequência esperada, afinal o governo, com sua agenda neodesenvolvimentista, trilhara direção econômica oposta àquela defendida pelos banqueiros.

O curioso é que a FIESP, proponente da agenda abraçada por Dilma e maior beneficiária econômica dela, depois de breve período de apoio público, a partir da segunda metade de 2013, assim como os banqueiros, também passou a adotar discurso crescentemente crítico em relação à política econômica do governo. Um exemplo desta inflexão foi a forma com que a entidade passou a articular as críticas à retomada da alta dos juros naquele ano: ao invés de responsabilizar o “monetarismo do BC que só se preocupa com moeda”, como fazia quando organizou a coalizão produtivista com as centrais sindicais, a federação dos industriais paulistas – assim como outras importantes entidades dos industriais brasileiros, como a FIRJAN e a CNI - passou a apontar como principal responsável pelo novo ciclo de aperto monetário a “*indisciplina fiscal do governo*” – curioso era que o principal fator de desequilíbrio das contas do governo era justamente as medidas adotadas para beneficiar o setor industrial, como as desonerações e a injeção de crédito no BNDES. Também nesse período apareceram críticas da FIESP à *política comercial externa “isolacionista” do Brasil*, que, segundo os industriais, por se pautar por critérios ideológicos, ficava preso ao MERCOSUL. Como alternativa, a entidade passou a reivindicar a assinatura de acordos comerciais do país com a União Europeia e com os EUA, para assim integrar o Brasil nas “cadeias internacionais de valor” – numa mudança substancial em relação ao posicionamento defendido poucos anos antes, quando os industriais paulistas exigiam proteção estatal do mercado interno para manufaturados brasileiros frente à concorrência imposta pelos importados. Outra crítica da FIESP ao governo que apareceu com mais força no período, foi aquela relativa à política de *valorização real dos salários acima da produtividade*, responsável por comer a lucratividade das empresas, principalmente na indústria de transformação, o que fez os industriais retomarem com força as reivindicações pela flexibilização das leis trabalhistas, contribuindo

assim para implodir a coalizão pluriclassista formada dois anos antes com as forças organizadas do trabalho.

Ao final de 2015, portanto fora do marco temporal da análise deste trabalho, esse processo de elevação do tom crítico e perda de confiança política do industriais em relação ao governo Dilma foi formalizado em forma de ruptura política oficial, com a FIESP manifestando apoio formal ao processo de *impeachment* aberto contra a presidente Dilma³¹⁹.

A grande questão que fica é: como compreender que a FIESP tenha apresentado uma posição de afastamento em relação ao governo federal justamente quando este implementou uma agenda francamente favorável às suas reivindicações? Não temos como pretender responder satisfatoriamente esta complexa questão neste trabalho. Mas podemos apresentar uma hipótese, que nos parece bastante verossímil. O primeiro analista a apresentá-la foi o economista Delfim Neto, que, ainda ao final de 2012, diante da não reação dos níveis de investimento aos estímulos econômicos ofertados pelo governo, afirmou que os empresários do setor produtivo não estavam investindo porque haviam perdido a confiança em Dilma, já que viam no seu governo *excessivo intervencionismo*, pois interpretavam que a política do governo “objetivava ampliar sua ação, fixar preços, regular e controlar a atividade privada e ampliar a ‘estatização de setores estratégicos’”. Ou seja, na hipótese de Delfim, os industriais estavam deixando de confiar no governo por considerarem que Dilma queria ampliar demasiadamente a força de ação do Estado, além do que desejavam e reivindicavam. Esta leitura nos parece ter sido confirmada por Benjamin Steinbruch (ele mesmo, que em 2012 havia rasgado elogios ao governo), que durante as eleições presidenciais de 2014, declarou que Dilma, além de “gastar de forma desordenada”, ser “fechada em si mesma” e “distante da realidade”, era “intervencionista” e parecia “*não confiar na capacidade da iniciativa privada no Brasil em assumir suas responsabilidades*”, o que a levava a “*colocar o Estado para competir onde ele não era necessário*”. Quer dizer, mesmo que a agenda econômica desenvolvimentista da FIESP reivindicasse papel mais ativo do Estado, o grau, a forma e a intensidade desta intervenção estatal colocada em prática na Nova Matriz Econômica de Dilma ultrapassou os limites do demandado pelos industriais. Aos olhos da elite industrial, o Estado teria passado a intervir além do desejável.

Assim, mesmo tendo perfis ideológicos e agendas políticas distintas, ao final do primeiro governo Dilma, eram fartos os sinais de que tanto os banqueiros quanto a FIESP,

³¹⁹ AGOSTINE, Cristiane. Comando da FIESP apoia impeachment de Dilma. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 dez. 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4357266/comando-da-fiesp-apoia-impeachment-de-dilma>. Acesso em: 16 dez. 2015.

cada qual a seu modo, tinham se tornado bastante críticos em relação à política econômica. Ambos consideravam o governo Dilma *excessivamente intervencionista e irresponsável do ponto de vista fiscal*, e exigiam mudanças na condução da economia que passassem, fundamentalmente, por medidas de austeridade fiscal e redução dos tentáculos estatais - reservando maior protagonismo para o setor privado.

Desse modo, aquele modelo interpretativo segundo o qual estas frações do alto empresariado - desde o final do governo FHC, passando por Lula -, ocupavam coalizões distintas na disputa pela condução da política econômica (coalizão produtivista e coalizão rentista) parece ter deixado de ser uma explicação válida ao final do primeiro mandato presidencial de Dilma, como inclusive já haviam percebido os formuladores dessa interpretação: Bresser Pereira falou em “quebra da coalizão desenvolvimentista”, com os “empresários se aproximando dos rentistas”; André Singer falou em repactuação de “um amplo arco de frações empresariais em torno de teses caras ao setor financeiro”, de uma “frente única burguesa”.

Em síntese: ao menos na dimensão discursiva, os banqueiros e a FIESP se aproximaram entre si, e ambos se tornaram críticos da política econômica do governo Dilma.

Foi a necessidade de reconstruir a ponte de contato com as elites empresariais, para assim tentar recuperar parte de seu apoio, um dos fatores que fizeram Dilma beijar a cruz e dar um giro na política econômica logo após sua reeleição, em 2014, negando seu discurso de campanha ao convidar um membro da diretoria do *Bradesco* para ser seu ministro da Fazenda e começar a trabalhar para implantar o *ajuste fiscal* tão reclamado pelos empresários do setor produtivo e financeiro.

Hoje, olhando em retrospectiva, parece bastante adequado pensar que a dramática crise política e econômica que nós brasileiros enfrentamos ao longo de 2015/início de 2016 já estava se desenhando há alguns anos, durante todo o primeiro mandato do governo Dilma. Entre as variáveis políticas que contribuíram para a constituição desse momento complicado vivido pelo país, a perda de confiança política das elites empresariais industriais e financeiras no governo pode ter sido um elemento fundamental.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campos, 1989.
- ARRUDA, P. F. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ASSIS, J. C.; DORIA, F. A. **O universo liberal em desencanto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. “A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda”. In: SADER, E. e GARCIA, M. A. **Brasil entre o Passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010.
- BIANCHI MENDEZ, A. **Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Campinas, Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Unicamp, 2010.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOITO JR., A. **O golpe de 54: a burguesia contra o Estado**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BOITO JR., A. **Estado e burguesia no capitalismo neoliberal**. Revista de Sociologia Política, nº 28, Curitiba, Junho, 2007.
- BOITO JR, A. “Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder”. In BOITO JR, A. (Org.); GALVÃO. A. (Org.). **Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.
- BOITO JR, A. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- BOSCHI, R. **Elites industriais e democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Construção política do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BRESSER PEREIRA, L. C.; DINIZ, E. **Empresariado industrial, democracia e poder político**. Novos estudos - CEBRAP, nº 84, p.83-99. 2009.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. “Novo Desenvolvimentismo e ortodoxia convencional”. In: DINIZ, E. (Org.). **Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- CAMPOS, P. H. P. **A ditadura das empreiteiras: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
- CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.

CARDOSO, F. H. “Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira”. In: FURTADO, Celso (coord.). **Brasil: Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTELO, R. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era Neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xama, 1996.

CHESNAIS, F. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: _____. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. (Coord.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CODATO A.; PERISSINOTTO R. “Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 243-270.

COMIN, A. **Oligopólios globais e centralização de capitais na economia brasileira**. In: Encontro Nacional de economia clássica e política, n. 2, 1997, São Paulo, Anais. São Paulo: PUC, p. 78-105, 1997.

COSTA, P. R. N. **Democracia nos anos 50: burguesia comercial, corporativismo e parlamento**. São Paulo: Hucitec, 1998.

COSTA, P. R. N. **Empresariado e democracia no Brasil (1984-1994)**. Campinas, Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2003.

COSTA, P. R. N. **A elite empresarial - teoria e método na análise da relação entre empresariado e democracia**. 36º Encontro Anual da Anpocs, Águas de Lindóia, Anpocs, 2012.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DIAS, R. P. **Organização e posicionamento político dos bancos no governo Lula**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Campinas: UNICAMP, 2012.

DIAS, R. P. “A representação dos banqueiros no Brasil: um estudo sobre a FEBRABAN”. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 23, nº 2, p. 178-204, 2014.

DINIZ, E. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, E. “Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações”. Florianópolis: **Revista Política e Sociedade**, v. 9, nº 17, Outubro de 2010. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21594_Cached.pdf. Acessado em: 20/06/2015.

DINIZ, E. **Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais: Brasil Anos 90**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DINIZ, E. “Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil”. In E. DINIZ (org.). **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis, UFSC/IDACON, 1993.

DINIZ E. e BOSCHI, R.R. **Empresário nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DINIZ E. e BOSCHI, R.R. “Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas”. In: BOSCHI, R., DINIZ, E.; SANTOS, F. **Elites políticas e econômicas no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do poder. Ação Política, poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

EVANS, Peter. **A tríplice aliança, as multinacionais, as estatais, e o capital nacional no desenvolvimento dependente do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FAORO, R. **Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro**. 3ª. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930. História e Historiografia**. São Paulo: Braziliense, 1970.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FONSECA, M. M. da; BARBACHAN, J. S. F. **Concentração Bancária Brasileira: uma análise microeconômica**. São Paulo: Ibmec Educacional, 2004.

FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. **Poder, política e partido**. SADER E. (Org.). São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

HARVEY, D. **Os limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IANNI, O. **Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.

IANONI, M. “Ciência política e sistema financeiro no Brasil: o artigo 192 da Constituição Federal”. *Revista Política e Sociedade*. v.9. n.17. 2010.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e Estratégia Socialista: Por uma política democrática radical**. São Paulo: Contrassensos, 2015.

LUZ, N. V. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MANCUSO, W. P. “O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa”. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28. 2007.

MANCUSO, W. P. **O “lobby” da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil Contemporâneo (2007)**. São Paulo: Humanitas-EDUSP, 2007.

MANHEINN, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARTUSCELLI, D. E. “A transição para o Neoliberalismo e a Crise do Governo Collor”. In: BOITO JR, A. (Org.); GALVÃO. A. (Org.). **Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, K. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UnB, 1982.

MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MINELLA, A. C. **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo. 1988.

MINELLA, A. C. “Empresariado financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90”. In E. DINIZ (org.). **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis, UFSC/IDACON, 1993.

MINELLA, A. C. “O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros”. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (15) 2, p. 505-546, 1994.

MOTTA, F. C. P. **Empresários e Hegemonia Política**. São Paulo: Brasiliense: 1979.

NOVELLI, J. M. N. **A continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e o governo Lula: uma abordagem sócio-política**. Texto apresentado no evento “Actual Marx”, 2007.

NOVELLI, J. M. N. **Instituições políticas e ideias econômicas: o caso do Banco Central do Brasil (1965-1998)**. São Paulo: Annablume, 2002.

OFFE, C. e WIESENTHAL, H. Duas lógicas da ação coletiva: anotações sobre classe social e forma organizacional. In: Offe, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLSON, Marcur. **A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Editora USP, 1999.

- PEREZ, R. T. **O pensamento político de Roberto Campos: da Razão de Estado à Razão de Mercado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 16ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PERISSINOTO, R. **Estado e Capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.
- POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- POULANTZAS, N. **Poder Político e classes sociais**. Porto: Portucalense Editora, 1971.
- RODRIGUES, L. M. **Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados**. São Paulo: OESP/Maltese, 1987.
- SANTOS, W. G. A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. In: **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.
- SANTOS, W. G. **Desenvolvimentismo: ideologia dominante**. In: Tempo Brasileiro. Revista de Cultura. São Paulo, 1962.
- SANTOS, W. G. **Paradigma e História, a ordem burguesa na imaginação social brasileira**. Rio de Janeiro: Mimeo, 1975.
- SANTOS, W. G. **Raízes da imaginação política brasileira**. Dados nº 7, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1970.
- SINGER, A. V. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, A. V. **Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)**. São Paulo: Novos Estudos – CEBRAP, ed. 102, p. 39-67, jul. de 2015
- SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SPOSITO, E. S.; SANTOS, L. B. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Ensaio sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- THERBORN, G. “A análise de classe no mundo atual: o marxismo como ciência social”. In: Hobsbawm, E. (Org.). **História do Marxismo**, v. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- VIANNA, L. W. **O Estado Novo do PT**. Disponível no site Gramsci Brasil: www.acesa.com/gramsci/. Acesso em: 13/06/ 2015.
- WEFFORT, F. O Populismo na Política Brasileira. In: FURTADO, Celso (coord.). **Brasil: Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações**. 4ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

WEBER, M. **Weber**. Gabriel COHN (org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1991.

ZENTENO, R. B (Org.). **As classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DOCUMENTOS:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Os 50 maiores bancos do Brasil e o consolidado sistema financeiro nacional.** Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top50P.asp>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 161ª reunião do COPOM.** 31 ago. 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?COPOM161>. Acesso em: 14/11/2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e spread bancário.** Série Perguntas mais Frequentes. Março de 2014. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%201-juros%20e%20spread%20banc%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

BRASIL. **Mensagem da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da *Brazil Opportunities Conference*.** 02 dez. 2014. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/mercado/2014/12/02/nota-pr-jpmorgan-1-12-14.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.

BRASIL. **Plano Brasil Maior. Inovar para competir. Competir para crescer.** Brasília, agosto de 2011. Disponível em: http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/cartilha_brasilmaior.pdf. Acesso em: 14 nov. 2015.

BRASIL. **Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, sobre redução da tarifa de energia elétrica.** Brasília, 23 jan. 2013. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-sobre-reducao-da-tarifa-de-energia-eletrica>. Acesso em: 27 nov. 2015.

CIESP. **História da entidade.** Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/sobre-o-ciesp/historia/>. Acesso em: 16 jul. 2015.

CNI. **101 propostas para a modernização trabalhista.** Documento, 2012. Disponível em: <http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/cniprop.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2015.

DIEESE. **A crise Econômica mundial e as turbulências recentes.** Nota técnica 104, agosto de 2011. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2011/notaTec104CriseEconomica.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

DIEESE. **Spread e juros bancários.** Nota técnica, 109, abril de 2012. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec109Spread.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

FEBRABAN. **Febraban apoia medidas para retomar o crescimento.** Nota pública, 22 mai. 2012. Disponível em: http://www.febraban.org.br/Acervo1.asp?id_texto=1635&id_pagina=59&palavra. Acesso em: 20 nov. 2015.

FEBRABAN. **Sobre o ISEB.** Nota pública, 08 mai. 2012. Disponível em: http://www.febraban.org.br/Acervo1.asp?id_texto=1612&id_pagina=59&palavra=. Acesso em: 20 nov. 2015.

FEBRABAN. **Informativo Semanal de Economia Bancária**. 07 mai. 2012. Disponível em: https://www.febraban.org.br/Noticias1.asp?id_texto=1601. Acesso em: 20 nov. 2015.

FEBRABAN. **Febraban apoia medidas para retomar o crescimento**. Nota pública, 22 mai. 2012. Disponível em: http://www.febraban.org.br/Acervo1.asp?id_texto=1635&id_pagina=59&palavra. Acesso em: 20 nov. 2015.

FIESP. **FIESP lança campanha ‘Energia a preço justo’**. 18 ago. 2011. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/fiesp-lanca-campanha-energia-a-preco-justo/>. Acesso em: 25 nov. 2015.

FIESP. **Agenda para integração externa**. Documento, 23 jun. 2013. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/agenda-de-integracao-externa/>. Acesso em: 02 dez. 2015.

FIESP. **Bancos também precisam baixar os juros**. Nota pública, 18 abr. 2012. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiespciesp-bancos-tambem-precisam-baixar-os-juros/>. Acesso em: 25 nov. 2015.

FIESP. **Decisão de aumentar a taxa de juros foi equivocada, comenta o presidente do Ciesp e da Fiesp**. Nota Pública, 18 abr. 2013. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/decisao-de-aumentar-a-taxa-de-juros-foi-equivocada-comenta-o-presidente-do-ciesp-e-da-fiesp/>. Acesso em: 01 dez. 2015.

FIESP. **‘Mais de R\$ 1 trilhão em 5 anos! Chega de pagar os juros mais altos do mundo’, diz Skaf**. 18 dez. 2011. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/mais-de-r-1-trilhao-em-5-anos-chega-de-pagar-os-juros-mais-altos-do-mundo-diz-skaf/>. Acesso em: 17 nov. 2015.

FIESP. **‘É preciso intensificar a redução dos juros’, diz Paulo Skaf**. 19 out. 2011. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/e-preciso-intensificar-a-reducao-dos-juros-afirma-paulo-skaf/>. Acesso em: 17 nov. 2015.

FIESP. **FIESP, Abimaq e Sindicatos querem cortes mais agressivos nos juros**. 30 nov. 2015. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-sindicatos-e-abimaq-querem-corte-mais-agressivo-nos-juros/>. Acesso em: 17 nov. 2015.

FIESP. **FIESP sugere intervenção no mercado futuro para conter valorização cambial**. 08 nov. 2010. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-sugere-intervencao-do-bc-no-mercado-futuro-para-conter-valorizacao-cambial/>. Acesso em: 11 nov. 2015.

FIESP. **Juros altos geram distorção cambial que prejudica a economia**. 20 out. 2010. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/juros-altos-geram-distorcao-cambial-que-prejudica-a-economia/>. Acesso em: 11 nov. 2015.

FIESP. **Juros e importações altos, câmbio e PIB baixo. Fiesp questiona: ‘Até quando?’**. 08 dez. 2010. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/juros-e-importacoes-altos-cambio-e-pib-baixo-fiesp-questiona-ate-quando/>. Acesso em: 11 nov. 2015.

FIESP, CUT, Força Sindical, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. **Brasil do diálogo, da produção e do emprego. Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego**. São Paulo, maio de 2011. Disponível em: http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7B810B756E-4C7F-

460D-936B 3E53A6382B94%7D_Brasil%20do%20Dialogo%20HIGH%20QUALITY.pdf.
Acesso em: 13 nov. 2015.

FIESP, CIESP, SESI, SENAI, IRS. **Congresso da Indústria ‘Nosso compromisso é com o Brasil: Desafios da competitividade’**. 08 nov. 2010. Disponível em: http://www.portogente.com.br/arquivos/arq_721_fiesp_competitividade.pdf. Acesso em: 11 nov. 2015.

FIESP. **Após mais uma alta na Selic, Paulo Skaf diz que ‘não é hora de aumentar juros’**. 29 mai. 2013. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/apos-mais-uma-alta-na-selic-skaf-diz-nao-e-hora-de-aumentar-juros/>. Acesso em: 01 dez. 2015.

FIESP. **‘Não é hora de subir os juros’, comenta Paulo Skaf sobre decisão do Copom de elevar Selic para 9%**. Nota pública, 29 ago. 2013. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/nota-oficial-nao-e-hora-de-subir-os-juros-comenta-paulo-skaf-sobre-decisao-do-copom-de-elevar-selic-para-9/>. Acesso em: 02 dez. 2015.

FIESP. **Taxa Selic vai a 10%; Skaf diz que Brasil precisa de um novo foco na política econômica**. Nota Pública, 27 nov. 2013. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/noticias/taxa-selic-vai-a-10-skaf-diz-que-brasil-precisa-de-um-novo-foco-na-politica-economico/>. Acesso em: 02 dez. 2015.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO ACESSADOS:

CAPPI, Luiz Carlos Trabuco. Dilma não precisa de propostas grandiosas. **[Entrevista disponibilizada em 03 nov. 2010, Valor Econômico]**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/855459/dilma-nao-precisa-de-propostas-grandiosas>.

Entrevista concedida a Vanessa Adachi. Acesso em: 10 nov. /2015.

A breakdown of trust. **The Economist**, 08 dez. 2012. Disponível em: <http://www.economist.com/news/leaders/21567942-if-she-wants-second-term-dilma-rousseff-should-get-new-economic-team-breakdown-trust>. Acesso em: 26 nov. 2015.

AGÊNCIA de risco Standard & Poor's rebaixa nota do Brasil. **G1**, Rio de Janeiro, 24 mar. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/03/agencia-de-risco-standard-poors-rebaixa-nota-do-brasil.html>. Acesso em: 04 dez. 2015.

AGOSTINE, Cristiane. Comando da FIESP apoia impeachment de Dilma. **Valor Econômico**, São Paulo, 14/12/2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4357266/comando-da-fiesp-apoia-impeachment-de-dilma>. Acesso em: 16/12/2015

ALENCAR, K. Cúpula do governo trabalhou por Skaf. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de ago. de 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u88259.shtml>. Acesso em: 09 out. 2015.

ALVES, Murilo Rodrigues; RESENDE, Thiago; RITTNER, Daniel. CNI defende pressão do governo contra bancos para redução dos spreads. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 abril 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2615492/cni-defende-pressao-do-governo-contrabancos-para-reducao-dos-spreads>. Acesso em: 25 nov. 2015.

AMATO, Fábio. Governo retoma nesta quarta programa de privatizações de rodovias. **G1**, Rio de Janeiro, 18 set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/09/governo-retoma-nesta-quartafeira-programa-de-privatizacao-de-rodovias.html>. Acesso em: 02 dez. 2015.

AMATO, Fábio; MENDES, Priscilla. Governo lança pacote de concessão de R\$ 133 bi para rodovias e ferrovias. **G1**, Rio de Janeiro, 15 ago. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/08/governo-lanca-pacote-de-r-133-bilhoes-para-rodovias-e-ferrovias.html>. Acesso em: 25 nov. 2015.

APÓS alta da Selic, Firjan e Fiesp cobram maior rigor fiscal do governo”. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 jul. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3194154/apos-alta-da-selic-firjan-e-fiesp-cobram-mais-rigor-fiscal-do-governo>. Acesso em: 02 dez. 2015.

BANCOS têm interesse em reduzir spreads, diz Febraban. **Época Negócios**, Rio de Janeiro 10 abril 2012. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2012/04/bancos-tem-interesse-em-reduzir-spreads-diz-febraban.html>. Acesso em: 19 nov. 2015.

BARBOSA, Rubens. Agenda de integração externa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2013. Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,agenda-de-integracao-externa-imp-,1046565>. Acesso em: 02 dez. 2015.

BARROS, Luiz Carlos Mendonça de. Brasil: um ajuste clássico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 2014. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/173159-brasil-um-ajuste-classico.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BECK, Martha. Febraban: manutenção do regime de metas tranquiliza o Mercado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/febraban-manutencao-do-regime-de-metas-de-inflacao-tranquiliza-mercado-2843750>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BECK, Márcio. The Economist defende demissão de Mantega e da equipe econômica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 nov. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/the-economist-defende-demissao-de-mantega-da-equipe-economica-6958698>. Acesso em: 26 nov. 2015.

BELUZZO, L. G. Um novo Estado desenvolvimentista?. **Le Monde Diplomatique**. São Paulo, 2 de Agosto de 2009. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=421>. Acesso em: 22/06/2015.

BERGAMO, Mônica. Estou preparado para decisões impopulares. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 abr. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login-colunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2014/04/1434480-estou-preparado-para-decisoes-impopulares-diz-aecio-neves.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BERGAMO, Mônica. Roberto Setúbal diz que eleição de Marina ‘com tranquilidade’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 set. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1510563-roberto-setubal-diz-que-ve-eleicao-de-marina-com-naturalidade.shtml>. Acesso em: 13 dez. 2015.

BOLSA sobe mais de 1% após Datafolha com Marina bem colocada na eleição. **UOL Economia**, São Paulo, 18 ago. 2014. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2014/08/18/bolsa-sobe-mais-de-1-apos-datafolha-com-marina-bem-colocada-na-eleicao.htm>. Acesso em: 11 dez. 2015.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Governo, empresários e rentistas. **Folha de São Paulo**, 02 dez. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/141743-governo-empresarios-e-rentistas.shtml>. Acesso em: 03 dez. 2015.

CALGARO, Fernanda. Governo anuncia corte de R\$ 10 bilhões no orçamento. **UOL Economia**, São Paulo, 22 jul. 2013. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/22/governo-anuncia-corte-de-r-10-bilhoes-no-orcamento.htm>. Acesso em: 02 dez. 2013.

CAPPI, Luiz Carlos Trabuco. Entrevista de Trabuco para coluna da Isto É Dinheiro. **[Entrevista disponibilizada em 25 abr. 2012, site da Isto É Dinheiro]**. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/guilherme-barros/20120425/guilherme-barros/1718>. Acesso em: 19 nov. 2015.

CAPPI, Luiz Carlos Trabuco. Trabuco vê continuidade em equipe econômica. **[Entrevista disponibilizada em 25 nov. 2010, Valor Econômico]**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/859409/trabuco-ve-continuidade-em-equipe-economica>. Entrevista concedida a Cristiane Lucchesi, Aline Lima e Eduardo Laguna. Acesso em: 10 nov. 2015.

CARDOSO, Juliana. Governo define IOF de 6% para empréstimos externos. **Valor Econômico**, Brasília, 29 mar. /2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/181079/governo-define-iof-de-6-para-emprestimos-externos>. Acesso em: 11 nov. 2015.

CASADO, Letícia; DI CUNTO, Rafael; TAQUARI, Fernando. Não tenho banqueiro me sustentando', diz Dilma. **Valor Econômico**, Brasília, 10 set. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/eleicoes2014/3689626/nao-tenho-banqueiro-me-sustentando-diz-dilma>. Acesso em: 13 dez. 2015.

CASADO, Letícia. Dilma: 'este senhor [Arminio Fraga] não gosta de salário mínimo. **Valor Econômico**, Brasília, 09 out. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/eleicoes2014/3728838/dilma-este-senhor-arminio-fraga-nao-gosta-de-salario-minimo>. Acesso em: 14 dez. 2015.

CONCEIÇÃO, Ana. Em jornais, Fiesp defende aprovação da MP do setor elétrico. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 nov. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2915066/em-jornais-fiesp-defende-aprovacao-da-mp-do-setor-eletrico>. Acesso em: 25 nov. 2015.

CUCOLO, Eduardo. Febraban diz que mercado recebeu bem indicação de Meirelles. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de Dez. de 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u60585.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CUCULO, Eduardo; ALEGRETTI, Laís. Superávit primário de 2013 fica abaixo da meta do governo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 jan. 2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,supervit-primario-de-2013-fica-abaixo-da-meta-do-governo,176870e>. Acesso em: 04 dez. 2015.

D'AMORIN, Sheila. Bancos recuam e preparam juro menor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 abr. 2012, p. B1.

DATAFOLHA, "Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 dez. 2010. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>. Acesso em: 09/11/2015.

DILMA diz que tomará atitude 'bastante clara' em relação ao Santander. **G1**, Rio de Janeiro, 28 jul. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/07/dilma-diz-que-tomara-atitude-bastante-clara-em-relacao-ao-santander.html>. Acesso em: 07 dez. 2015.

ECONOMIA chinesa cresce 7,8% em 2012, a menor taxa em 10 anos. **UOL**, São Paulo, 18 jan. 2013. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/efe/2013/01/18/economia-chinesa-cresce-78-em-2012-a-menor-taxa-em-10-anos.html>. Acesso em: 13 nov. 2015

ECONOMIA brasileira cresce 2,3% em 2013, segundo IBGE. **UOL**, São Paulo, 27 fev. 2014. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/02/27/economia-brasileira-cresce-23-em-2013-segundo-ibge.htm>. Acesso em: 04 dez. 2015.

ELETROBRAS desaba 20% e tem pior queda de sua história; Bovespa perde 0,37%. **UOL**, São Paulo, 22 nov. 2012. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/cotacoes/ultimas->

[noticias/2012/11/21/eletrobras-desaba-20-e-tem-pior-queda-de-sua-historia-bovespa-perde-037.jhtm](#). Acesso em: 25 nov. 2015.

EMPRESÁRIOS defenderão medida para inibir investimentos na poupança”. **UOL**, 02 mai. 2012. Disponível em: <http://m.terra.com.br/noticia?n=9109490b3f731410VgnCLD200000bbcceb0aRCRD>. Acesso em: 25 nov. 2015.

ENTIDADES divergem sobre alta da Selic. **Gazeta do Povo**, 29 dez. 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/entidades-divergem-sobre-alta-da-selic-efjpnbp0udsgm02wg7msq7rym>. Acesso em: 17 dez. 2015.

ENTIDADES do setor produtivo e sindicatos criticam alta da Selic. **Valor Econômico**, São Paulo, 02 mar. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/177165/entidades-do-setor-produtivo-e-sindicatos-criticam-alta-da-selic>. Acesso em: 12 nov. 2015.

ESTEVES, André. Estamos perdendo o jogo. [Entrevista disponibilizada em 17 ago. 2013, no site da Veja]. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica/entrevista-andre-esteves-o-banqueiro-convocado-para-salvar-eike-batista-o-brasil-esta-perdendo-o-jogo/>. Acesso em: 03 dez. 2015.

FERNANDES, Adriana. Governo cumpre superávit primário cheio em 2011 depois de dois anos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 dez. 2012. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-cumprer-superavit-primario-cheio-em-2011-depois-de-2-anos,101175e>. Acesso em: 11 nov. 2015.

FIESP pede reforço da defesa comercial do país. **Isto É Dinheiro**, 14 fev. 2011. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20110214/fiesp-pede-reforco-defesa-comercial-pais/58828>. Acesso em: 12 nov. 2015.

FIESP defende taxa de câmbio entre R\$2,00 e R\$ 2,20. **Isto É Dinheiro**, 14 fev. 2011. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/investidores/20110214/fiesp-defende-taxa-cambio-entre-200-220/58780>. Acesso em: 12 nov. 2015.

FINANCIAL Times põe em xeque ‘intervencionismo’ brasileiro. **BBC Brasil**, São Paulo, 26 mar. 2013. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130326_intervencionismo_brasil_ft_press_rw. Acesso em: 30 nov. 2015.

FINANCIAL Times sugere substituição de Guido Mantega. **Valor Econômico**, Brasília, 26 fev. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3444912/financial-times-defende-substituicao-de-guido-mantega>. Acesso em: 04 dez. 2015.

FONSECA, Roberto Giannetti da. A especulação cambial e a covardia ao risco. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 dez. 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/862211/especulacao-cambial-e-covardia-ao-risco>. Acesso em: 11 nov. 2015.

FRAGA, Armínio. Gasto público deveria ser limitado por uma lei, diz Armínio Fraga. [Entrevista disponibilizada em 13 de abril de 2014, O Estado de São Paulo]. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,gasto-publico-deveria-ser-limitado-por-uma-lei-diz-arminio-fraga,181922e>. Entrevista concedida a Alexa Salomão e Ricardo Grinbaum. Acesso em: 10/12/2015.

FRANCINI, Paulo; SOUZA, Rogério César. Produtividade, salários e crise na indústria. **FIESP**, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/produktividade-salarios-e-a-crise-da-industria/>. Acesso em: 03 dez. 2015.

FRANCO, Gustavo. A crise e o juro: deslocar a curva. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 14 set. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniao/1005938/crise-e-o-juro-deslocar-curva>. Acesso em: 16 dez. 2015.

FUNDO norueguês reduz participação na Eletrobrás, e compara Brasil com Venezuela. **UOL**, São Paulo, 27 nov. 2012. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/27/fundo-noruegues-reduz-participacao-na-eletobras-e-compara-brasil-com-venezuela.htm>. Acesso em: 25 nov. 2015.

GAMA, Júnia. Dilma diz que não vai demitir o ministro Guido Mantega. **O Globo**, Brasília, 07 dez. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/dilma-diz-que-nao-vai-demitir-ministro-guido-mantega-6968263>. Acesso em: 26 nov. 2015.

GIFONNI, Carlos. Fiesp cria “jurômetro”: gasto com Selic equivale a 330 aeroportos. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 nov. 2011. Acesso em: <http://www.valor.com.br/brasil/1115454/fiesp-cria-jurometro-gasto-com-selic-equivale-330-aeroportos>. Acesso em: 17 nov. 2015

GIFFONI, Carlos. FIESP culpa governo Dilma pelo fraco desempenho da indústria em 2011. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 dez. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/1137172/fiesp-culpa-governo-dilma-pelo-fraco-desempenho-da-industria-em-2011>. Acesso em: 17 nov. 2015.

GOVERNO aumento limite para participação estrangeira no BB de 20% para 30%. **UOL**, São Paulo, 25 out. 2013. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/25/governo-amplia-limite-para-participacao-estrangeira-no-bb-de-20-para-30.htm>. Acesso em: 02 dez. 2015.

Haidar, Daniel. Em desaceleração, economia da China cresce 9,2% em 2011. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jan. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/em-desaceleracao-economia-da-china-cresce-92-em-2011-3695324>. Acesso em: 13 nov. 2012

Haidar, Daniel; NETO, João Sorima. Declaração de Tombini sobre Inflação eleva previsão de alta de juros. **O Globo**, Brasília, 07 fev. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/declaracao-de-tombini-sobre-inflacao-eleva-previsao-de-alta-de-juros-7513878>. Acesso em: 30 mai. 2015.

HAS Brazil blown It? **The Economist**, 28 nov. 2013. Disponível em: <http://www.economist.com/news/leaders/21586833-stagnant-economy-bloated-state-and-mass-protests-mean-dilma-rousseff-must-change-course-has>. Acesso em: 03 dez. 2015.

HOLANDA, Renan; MARKNAM, Luna. Dilma diz que profissionalizou bancos públicos e critica proposta de auditoria. **G1**, Rio de Janeiro, 21 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/peernambuco/eleicoes/2014/noticia/2014/10/dilma-diz-que-profissionalizou-bancos-publicos-e-critica-proposta-de-auditoria.html>. Acesso em: 14 dez. 2015.

INDÚSTRIA quer derrubar o muro. **Isto É Dinheiro**, 07 jun. 2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20130607/industria-quer-derrubar-muro/3743>. Acesso em: 02 dez. 2015.

INDÚSTRIA pede gasto eficiente em vez de alta da Selic. **Isto É Dinheiro**, 10/07/2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20130710/industria-pede-gasto-eficiente-vez-alta-selic/134750>. Acesso em: 02/12/2015.

INDÚSTRIA diz redução da Selic contribui para enfrentar a crise. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/994642/industria-diz-que-reducao-da-selic-contribui-para-enfrentar-crise>. Acesso em: 16 nov. 2015.

INFLAÇÃO oficial fecha 2012 em 5,84%, aponta IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, 10 jan. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/01/inflacao-oficial-fecha-2012-em-584-aponta-ibge.html>. Acesso em: 30 nov. 2015.

IZAGUIRRE, Mônica. Meta de taxa Selic cai para 11,5% ao ano. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 out. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/1059814/meta-de-taxa-selic-cai-para-115-ao-ano>. Acesso em: 17 nov. 2015.

IZAGUIRRE, Mônica; ALVES, Murilo Rodrigues. Copom repete corte de 0,5 ponto na Selic, que vai a 11% ao ano. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 nov. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/1118130/copom-repete-corte-de-05-ponto-na-selic-que-vai-11-ao-ano>. Acesso em: 17 nov. 2015.

IZAGUIRRE, Mônica; ALVES, Murilo Rodrigues. BC flexibiliza compulsórios e libera R\$ 30 para o sistema bancário. **Valor Econômico**, Brasília, 14 set. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2830870/bc-flexibiliza-compulsorios-e-libera-r-30-bi-para-o-sistema-bancario>. Acesso em: 25 nov. 2015.

IZAGUIRRE, Mônica; ALVES, Murilo Rodrigues. Copom eleva Selic a 7,5% com placar dividido do BC. **Valor Econômico**, São Paulo, 18/04/2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3091458/copom-eleva-selic-75-com-placar-dividido-do-bc>. Acesso em: 30 nov. 2015.

IZAGUIRRE, Mônica; Alves, Murilo Rodrigues. “Superávit primário chegou a 2,38% do PIB no ano passado”. **Valor Econômico**, 30/01/2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2989632/superavit-primario-chegou-238-do-pib-no-ano-passado>. Acesso em: 30/11/2015.

JIMENEZ, Carla; ZAIA, Cristiano; QUEIROZ, Guilherme. O primeiro passo de Dilma para a indústria. **Isto É Dinheiro**, São Paulo, 10 ago. 2011. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20110810/primeiro-passo-dilma-para-industria/2875>. Acesso em: 14 nov. 2015.

JORDÃO, Priscila. Citi diz que programa de Marina é favorável a bancos, pode ser ruim para parte da indústria. **Reuters Brasil**, São Paulo, 02 set. 2014. Disponível em: http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0GX1XE20140902?feedType=RSS&feedName=businessNews&utm_source=dlvr.it&utm_medium=twitter&dlvrit=1375018&sp=true. Acesso em: 13 dez. 2015.

LAGUNA, Eduardo. Abimaq mostra satisfação com a saída de Meirelles. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 nov. 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/690567/abimaq-mostra-satisfacao-com-saida-de-meirelles>. Acesso em: 11 nov. 2015.

LAGUNA, Eduardo. “Crédito à pessoa física pagará IOF de 3%”, diz Mantega. **Valor Econômico**, São Paulo, 07 abr. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/183025/credito-pessoa-fisica-pagara-iof-de-3-diz-mantega>. Acesso em: 11 nov. 2015.

LAGUNA, Eduardo; ALONSO, Olivia; RIBEIRO, Ivo. Dono da CSN diz que Brasil enfrenta risco de recessão inédito. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 ago. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3650556/dono-da-csn-diz-que-brasil-enfrenta-risco-de-recessao-inedito>. Acesso em: 10 dez. 2015.

LAIER, Paula Arend. Murilo Portugal elogia macroprudenciais, mas critica comunicação. **G1**, Rio de Janeiro, 10 maio 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/murilo-portugal-elogia-macroprudenciais-mas-critica-comunicacao.html>. Acesso em: 12 nov. 2015.

LEIA a íntegra do discurso de Dilma. **Folha de São Paulo**, 30 abr. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1083760-leia-integra-do-discurso-de-dilma-pelo-dia-do-trabalho.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2015.

LEITÃO, Mirian. Alta desconfortável. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 fev. 2013. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2013/02/alta-desconfortavel-por-miriam-leitao-485588.html>. Acesso em: 30 nov. 2015.

LEME, Paulo. Paulo Leme, do Goldman Sachs, avalia impacto das pesquisas eleitorais na bolsa. [Entrevista disponibilizada em 08 de junho de 2014, **O Globo**]. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/paulo-leme-do-goldman-sachs-avalia-impacto-das-pesquisas-eleitorais-na-bolsa-12415760>. Entrevista concedida a Bruno Villas Bôas. Acesso em: 07 dez. 2015.

LEME, Paulo. ‘Brasil gastou sua poupança na Disney’, diz chefe do Goldman Sachs Brasil. [Entrevista disponibilizada em 18. Ago. 2013, no site da **Folha de São Paulo**]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/08/1328120-brasil-gastou-sua-poupanca-na-disney-diz-chefe-do-goldman-sachs-no-brasil.shtml>. Entrevista concedida a Érica Fraga e Mariana Carneiro. Acesso em: 03 dez. 2015.

LEME, Paulo. O problema não se resume ao fiscal. [Entrevista disponibilizada em 13 de fevereiro de 2014, **O Estado de São Paulo**, p. 31]. Entrevista concedida a Alexa Salomão. Acesso em: 13 dez. 2015.

LEO, Sérgio. Fiesp apoia política de flutuação ‘suja’ do câmbio. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 out. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2879330/fiesp-apoia-politica-de-flutuacao-suja-do-cambio>. Acesso em: 25 nov. 2015.

LEO, Sérgio. Industriais com Dilma na disputa elétrica. **Valor Econômico**, São Paulo, 26/ nov. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2916532/industriais-com-dilma-na-disputa-eletrica>. Acesso: 25 nov. 2015.

LIMA, Leandra. Presidente do Santander confirma demissão por informe sobre Dilma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jul. 2014. Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/brasil/presidente-do-santander-confirma-demissao-por-informe-sobre-dilma-13421413>. Acesso em: 07 dez. 2015.

LORENZO, Francisco de. Defeito do BC é “se preocupar só com moeda”, diz Skaf. **Valor Econômico**, São Paulo, 08 nov. 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/687969/defeito-do-bc-e-se-preocupar-so-com-moeda-diz-fiesp>. Acesso em: 11 nov. 2015.

LOMBARDI, Matheus. Pressionados, bancos reduzem ganhos com juros em 20% em um ano. **UOL Economia**, São Paulo, 15 mai. 2013. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/15/spread-bancos.htm>. Acesso em: 30/11/2015.

MACHADO, Tainara. Câmbio ideal estaria entre R\$ 2,30 e R\$ 2,50, estima diretor da FIESP. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 nov. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2917810/cambio-ideal-estaria-entre-r-230-e-r-250-estima-diretor-da-fiesp>. Acesso em: 25 nov. 2015.

MANDL, Carolina; PACHECO, Filipe. Caixa anuncia redução de juros e promete manter rentabilidade. **Valor Econômico**, São Paulo, 09 abr. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2607062/caixa-anuncia-reducao-de-juros-e-promete-manter-rentabilidade>. Acesso em: 18 nov. 2015.

MANDL, Carolina; SAFATLE, Claudia. Bancos pedem a Dilma mais atenção fiscal. **Valor Econômico**, Brasília, 26/03/2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3494268/bancos-pedem-dilma-mais-atencao-fiscal>. Acesso em: 04 dez.2015

MANDL, Carolina. Nova equipe de governo mostra continuidade com renovação, diz Trabuco. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 nov. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3796234/nova-equipe-de-governo-mostra-continuidade-com-renovacao-diz-trabuco>. Acesso em: 17 dez. 2015.

MANTEGA, Guido. O primeiro ano da nova matriz econômica. **Valor Econômico**, Brasília, 22 dez. 2012. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/o-primeiro-ano-da-nova-matriz-economica-por-mantega>. Acesso em: 27 nov. 2015.

MARTELLO, Alexandre. Para baixar juros, governo muda rendimento da poupança. **G1**, Brasília, 03 mai. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/05/para-baixar-juros-governo-autoriza-corte-no-rendimento-da-poupanca.html>. Acesso em: 20 nov. 2015.

MARTELLO, Alexandre. Spread dos bancos ainda é elevado frente a outras economias. **G1**, Brasília, 13 fev. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/02/spread-dos-bancos-e-elevado-frente-outras-economias-diz-fazenda.html>. Acesso em: 18 nov. 2015

MARTELLO, Alexandre. Governo anuncia corte recorde de R\$ 50 bilhões no orçamento de 2011. **G1**, Brasília, 09 fev. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/governo-anuncia-corte-recorde-de-r-50-bilhoes-no-orcamento-de-2011.html>. Acesso em: 11 nov. 2015.

MARTELLO, Alexandre. Queda do ‘spread’ bancário é uma determinação de Dilma”, diz Tombini. **G1**, Brasília, 28 fev. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu->

[dinheiro/noticia/2012/02/queda-do-spread-bancario-e-determinacao-de-dilma-diz-tombini.html](http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/02/queda-do-spread-bancario-e-determinacao-de-dilma-diz-tombini.html). Acesso em: 18 nov. 2015.

MARTELLO, Alexandro. Bancos privados têm margem para reduzir juros, diz Mantega. **G1**, São Paulo, 12 abr. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/04/bancos-tem-margem-para-reduzir-juros-diz-mantega.html>. Acesso em: 19/11/2015.

MATELLO, Alexandre. Mantega diz que política econômica segue mesmo sem ele no segundo mandato. **G1**, Brasília, 02 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/10/mantega-diz-que-politica-economica-segue-mesmo-sem-ele-em-2-mandato.html>. Acesso em: 14 dez. 2015.

MARTINS, Arícia. FIESP diz que aumento de IPI sobre carros é “bem-vindo”. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 set. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/1009650/fiesp-diz-que-aumento-do-ipi-sobre-carros-e-bem-vindo>. Acesso em: 14 nov. 2015

MARTINS, Arícia. Para Mantega, taxa real de juros para o país é de 2% a 3%. **Valor Econômico**, Brasília, 03 out. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/1032990/para-mantega-taxa-real-de-juros-ideal-para-o-pais-e-de-2-3>. Acesso em: 17 nov. 2015.

MÁXIMO, Wellton. Febraban apresenta sugestões para reduzir inadimplência e spread. **Agência Brasil**, Brasília, 10 abr. 2012. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-04-10/febraban-apresenta-sugestoes-para-reduzir-inadimplencia-e-spread>. Acesso em: 19 nov. 2015.

MEIRELLES, Henrique. Criacionismo. **Instituto Millenium**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2014. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/criacionismo/>. Acesso em: 04 dez. 2015.

MENDES, Priscila. Para facilitar crédito, Dilma defende diminuição do ‘spread’ bancário. **G1**, Brasília, 03 abr. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/para-facilitar-credito-dilma-defende-diminuicao-do-spread-bancario.html>. Acesso em: 18 nov. 2015.

MERCADO elogia nova equipe econômica. **Época Negócios**, Rio de Janeiro, 27 nov. 2014. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2014/11/repercussao-do-anuncio-de-joaquim-levy-como-novo-ministro-da-fazenda.html>. Acesso em: 17 dez. 2015.

MIOTO, Ricardo. Renda maior do trabalhador come lucro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 out. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/10/1352429-renda-maior-do-trabalhador-come-lucro.shtml>. Acesso em: 02 dez. 2010.

MODÉ, Leandro. Bradesco e Itaú vão cortar taxas de juros. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 mai. 2012. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bradesco-e-ita-u-va-o-cortar-taxas-de-juros-imp-,870466>. Acesso em: 02 dez. 2015.

MONTEIRO, Tânia. Dilma exige retratação da Febraban e bancos tentam evitar crise com o governo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 mai. 2012. Disponível em:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-exige-retratacao-da-febraban-e-bancos-tentam-evitar-crise-com-o-governo,111666e>. Acesso em: 20 nov. 2015.

Na 1ª decisão pós-eleição, BC surpreende e sobe juros a 11,25% ao ano. **UOL**, São Paulo, 29 out. 2014. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/10/29/juros-selic-banco-central-copom.html>. Acesso em: 17 dez. 2015.

NETO, Delfim. Voltarão os investimentos? **Valor Econômico**, 04 dez. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2927030/voltarao-os-investimentos>. Acesso em: 30 nov. 2015.

NOVO, Aguinaldo. Na era Lula, bancos tiveram Lucro recorde de R\$ 199 bilhões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 fev. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/na-era-lula-bancos-tiveram-lucro-recorde-de-199-bilhoes-2818232>. Acesso em: 10 nov. 2015.

O BRASIL tem a taxa de retorno mais confiável do mundo. **Isto É Dinheiro**, 28 dez. 2011. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/entrevistas/20111228/brasil-tem-taxa-retorno-mais-confiavel-mundo/148035>. Acesso em: 18 nov. 2015.

OLIVON, Beatriz. Taxa de investimento cai de 19,3% para 18,1% em 2012. **Exame Abril**, São Paulo, 01 mar. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/taxa-de-investimento-cai-de-19-3-para-18-1>. Acesso em: 30 nov. 2015

O PIOR dia desde a crise de 2008. **Valor Econômico**, São Paulo, 05 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/impreso/primeira-pagina/o-pior-dia-desde-crise-de-2008>. Acesso em: 13 nov. 2015.

OPOSIÇÃO avalia que corte nos juros ‘arranhou’ autonomia do BC. **Valor Econômico**, 01 set. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/996000/oposicao-avalia-que-corte-nos-juros-arranhou-autonomia-do-bc>. Acesso em: 16 nov. 2015.

OYAMADA, Aline. Sinalizações de novos ministros já têm efeito no mercado, diz Febraban. **Valor Econômico**, Brasília, 11 dez. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3813168/sinalizacoes-de-novos-ministros-ja-tem-efeito-no-mercado-diz-febraban>. Acesso: 17 dez. 2015.

OTONI, Luciana; GOY, Leonardo; SOTO, Alonso. Governo eleva a 9,2% taxa de retorno de próximas concessões de rodovias. **Reuters Brasil**, São Paulo, 10 jul. 2013. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN0PK2BE20150710>. Acesso em: dez. 2015.

PARIZ, Tiago; SOTO, Alonso. Copom reduz Selic para 10,50% e deixa futuro aberto. **UOL**, 18 jan. 2012. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2012/01/18/copom-reduz-selic-para-1050-com-4o-corte-de-050-ponto.jhtm>. Acesso em: 18 nov. 2015.

PERES, Bruno. Com ajuda do Tesouro, Dilma eleva percentual de redução na conta de luz. **Valor Econômico**, Brasília, 24 jan. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2981914/com-ajuda-do-tesouro-dilma-eleva-percentual-de-reducao-na-conta-de-luz>. Acesso em: 27 nov. 2015.

PERES, Bruno. Conselho da FEBRABAN aprova Murilo Portugal para seguir na presidência. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 mar. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3491148/conselho-da-febraban-aprova-murilo-portugal-para-seguir-na-presidencia>. Acesso em: 07 dez. 2015.

PERES, Bruno. Em carta, Dilma sinaliza criação de teto para despesas. **Valor Econômico**, São Paulo, 02 dez. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3802292/em-carta-dilma-sinaliza-criacao-de-teto-para-despesas>. Acesso em: 17 dez. 2015.

PEREZ, João. Centrais sindicais evitam polêmicas após encontro “preventivo” sobre situação cambial. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 21 dez. 2010. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2010/economia/2010/12/em-encontro-preventivo-centrais-e-empresarios-mostram-que-afinar-discurso-nao-e-facil>. Acesso em: 13 dez. 2015.

PESSÔA, Samuel. Deu errado o ensaio desenvolvimentista. [**Entrevista disponibilizada em 06 de abril de 2014, O Estado de São Paulo**]. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,deu-errado-o-ensaio-desenvolvimentista-imp-1149939>. Entrevista concedida a Alexa Salomão e Ricardo Grinbaum. Acesso em: 04/12/2015.

PIB industrial cai e de serviços sobe em 2012. **Exame**, São Paulo, 01 março 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/pib-industrial-cai-e-de-servicos-sobe-em-2012-diz-ibge>. Acesso em: 30 nov. 2015.

PINHEIRO, Vinicius. Decisão do COPOM choca mesa de economistas. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/994796/decisao-do-copom-choca-mesa-de-economistas>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PORTUGAL, Murilo. Os bancos têm de se comunicar melhor. [**Entrevista disponibilizada em 01 abr. 2011, IstoÉ Dinheiro**]. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/entrevistas/20110401/bancos-tem-comunicar-melhor/147942>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PORTUGAL, Murilo. Leia a transcrição da entrevista de Murilo Portugal à Folha e ao UOL. [**Entrevista disponibilizada em 10 de maio de 2014, Folha de São Paulo**]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/poderepolitica/2014/05/1452198-leia-a-transcricao-da-entrevista-de-murilo-portugal-a-folha-e-ao-uol.shtml>. Entrevista concedida a Fernando Rodrigues. Acesso em: 07/12/2015.

PORTUGAL, Murilo. Murilo Portugal: cabe ao BC avaliar medidas contra a inflação. [**Entrevista disponibilizada em 17 de março de 2013, O Globo**]. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/murilo-portugal-cabe-ao-bc-avaliar-medidas-contrainflacao-2809332>. Entrevista concedida a Lino Rodrigues. Acesso em: 12/11/2015.

PROGRAMA de governo de Marina defende tripé macroeconômico para combater inflação”. **Época Negócios**, Rio de Janeiro, 29 ago. 2014. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/08/programa-de-governo-de-marina-defende-tripe-economico-para-combater-inflacao.html>. Acesso em: 11 dez. 2015.

PREVIDELLI, Amanda. Veja íntegra do discurso de Dilma Rousseff sobre os 5 pactos. **Exame**, São Paulo, 24 jun. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/veja-integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-sobre-os-5-pactos>. Acesso em: 01 dez. 2015.

PUFF, Jefferson. Copom baixa juros em meio a esforços do governo para diminuir custo de crédito. **BBC Brasil**, São Paulo, 18 abr. 2012. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/04/120418_copom_taxa_selic_jp.shtml. Acesso em: 20 nov. 2015

QUAINO, Lilian. Inflação oficial acelera para 0,86% em janeiro, mostra IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, 07 fev. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/02/inflacao-oficial-acelera-para-086-em-janeiro-mostra-ibge.html>. Acesso em: 30 nov. 2015.

RESENDE, Thiago; SOUZA, Yvna; SIMÃO, Edna; VILLAVÉRDE, João. Governo anuncia desoneração e crédito para estimular a indústria. **Valor Econômico**, Brasília, 03 abr. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2600214/governo-anuncia-desoneracao-e-credito-para-estimular-industria>. Acesso em: 18/11/2015.

RIBEIRO, Alexandre. Bancos preferem juros baixos. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 mar. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/877609/bancos-preferem-juros-baixos>. Acesso em: 12 nov. 2015.

RODRIGUES, Azelma. União vai injetar R\$ 55 bilhões no BNDES, informa Mantega. **Valor Econômico**, Brasília, 03 mar. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/177293/uniao-vai-injetar-r-55-bilhoes-no-bndes-informa-mantega>. Acesso em: 14 nov. 2015.

ROSA, Vera; LOPES, Eugênia. Equipe de Dilma já tem quatro nomes para substituição de Meirelles no BC. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 2010. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,equipe-de-dilma-ja-tem-quatro-nomes-para-substituicao-de-meirelles-no-bc-imp-,643905>. Acesso em: 10 nov. 2015.

RODRIGUES, Azelma. Dilma prometeu autonomia total ao BC, diz Tombini. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 nov. 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/690595/dilma-prometeu-autonomia-total-ao-bc-diz-tombini>. Acesso em: 10 nov. 2015.

RODRIGUES, Azelma. Medidas do governo protegem indústria de aventureiros, diz Mantega. **Valor Econômico**, São Paulo, 02 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/971082/medidas-do-governo-protegem-industria-de-aventureiros-diz-mantega>. Acesso em: 14 nov. 2015.

RODRIGUES, Azelma. Carro em conteúdo nacional pode pagar até 55% de IPI. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 set. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/1008502/carro-sem-conteudo-nacional-pode-pagar-ate-55-de-ipi>. Acesso em: 14 nov. 2015.

RODRIGUES, Fernando. Sucesso de Dilma deteriora economia, diz Santander a clientes ricos. **UOL Política**, São Paulo, 25 jul. 2014. Disponível em: <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/07/25/sucesso-de-dilma-deteriora-economia-diz-santander-a-clientes-ricos/>. Acesso em: 07 dez. 2015.

RODRIGUES, Fernando. Se eleita, Marina dará poder aos bancos, ataca Dilma em comercial. **Blog Poder e Política**, Brasília, 09 set. 2014. Disponível em: <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/09/09/marina-quer-dar-aos-bancos-o-poder-do-presidente-ataca-dilma-em-comercial/>. Acesso em: 13 dez. 2015.

ROMERO, Cristiano. Para Pastore, BC mostra “docilidade surpreendente”. **Valor Econômico**, São Paulo, 01 set. 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/996010/para-pastore-bc-mostra-%25E2%2580%259Cdocilidade-surpreendente%25E2%2580%259D>. Acesso em: 16 nov. 2015.

SAFATLE, Claudia. Dilma vai adotar regime de concessão para aeroportos. **Valor Econômico**, Brasília, 17 mar. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/877535/dilma-vai-adotar-regime-de-concessao-para-aeroportos>. Acesso em: 12 nov. 2015.

SAFATLE, Claudia. Mantega cobra queda dos spreads. **Valor Econômico**, Brasília, 28 mar. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2590590/mantega-cobra-queda-dos-spreads>. Acesso em: 18 nov. 2015.

SAFATLE, Cláudia. Receita dos bancos para o spread cair. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 abr. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2610370/receita-dos-bancos-para-o-spread-cair>. Acesso em: 19 nov. 2015.

SAFATLE, Claudia; SIMÃO, Edna. Para Fazenda, bancos ainda não fizeram o bastante. **Valor Econômico**, Brasília, 09 ago. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2781752/para-fazenda-bancos-ainda-nao-fizeram-o-bastante>. Acesso em: 25 nov. 2015.

SAFATLE, Cláudia. Ajuste fiscal projeta superávit de R\$ 66 bilhões em 2015, projeta Levy. **Valor Econômico**, Brasília, 29 dez. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3837952/ajuste-fiscal-projeta-superavit-de-r-66-bi-em-2015-afirma-levy>. Acesso em: 17 dez. 2015.

SANTANDER diz em nota a clientes que reeleição de Dilma pioraria economia. **G1**, Rio de Janeiro, 25 jul. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/07/santander-diz-em-nota-clientes-que-reeleicao-de-dilma-pioraria-economia.html>. Acesso em: 07 dez. 2015.

SCHONNOOR, Tatiana. Bolsas europeias refletem pessimismo com economia global. **Valor Econômico**, São Paulo, 05 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/973212/bolsas-europeias-refletem-pessimismo-com-economia-global>. Acesso em: 13 nov. 2015

SCIARRETTA, Toni. Empresários agora culpam o governo, e não o BC, por juros altos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/11/1378218-empresarios-agora-culpam-governo-e-nao-bc-por-juro-alto.shtml>. Acesso em: 02 dez. 2015.

SCIARRETTA, Toni. Sob pressão de Dilma, BB diminui juros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 abr. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/35397-sob-pressao-de-dilma-bb-diminui-juros.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2015.

SEGUNDO mandato de Dilma vai ser melhor, acredita Benjamin Steinbruch. **Folha de São Paulo**, 02 nov. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup-colunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2014/11/1541833-segundo-mandato-de-dilma-vai-ser-melhor-acredita-benjamin-steinbruch.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2015.

SETOR bancário lidera lucros no país em 2011, diz Economática”. **G1**, Rio de Janeiro, 10 abril 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2012/04/setor-bancario-lidera-lucros-no-pais-em-2011-diz-economatica.html>. Acesso em: 19 nov. 2015.

SETÚBAL, Roberto. Com Dilma, governo ficou mais técnico, diz Setúbal. [**Entrevista disponibilizada em 29 jan. 2012, no site d'O Estado de São Paulo**]. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,com-dilma-governo-ficou-mais-tecnico-diz-roberto-setubal-imp-,828667>. Entrevista concedida a Fernando Dantas e Daniela Milanese. Acesso em: 18 nov. 2015

SETÚBAL, Roberto. Entrevista com Roberto Setúbal, presidente do Itaú. [**Entrevista disponibilizada em 23 dez. 2012, Folha de São Paulo**]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2012/12/1205499-leia-a-integra-da-entrevista-com-roberto-setubal-presidente-do-itaui.shtml>. Entrevista concedida a Ana Estela de Souza. Acesso em: 26 nov. 2015.

SIMÃO, Edna; ALVES, Murilo Rodrigues. Spread depende de contraparte do governo. **Valor Econômico**, Brasília, 10 abr. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2610368/spread-depende-de-contraparte-do-governo>. Acesso em: 19 nov. 2015.

SIMÃO, Edna; ALVES, Murilo Rodrigues; MARCHESINI, Lucas; MACHADO, Daniela. Mantega critica bancos e vê espaço para cortar juro no crédito. **Valor Econômico**, 12 abr. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2613206/mantega-critica-bancos-e-ve-espaco-para-cortar-juro-no-credito>. Acesso em: 19 nov. 2015.

SINGER, André V. O que querem os empresários. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2013, p. A2.

SKAF, Paulo; HENRIQUE, Arthur; SILVA, Paulo Pereira da. Um acordo pela indústria brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 mai. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2605201107.html>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SOARES, Elisa. “Nomes da nova equipe são excelentes”, avalia Setúbal”. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 nov. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/3794296/nomes-da-nova-equipe-sao-excelentes-avalia-roberto-setubal>. Acesso em: 17/ dez. 2015

SOTO, Alonso; OTONI, Luciana. Mantega mostra-se menos preocupado com a inflação que Tombini. **Reuters**, São Paulo, 08 fev. 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2013/02/08/entrevista-mantega-mostra-se-menos-preocupado-com-a-inflacao-que-tombini.htm?mobile>. Acesso em: 30 nov. 2015.

SOUZA, Yvna; SIMÃO, Edna; VILLAVÉRDE, João. Governo anuncia compras de R\$ 8, 43 bilhões em equipamentos. **Valor Econômico**, Brasília, 27 jun. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2730114/governo-anuncia-compras-de-r-843-bilhoes-em-equipamentos>. Acesso em: 25 nov. 2015

SOUZA, Paulo Donizetti de. Taxa real de juros é a menor da história. **Rede Brasil Atual**, 18 abr. 2013. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2013/04/taxa-real-ainda-e-a-menor-da-historia-mas-mercado-ainda-pressiona-por-alta>. Acesso em: 30 nov. 2015.

SOUZA, Marcos de Moura e. Para Lula, Aécio é “filhinho de papai” e “candidato dos banqueiros”. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 out. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/eleicoes2014/3739896/para-lula-aecio-e-filhinho-de-papai-e-candidato-dos-banqueiros>. Acesso em: 14 dez. 2015.

STANDART and Poor's rebaixa a nota dos EUA pela primeira vez na história. **G1**, Rio de Janeiro, 05 ago. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/standard-and-poors-rebaixa-nota-dos-eua.html>. Acesso em: 13 nov. 2015.

STEINBRUCH, Benjamin. Um país diferente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 out. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/70974-pais-diferente.shtml>. Acesso em: 26 nov. 2015.

STEINBRUCH, BENJAMIN. Marina é 'boa opção' e Dilma está longe da 'realidade', diz Steinbruch. [Entrevista disponibilizada em 23 set. 2014, Blog do Kennedy]. Disponível em: <http://www.blogdokennedy.com.br/marina-e-boa-opcao-e-dilma-esta-longe-da-realidade-diz-steinbruch-2/>. Entrevista concedida a Kennedy Alencar. Acesso em: 14 dez. 2015.

STEINBRUCH, Benjamin. Benjamin Steinbruch, presidente da Fiesp: Hoje, só um louco investe no Brasil. [Entrevista disponibilizada em 06 set. 2014, Revista Veja]. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/benjamin-steinbruch-presidente-da-fiesp-hoje-so-um-louco-investe-no-brasil/>. Entrevista concedida a Pedro Dias Leite. Acesso em: 14 dez. 2015.

TAKAR, Téó. Entidades mantêm tom crítico à alta da Selic. **Valor Econômico**, 19 jan. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/170169/entidades-mantem-tom-critico-alta-da-selic>. Acesso em: 19 jan. 2015.

TAKAR, Téó. Entidades destacam que decisão do COPOM eleva gasto público. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 abr. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/185141/entidades-destacam-que-decisao-do-copom-eleva-gasto-publico>. Acesso em: 12 nov. 2015.

TAQUARI, Fernando. Paulo Skaf é reeleito por mais quatro anos na FIESP. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 abr. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/183455/paulo-skaf-e-reeleito-por-mais-quatro-anos-na-fiesp>. Acesso em: 13 nov. 2015.

TOMBINI diz que piora externa justifica 'ajustes moderados' da SELIC. **Valor Econômico**, Brasília, 24 nov. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/1110026/tombini-diz-que-piora-externa-justifica-ajustes-moderados-da-selic>. Acesso em: 18 nov. 2015.

TRAVAGLINI, Fernando; LYRA, Paulo de Tarso. Equipe de Dilma promete austeridade. **Valor Econômico**, Brasília, 25 nov. 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/859369/equipe-de-dilma-promete-austeridade>. Acesso em: 10 nov. 2015.

TRAVAGLINI, Fernando; DANTAS, Iuri. Dilma diz ser contra combate à Inflação com redução do crescimento. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27/03/2013. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,dilma-diz-ser-contrario-combate-a-inflacao-com-reducao-do-crescimento,148680e>. Acesso em: 30 nov. 2015.

UCHÔA, Rachel. Paulo Skaf filia-se ao PMDB e garante 'reserva' em 2014. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 mai. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/887323/paulo-skaf-filia-se-ao-pmdb-e-garante-reserva-em-2014>. Acesso em: 13/11/2015.

UNIDOS contra os juros. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 out. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/1057960/unidos-contra-os-juros>. Acesso em: 17 nov. 2015.

VEJA o que o mercado diz sobre a nova equipe econômica do governo Dilma. **IG**, 27/11/2014. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2014-11-27/mercado-aprova-nova-equipe-economica-de-dilma-rousseff.html>. Acesso em: 17 dez. 2015.

VILLAS BÔAS, Leonardo Souza Bruno. Dilma deu R\$ 458 bilhões em desonerações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 set. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1678317-dilma-deu-r-458-bilhoes-em-desoneracoes.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2015.

VILLAVERDE, João. País ‘não precisa de reformas’, diz Setúbal. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 out. 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/853529/pais-nao-precisa-de-reformas-diz-setubal>. Acesso em: 10 nov. 2015.

VILLAVERDE, João; MANDL, Carolina. Bancos privados sinalizam novos cortes. **Valor Econômico**, Brasília, 18 abr. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2620522/bancos-privados-sinalizam-novos-cortes>. Acesso em: 19 nov. 2015.

VILLAVERDE, João; OLIVEIRA, Ribamar; IZAGUIRRE, Mônica; MARCHESINI, Lucas. Pacote pró-PIB quer ampliar consumo e investimento. **Valor Econômico**, São Paulo, 22, mai. 2012. <http://www.valor.com.br/brasil/2669654/pacote-pro-pib-quer-ampliar-consumo-e-investimento>. Acesso em: 20 nov. 2015.

VIZIA, Bruno de. Para FIESP, Plano Brasil Maior é ‘início correto’. **Valor Econômico**, São Paulo, 02 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/971224/para-fiesp-plano-brasil-maior-e-%E2%80%9Cinicio-correto%E2%80%9D>. Acesso em: 14/ nov. 2015.

WATANABE, Marta. Câmbio ajuda a reduzir fatia dos importados. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 nov. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2901506/cambio-ajuda-reduzir-fatia-dos-importados>. Acesso em: 25 nov. 2015.

WATANABE, Marta. Fiesp: acordo com EU pode tirar Brasil do isolamento comercial. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 set. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3283354/fiesp-acordo-com-ue-pode-tirar-brasil-do-isolamento-comercial>. Acesso em: 02 dez. 2015.

WHY Brazil needs change. **The Economist**, 18 out. 2014. Disponível em: <http://www.economist.com/news/leaders/21625780-voters-should-ditch-dilma-rousseff-and-elect-cio-neves-why-brazil-needs-change?fsrc=scn/tw/te/cp/brazilneedschange>. Acesso em: 14 dez. 2015.

WILLIAN, Jorge. Aprovação de Dilma cai quase pela metade e vai a 30% após protestos, aponta Datafolha. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/aprovacao-de-dilma-cai-quase-pela-metade-vai-30-apos-protestos-aponta-datafolha-8854926>. Acesso em: 01 dez. 2015.

